

**ACTA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA**

REALIZADA EM 09 DE FEVEREIRO DO ANO 2009

NO

AUDITÓRIO «PAULO QUINTELA»

DE

BRAGANÇA

SIGLAS

ATMAD	Associação de Trás-os-Montes e Alto Douro
CDU	Coligação Democrática Unitária
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
ETA	Estação de Tratamento de Águas
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
GAT	Gabinete de Apoio Técnico
IP5	Itinerário Principal 5
IRAR	Instituto Regulador de Águas e Resíduos
LRTM	Laboratório Regional de Trás-os-Montes
PCP	Partido Comunista Português
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social Democrata

Primeira sessão ordinária da Assembleia Municipal de Bragança, realizada em 09 de Fevereiro de 2009, no Auditório «Paulo Quintela» de Bragança.

SUMÁRIO		Pág.
DIVERSOS: Presenças e faltas.....		300
MANDATOS: MEMBROS		
A – Assembleia Municipal		
Membros que pediram substituição		5
Membros convocados		5
MOÇÕES		
I - MOÇÃO.....		13
II – MOÇÃO.....		22
QUORUM- Primeira Sessão Ordinária – 09 de Fevereiro de 2009.....		5,105
INTERVALO PARA ALMOÇO		105

ORDEM DE TRABALHOS		Pág.
1 -ACTAS - Leitura, discussão e votação da acta da quinta sessão ordinária realizada em 15 de Dezembro de 2008		7
2 - PÚBLICO - Período de intervenção		8
3 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:		8
4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:		
4.1 – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE O ESTADO E VIDA DO MUNICÍPIO.		30
4.2 – DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE AS SEGUINTE PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA:		113
4.2.1 – CONTRACÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO, NO VALOR DE 1 500 000,00 EUROS.		113
4.2.2 – REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS.		131
4.2.3 – ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2009 – CRIAÇÃO DE DOIS POSTOS DE TRABALHO NA CARREIRA GERAL DE ASSISTENTE TÉCNICO		212
4.2.4 – ADESÃO À ASSOCIAÇÃO DO PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PORTO (PORTUSPARK)....		221
4.2.5 – CONVÉNIO DE GEMINAÇÃO COM O MUNICÍPIO DE BRAGANÇA DO PARÁ – BRASIL		234
4.2.6 – CONVÉNIO DE GEMINAÇÃO COM O MUNICÍPIO DE ÁGUA GRANDE – S. TOMÉ E PRÍNCIPE		241
4.3 – A SOLICITAÇÃO DO GRUPO MUNICIPAL DA CDU, COM VISTA AO EXERCÍCIO DE COMPETÊNCIA PREVISTA NA alínea a) do n.º 1 do art.º 4.º do REGIMENTO, DISCUSSÃO SOBRE POLÍTICA MUNICIPAL PARA O AMBIENTE...		256

INTERVENÇÕES	
Nome	Página (s)
Bruno Veloso	112
Eduardo Malhão	93
Henrique Ferreira	282

Jorge Novo	99
José Castro	20,26,98,126,127,257
Júlio Carvalho	8,23,105,278,296
Luís Afonso	253
Luís Costa	111,122
Luís Filipe	8,103,105,107,253,288,293,294
Luís Pires	14,18,89,90,110,251
Luís Vale	25,29,126,284
Manuel Pires	123,125,
Nuno Veloso	23,25,
Paulo Xavier	90
Presidente da Câmara	39,74,78,86,127,205,211,220,247,255,265,295,296,298
Presidente da Mesa	6,8,13,18,19,20,22,23,24,25,26,27,28,29,30,39,73,74,78,79,80,123,125,126,127,128,129,130,131.205,209,210,211,219,220,223,234,240,241,247,251,252,253,255,256,262,278,282,282,284,288,293,293,294,295,296,298,299
Primeiro Secretário da Mesa	30

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

Nome	Página (s)
Amílcar Pires	219
Bruno Veloso	83
Carlos Cadavez	84
Eduardo Malhão	83
Henrique Ferreira	85,210
José Castro	209,210,
Luís Costa	81,219,247
Luís Filipe	78,79
Luís Pires	86,247
Luís Vale	82
Vítor Pereira	84

DECLARAÇÕES DE VOTO

Nome	Página (s)
Bruno Veloso	19
Henrique Ferreira	19,27,128
José Castro	28,234
Júlio Carvalho	27
Luís Afonso	129,130
Luís Costa	18
Luís Pires	27,129

PONTO DE ORDEM À MESA

Nome	Página (s)
José Castro	89

..... Aos **nove dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e nove**, realizou-se no Auditório “Paulo Quintela” de Bragança, a **primeira sessão ordinária** da Assembleia Municipal, tendo o seu início às nove horas e trinta minutos e fim cerca das dezoito horas e trinta minutos, na qual participaram **noventa e quatro membros**, dos noventa e nove que a constituem, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 -ACTAS - Leitura, discussão e votação da Acta da quinta sessão ordinária realizada em 15 de Dezembro de 2008......

2 - PÚBLICO - Período de intervenção.

3 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA......

4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:.....

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município.

4.2 – DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE AS SEGUINTE PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA:.....

4.2.1 – CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO, NO VALOR DE 1 500 000,00EUROS;

4.2.2 – REGULAMENTO DE TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS;

4.2.3 – ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2009 – CRIAÇÃO DE DOIS POSTOS DE TRABALHO NA CARREIRA GERAL DE ASSISTENTE TÉCNICO:

4.2.4 – ADESÃO À ASSOCIAÇÃO DO PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PORTO (PORTUSPARK);

4.2.5 – CONVÉNIO DE GEMINAÇÃO COM O MUNICÍPIO DE BRAGANÇA DO PARÁ – BRASIL;.....

4.2.6 – CONVÉNIO DE GEMINAÇÃO COM O MUNICÍPIO DE ÁGUA GRANDE – S. TOMÉ E PRÍNCIPE.

4.3 – A SOLICITAÇÃO DO GRUPO MUNICIPAL DA CDU, COM VISTA AO EXERCÍCIO DE COMPETÊNCIA PREVISTA NA alínea q) do nº. 1 do ARTº 4º DO REGIMENTO, DISCUSSÃO SOBRE POLITICA MUNICIPAL PARA O AMBIENTE......

QUORUM - Verificada a existência de quórum deu-se início aos trabalhos cerca das nove horas e trinta minutos e foram presentes:

MEMBROS SUBSTITUÍDOS:

PS: Alzira Conceição Bento

PSD : Martina Isabel Veiga Dias e António Guedes de Almeida.

MEMBROS CONVOCADOS :

PS: Fernando Carlos da Silva Paula.

PSD: Armindo José Afonso Rodrigues e Manuel Ferreira Azevedo Maia.

-----**Presidente da Mesa** – Senhores e Senhoras Membros da Assembleia, informam-me que há cinquenta e seis Membros na sala, mas para termos quórum eu pedia para não saírem os que estão. E confirmando-se que temos quórum estamos em condições de dar início aos nossos trabalhos.....

----- Senhores e Senhoras Membros da Assembleia a todos cumprimento, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores.....

----- Vamos então dar início à Primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal do ano de dois mil e nove.

-----Antes de entrarmos no ponto 1, que diz respeito à aprovação das actas, eu queria dar três informações. Eu aguardava que fizessem um pouco de silêncio para podermos avançar. Eu queria dar três informações aos Senhores Membros da Assembleia.....

-----A primeira diz respeito a uma caixa jornalística que apareceu num jornal desta cidade, “O Mensageiro”, relativa à última Sessão Extraordinária, é uma caixa que diz “o Deputado do PSD” e que dá umas informações sobre o que se terá passado na última Assembleia Extraordinária. Essa caixa, infelizmente numa parte não é rigorosa, na outra parte foge à verdade. Todos nós temos momentos infelizes e a produção dessa caixa constitui de facto um momento infeliz. Eu falei com Senhor Director do Mensageiro, que depois de lhe ter explicado o que efectivamente se passou e aquilo que a caixa dizia, se prontificou a fazer ele mesmo uma correcção ao que tinha sido publicado. Isso só fica bem a quem tendo havido erros, embora não da sua responsabilidade directa, assuma as responsabilidades que lhe competem, e tomem a seguir as medidas que são adequadas. Vamos aguardar a publicação da rectificação.

-----A segunda menção que queria fazer diz respeito a termos aqui na última Sessão Ordinária do ano de dois mil e oito, relativamente à questão do suporte da informação prestada aos Senhores Membros da Assembleia, papel, e-mail ou CD, foi feito o inquérito nesta Assembleia, de acordo com o que foi combinado entre a Mesa e a Câmara, sobre qual é que era a escolha dos Senhores Membros da Assembleia, tendo havido um incentivo a que as pessoas, tanto quanto possível, abandonassem a solução papel. O resultado desse inquérito que foi lançado mostrou o seguinte:

-----Que trinta Membros da Assembleia preferem o e-mail;

-----Que treze preferem o CD, e

-----Que cinquenta e seis dizem que querem receber em papel.

-----Eu pensava que os resultados iam ser mais favoráveis ao abandono do papel, quero juntar o meu apelo a outros apelos que tem havido no sentido de que a todos os que seja possível utilizarem outro suporte que não o papel que mudem a sua opção, mas é claro que até essa mudança se verificar nós não podemos fazer nenhuma info-exclusão na informação aos Senhores Membros da Assembleia e a Mesa solicitará à Câmara Municipal que forneça os elementos de acordo efectivamente com estas indicações recolhidas.

-----Estamos a poucas sessões do fim do mandato e se no próximo do mandato a Assembleia, no seu Regimento, fizer determinações que não são as que estão actualmente em vigor, então poderá haver soluções diferentes desta que estamos aqui a mencionar.

-----A terceira, o assunto que queria tratar diz respeito ao seguinte: Pela prática que temos tido nas sessões da Assembleia não se mostrou necessário, até muito recentemente, regulamentar o uso do direito regimental que os grupos municipais têm, de gerir com inteira autonomia os seus tempos de intervenção. Na última Assembleia Extraordinária essa necessidade evidenciou-se e depois de termos discutido este assunto que tinha pouco para discutir porque está no Regimento, na Comissão Permanente ficou assente que eu, hoje, informaria e sublinharia à Assembleia sobre este aspecto, que a Mesa aceitará todas as indicações de cada grupo municipal relativamente à precedência das intervenções dentro desse grupo municipal, ou seja, tal como temos sempre feito, aceitaremos as inscrições que forem feitas, mas no decorrer das intervenções, a Mesa receberá as indicações que as direcções dos grupos municipais quiserem dar sobre a precedência das intervenções dentro de cada grupo municipal. Fica assim, espero regulamentado aquilo que já era um direito expresso no Regimento.

----- Posto isto, vamos entrar no primeiro ponto da Ordem de Trabalhos.

PONTO 1 – ACTAS – Leitura, discussão e votação da acta da quinta sessão ordinária realizada em 15 de Dezembro de 2008.

----- Eu, antes de perguntar se alguém quer inscrever-se para discutir, queria dizer o seguinte sobre a Acta: eu dei uma olhadela, e na Acta há várias gralhas. Eu já pedi ao Primeiro Secretário da Mesa, como é seu hábito, me respondeu positivamente, que vai passar, a fazer o favor de antes de se fazer a impressão das Actas, ele dar uma volta para ultrapassar esta questão do número de gralhas e imprecisões que efectivamente aparecem.

-----Feita esta nota eu perguntava se alguém se quer inscrever, Senhor Membro da Assembleia, Luís Filipe, faça o favor.

-----**Luís Filipe** – Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhor Presidente da Mesa e Senhores Membros da Mesa, também, Senhores Presidentes de Junta, caros amigos ia dizer comunicação social, mas parece que ainda não está ninguém, a todos um bom dia. A minha intervenção vem exactamente nessa sequência, na última intervenção que eu fiz aqui sobre a qualidade da água, vem uma série de imprecisões principalmente no nome das bactérias.

-----Eu pedia ao Senhor Presidente da Mesa se me permitia que eu entregasse um texto com alguma correcção, aos serviços técnicos, para fazer, porque não queria que essas imprecisões constassem da Acta. Pode ser?.....

-----**Presidente da Mesa** – Com certeza e o documento constará da Acta que ficará oficial e que é assinada, será aquela com as correcções, muito obrigado.....

-----Não havendo mais inscrições passamos à votação.

..... **Após análise e discussão foi a mesma submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com zero votos contra, três abstenções e setenta e oito votos a favor, estando momentaneamente oitenta e um membros presentes.....**

PONTO 2 – PÚBLICO – Período de Intervenção.

-----Perguntava se há algum elemento do público que queira intervir.

-----Não havendo, está esgotado o número dois da Ordem de Trabalhos.

PONTO 3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

-----Vamos receber inscrições para intervenções no Período de Antes da Ordem do Dia.

-----Senhor Membro da Assembleia, Júlio de Carvalho, tem a palavra, faz favor.

-----**Júlio de Carvalho** – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Senhores Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal e Excelentíssimos Senhores Vereadores, Excelentíssimos membros da Comunicação Social, Senhores Presidentes dos Grupos Municipais e caros companheiros e Membros desta Assembleia.....

----- O momento que nós vivemos actualmente, não nos pode obviamente deixar escondidos perante ele, não obstante saber que é um assunto bem complexo o momento que vivemos de crise reconhecida a nível nacional e internacional, não podia o PSD, embora sabendo da tarefa difícil que lhe cabe, não aproveitar esta oportunidade para dele dar uma visão e leitura como é

exigível de todos nós que queremos no futuro de Bragança, de Trás-os-Montes e de Portugal. Embora conscientes de que a nossa voz ... do cimo de Portugal, como dizia Miguel Torga, ou usando uma terminologia bem bonita, de um Membro desta Assembleia, Dr. Luís Vale, “bem perto do céu “ que foi titulo de uma das obras mais completas, uma das obras mais perfeitas, das obras mais curiosas que tenho visto publicadas em Bragança nos últimos anos e de interesse não só de Rebordãos, porque o tema é Nossa Senhora da Serra, como também para todos nós que veneramos e que sentimos a presença e a protecção de Nossa Senhora da Serra ou da Nossa Senhora das Neves. Parabéns ao Dr. Luís Vale.

----- E aproveitei e não queria deixar passar esta oportunidade para de facto, publicamente fazer em meu nome pessoal, obviamente, uma apreciação critica, positiva e boa, desta grande obra que publicou para interesse de todos nós. E mesmo que chegasse, creio, que a nossa voz, a Lisboa, sempre haveria, como nós sabemos, algumas vozes, normalmente os costumeiros é que habitualmente, medíocres, as gostam de abafar.

----- Mas vamos ao assunto. Embora saiba que é da sua complexidade e não obstante haver tido alguma formação em Coimbra, sobre esta matéria complexa que é a economia, sinto-me perplexo, se não confuso com o momento que vivemos. E mais perplexo fico, quando vejo que nenhum economista ousa manifestar de forma acessível e credível e indiscutível uma saída para a crise. Vejo sim, normalmente, são vozes concordantes, vozes discordantes, vozes que impugnam, vozes que apoiam, vozes que destroem, enfim, um mundo de ideias ao gosto pessoal de cada um. Isto lembrou-me e confirmou-me um certo descrédito em que muitas vezes os economistas vivem.

----- E eu recordo que li um dia num livro e creio que em Portugal só existem 2 economistas que são capazes de baixar ao povo e usar uma linguagem acessível neste mundo complexo, que é o Dr. César das Neves, Professor na Universidade Católica e um professor de economia que reside em Londres, onde é professor, Dr. António Pereira. E recordo que li num livro que uma certa vez, os investigadores neste mundo da economia, consultaram os melhores escritórios ou gabinetes de economistas dos Estados Unidos, e fizeram a pergunta - quais eram as previsões que eles viam para o ano que se seguia - mas tiveram o cuidado, também, de fazer a mesma pergunta às empregadas de limpeza desse mesmo grande gabinete de economistas e curiosamente, no fim do ano, desse tal ano, chegaram à conclusão de que as previsões feitas pelas mulheres da limpeza se aproximavam mais da realidade do que as previsões dadas pelos economistas.

-----No nosso caso, todos nos confrontamos dia a dia com teorias e opiniões. Contudo nem eles os apresentam como discutíveis, nem nós os aceitamos como certos. Alguns de nós têm como certa alguma destas teorias?

-----Vejam. Qual é o caminho a seguir? Será de facto o alívio fiscal? Alguém garante que é essa a solução para sair da crise? Será o da pressão fiscal? Será a do investimento público? Será a dos aumentos salariais? Será, como agora diz o Bloco de Esquerda, impedir que os ricos façam despedimentos? Será a nacionalização da banca com problemas? Será a oposição deixá-la ir à falência? Será a taxação gravosa dos que auferem melhores rendimentos? Será o da proibição dos despedimentos? Enfim, alguém garante que a sua opção é a melhor para o futuro do País? Certo que não há uma varinha mágica para a economia, cada um de nós, com base fundamentalmente no nosso bom senso podemos emitir a nossa opinião mas com fundamento naquilo que viu e naquilo que vê, por forma a melhorar ou atenuar a crise que vivemos no País e localmente.

-----O que vemos afinal? Mas o que vemos afinal? Que Trás-os-Montes e Bragança concretamente, nunca foi enquadrado num planeamento ao nível das outras localidades ou regiões, e não é por acaso que todos os críticos economistas e parece que aí acertam e que dizem que nunca houve em Portugal um planeamento capaz de alterar as assimetrias que se verificam.

-----Se assim tivesse sido visto, teríamos estradas condignas, não estaríamos na cauda de Portugal.

-----Teríamos um tecido industrial que o acesso fácil incentivaria. Eu recorde que Viseu e toda aquela zona do IP5 começou a ter investimentos, começou a progredir, começou a ser fonte de atracção a partir do momento que foi construído o IP5.

-----Um dia, um Presidente de Câmara duns dos Concelhos, meu amigo pessoal, porque me acompanhou desde os 10 anos no Seminário, dizia que o grande problema dele era responder à procura de instalação de empresas na região, com a construção do IP5.

-----Teríamos uma universidade, certamente, recorde que Vila Real não tem dificuldade em ver implementado a universidade, porque os professores que não existiam, vinham rapidamente do Porto até Vila Real, facilmente, rapidamente se deslocariam para suprir as falhas aí existentes.

----- Não tenho duvidas que o turismo em Trás-os-Montes seria totalmente outro se tivéssemos os acessos fáceis, com pólos de desenvolvimento e de investimento. Teríamos uma agricultura mais próspera, porque todo o acesso a facilitaria e não teríamos, obviamente, como

habitantes do norte, metade da renda per capita que tem relativamente, por exemplo, Lisboa e metade da renda per capita relativamente à média, à média europeia.....

----- Vejam, hoje, segundo as estatísticas Lisboa tem uma renda per capita da ordem dos 20.000€ enquanto que o norte, que não Trás-os-Montes, que não Bragança, tem uma renda per capita de cerca de 10.000€. É esta a realidade do País, isto é indiscutível, a essa realidade nenhum português, nenhum Bragançano, pode fugir. A má gestão dos nossos gestores, considerados, segundo há dias li numa estatística, os piores gestores da Europa. E o que é que vemos? Que continuamente enganaram os portugueses, estimulando-os ao crédito fácil, com documentos que diziam uma coisa mas depois na prática fazia outra, como ainda hoje verificamos, e Portugal e os portugueses endividaram-se por essa má gestão da nossa economia. E hoje, facilitando tudo, a compra da casa a prestações, do carro, do frigorífico, até estimulando enganosamente o estímulo às viagens, quando com empréstimos fáceis ou aparentemente fáceis. -

----- As medidas eleitoralistas a que nenhum dos governos fugiu, fazendo obras ou fazendo investimentos não rentáveis e que foram causa do esvaziamento dos cofres do Estado. Uma política que premiou esses gestores, isto só em Portugal é que acontece, gestores que está provado, haverem sido maus gestores e saem dos seus lugares para que foram voluntariamente, depois de 3 anos, com milhões de euros de compensação e com reformas de 20 e 30.000€ por mês, atentando claramente contra o cidadão comum e contra todos nós que vivemos com as dificuldades. A incapacidade e ??? eleitoral de reformar o Estado.

----- Andamos a ouvir há anos, há anos, que é preciso implementar reformas profundas, no entanto, a única reforma que se fez, foi a fiscal, que era a única forma de entrarem nos bolsos dos portugueses. Uma política, supostamente ambientalista, que, sem ouvir as populações, sem o seu acordo, sem o seu consentimento entraram nas suas terras impedindo o desenvolvimento local, sobrepondo-se a todo o poder local eleito democraticamente, afastando todas as decisões como que se uns sem terra, sem alma, sem infância, ruídos de frustrações, soubessem administrar melhor do que aqueles que o povo escolheu.

----- Eu, da geração de sessenta e nove, permita-me recordar-lhes o refrão que na altura entusiasticamente levantávamos e proferíamos “é proibido proibir” a isso é que nós assistimos, somos uma região, somos um Concelho que tem recursos naturais extraordinários. Recordo-me que, ainda há dias, o Presidente da Junta de Freguesia de França dizia - Nós temos os espanhóis

atrás de nós para explorarem as lousas de França - mas esses fundamentalistas não deixam, sabendo como sabemos, existem meios de atenuar, de atenuar uma exploração através de legislação própria. Temos cassiterite , temos tudo, até moscovite temos aqui em Trás-os-Montes, como ali acontece em Guadramil, temos tudo, temos recursos, temos recursos turísticos extraordinários, no entanto estão-nos a proibir, a proibir de utilizá-los em benefício das populações.....

----- Todos somos parte desse problema que queremos nele participar e construir.....

-----Que fazer? Que fazer perante isto? Acho que, crer num futuro melhor.

-----E como? Denunciando a mentira e a hipocrisia de falsos políticos. O que assistimos, eu já não digo que sejam desonestos, eu digo é que são, porque é mentira curiosamente em politica não é sinónimo de desonestidade, enfim, há mentiras que são possíveis. Eu já menti muitas vezes, até com os meus alunos, às vezes para bem deles e alguns estão-me gratos de lhes ter mentido.

-----Recordo que um dia houve um aluno que foi apanhado a fazer umas compras e sabia-se que era assim um bocado esquisito, uma aluna. E como é que arranjou o dinheiro? Roubou-o? Enfim, eu fui dizer que fui eu que lho dei, não dei nada, mas sei que eu fiz um bom serviço. E outras situações destas precisamente para bem deles, para os salvar de uma situação ingrata . O mentir não é sinal de desonestidade, mas alguns mentem-nos desonestamente, prometendo-nos coisas que não fazem, dizendo que as auto-estradas estariam feitas, a via rápida estaria feita em mil novecentos e noventa, que chegaria a Bragança. Ainda hoje não está concluída!

----- E eu falo com consciência e com conhecimento de causa porque fui vitima dessas perseguições.....

----- Lutar por políticos que amem a verdade, que tenham dado provas de capacidade, solidariedade e amor à justiça e à causa do povo injustiçado, que tenham como lema uma sociedade justa e humanizada, e eu como PSD, poderia dizer mesmo, que luto e lutarei por uma sociedade, não liberal, não liberal como começa a impor-se no meu partido, mas uma sociedade onde o socialismo humanista prevaleça, que demonstrem amor à sua terra e às suas gentes, que denuncia a marginalização a que temos sido votados durante anos, que sejamos determinados a servir e não a servir-se, como é apanágio ou que deve ser apanágio de qualquer politico que queira servir a causa pública, agir de acordo com os meios disponíveis, por forma a alterar o sofrimento daqueles que tiraram cursos e não obtêm emprego, estimulando-os para a criação de

empresas, prometendo o associativismo ou fomentando o associativismo empresarial, apoiar iniciativas, criar gabinetes de apoio, disponibilização de meios, etc. etc., reivindicar apoios comunitários. Terminaria com uma Moção. Posso ler esta Moção?..

-----**Presidente da Mesa** – A Mesa lê a Moção, que é para depois eu não ser acusado de que estive a dar tempo que já não era utilizável.

----- Ora bem, a Mesa tem uma Moção que diz :

“MOÇÃO

..... Considerando que vivemos e sentimos uma crise de consequências imprevisíveis;
..... Considerando que da crise, e tal como esta se apresenta, deve ser momento de acção imediata e não de crítica ou auto-crítica;.....
..... Considerando que Bragança cada vez mais se afasta da Europa e de outras localidades e regiões do País pelo esquecimento a que sistematicamente tem sido votada;.....
..... Considerando que os Bragançanos estão mobilizados para participar na gestão dos recursos disponíveis por forma a minorar os efeitos dessa crise;.....
..... Considerando que o empreendedorismo em Bragança e Trás-os-Montes só é possível com a alteração dos incentivos já existentes por forma a atrair o investimento nacional e estrangeiro;...
..... Considerando que Bragança dispõe de recursos naturais objecto de procura e que não podem ser utilizados por legislação específica, se não fundamentalista, específica das áreas classificadas,

..... A Assembleia Municipal, em sua sessão ordinária de nove de Fevereiro de 2009, aprovou a seguinte moção:.....

..... 1 – Que o Governo se apresse a dar início urgente às obras de construção das vias anunciadas, por forma a facilitar o acesso ao investimento;.....

..... 2 – Que seja revisto o programa de incentivos à fixação de empresas no interior;

..... 3 – Que as autarquias locais sejam reforçadas com fundos estruturais com objectivos específicos de fomentar o empreendedorismo;.....

..... 4 – Que seja revisto o Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho, por forma a que os recursos naturais aí existentes sejam postos, de imediato, e racionalmente, ao serviço

das populações, transferindo temporariamente a sua gestão para a Câmara Municipal, escolhida democraticamente.....

..... Dela deve dar-se conhecimento às seguintes autoridades:
..... Senhor Primeiro Ministro
..... Senhor Ministro da Economia.....
..... Senhor Ministro do Ambiente.....
..... Senhor Presidente da Comissão de Coordenação da Região Norte
..... À imprensa.”

-----Esta Moção é assinada pelo Senhor Membro da Assembleia Júlio de Carvalho, embora o não esteja, mas eu vou-lhe devolver a folha para estar, e julgo que me desempenhei da missão de a ler, por forma a poder ser entendido o que está na Moção.....

----- Nos termos Regimentais vamos registar inscrições para esclarecimentos sobre esta Moção.

----- Não havendo pedidos de esclarecimentos sobre esta Moção, registamos inscrições para intervenções sobre a Moção.

-----O Senhor Membro da Assembleia, Luís Pires, está-me a fazer sinal de que quer intervir? É que tem de ser mais claro, se não eu não sei se está a gesticular. Então o Senhor Membro da Assembleia, Luís Pires, tem a palavra para intervir.

-----**Luís Pires** – Muito bom dia a todos, um cumprimento especial à Mesa, à Assembleia, público, comunicação social.

-----Bom, confesso que não estava com o meu stack point voltado para este tema, não vinha com... mas podemos fazer algumas reflexões sobre o que o Dr. Júlio de Carvalho aqui falou e concretamente sobre a Moção que apresentou. Eu acho que é de todos conhecido que realmente aponta-se de uma forma indelével, um culpado para esta crise global que nós estamos a atravessar. Claramente há o indicio de que a Reserva Federal Norte Americana e a sua politica de taxa de juro reduzidas, tendencialmente para o valor zero, conjuntamente com as bolhas que foram criadas nos Estados Unidos, isto no tempo do Senhor Green Span, trouxeram este problema que nós estamos a atravessar no momento. Quando os Americanos deram por ela, a bolha imobiliária tinha crescido de tal maneira e a bolha também da industrial automóvel tinha descido de tal maneira que, embora passassem das taxas de juro de 1% para 5%, já não foi

possível desincentivar esse tipo de actividade e consequentemente essas bolhas estoiraram, estoiraram e criaram um problema que temos hoje entre mãos.

-----Também temos que ter noção de que a questão da moeda financeira e do funcionamento com transacções sem que haja valor que as sustente, trouxe também este tipo de problema, e isto arrastou-se, chegamos ao cúmulo de ter um País que faliu, não é? Um País que era tido como o 6º melhor País para viver e de um momento para o outro o País está em falência técnica, não é? Claramente a nível mundial existiu um problema, está localizado, agora há um problema muito grande, é que ninguém sabe, ninguém consegue apresentar o caminho adequado para resolver essa questão, aliás já começa haver e a poucos dias de uma eleição do Presidente dos Estados Unidos ou da tomada de posse, já começa haver quem fale na falha do pacote Obama, porque a politica que está a ser seguida, considera-se que não vai conseguir dar a volta à crise, aliás, os mais sépticos falam que se isto correr mesmo mal poderemos ter nos Estados Unidos um efeito, ou um problema parecido com aquele que houve na Argentina, que foi o País declarar insolvência e incapacidade de cumprir determinados compromissos e foi o problema que foi, a Argentina só agora é que começa a levantar-se, não é?

-----Portanto há um problema nível geral que é de difícil resolução criado claramente nos Estados Unidos e que se propagou também para o resto da Europa face ou em virtude das transacções económicas que existem entre os 2 continentes.

-----Também, a nível Nacional essa crise se faz sentir, como é óbvio não é? Nós estamos numa sociedade globalizada com relações comerciais entre vários países e em Portugal, como não podia deixar de ser, também se fez, principalmente, porque nós temos dois grandes clientes, digamos assim, isto falando de uma forma muito simplista, que é a Espanha e Alemanha, e como eles 2 sentiram essa crise, Portugal consequentemente também está a sentir essa crise.....

----- Eu acho, que se calhar tivemos alguma sorte com esse tal incentivo à política de habitação em que os bancos portugueses não se puseram em devaneios de tentar ganhar lucros fáceis com base em especulação nos Estados Unidos em Wall Street porque se não era muito pior, o capital ficou em Portugal, portanto, nesse aspecto a questão não está muito complexa, o problema está nos bancos e a relação que eles têm com os seus congéneres estrangeiros e os sistemas de empréstimos que têm com esses tipo de instituições estrangeiras.

-----De qualquer maneira, eu acho que a nível Nacional, se há uma coisa que nós temos de reconhecer e o Dr. Júlio de Carvalho falou aqui nisso, é que relativamente a este último governo,

se há coisa de que ele pode ser acusado, até por excesso, é por ser um governo reformista, as reformas foram realizadas, algumas com uma consequência mais concreta outras com uma consequência menos concreta, com efeitos mais positivos, menos positivos, uma coisa é clara e se vocês se recordarem, no início do mandato deste governo foi sabido e conhecido que toda a gente sentia, concordava que era necessário alterar, as coisas como estavam não podiam funcionar, era a Segurança Social, era a questão da sustentabilidade da Segurança Social, que era um problema muito importante, conseguiu-se resolver. A questão também da educação, com os problemas todos que têm existido, uma coisa é certa, havia que mudar muitas coisas, portanto, não estamos aqui a dizer que tudo se mudou de uma forma adequada, mas as mudanças têm que ser feitas e há uma monitorização que irá permitir no seu processo de que as coisas vão convergir com aquilo, com o interesse de todos e com interesse do País.....

----- Nós temos que perceber que os países têm que gerar dinheiro para poder fazer obras, esse dinheiro, como há bocadinho dizia o Dr. Júlio, poderá ir-se buscar de algumas formas e isso implica também na política Nacional dos Países.

----- Há quem diga que realmente a política de desafecção de impostos é mais positiva, há quem diga que o investimento do Estado é mais positivo, provavelmente a política de desafecção de impostos poderá, face a um cenário de pouca confiança, retraindo também o consumidor, portanto, fazendo com que não haja circulação de capital, não havendo circulação de capital, os stocks não são escoados, se não são escoados as fábricas não precisam de produzir, despedimentos, etc. e portanto estamos neste círculo vicioso.

-----Vindo um pouquinho mais para um patamar mais local ainda, concretamente na Moção que o Dr. Júlio apresentou, ao nível local também temos que perceber uma coisa, é necessário também, é necessário que as Autarquias tenham uma perspectiva de mais longo prazo. Eu acho que realmente, eu quando vos falo aqui e ando-vos a falar nisso não sei há quanto tempo, da estratégia, essa linha de rumo é isso que eu acho que tem faltado um pouco também a Bragança.

----- Bragança tem de ter uma estratégia, aquilo que eu digo, como é que é possível ao fim destes 12 anos nós estarmos a ver aqui uma bandeira deste Executivo, de apresentar por exemplo, uma zona industrial, eu acho que isto é que é claramente algo errado, não é agora ao fim de 12 anos do mesmo Executivo que se vai apresentar uma zona industrial, ela já devia ter sido vaticinada há 10 anos atrás. Isso era um pilar, aquilo que os economistas chamam um Stack Golden de fazer Bragança crescer. Era uma ferramenta importantíssima para Bragança ter

condições para prosperar, não é só as vias de comunicação, também são, mas não é só, nós temos exemplos de zonas que não têm vias de comunicação, não é tanto a nível Nacional, mas a nível internacional, por exemplo, República Checa, onde as empresas estão situadas graças a outro tipo de condições que são dadas a essas empresas, agora, claro, neste momento nós estamos a ver também que há muitas empresas a desmornar-se e se calhar se nós tivéssemos as vias de comunicação poderia haver algumas empresas que se desmornariam também aqui em Bragança, algumas, porque realmente não conseguiam singrar outras até por algum dos motivos ou seja, aproveitamento da crise para despedimentos etc., sabemos que isso acontece.

-----Relativamente aos pontos da moção que o Dr. Júlio apresentou aqui, eu começava pelo último, eu acho que nem é legal, nem é possível fazer-se aquilo que o Dr. Júlio preconizava, que era passar a gestão para a Autarquia, acho que está fora de questão, até pelo tipo de enquadramento jurídico que tem o Parque Natural de Montesinho, não tenho a certeza, mas creio que não é possível.

----- O ponto 3, da gestão, isso aí é um pouco de uma critica quase ao que se tem feito aqui em Bragança, não é? Eu acho que passar ou criar um pacote especial junto das Autarquias para que elas possam reagir a esta crise, não sei se será possível, agora o que eu acho que é possível, há incentivos fiscais, etc. há ferramentas que se podem colocar, agora o que eu acho que é possível é haver uma paragem da parte do Executivo, conversar, pensar e ver qual é que será também a nível local a estratégia que a Câmara vai seguir para lidar com esta crise.

-----É necessário pensarmos a nível global, a nível geral, a um patamar mais elevado, nacional, governo, é necessário pensarmos também a nível mais local, Câmara. E realmente uma palavra da Câmara nesse sentido, que nos permitisse ou que nos elucidasse sobre qual o caminho também que a nível local, dentro daquelas competências que a Câmara tem, com as quais a Câmara pode mexer, se será possível ou não também ajudar as pessoas, os residentes em Bragança, a sair desta crise. Porque há aqui dois problemas fundamentais, não tenhamos ilusões, não é? Com esta crise vamos ter um problema muito mau, que vai ser, as pessoas vão perder o emprego, portanto a questão social, digamos assim, com as pessoas que vão perder o emprego nestes anos, são fundamentais e eu também gostava de ver aqui uma palavra da Autarquia nesse sentido. O que é que vamos fazer para lidar de uma forma próactiva? Não vamos reagir? Aliás, neste momento já temos que reagir porque já é um bocado tarde, não é? Gostava também disso, acho que este ponto é quase uma critica... ..

-----**Presidente da Mesa** – Está terminado o seu tempo.

-----**Luís Pires** – Terminava dizendo ao Dr. Júlio que da forma que está esta Moção, não converge com aquilo que nós pensamos e não podemos apoiá-lo.

-----**Presidente da Mesa** – Não havendo mais inscrições, vamos por esta Moção à votação. ..

..... **Após análise e discussão foi a mesma Moção submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com dezasseis votos contra, três abstenções e sessenta e dois votos a favor, estando momentaneamente oitenta e um membros presentes.**.....

-----**Presidente da Mesa** - Eu pedia ao Senhor Proponente, para acrescenta na Moção a quem é que ela deve ser enviada, o proponente é que diz a quem é que é, não é a Mesa que vai decidir a quem é.....

----- Inscrições para Declarações de Voto. Senhor Membro da Assembleia, Luís Costa.

-----**Luís Costa** – A CDU votou contra esta Moção sobretudo pelas seguintes razões: Primeiro por considerar a Moção perfeitamente irrealista e inexecutável, portanto, juridicamente também nos parece que é impossível mudar o Estatuto do Parque, seria de ver do interesse primeiro de se mudar o Estatuto do Parque de Montesinho, a mim o que me parece é que se seguisse por essa via levaria à rápida, o que estava a propor no fundo o Dr. Júlio de Carvalho era a extinção pura e simples do Parque Natural de Montesinho, e depois do seu discurso muito contraditório, indo, felizmente que a seguir à geração de 69, veio a geração de 58/59, precisamente para pôr um bocado de ordem nas ideias baralhadas da geração de 69, fazendo precisamente e apontando pistas e na acção, portanto essa questão toda baralhada. Um exemplo muito rapidamente, o Dr. Júlio de Carvalho focou que nós temos os piores gestores da Europa, esqueceu-se de referir que também são os mais bem pagos da Europa e do Mundo, portanto temos aqui se calhar o, não sei se está a ver a diferença, eu vejo aí o demonstrador do nível de incompetência, que dizer, nós pagamos melhor aos mais incompetentes.

-----Como, por exemplo, também tem o pacote para as Autarquias, focou aí o papel das Autarquias, etc., depois um desinvestimento feito e preconizado há longos anos pelo seu Partido, pelo PS e pelo PSD, um desinvestimento precisamente no poder local, o corte de verbas ou o emagrecer das dotações do Estado para as Autarquias, do passar de competências que lhes competiam

-----**Presidente da Mesa** – Queira terminar, queira terminar a sua declaração de voto.

-----**Luís Costa** – Não nos parece que seja de forma alguma coerente a Moção que apresentou.

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.

----- Senhor Membro da Assembleia, Henrique Ferreira. Os senhores dois Membros da Assembleia do Partido Socialista têm seis minutos, podem utilizá-los.

-----**Henrique Ferreira** – Antes de mais nada, bom dia a todos, cumprimento especial para todos na medida em que já há um ano que eu não podia vir cá, e portanto é com grande satisfação que aqui estou. Cumprimentar ambas as Mesas, a da Câmara a da Assembleia, a vós todos e dizer que me abstive nesta votação diferentemente portanto da opção tomada pelo Grupo Parlamentar, pela Direcção do Grupo Parlamentar do PS, na medida que vi a Moção animada de boas intenções, apesar de alguns equívocos e apesar daquelas presumíveis ilegalidades que já aqui foram apontadas: de qualquer forma vi que a Moção era animada de boa fé e nesse sentido entendi que devia partilhar dessa boa fé. Muito obrigado.

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.

----- Senhor Membro da Assembleia, Bruno Veloso, faça o favor, para a sua Declaração de Voto. --

-----**Bruno Veloso** – Muito bom dia a todos.

----- Pelos motivos enunciados pelo meu camarada Luís Pires e líder da bancada, o Partido Socialista não podia senão votar contra esta Moção, até pela suas, não direi ambiguidades mas alguns pontos demasiadamente extemporâneos. Começamos, desde logo, pelo ponto das estradas. Temos um governo que assumiu um compromisso de que as estradas tão reivindicadas pelas populações nordestinas, serão concluídas numa data já fixada e portanto há já trabalhos em curso, nomeadamente a parte inicial dos levantamentos topográficos e portanto esse ponto perderia toda a actualidade.

-----Relativamente à pretensão, também o partido dela, de que sofreria de alguma ilegalidade da gestão do Parque Natural de Montesinho ser feita pela Autarquia, também me estranha nesta altura, que o Partido Social Democrata levante essa questão, porque aquando da discussão pública do Plano de Ordenamento a Câmara pouco disse. Será a troco de Veiguihas ou a troco de outra coisa qualquer, que manteve o silêncio? Depois do plano estar completamente aprovado a Câmara nada disse também sobre essa matéria, nada sabemos da Câmara.

----- Mas, de qualquer maneira, Sr. Membro da Assembleia Municipal, Dr. Júlio de Carvalho, é também com enorme prazer que vejo um dos seus pontos contrariar tudo aquilo que tem sido o Directório Nacional do PSD e toda a sua argumentação ao defender de facto que o investimento público, nomeadamente das estradas, é importantíssimo para o desenvolvimento das populações e para captar o investimento privado, que é exactamente o contrário de tudo aquilo que a sua Líder do Partido Social Democrata tem dito ao longo desse ano. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Para uma intervenção, no Período da Antes da Ordem do Dia, tem a palavra o Senhor Membro da Assembleia, José Castro.

----- **José Castro** – Excelentíssima Mesa, Executivo, meus Senhores e minhas Senhoras, a todos muito bom dia.

----- **Apresentou, por escrito o seguinte:**

..... “Na última sessão ordinária desta Assembleia discutiu-se e deliberou-se sobre a adesão do Município de Bragança à Comunidade Inter Municipal de Trás-os-Montes. Na altura, a CDU afirmou, e reafirma-o agora também, que *o governo* "ao impor um modelo de organização territorial para efeitos de associativismo municipal, não só intervém em matéria que é da exclusiva competência da Assembleia da República, como viola frontalmente a liberdade de associação dos municípios consagrada no artigo 253.º da Constituição da República Portuguesa, bem como colide de forma grosseira com o estatuto das autarquias locais na sua alínea q) do n.º 1 do artigo 165.º dessa mesma Lei Fundamental do País."

----- Afirmo também a CDU que isso não seria Regionalização, nomeadamente aquela que interessa à Região de Trás-os-Montes e Alto Douro. Desde esse momento, a Regionalização voltou à Ordem do Dia, com diversas manifestações de intenções às quais a CDU não deixou de estar atento, tão caro nos é este tema. Para a CDU, a não Regionalização do nosso País é *hoje* umas das principais razões pelas quais Portugal continua longe do progresso e da justiça social, nesta Europa que afinal tanto queríamos que fosse a Europa da Paz e da Cooperação. Com esta posição da CDU, nem todos estarão de acordo; desde logo aquelas Regiões a quem a adesão à União Europeia permitiu que atingissem níveis próximos da média do nível de vida europeu, quando não, o ultrapassassem mesmo.

----- E são várias as Regiões do nosso País que o conseguiram. Infelizmente não é o caso de Trás-os-Montes, a quem a adesão à União Europeia não permitiu reconhecer as suas necessidades em acessibilidades rodó e ferroviárias, as particularidades do seu tecido produtivo,

nomeadamente da sua agricultura e do seu potencial turístico, como também não permitiu atender às preocupações, entre outras, as relativas aos serviços públicos, à educação, à saúde, à justiça, e à segurança. Para estes casos, para o caso transmontano, houve sempre outras prioridades, houve sempre quem se meteu à frente, não tendo conseguido Trás-os-Montes mostrar-se, pôr-se em bicos de pés, dar murros na mesa suficientes para que fosse cabalmente reconhecida a sua circunstância diferencial *reconhecida*.

-----Como resultado, a injustiça que caracteriza hoje a sociedade portuguesa é sentida *ainda* mais ainda na nossa Região transmontana. Hoje em dia, os censos da população já não traduzem a sangria social em curso; a emigração pendular semanal deixa fora da nossa região os seus melhores anos de trabalho, quantas vezes até as suas próprias vidas, em estradas por onde buscam noutras regiões o que na nossa lhes é negado. Vão agora os pais, mas mais tarde ou mais cedo vão os filhos, e até há avós que já conseguem junto dos seus, no litoral, melhores condições assistenciais de terceira idade no Nordeste Transmontano. Toda uma população que geração após geração soube construir e construiu Portugal juntamente com todas as nossas outras regiões, mas que não conseguiu que a sua própria, a nossa Região transmontana, acompanhasse o desenvolvimento e nível de vida das outras regiões.

-----Podem nem todos concordar sempre com a CDU, mas seguramente que todos nós, transmontanos, concordamos que é sobretudo Portugal que fica mais pobre, pois não há países desenvolvidos com regiões deprimidas, excluídas, e abandonadas à sua sorte! E só a opção pela Regionalização do nosso País irá permitir descortinar futuro para o nosso território e a nossa comunidade, com uma redefinição das estruturas políticas do Estado que permita a cabal emancipação da nossa Região transmontana. Só quando o voto, a opinião, os anseios dos transmontanos contarem tanto como os das outras Regiões, independentemente de agora sermos mais ou menos do que antes, poderá fazer inverter este processo gradual de marginalização de Trás-os-Montes e *Alto Douro*.....

-----Assim, caros colegas membros desta Assembleia Municipal, não podemos voltar a dar condições a quem está interessado em adiar o futuro da nossa Região, sob pena de o perdermos para sempre. Assim, importa reafirmar que estamos firmes com o desenvolvimento da nossa Região de Trás-os-Montes e Alto Douro, na qual Bragança terá sempre um papel principal. Importa por isso reafirmar a nossa Região, pelo que peço à Ex.ma Mesa, para passar a ler uma moção nesse sentido:.....

“MOÇÃO

..... Considerando que:

..... A Região de Trás-os-Montes e Alto Douro tem profundas raízes históricas, naturais e culturais, todo um passado comum desde a consolidação da nacionalidade até à actualidade;

..... A Região de Trás-os-Montes e Alto Douro evoluiu de forma singular enquanto natureza e comunidade, consolidando o seu próprio território e a sua própria sociedade;

..... A Região de Trás-os-Montes, pelas suas características geográficas, demográficas e sociais diferenciadas, assume hoje no contexto do todo nacional, aptidões, capacidades e competências próprias;

..... A Região de Trás-os-Montes deve assumir o seu legado, entendido sempre como indispensável e insubstituível ao país;

..... A Região de Trás-os-Montes e Alto Douro tem necessidades, anseios e preocupações que lhe são comuns, e diferenciadas das restantes regiões do País;

..... A Região de Trás-os-Montes e Alto Douro deve por isso decidir de forma autónoma sobre as suas próprias infra-estruturas, designadamente nas áreas da Saúde, Educação, Agricultura, Turismo, Ordenamento do Território, premissas básicas para o seu desenvolvimento;.....

..... A Região de Trás-os-Montes e Alto Douro só conseguirá o reconhecimento dessas necessidades, anseios e preocupações, enquanto Região politicamente diferenciada das restantes regiões do País;.....

A Assembleia Municipal de Bragança, reunida a 9 de Fevereiro de 2009 delibera:.....

1. Exigir ao Governo a concretização do processo de Regionalização do País.

2. Defender a criação da Região Administrativa de Trás-os-Montes e Alto Douro;.....

..... O Grupo Municipal da CDU - (José Castro, Luís Costa).....

..... Cópia a enviar ao Presidente da República, Primeiro-Ministro, Presidente da Assembleia da República e todas as Assembleias Municipais da Região de Trás-os-Montes e Alto Douro. Líderes das Bancadas Parlamentares dos diferentes Partidos na Assembleia da República.”

..... Obrigado.

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado. Os Grupos Municipais do PSD e do PS, tem o seu tempo do Período da Antes da Ordem do Dia, esgotado, Regimentalmente se quiserem inscrever-se para pedidos de esclarecimentos, cada Grupo Municipal tem três minutos, portanto vamos fazer inscrições para pedidos de esclarecimentos sobre esta Moção.

----- Estou a registar pedidos de esclarecimentos. Não vejo nenhuma inscrição.

----- **Presidente da Mesa** - Inscreveu-se para pedidos de esclarecimentos? Então faça o favor. Para intervir não tem tempo, o PSD já não tem tempo, estava a dizer isso, é bom ter em atenção, nem o PSD nem o PS têm já tempo no período da Antes da Ordem do Dia, mas têm três minutos, foi isso que disse, e perguntei quem é que queria inscrever-se. Tem três minutos, que é aquilo que o Regimento atribui quando estão os tempos esgotados. Faça o favor.

----- **Júlio de Carvalho** – Sobre esta Moção queria dizer o seguinte: Eu não entendo o momento e a justificação da apresentação desta Moção, por que? E não encontro nela qualquer novidade, porque o PSD a nível de Bragança, a nível Distrital e a nível de Trás-os-Montes, sempre defendeu Trás-os-Montes como uma região própria, sempre a defendemos, não vejo motivos nem razões para apresentação desta Moção.

----- É evidente que o PSD, nós, e eu pessoalmente, sempre lutei por uma região de Trás-os-Montes, sempre disse pessoalmente e isto não vincula o meu partido, que eu serei um feroz lutador contra a regionalização e que irei pessoalmente fazer campanha, para que nenhum Bragançano, vote na regionalização que o PS está a propor, porque isso é enterrar cada vez mais Trás-os-Montes é destruir Trás-os-Montes, eu prefiro hoje, de longe, estar dependente de Lisboa a estar dependente do Porto, os do Porto são persecutórios, os do Porto são egotistas, os do Porto são tripeiros e não dão nada a Bragança. Portanto, esta foi sempre a minha tese pessoal, a minha tese pessoal, obviamente não é assumidamente do meu partido porque não está definida, mas não vejo razão para que esta Moção tenha, neste momento, lugar, eu acho que terá lugar sim, e adequadamente, quando de facto se iniciar o processo de regionalização e que provavelmente vai iniciar-se com referendo.

----- Portanto eu acho que o PSD não deveria nem abster-se, nem votar a favor e votar contra, pela extemporaneidade da Moção.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado,.....

----- Senhor Membro da Assembleia, Bruno Veloso, faça o favor.

----- **Bruno Veloso** – Muito bom dia a todos, mais uma vez.....

----- Eu começo por dizer que, de facto, hoje, as Moções apresentadas pecam pela sua extemporaneidade, mas esta do PCP peca essencialmente por vir a reboque de um debate que se está a iniciar e tentar tirar um aproveitamento politiquero de uma determinada situação em que nada beneficia aquilo que é uma causa, que é a causa da Regionalização.....

----- As exigências imediatas que aqui se fazem são de todo descabidas, desde logo porque o governo do Partido Socialista em nenhum ponto no seu programa de governo defende para esta legislatura a regionalização. E se há algum benefício que tem de se dar ao Partido Socialista é que está a trazer para a ordem do dia, este debate, mas trá-lo de uma forma séria, e o PCP traz-nos aqui elencados alguns pontos, e desde logo se assume inclusivamente sem sustentabilidade, pelo menos apresentável nesta Moção, as matérias concretas sobre as quais as regiões administrativas que aqui o PCP diz que têm de ter uma autonomia. E eu entendo por autonomia um completo controle administrativo e político em determinadas áreas que o PCP aqui elenca sem nos apresentar os motivos e quais são as atribuições e competências, etc., etc., etc. e portanto isto não pode ser a troca de chavões e a troca de pequenos pontos que se podem debater.

----- Eu, pessoalmente, tem sido público, através até das minhas funções enquanto dirigente político a nível da região de Trás-os-Montes, também defendo, obviamente, a criação das regiões em Portugal e em segundo lugar, mas defendo em primeiro lugar e é preciso que fique claro e o Partido Socialista defende a criação da instituição da regiões em Portugal e defende também que de facto se deve criar a região de Trás-os-Montes e Alto Douro, esta é a minha posição pessoal, mas não faço como outros fizeram, no passado, a troca de não existência de nenhuma regionalização, andar para aqui a brincar e a defender coisas e andar a reboque de algumas coisas e portanto eu não destruirei qualquer processo de regionalização, mas defenderei sempre a criação da região de Trás-os-Montes e Alto Douro.

----- De qualquer forma também não posso concordar, e tenho que aqui o dizer, com aquilo que foi dito pelo Dr. Júlio de Carvalho, porque os do Porto são tripeiros, mas são, acima de tudo, portugueses, e portanto se tiver que trabalhar e até num quadro inter-regional, também, obviamente o faremos. Agora é importante que estas questões sejam levantadas no seu devido tempo e que sejam discutidas de uma forma séria e de uma forma serena, para que de facto se todos nós defendermos e abraçarmos a causa da regionalização o façamos de forma a que ela seja de facto uma causa triunfadora e que não percamos mais dez anos, porque o que é certo é que no último referendo também infelizmente em Trás-os-Montes não conseguimos nós regionalistas passar a mensagem e de facto a nível de referendo também fomos derrotados na altura e portanto.....

----- **Presidente da Mesa** – Está terminado o seu tempo, está terminado.

----- **Bruno Veloso** – Concluo já Sr. Presidente. É preciso, de facto, debater esta questão muito concretamente para que, de facto, esta regionalização seja também uma regionalização feita pelas populações e que as populações a abracem.

----- Moções destas, extemporâneas, politiquieras e, de alguma forma, vir a reboque de um debate e tentar-se impor, de facto, com esta tipo de Moções, o Partido Socialista não pode aprovar. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Senhor Membro da Assembleia, Luís Vale, tem a palavra, dentro do seu tempo de cinco minutos, no período de Antes da Ordem do Dia, portanto em prejuízo do tempo que lhe restará para a sua intervenção, para a sua inscrição.

----- **Luís Vale** – Muito obrigado, Sr. Presidente, um cumprimento antes de mais à Mesa da Assembleia, à Mesa da Câmara, Senhores Presidentes de Junta, Membros desta Assembleia, público e comunicação social.

----- Só duas notas. Como é lógico podia começar sempre por agradecer o elogio feito publicamente pelo Dr. Júlio de Carvalho, o inesperado elogio feito, mas também dizer-lhe a si e a todos, que não terá sido mais do que o resultado da verificação de uma ausência de uma lacuna, relativamente a esse culto de referência na região.

----- Depois, relativamente a esta Moção, gostava de dizer que concordo plenamente com o que é aqui dito pela CDU e gostava de enfatizar e dar relevo ao ponto 2, de facto, de que o Bloco de Esquerda, enquanto partido que defende a regionalização para o nosso País, terem defendido, sempre a defendeu, nós particularmente aqui em Bragança defendemos que esta região também deve ser criada separadamente da grande região norte que está prevista na proposta do PS, e portanto, acabaria a minha intervenção sugerindo aos proponentes que lhe acrescentassem que aqui no envio de cópia, fosse acrescentado aos representantes das Bancadas Parlamentares da Assembleia da República, porque só está referido ao Presidente da Assembleia da República, não sei se isso, por inerência, é distribuído ou não, mas acho que não estorvaria estar aqui a referência aos diferentes Grupos parlamentares. Era isso, obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

----- Senhor Membro da Assembleia, José Castro, tem 1 minuto de tempo disponível para intervir, mas poderá sempre socorrer-se de depois acrescentar numa declaração de voto, o que queira fazer, mas pedia-lhe para respeitar o tempo que tem disponível.

----- **José Castro** – Ora bem, em primeiro lugar dizer que se aceita a proposta do Luís Vale, acrescentar também os Líderes dos diferentes partidos

----- **Presidente da Mesa** – Se eu entendi bem, Líderes das bancadas, das Bancadas Parlamentares dos diferentes partidos.....

----- **José Castro** – Aos partidos políticos.....

----- Costuma-se dizer, o povo diz, e com razão, que candeia que vai à frente alumia 2 vezes, e dizer que não estamos a discutir a regionalização, para quem acabou de realizar um Congresso e que fez ponto de honra na Comunicação Social, precisamente sobre a regionalização, parece-me no mínimo demagógico. E de uma forma séria é o que a gente põe aqui, de uma forma séria é o que a gente põe aqui. E este é um momento decisivo, porque eu não creio que a gente vá ter muitas oportunidades. Diz que vai acabar o último Quadro Comunitário de Apoio e quando nós vemos o Primeiro Ministro apresentar regiões a começar do sul a vir para norte e adivinhamos mais tarde ou mais cedo o que fez no Alentejo, vai fazer cá em cima com a região norte, a falta de uma posição inequívoca de Bragança a favor da região de Trás-os-Montes e Alto Douro, só pode ser prejudicial para a nossa região, e por isso é que dizemos que ao longo destes tempos todos, nem todos concordamos com as posições da CDU, umas concordamos outras vezes não, isto não são umas posições da CDU, estes são uma posição para Trás-os-Montes e Alto Douro, e este é um momento decisivo e se nós aprovarmos esta Moção aqui e ela for enviada a todas as Assembleias Municipais da região de Trás-os-Montes e Alto Douro, eu não tenho a menor dúvida que isso fará repensar o governo na sua intenção de facto de juntar-nos com entre Douro e Minho e ir aproveitar os nossos índices de qualidade de vida, claramente abaixo da região do Porto, para justificar mais meios para investir nesse cordão litoral de Viana do Castelo, Braga e Porto.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado.

----- Senhores Membros da Assembleia vamos então votar a Moção da CDU.

.....**Após análise e discussão, foi a mesma Moção submetida a votação, tendo sido Rejeitada, com sessenta votos contra, doze abstenções e nove votos a favor, estando momentaneamente oitenta e um membros presentes.**.....

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de Voto?.....

----- Portanto o Senhor Membro da Assembleia, Júlio de Carvalho, faça o favor.....

----- Depois temos duas inscrições para declaração de voto, pelo Grupo Municipal do PS, que é o Senhor Membro da Assembleia, Luís Pires e também Henrique Ferreira e o Senhor Membro da Assembleia, José Castro. É isto não é? Está inscrito, inscreveu-se para uma declaração de voto, faça o favor.

----- **Júlio de Carvalho** – O PSD votou contra, pelos seguintes motivos:

----- Primeiro - porque isto não passa de um plágio relativamente à postura permanente e constante do PSD.

----- Segundo - porque o PSD já apresentou, aqui nesta Assembleia, propostas aprovadas a defender a regionalização com base em Trás-os-Montes.

----- Terceiro - porque esta é uma colagem que o Partido Comunista faz ao PSD, que sempre defendeu a região de Trás-os-Montes e não a posição do Partido Comunista, que no seu programa e na sua campanha sobre regionalização, defendeu desde sempre, e como eu conheci sempre, a região do Distrito de Bragança.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

----- Senhor Membro da Assembleia, Luís Pires, tem a palavra, para uma declaração de voto. Dispõe de três minutos, estou certo de que não os gasta, faça o favor.

----- **Luís Pires** – Bom, meus caros amigos, este tipo de moções é aquilo que eu considero que não abonam em nada o debate sobre assuntos importantes para a nossa região. Eu fiquei, hoje, aqui ,a saber, que para a CDU é mais importante a política municipal para o ambiente do que a regionalização. Se vocês quisessem debater este assunto com seriedade, tal como agendaram aqui um ponto, para a política municipal do ambiente, teriam também agendado um ponto, sobre a regionalização. Não é sério vir aqui com uma proposta de, é pegar ou largar, este é um assunto importante, é necessário debatê-lo com rigor com seriedade e com tempo, não acho honesto este tipo de atitude que vocês tiveram aqui.....

----- Portanto, nós somos a favor da regionalização, o nosso voto não expressa a negatividade relativamente à regionalização, agora, somos contra este tipo de ferramenta que vocês vieram aqui apresentar.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado.

----- Senhor Membro da Assembleia, Henrique Ferreira, queira proferir a sua declaração de voto. --

----- **Henrique Ferreira** – Muito obrigado Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

----- Eu também me abstive nesta votação, primeiro, pelas razões que já foram aqui anunciadas pelo meu colega de bancada, Luís Pires, segundo, porque lamentavelmente e isto também é um recado para o PS, o assunto regionalização está como está, está como ficou há onze anos, ou seja, não há produção teórica, não há produção empírica sobre a regionalização e nesse sentido, tanto sabemos hoje sobre a eficácia ou ineficácia da regionalização como sabíamos há onze anos. E é evidente que é necessário saber se é com a regionalização que vamos desenvolver o País ou com que forma de regionalização vamos ser útil ao País, porque podemos, com uma qualquer regionalização, vir a aumentar as despesas públicas de uma forma assustadora e sermos prejudiciais ao País na estratégia de regionalização que utilizarmos.....

----- Até ao momento, não há dúvida nenhuma que o maior centralizador em Portugal foi ainda o maior regionalizador, foi o Dr. Salazar, há quarenta anos que existem as regiões plano, foram criadas em sessenta e sete, estão na mesma como foram criadas na altura, não se avançou, em quarenta anos não se avançou nada. Mas também não se avançou no que se devia ter avançado, em discutir, nomeadamente em política comparada e em administração pública comparada.

----- Os efeitos da regionalização nos países de tradição centralizadora, em França, na Espanha, no sentido de saber que formas de regionalização nos podem ser úteis e vamos entrar num debate sobre a regionalização, eventualmente, e continuamos a discutir o sexo dos anjos, porque continuamos a não ter elementos bastantes para de uma forma científica, de uma forma rigorosa, discutirmos que modelo, podendo o povo fazer-nos, como fez em noventa e oito, ou seja, perante esta ambiguidade, voto contra, este é o meu maior medo.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

----- Senhor Membro da Assembleia, José Castro.....

----- **José Castro** – Naturalmente que o voto da CDU foi a favor desta Moção, como sempre foi a posição da CDU, a favor da região de Trás-os-Montes e Alto Douro.....

----- E o Dr. Júlio de Carvalho que aqui falou, que aqui falou de maus políticos, eu vou-lhe relembrar, se não se lembra, que de facto o Partido Comunista Português propunha o modelo de regionalização apoiado nos Distritos do País, mas que quando se começou a discutir o problema da regionalização, o que a esquerda na Assembleia da República aprovou, PS, PCP e Bloco de Esquerda, foi a região de Trás-os-Montes e Alto Douro, aprovada em Assembleia da República e nunca posta em vigor, porquê? Porque passado dois dias o Primeiro Ministro

Guterres juntou-se com o Professor Marcelo e armaram o cambalacho do referendo e a partir daí começa toda a gente a vacilar, como vacilaram hoje, e como vão continuar a vacilar e a partir daqui vamos ter.. e portanto, esperemos para ver o que vai acontecer até à próxima Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, e vamos ver qual vai ser a região que vai ser anunciada pelo Sr. Primeiro Ministro. Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

----- Para uma intervenção no Período de antes da Ordem do Dia, tem a palavra o Senhor Membro da Assembleia, Luís Vale

----- **Luís Vale** – Uma vez mais, a todos, bom dia.

----- Gostava de abordar 3 ou 4 questões e questionar o Presidente da Câmara acerca dessas 3 ou 4 matérias. Começaria, por, face a esta eminente crise social também aqui em Bragança, saber que acompanhamento tem sido feito para acautelar os males maiores, para as famílias e para as empresas.

----- Depois, relativamente a algumas notícias que têm saído aqui na comunicação social ,regional, é referido, na semana passada que foram aprovados cento e setenta e três milhões de euros num programa operacional de cooperação transfronteiriça e a pergunta é saber quais são os projectos que estão pensados ou projectados ou realizados e que também estão contemplados neste programa operacional.

----- Depois, relativamente ao Parque Natural de Montesinho, que também na última semana foi notícia e a região teve a visita do Senhor Secretário de Estado do Ambiente, gostava de lhe perguntar o que é que se passa com a porta de Bragança, porque é que em Vinhais já está inaugurada, aberta, e em Bragança continua a não existir.....

----- E relativamente ao Plano de Ordenamento, que já aqui hoje foi referido, é um processo concluído ou não, e como reage o Presidente da Câmara Municipal de Bragança à afirmação do Senhor Secretário de Estado do Ambiente, quando diz que a participação das Câmaras para tomar decisões é dispensável.

----- Por fim falar-lhe da Revista Brigantia, eu não sei, não tenho conhecimento, não sei o que é que se passa, mas o que temos vindo a assistir, é que ao longo do tempo, não sei se por critérios de edição, mas tem sido um projecto que tem perdido a sua importância, passou de várias revistas anuais para uma anual e mesmo assim, e isto reportando a meados de Janeiro, a de 2008 ainda não foi editada. e portanto e porque considero que é um projecto importante para as simbologias, para as imaterialidades locais e regionais e acho que é mesmo um

projecto que tem alguma notariade nacional e é uma referência a nível nacional e mesmo transfronteiriça, saber se há alguma informação que possa ser dada acerca do que é que se passa. E era isso.

----- **Primeiro Secretário da Mesa** – Muito obrigado Senhor Deputado, eu não tenho aqui indicação de mais inscrições para este ponto da Ordem de Trabalhos, que é o período de Antes da Ordem do Dia, sendo assim, passaríamos ao ponto seguinte.....

----- Antes disso, eu vou dar aqui a indicação que tenho de alguns Membros da Assembleia que não assinaram a presença. Na bancada do PSD, não assinaram: António de Almeida Dionísio, José Joaquim Meireles Salgueiro, Martinho Eduardo Nascimento, Nuno Filipe Machado Reis. Na bancada do Partido Socialista, não assinaram: Armando Pinto Bento e Lídia Gomes Valinho. Nos senhores Presidentes de Junta, não assinaram: Carrazedo, Castrelos, Salsas, Serapicos. De maneira que se estiver algum presente, que venha aqui.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

----- Terminado o período de Antes da Ordem do Dia, entramos no

PONTO 4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA.....

PONTO 4.1 – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE O ESTADO E VIDA DO MUNICÍPIO.

ESTADO E VIDA DO MUNICÍPIO

Conforme alínea e) do nº.1 do art.º 53 da Lei 5-A/2002, apresento para apreciação a presente informação escrita da situação financeira do Município e das actividades e decisões mais relevantes tomadas pela Câmara Municipal, no período que decorreu desde a última Sessão da Assembleia Municipal, que teve lugar a 15 de Dezembro de 2008, até à presente data, envolvendo processos agendados para reunião de Assembleia Municipal e outros assuntos, de que se faz uma síntese das principais matérias.

1 - DEPARTAMENTO DE GESTÃO GERAL E ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

1.1 - Divisão Financeira

1.1.1 - Secção de Taxas, Licenças, Contra-Ordenações, Execuções Fiscais e Metrologia

As actividades no âmbito da Secção decorreram com regularidade ao nível da arrecadação de receitas, do serviço de Contra-Ordenações e de Execuções-Fiscais.

1.1.2.1 - Transferências para as Juntas de Freguesia: no período em avaliação, foram decididas transferências no valor de 135.810,00€, assim distribuídos: **Baçal** – 50.000,00€, reconstrução do Centro de Convívio da aldeia de Vale de Lamas; **Samil** – 25.000,00€, conclusão da 1.ª fase das obras de requalificação do Santuário de S. Bartolomeu; **Sé** – 1.850,00€; **Sendas** – 5.700,00€, colocação de 50 caixas de contadores de água, na aldeia de Vila Franca; **Macedo do Mato** - 12.902,00€, colocação de 114 caixas de contadores em duas aldeias da Freguesia (64 em Frieira e 50 em Macedo do Mato); **São Pedro de Sarracenos** - 6.500,00€ construção de passeios e muro de sustentação de terras; **Serapicos** - 33.858,00€, colocação de 297 caixas de contadores nas três aldeias da Freguesia: 89 em Vila Boa, 44 em Carçãozinho e 164 em Serapicos.

1.1.2.2 - Subsídios e participações: no período em avaliação, foram decididas transferências no valor de 34.945,01€, assim distribuídos: **APADI – Associação de Pais e Amigos do Diminuído Intelectual** – 9.445,01€, repavimentação da rampa de acesso ao edifício Sede da Instituição; **Associação Cultural dos Amigos do Parque de Montesinho** – 2.800,00€, restauro do telhado e pavimentação da envolvente da Sede da Instituição, sita no Castro de Soutelo, Freguesia de Carragosa; **Fábrica da Igreja Paroquial de Izeda** - 14.000,00€, execução da 1ª fase das obras de requalificação do adro da Igreja Matriz da Vila de Izeda; **Serviços Sociais do Pessoal da Câmara Municipal de Bragança** - 3.100,00€, para apoio à realização do plano de actividades anual; **Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Bragança** – 15.600,00€, limpeza e desinfeção de cisterna.

1.1.4 - Secção de património, Notariado e Aprovisionamento

Durante o período que medeia de 27 de Novembro de 2008 a 19 de Janeiro de 2009, foram abertos 22 procedimentos por Ajuste Directo referentes à aquisição de bens e serviços. Tendo decorrido a fase de adjudicação de alguns procedimentos - Ajuste Directo - o valor total da despesa adjudicada perfaz 349.985,40€.

Foram emitidas pelos serviços e enviadas aos fornecedores 383 Notas de Encomenda, no valor total de 405.839,32€, correspondendo a uma despesa de capital de 125.11,91€, enquanto que a despesa corrente ascendeu ao montante de 280.727,41€. Foram inventariados 1224 bens móveis.

1.2 - Divisão Administrativa

No âmbito desta Divisão, destacam-se para além da actividade diária de preparação de agendas para Reunião de Câmara e Assembleia Municipal: produção de certidões; registo e classificação de documentos, neste capítulo de referir a entrada cerca de 3.720 documentos; foram emitidos nestes meses, 9 certificados de Registo de Cidadãos da União Europeia.

Na **Secção de Recursos Humanos**, salienta-se que decorrem/decorreram os seguintes processos; 7 relativos a concurso externo; 55 relativos a concurso interno; 2 processos concursais; 2 contratos de

trabalho a termo resolutivo; 12 aposentação/pensão de sobrevivência. Estão a decorrer 4 estágios profissionais ao abrigo do PEPAL e 7 estágios curriculares, integrados na formação académica dos respectivos estagiários.

Na **Secção de Cadastro e Remunerações**, são realizadas as tarefas de processamento de salários, e informação de controlo de despesa com pessoal.

No **Sector de Arquivo**, foram disponibilizados, para consulta, mais de 170 documentos e processos diversificados, de salientar a incorporação de 35 metros de massa documental, tendo sido avaliada para posterior eliminação, cerca de 10 ml de documentos. Repostos os recursos humanos neste sector, deve-se iniciar a reestruturação do Arquivo Histórico.

1.3 - Divisão de Informática e Sistemas

Destacam-se como actividades mais relevantes: actividades relacionadas com a reestruturação do site autárquico; preparação de projectos no âmbito do SAMA (Modernização Administrativa), em colaboração com a Associação de Municípios da Terra Fria; aplicações de gestão SIGMA; assistência técnica às Escolas; desenvolvimento de diversos processos relativos a aquisições de equipamentos informáticos; administração e gestão de infra-estruturas tecnológica: rede de dados, servidores, antivírus, web-site, backups, utilizadores, email, acessos Web.

2 - DEPARTAMENTO SÓCIO CULTURAL

2.1 – Sector de Educação – nesta área de actividade, destaca-se, a distribuição de prendas de Natal às crianças das escolas do meio rural do Concelho de Bragança. Colaboração no Júri do Concurso de Presépios 2008 – 41 Presépios (17 na modalidade inovador e 24 na modalidade tradicional).

Escola de Trânsito - Planificação e calendarização das sessões para Março, Abril, Maio e Junho de 2009 a partir dos dados fornecidos pelos Agrupamentos Escolares.

2.2 - Área Cultural

Centro de Arte Contemporânea Graça Morais - Nas sete salas de exposição destinadas à pintora Graça Morais, encontra-se patente a exposição “As Escolhidas – 1994”. Inaugurada a 12 de Dezembro, vai estar patente até 28 de Fevereiro.

Foi também inaugurada, no mesmo dia, no núcleo de exposições temporárias a exposição - Escultura Abstracta nas Décadas de 1960-1970, colecção da Fundação de Serralves com obras de Armando Alves, Alfredo Queiroz Ribeiro, Ângelo de Sousa, Joaquim Vieira, João Machado, José Rodrigues e Zulmiro de Carvalho.

Durante o mês de Dezembro 1.459, pessoas visitaram o Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, na maioria portugueses. Desde a abertura, até 31 de Dezembro, visitaram o Centro 12.098 pessoas.

Exposições no Centro Cultural - Desde o dia 21 de Novembro está patente, na sala 1 do Centro Cultural a exposição de fotografia “ O Quadrado e o Círculo”, da autoria de Alexandre

Rodrigues. A exposição reúne 23 imagens, captadas pela objectiva, que retratam lugares ou fragmentos de cidades, como Bragança e Porto.

“Máscaras – A Transfiguração, Exposição de Escultura de António Nobre” é o título da exposição que está patente, na sala 2, do Centro Cultural Municipal desde o dia 06 de Dezembro de 2008.

A Exposição inclui 19 esculturas e uma serigrafia.

Durante este período o número de visitantes da galeria de exposições temporárias no Centro Cultural de Bragança foi de 321.

O **Museu Ibérico da Máscara e do Traje** - No mês de Dezembro 489 pessoas visitaram o Museu, destas a maioria de nacionalidade portuguesa, tendo sido realizadas 5 visitas guiadas, solicitadas por várias instituições de diferentes localidades. Desde a abertura até 31 de Dezembro, visitaram o Museu 32.717 pessoas.

O **Teatro Municipal de Bragança** - Espectáculos no período: Recital de Piano e Violino – Duo Ficiano; Companhia de Teatro – Grão de Bico; Kamasuna Ballet Company – Amar a Terra; Teatro do Elefante – Babel; Cultronica – Festival de Música Electónica, num total de 722 espectadores.

Biblioteca Municipal – Durante o mês de Dezembro, passaram pelo espaço 2896 utilizadores e na secção infantil tivemos algumas actividades, projecção de filmes com a presença de 215 crianças.

No âmbito da candidatura ao programa de Itinerâncias de Promoção da Leitura – 2008, esteve patente na Biblioteca desde o dia 12 Novembro até o dia 18 de Dezembro, a exposição “Aquilino Desconhecido”, sobre o escritor beirão Aquilino Ribeiro. A mostra foi constituída por 12 telas cronológicas ilustradas com textos, imagens e depoimentos sobre a vida e obra do escritor e está destinada aos estudantes do Ensino Secundário e ao público em geral.

Biblioteca Adriano Moreira – em fase de instalação com a aquisição de mobiliário e preparação do espaço, tendo a secção infantil da Biblioteca Municipal sido transferida para a sala polivalente.

2.3 - Área do Desporto - De salientar como actividades mais representativas: Gestão da distribuição das instalações desportivas; apoio à realização de torneios e competições oficiais; contacto com os clubes relativamente à cedência das Instalações desportivas; elaboração do suporte da carta Desportiva de Bragança; elaboração do Plano Anual de Actividades; colaboração na elaboração da Agenda 2009 da Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis.

No âmbito utilização dos equipamentos desportivos, de salientar que no mês de Dezembro, a piscina teve 3.134 utentes e os pavilhões 5.770.

2.4 - Área de Habitação e Acção Social - Atendimento social; realização de visitas domiciliárias nas freguesias rurais e urbanas. Foram concentrados esforços, no âmbito da Acção Social Escolar, em processos relativos à CPCJ de Bragança, e colaboração em processos do Rendimento Social de

Inserção (RSI). Gestão, acompanhamento e classificação dos processos de redução ou isenção no preço dos passes escolares, relativos ao ano lectivo 2008/2009.

No Sector da Habitação Social, destaque para Sinalização e acompanhamento de casos de pedidos de habitação urgentes. Estudo técnico específico de casos prioritários para realojamentos a realizar até Fevereiro de 2009. Intervenção na recuperação de casas vagas/devolutas destinadas para o plano de realojamentos em 2009.

2.5 - Área do Turismo - Durante o mês de Dezembro, no Posto de Turismo e Posto de Venda, na Cidadela, foram atendidos 340 turistas.

No Posto de Venda durante o mês de Dezembro 8 portugueses e 22 estrangeiros.

No Posto de Turismo foram atendidos durante o mês de Dezembro 100 portugueses e 210 estrangeiros, com destaque para os cidadãos espanhóis.

No âmbito deste Departamento, foi ainda aprovado um Protocolo de Comodato entre o Município de Bragança e a Fundação “Os Nossos Livros”, pelo qual o segundo Outorgante procede ao depósito pelo período de trinta anos, no Centro de Arte Contemporânea Graça Morais das obras de arte da FNL, consideradas com valor e a manter em condições adequadas de conservação e segurança.

3 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

3.1 - Divisão de Urbanismo

Muito embora o número de solicitações (entrada de requerimentos) à Divisão de Urbanismo se mantenha estável, verifica-se a tendência de decréscimo na construção privada, reflectindo a crise generalizada no sector da construção civil relativamente aos últimos três anos.

3.2 – Divisão de Obras - Concursos - Foram neste período abertos 4 concursos de onde se pode destacar o concurso para elaboração do projecto “Acesso ao Centro de Ciência Viva”, pela margem direita do Rio Fervença.

Adjudicações - Neste período foram adjudicadas obras e fornecimentos num valor de 3.840.923,20€ de onde se destaca a Duplicação da Avenida General Humberto Delgado, desde a Escola Abade de Baçal à circular interior, e a construção da Ciclovía na zona envolvente do IPB.

Facturação - No período foi realizada uma facturação no valor de 1.207.626,08€ para empreitadas e 57.855,50€ para outras acções.

3.2.1- Divisão de Equipamento - Obras de Administração Directa - Equipa de conservação de vias urbanas/conservação de edifícios – 20 intervenções com destaque para a reparação de fogos no Bairro Social da Mãe d’Água.

Parque de equipamento - Para além do apoio corrente às Juntas de Freguesia destacam-se os trabalhos de limpezas e manutenções da rede viária municipal bem como a limpeza de caminhos e ainda o alargamento da estrada de ligação entre S. Pedro e Alfaião.

Armazém - Destaque para a evolução de melhoria contínua no controle e gestão global centralizada, incluindo melhoramentos nas instalações físicas com ampliação de áreas cobertas e reorganização do espaço exterior para além da rentabilização de recursos humanos e eficiência de funcionamento.

4- DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS

4.1 - Divisão de Saneamento Básico

No ano de 2008 o consumo de água proveniente do sistema do Alto Sabor e sistemas complementares do rio Baceiro e Sabor foi de 2.473.296 m³. Do volume total de água fornecido à rede nesse ano, a ETA contribuiu com 87,3%, as captações instaladas em Cova de Lua e no rio Baceiro forneceram 10,4 % e a captação do rio Sabor 2,3%. Apesar do consumo de água ter aumentado, relativamente ao ano de 2007, em cerca de 1% (o que representa aproximadamente mais 25.000 m³) o fornecimento de água com origem na estação de tratamento de França reduziu em cerca de 1,5%, inversamente ao que aconteceu com a água proveniente do sistema do rio Baceiro que registou um aumento de 1,4%.

No que diz respeito às **águas residuais domésticas**, foram recolhidas e tratadas na ETAR de Bragança, no ano de 2008, um total de 1.488.403 m³ o que representa cerca de 99% do caudal residual tratado em 2007.

Com os serviços de **tratamento de água e de recolha e tratamento de águas residuais**, prestados pela empresa AGS, sistemas de gestão e salubridade, durante o ano de 2008, foram gastos € 442.928, 14. O que representa uma factura média mensal de € 23.739, 03.

No que diz respeito ao sistema de abastecimento de água à Vila de Izeda, foram comprados às ATMAD, durante o ano de 2008, um total aproximado de 90.000 m³ de água, proveniente da albufeira do Azibo, o que representou um encargo de cerca de € 55.000

No que diz respeito à área rural do Concelho, e na sequência da deliberação tomada em Reunião de Câmara do dia 13-03-2006, referente à aplicação de um tarifário de cobrança dos consumos de água e recolha/tratamento de saneamento e lixos, encontra-se a decorrer, em ritmo consistente, o processo de recolha e informatização de dados, relativo a novos contratos de fornecimento de água, e que progressivamente se estenderá à generalidade das aldeias do Concelho. Até ao ano de 2008, foram elaborados contratos em 85 localidades da área rural (das quais 45 durante o ano de 2008), num total aproximado de 7871 novos contratos.

No âmbito da **Secção de Águas**, na área rural, destaca-se em Valverde - ligação do furo ao reservatório e em Rebordáinhos - ampliação da câmara de manobras do depósito para a instalação de um sobrepessor, com variador de velocidade, para abastecimento de água à zona alta da aldeia.

Procedeu, para além dos trabalhos correntes de manutenção das redes, aos seguintes trabalhos: mudanças de nome de cliente – 53 processos; execução de novas ligações – 12; substituição de

contadores – 56; contadores abatidos – 100; fugas/reparações – 18; desistências – 44; reparação em escolas/edifícios públicos – 6.

Outros trabalhos relevantes – Em execução as seguintes empreitadas: colocação de caixas de contadores no exterior; fornecimento de reservatório de 50m³ e ligação do furo na aldeia de Babe e Bragada; renovação do sistema de adução de água, em alta, na aldeia da Réfega e Alimonde e a reparação de reservatórios nas localidades de Baçal, Oleirinhos, Carragosa e Carrazedo.

No âmbito da **Secção de Saneamento**, realizaram-se os seguintes trabalhos: manutenção da rede situações de substituição de tampas e grelhas; execução de ramais domiciliários; desobstrução de colectores (57) e limpeza de fossas (25) na área rural do Concelho.

Macedo do Mato – prolongamento da descarga da fossa céptica em 400m.

Transferência de Verbas - Tendo em vista a compensação financeira das Juntas de Freguesia, devido a trabalhos vários referentes a obras de beneficiação e reparação das Redes de Saneamento Básico existentes, que as mesmas levaram a cabo nos meses de Julho, Agosto, e Setembro de 2008, procedeu-se à transferência das verbas no montante global de 60.043,00€.

4.2 - Divisão de Defesa do Ambiente

Espaços Verdes – Salientar algumas das actividades das muitas desenvolvidas por este sector: Manutenção dos espaços verdes, no Parque da Braguinha, Junto ao GAT, Parque da Brasileira, Cemitério Sto. Condestável; Poda de arbustos no Bairro da Misericórdia, Estrada de Turismo, Rotunda Flor da Ponte, Jardim do Edifício Principal da Câmara, Parque da Braguinha, Canteiros do condomínio do Loreto; Plantações - 25 Cerejeiras, 62 Faias, 112 Cerejeiras e 27.470 Amores-perfeitos; 121 arbustos; Abate de 15 Choupos; Arranjo dos canteiros do Terraço do Teatro com plantação de 14 Cupressus sempervirens e 10 Juniperus horizontalis; Limpeza da quinta da Tereijinha; Captura de Cães, totalizando 19 canídeos; Corte de Pinheiros de Natal.

Protecção Civil Municipal – De referir a colocação de 130 toneladas de sal em todas as artérias municipais, passeios, escolas, instituições públicas e nas Juntas de Freguesia rurais, para minimizar o efeito da neve e gelo.

Rebaixamento de Passeios - A medida permanente de rebaixamento de passeios, junto a passeiras, permitiu a conclusão de mais 8 passeiras na Braguinha e Vale D'Álvaro, totalizando 207 rebaixamentos de passeios até à presente data.

Sinalização Vertical – No período em questão, foram desenvolvidos trabalhos de colocação de 5 novos sinais e manutenção de 13, repondo e reparando equipamento existente. Refira-se neste âmbito que a maioria das situações resultaram de actos de puro vandalismo.

Espaços de Jogo e Recreio - foram desenvolvidas, 17 acções de manutenção de equipamentos municipais, envolvendo a reposição de equipamento vandalizado.

Resíduos Sólidos Urbanos - Abordados os valores de produção na anterior Assembleia, importa salientar a iniciativa desenvolvida pela DDA em promover soluções que permitam o aumento dos valores de triagem. Neste âmbito foram reactivadas duas infra-estruturas subterrâneas localizadas na Rua Alexandre Herculano, permitindo somente a deposição de embalagens de cartão e plástico. Embora ainda não seja possível aferir as quantidades produzidas, a reacção e adesão dos comerciantes tem sido muito positiva, registando volumes de recolha assinaláveis.

Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (CMDFCI) - Em sede de CMDFCI foi decidido implementar um programa de realização de queimadas, consciente da utilidade da realização de queimadas, como prática cultural usada desde sempre para a renovação de pastagens no nosso território, e atendendo à importância crescente destas acções, na perspectiva da defesa da floresta contra incêndios.

4.3 - Divisão de Transportes e Energia - No âmbito desta Divisão, destaca-se a manutenção corrente das instalações eléctricas, incluindo os sistemas semaforicos, os sistemas de bombagem, fontes luminosas, sistemas de aquecimento e centrais hidroeléctricas, gestão do aeródromo; parques de estacionamento; transportes urbanos e Estação Rodoviária.

No que respeita aos transportes urbanos - linhas de STUB, procedeu-se à colocação de placas de paragem na rede e 8 abrigos. De salientar também, a aquisição de 3 autocarros Mercedes Sprinter City 65, num investimento total de 499.887,00€. No período em análise, verificou-se um aumento de receitas de 5%, uma diminuição em 14% no número de Kms percorridos, mais num incremento em mais 13% de passageiro (total 270.000), sinal de que a reorganização da rede, não prejudicou o serviço público, reflectindo-se em mais receitas e equilíbrio das despesas operacionais.

De referir, ainda, como trabalhos mais relevantes, realizados no âmbito desta divisão, limpeza do canal adutor para a central do Prado-Novo numa extensão de cerca de 800m; reestruturação das infra-estruturas eléctricas do parque de campismo de Rio de Onor; iluminação do elemento escultórico do cão de gado transmontano; concurso para a iluminação festiva das festas da cidade e de Natal.

No âmbito desta divisão foi tomado conhecimento do parecer favorável, emitido pelo INAC, relativo ao estudo de viabilidade do **Plano Director do Aeroporto Regional de Bragança**.

5 - Protocolos - Aprovados os seguintes protocolos: Acordo De Colaboração Técnico - Financeira entre o IMTT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I.P. e a Câmara Municipal de Bragança (N.º 26/08/PIDDAC IMTT) (Aquisição de 1 veículo pesado de passageiros) – Aprovado o referido Acordo de Colaboração, sendo o investimento global previsto de 72.812,70€+IVA, com uma comparticipação financeira, por parte do IMTT, no valor de 26.880,00€.

Protocolo de Colaboração a celebrar entre o Município de Bragança e a Arbórea – Associação Florestal da Terra Fria Transmontana (Cedência de espaço na Casa do Lavrador).

Acordo de pagamento de dívida assumida pela Sociedade para o desenvolvimento do Programa Polis em Bragança, S.A. ao Banco Santander Totta - Aprovada a proposta para que o Município de Bragança assumira o pagamento decorrente da transferência da dívida no montante de 909.241,11€.

Protocolo de Colaboração e Contrato de Comodato de um edifício do Domínio Privado do Município de Bragança, sito na Rua José Beça, N.º 46 à "Fundação Hispano-Portuguesa Rei Afonso Henriques" - Aprovado o referido Protocolo a título gratuito.

Protocolo de Cooperação entre o Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios do Ministério da Justiça e o Município de Bragança: Aprovado o referido Protocolo, que tem como objectivo a criação de condições adequadas ao desenvolvimento do Sistema de Mediação Familiar (SMF) na área geográfica do Concelho de Bragança.

6 - Foram ainda aprovados os seguintes assuntos: Plano de Urbanização de Bragança – Apreciação da ponderação das reclamações, sugestões, observações e pedidos de esclarecimento dos particulares, no âmbito da discussão pública do plano - aprovação da proposta final do Plano,. Para envio para a Assembleia Municipal, para aprovação final.

Homenagem ao Eng.º José Luís Gomes Pinheiro, que teve lugar no dia 06 de Dezembro de 2008, ex. Presidente da Câmara Municipal de Bragança, promovida conjuntamente pelo Município de Bragança e Junta de Freguesia de Rabal, na aldeia de Rabal, sua terra natal, que envolveu a atribuição do nome do Eng.º José Luís Gomes Pinheiro, ao antigo Largo da Fonte, agora requalificado e, o descerramento de um busto no mesmo espaço.

Alínea c) da condição quarta da escritura de cedência do direito de superfície sobre um prédio rústico, para a construção de dois hangares, outorgada em 10 de Janeiro de 2007, à “Aeronorte – Transportes Aéreos, S.A.” – prorrogação do prazo para início da construção dos hangares (1.ª fase): Foi aprovada a proposta de prorrogação pelo prazo de dois anos, terminando este período de prazo de prorrogação em 10 de Janeiro de 2010.

Contrato de Comodato de uma fracção autónoma de prédio em regime de Propriedade Horizontal, designada pela letra ‘C’, sita na Rua D. Afonso V – Bloco 4, 1.º Direito, em Bragança, ao “Centro Social e Paroquial de Santo Condestável”, tendo em vista uma resposta social de transição para as jovens maiores de 18 Anos do ‘Lar de S. Francisco’.

Relatório de Contas Norça-Norpesca 2008, no âmbito do protocolo de colaboração realizado com o Nerba, para a concretização da Feira, a título de subsídio, aprovada a transferência no montante de 22.391,82€ (com IVA incluído).

Cooperação Transnacional – S. Tomé e Príncipe - No dia 17 de Novembro, em Estrasburgo, conforme informação fornecida na Reunião de Câmara de 24 de Novembro de 2008, pelo Presidente da Câmara Municipal de Bragança, António Jorge Nunes, e pelo Presidente da Câmara Distrital de Água Grande (São Tomé e Príncipe), João Viegas da Costa Cravid, foi assinada a intenção de Geminação para o Desenvolvimento, no âmbito da realização das terceiras Jornadas Europeias de Desenvolvimento, numa cerimónia presidida pelo Comissário Europeu para o Desenvolvimento e Ajuda Humanitária, Louis Michel, tendo como objectivo a

dinamização do relacionamento e da cooperação descentralizada, com vista a alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, cumprindo um dos compromissos firmados em 2000 durante a Cúpula do Millennium, na qual os líderes mundiais acordaram em tomar a luta contra a pobreza uma prioridade nos países em desenvolvimento.

Como princípio de efectivação da Geminação, foi aprovada a doação da Varredora Bucher CityCat 5000, propriedade da Câmara Municipal de Bragança, à Câmara Distrital de Água Grande, equipamento que o Município já não utiliza, pelo facto do serviço de limpeza estar contratado.

Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da Administração Pública (SIADAP) no Município de Bragança (Estabelecimento dos objectivos estratégicos para o Ano de 2009).

Atribuição de Público Reconhecimento ao Ilustre Bragançano – Cónego Dr. Aníbal João Folgado – Como testemunho e reconhecimento do Município, pelos serviços prestados em prol do desenvolvimento da Rede Social do Concelho de Bragança, aprovada a proposta de distinguir com Público Reconhecimento, Medalha de Mérito e Diploma o Exmo. Senhor Cónego Dr. Aníbal João Folgado, em cerimónia pública que teve lugar no auditório Paulo Quintela no passado dia 30 de Junho.

Aprovada a contracção de empréstimo de longo prazo (vinte anos), no valor de 1.500.000,00€, para financiamento da componente de investimento autárquico referente à execução dos projectos “Construção dos Centros Escolares de Santa Maria e da Sé”, bem como a “Requalificação das EB1 de Rebordãos e de Quintanilha”.

Município de Bragança, 27 de Janeiro de 2008

O Presidente da Câmara Municipal

António Jorge Nunes, Eng.º Civil

Tomado Conhecimento.....

----- **Presidente da Mesa** - Senhor Presidente, tem a tribuna à sua disposição.

----- **Presidente da Câmara** – Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, restantes Membros, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social, um bom dia para todos.

----- Responderei às questões do senhor Deputado Luís Vale, em princípio, uma vez que não me deram oportunidade anterior, farei o possível.

----- A intervenção escrita sobre Estado e Vida do Município foi distribuída aos Senhores Deputados, seguramente que leram e portanto estarei disponível para respostas específicas. No entanto, e por isso passarei por toda esta documentação, de forma muito rápida.

----- Transferência para as Juntas de Freguesia no período em causa, foram decididas, é portanto um período muito curto, transferências no valor de 195.000€.....

----- Quero destacar que um dos projectos em que internamente o Município está mais activamente envolvido tem a ver com a reorganização do site da Autarquia, bem como a preparação de um conjunto de projectos no âmbito da Modernização Administrativa aprovados no QREN. O site passará a disponibilizar instrumentos de planeamento aos cidadãos, temos o plano de urbanização aprovado, passará a disponibilizar de forma interactiva muito mais informação do que aquela que disponibilizava, sendo certo que é já um site com muita informação disponível.....

----- Queria dar uma nota relativamente à parte Cultural, ela está descrita, as principais actividades. Saliento que hoje mesmo começa foi iniciado o processo de instalação mobiliário da Biblioteca Adriano Moreira e que existe uma disponibilidade de principio do Senhor Presidente da República para vir inaugurar em Abril, simultaneamente com a Sede Portuguesa da Fundação D. Afonso Henriques e com a Avenida, primeiro troço da circular.

----- Também alguns Protocolos realizados, foi realizado um Protocolo de Comodato entre a Fundação Os Nossos Livros e a Câmara Municipal, no sentido de no Centro de Arte Contemporânea serem guardadas um conjunto de obras valiosas da Fundação, que foram devidamente inventariadas.....

----- Na parte de saneamento básico, a informação é exhaustiva.

----- Também na Divisão de Transportes e Energia salientar o início de actividade de três novos autocarros e alguns dados que são importantes. Durante o ano de 2008, fez-se um reestruturação das linhas de Transportes Urbanos, processo no qual se apostava em primeiro lugar, num aumento de números de passageiros a transportar, numa redução de custos e também numa redução de quilómetros percorridos. O resultado foi o seguinte, pelo menos com os dados que já temos disponíveis: houve um aumento de receitas de cinco por cento; houve um aumento de passageiros transportados de treze por cento e uma diminuição de quilómetros percorridos de catorze por cento, ou seja, aquilo que parecia uma medida difícil de tomar, porque quando há mudanças há sempre reacções negativas, ela foi positiva para os utentes do serviço e para o Município.....

----- Relativamente aos trabalhos em curso, passava o primeiro acetato, são os três autocarros que estão ao serviço, num total de dezassete, mais dois autocarros de turismo, vinte e cinco motoristas, quatro linhas urbanas, sete rurais, seiscentos mil passageiros transportados em dois mil e oito e quatrocentos e noventa mil quilómetros percorridos.....



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

Divisão de Transporte e Energia

NOVOS AUTOCARROS – 28 LUGARES



STUB em números

- 17 autocarros
- 25 motoristas
- 4 linhas urbanas e 7 rurais
- em 2008: 600.000 pas. e 490.000 Km

ASSEMBLEIA MUNICIPAL * FEVEREIRO 2009



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

OBRAS EM EXECUÇÃO

FREGUESIA DA SANTA MARIA



Requalificação do Ex-Edifício do Banco de Portugal

– Futura Sede da FRAH (Fundação Rei Afonso Henriques) –

ASSEMBLEIA MUNICIPAL * FEVEREIRO 2009



----- Uma informação relativa à evolução das obras na futura sede portuguesa da Fundação Rei Afonso Henriques, praticamente realizadas. Também informação relacionada com a construção do Centro Escolar de Santa Maria, foi feito o contrato, as obras estão iniciadas, o projecto já foi apresentado.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

OBRAS EM EXECUÇÃO

FREGUESIA DA SANTA MARIA



Adjudicação da empreitada - 1.987.245,29€+IVA

ASS EMBLEIA MUNICIPAL ^ FEVEREIRO 2005



----- Uma informação de obras na Freguesia da Sé. A recuperação do antigo depósito de água, do Loreto, que serviu de base de armazenamento de água para alimentação de fontanários no centro da Cidade, envolvendo a recuperação da área envolvente da capela dos Senhores dos Aflitos e também uma ligação da Rua Dr. Damasceno de Campos para a Rua do Loreto, portanto, uma escadaria de ligação e arranjo do espaço. A imagem que está no lado direito.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

OBRAS EM EXECUÇÃO

FREGUESIA DA SÉ



Requalificação da Mãe D' Água do Loreto e envolvente da Igreja do Sr. dos Aflitos

Valor da adjudicação do projecto - 112.651,32€

ASS EMBLEIA MUNICIPAL * FEVEREIRO 2009



----- Esta informação relacionada com o Centro Escolar da Sé, também já iniciada, as obras estão em curso, tem prazo de execução de 10 meses, a empreitada foi adjudicada pelo valor indicado, portanto trata-se de uma obra que exige um esforço financeiro muito significativo. ...



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

OBRAS EM EXECUÇÃO

FREGUESIA DA SÉ



10 + 4 SALAS DE AULA

Centro Escolar da Sé

Adjudicação da empreitada – 2.349.452,68€+IVA

ASS EMBLEIA MUNICIPAL * FEVEREIRO 2009



----- Também a Avenida General Humberto Delgado, foi feito o contrato, a consignação dos trabalhos e as obras estão iniciadas, com o estaleiro instalado e nas próximas semanas começaremos a ter trabalhos em execução na via.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

OBRAS EM EXECUÇÃO

FREGUESIA DA SÉ



Duplicação da Av. General Humberto Delgado

Adjudicação da empreitada (1ª Fase) – 3.749.983,50€+IVA

ASS EMBLEIA MUNICIPAL * FEVEREIRO 2009



----- Passamos à Freguesia de Alfaião, temos em curso o alargamento da estrada de S. Pedro para Alfaião, por administração directa e também trabalho de calcetamentos, através de uma empreitada.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

OBRAS EM EXECUÇÃO

FREGUESIA DE ALFAIÃO



Alargamento da estrada Alfaião/S. Pedro e calcetamentos

ASS EMBLEIA MUNICIPAL * FEVEREIRO 2009



----- Em Babe, foi construído um novo depósito, numa empreitada de 52.000€, portanto melhorar o sistema de abastecimento e da qualidade de água.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

OBRA EXECUTADA

FREGUESIA DE BABE



Fornecimento de reservatório - 50m³ e ligação do furo

Valor da adjudicação - 52.925,00€

ASS EMBLEIA MUNICIPAL * FEVEREIRO 2009



----- Em Baçal, alguns trabalhos mais significativos, quando falo nestes trabalhos quero salientar que muitos dos trabalhos são feitos pela Junta de Freguesia com transferência financeira da Câmara, outros são por intervenção directa, não vou estar a desagregar isso, porque senão passaria muito tempo.....

----- Um trabalho de ampliação e melhoria do Cemitério, um bom trabalho feito pela Junta de Freguesia, também do lado direito, o edifício da Casa do Povo de Vale de Lamas, praticamente concluído, trabalho de iniciativa da Junta com o apoio da Câmara, uma boa intervenção.....



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

OBRAS EM EXECUÇÃO

FREGUESIA DE BAÇAL



Cemitério Público de Baçal

Casa do Povo/C. Convívio de Vale de Lamas

Valor das transferências - 6.000,00€ + 50.000,00€

ASSEMBLEIA MUNICIPAL ^ FEVEREIRO 2005



----- A ligação de Meixedo para Carragosa que está em fase de finalização. Em Carragosa também a melhoria do sistema de tratamento de águas, a nível do depósito.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

OBRAS EM EXECUÇÃO

FREGUESIA DE CARRAGOSA



Estrada Meixedo/Carragosa

Reservatório em Carragosa

Valor da adjudicação - 65.000,00€ (aprox.)

Valor da obra - 5.100,00€ (aprox.)

ASS EMBLEIA MUNICIPAL * FEVEREIRO 2009



----- Em Carrazedo estamos perante uma situação idêntica, neste caso em Carrazedo, havia alguns problemas com o sistema de armazenamento de água, houve obras de melhoria e em Alimonde obras de maior intervenção, que foi a construção de um novo depósito, um novo sistema de ligação de água do depósito para a aldeia.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

OBRA EXECUTADA

FREGUESIA DE CARRAZEDO



Renovação do sistema de adução em alta - Alimonde

Reservatório - Carrazedo

Valores das adjudicações - 36.255,00€ e 6.200,00€

ASS EMBLEIA MUNICIPAL * FEVEREIRO 2009



----- Em Coelhoso, destacar a evolução do pavilhão multiusos em construção, próxima da fase de finalização.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

OBRAS EM EXECUÇÃO

FREGUESIA DE COELHOSO



Pavilhão Multiusos de Coelhoso

Valor da transferência - 107.100,00€ (2007 e 2008)

ASS EMBLEIA MUNICIPAL ^ FEVEREIRO 2005



----- Em Deilão está iniciado um processo de construção de um Centro de Dia, não sei precisar o valor, ainda é um valor significativo, que articula a antiga Escola que está desactivada, que é aproveitada para esse efeito, com o Centro de Convívio existente, ou seja, é um aproveitamento integração de infra-estruturas, remodelando-as e acrescentando-as, um bom trabalho para servir a freguesia.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

OBRAS EM EXECUÇÃO

FREGUESIA DE DEILÃO



Casa do Povo / Centro de Convívio de Deilão

ASS EMBLEIA MUNICIPAL * FEVEREIRO 2009



----- Em Grijó de Parada, está em construção o novo Centro de Convívio, com um bonito projecto de arquitectura, esta é a primeira fase, apoiada pela Câmara, a segunda fase virá a seguir.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

OBRAS EM EXECUÇÃO

FREGUESIA DE GRIJÓ DE PARADA



Casa do Povo / Centro de Convívio de Grijó de Parada

Valor da transferência (1ª Fase) - 70.000,00€

ASS EMBLEIA MUNICIPAL * FEVEREIRO 2009



----- Em Izeda, concluíram-se as obras no acesso ao Quartel dos Bombeiros Voluntários, um investimento de 75.000€.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

OBRA EXECUTADA

FREGUESIA DE IZEDA



25º ANIVERSÁRIO DOS BVI - Arranjo da envolvente ao Quartel

Valor da empreitada (aprox.) - 75.000,00€

ASS EMBLEIA MUNICIPAL * FEVEREIRO 2009



----- Iniciaram-se também as obras de construção da Casa do Povo, a beneficiação da Casa do Povo de Izeda, ela praticamente toda demolida, está aqui uma imagem, fica uma pequena parte à frente, portanto haverá um espaço multiusos para utilização da população e o módulo da frente será destinado a um Museu Rural.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

OBRAS EM EXECUÇÃO

FREGUESIA DE IZEDA



Beneficição da Casa do Povo de Izeda

- Valor de Adjudicação: 337.664,36€
- Prazo de Execução: 10 meses
- Área total de intervenção: 486 m²

ASS EMBLEIA MUNICIPAL * FEVEREIRO 2009



----- Este é o momento da assinatura do Auto de Consignação de trabalhos, já iniciados recentemente, em 6 de Fevereiro de 2009.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

OBRAS EM EXECUÇÃO

FREGUESIA DE IZEDA



Beneficição da Casa do Povo de Izeda

Consignação dos trabalhos - 6 Fev. 2009

ASS EMBLEIA MUNICIPAL * FEVEREIRO 2009



----- Em Macedo do Mato há trabalhos de melhoria a nível de saneamento básico.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

OBRA EXECUTADA

FREGUESIA DE MACEDO DO MATO



05/12/2008
Prolongamento da descarga da ETAR – Macedo do Mato

Obra de Administração Directa

ASS EMBLEIA MUNICIPAL * FEVEREIRO 2009



----- Estamos na Freguesia de Meixedo, recebeu obras de melhoria do sistema de abastecimento de água na aldeia de Oleirinhos e o resto são trabalhos na estrada que estão em fase de finalização, colocação de guardas de segurança, salvo erro de resto o asfalto está colocado, finalizar.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

OBRAS EM EXECUÇÃO

FREGUESIA DE MEIXEDO



Estrada E.N. 103-7 e Meixedo/Oleirinhos

Valor da empreitada - 125.000,00€ (aprox.)

Reservatório - Oleirinhos

Valor da obra - 5.000,00€ (aprox.)

ASS EMBLEIA MUNICIPAL * FEVEREIRO 2009



----- Na Freguesia de Mós, há um conjunto de trabalhos interessantes desenvolvidos pela Junta de Freguesia, de embelezamentos diversos, recuperação de património e na Sede de Freguesia, em Paço, a recuperação da antiga escola do 1º. Ciclo para Centro de Convívio da População de Paço de Mós, neste caso.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

OBRAS EM EXECUÇÃO

FREGUESIA DE MÓS



Arranjos de muros e fontanários

Adaptação da Ex-EB1 a C C

Valor da transferência - 15.000,00€

ASSEMBLEIA MUNICIPAL * FEVEREIRO 2009



----- Na Freguesia de Nogueira estão em curso, neste momento, obras de calcetamento em todo o Bairro do Couto, no âmbito de uma empreitada, estão em fase de finalização, evidentemente que decorrem também as obras de melhoria da entrada da aldeia, que daremos a informação na próxima Assembleia.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

OBRAS EM EXECUÇÃO

FREGUESIA DE NOGUEIRA



Calçetamentos no Bairro do Couto

ASS EMBLEIA MUNICIPAL ^ FEVEREIRO 2009



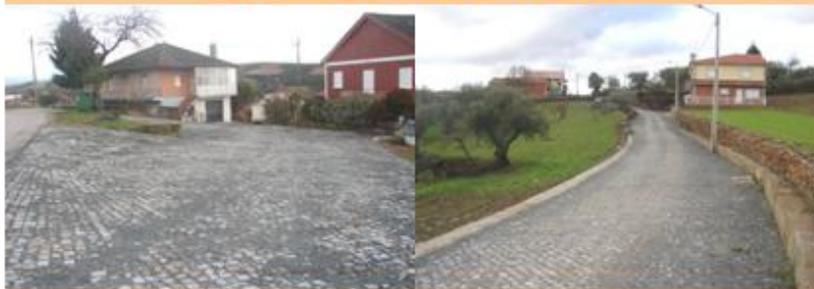
----- Em Milhão, houve um conjunto de intervenções realizadas pela Junta de Freguesia, também calçetamentos, com o apoio da Câmara Municipal.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

OBRA EXECUTADA

FREGUESIA DE MILHÃO



Calçetamento da Rua da Faceira

Valor das transferências - 20.000,00€

ASS EMBLEIA MUNICIPAL ^ FEVEREIRO 2009



----- Em Outeiro, a recuperação da Antiga Cadeia, para um espaço de memória da Antiga Vila, é um trabalho que nos parece bastante importante, não só a recuperação do património

mas também, Outeiro tem um passado histórico muito importante que deve ser preferencialmente localizado num espaço de memória da própria freguesia.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

OBRAS EM EXECUÇÃO

FREGUESIA DE OUTEIRO



Recuperação da Antiga Cadeia de Outeiro

Valor da transferência - 15.000,00€

ASS EMBLEIA MUNICIPAL ^ FEVEREIRO 2005



----- Temos em Parada, diversas obras de calcetamentos, feitas em Paredes e em Parada, directamente pela Junta de Freguesia e também a pavimentação dos passeios na aldeia de Parada.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

OBRAS EM EXECUÇÃO

FREGUESIA DE PARADA



Calcetamentos nas aldeias de Parada e Paredes

Valor da transferência - 45.000,00€

ASS EMBLEIA MUNICIPAL ^ FEVEREIRO 2005



----- Em Paradinha Nova, a Junta de Freguesia fez a ampliação e beneficiação do Cemitério, com algum apoio, há um apoio superior a este, foi a última fase de apoio financeiro.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

OBRAS EM EXECUÇÃO

FREGUESIA DE PARADINHA NOVA



Ampliação do Cemitério Público de Paradinha Nova

Valor da transferência (2008) - 5.000,00€

ASSEMBLEIA MUNICIPAL ^ FEVEREIRO 2009



----- Em Pinela, na aldeia de Valverde, tínhamos um sistema de abastecimento de água com algumas deficiências, apesar de ser um sistema novo, havia problemas, houve um investimento que não tem muitos anos, relativamente poucos, tivemos que intervir novamente para reorganizar uns problemas de cota de pressão de água.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

OBRA EXECUTADA

FREGUESIA DE PINELA



Ligação do furo na aldeia de Valverde

Obra de Administração Directa

ASS EMBLEIA MUNICIPAL * FEVEREIRO 2009



----- Em Quintanilha, na Refega, tínhamos alguns problemas relacionados com o abastecimento de água, com o armazenamento, com as captações e na Refega fizemos também uma empreitada, portanto, estão em curso, respectivamente a remodelação do sistema de adução em alta, quer o abastecimento à Freguesia quer o armazenamento.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

OBRA EXECUTADA

FREGUESIA DE QUINTANILHA



Renovação do sistema de adução em alta - Réfega

Valor da adjudicação - 52.186,00€

ASS EMBLEIA MUNICIPAL * FEVEREIRO 2009



----- Em Rabal, a Junta de Freguesia fez um excelente trabalho de recuperação da Casa do Povo, beneficiou todo o processo, de reorganização do Largo Central, da rua de acesso e área envolvente.....



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

OBRA EXECUTADA

FREGUESIA DE RABAL



Homenagem e arranjo do Largo Eng.º José Luís Pinheiro

Valor da transferência - 50.000,00€

ASS EMBLEIA MUNICIPAL * FEVEREIRO 2009



----- Freguesia de Rebordãos, alguns trabalhos de intervenção de melhoria da rede de saneamento na aldeia da Sarzeda.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

OBRA EXECUTADA

FREGUESIA DE REBORDÃOS



Ampliação das redes de saneamento de água – Sarzeda

Obra de Administração Directa

ASS EMBLEIA MUNICIPAL * FEVEREIRO 2009



----- Em Paçó de Rio Frio a ampliação do Cemitério e agora proximamente será feita a pavimentação do acesso ao Cemitério.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

OBRAS EM EXECUÇÃO

FREGUESIA DE RIO FRIO



Ampliação do Cemitério Público de Paçó de Rio Frio

Valor da transferência - 12.000,00€

ASSEMBLEIA MUNICIPAL ^ FEVEREIRO 2005



----- Em Palácios, está em fase de acabamentos a construção de um pavilhão multiusos, será mais um Centro de Convívio para a Freguesia, digamos para fazer, enfim, os seus encontros comunitários, convívios de caçadores, da população, toda a freguesia está dotada, está Caravela, está Palácios, S. Julião de Palácios tinha essa lacuna e portanto está agora com um bom trabalho em fase de acabamentos.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

OBRAS EM EXECUÇÃO

FREGUESIA DE S. JULIÃO DE PALÁCIOS



Pavilhão Multiusos de S. Julião de Palácios

Valor da transferência - 80.000,00€

ASS EMBLEIA MUNICIPAL * FEVEREIRO 2009



----- Freguesia de S. Pedro de Sarracenos, esta continua a ser uma imagem da ligação de S. Pedro para Alfaião, trabalho que depois terá de ser objecto de uma empreitada de repavimentação, mas a freguesia está a fazer um bom trabalho de embelezamento de entrada na aldeia.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

OBRAS EM EXECUÇÃO

FREGUESIA DE S. PEDRO DE SERRACENOS



Alargamento da estrada Alfaião/S. Pedro

Arranjo urbanístico do acesso a S. Pedro

ASS EMBLEIA MUNICIPAL * FEVEREIRO 2009



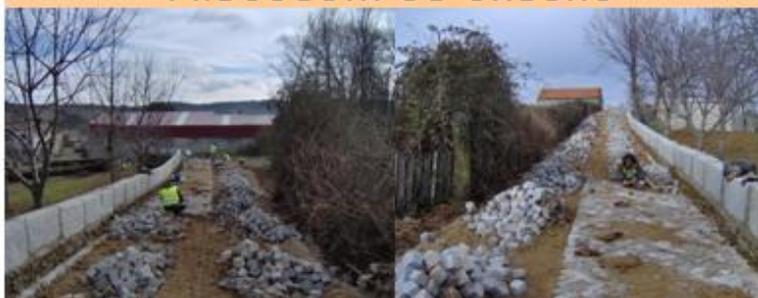
----- Em Salsas temos trabalho de pavimentação em curso, concretamente em Salsas e Vale de Nogueira, trabalhos com alguma dimensão. Também uma intervenção que quisemos destacar, uma intervenção feita em Fermentãos num moinho que é de uma forma clara uma referência, digamos entre os muitos moinhos recuperados no Concelho, muito bom.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

OBRAS EM EXECUÇÃO

FREGUESIA DE SALSAS



Calcetamento em Salsas e Vale de Nogueira

ASS EMBLEIA MUNICIPAL * FEVEREIRO 2009



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

OBRAS EXECUTADAS

FREGUESIA DE SENDAS



Recuperação do moinho de Fermentãos

Valor da transferência - 10.000,00€

ASS EMBLEIA MUNICIPAL * FEVEREIRO 2009



----- Há outras freguesias em que há trabalhos em execução, que não conseguimos recolher imagens, mas Pinela está com os trabalhos de ampliação do Cemitério, está também com trabalhos de pavimentação dos acessos, com investimento significativo.

----- Rebordainhos com pavimentação de algumas aldeias, pavimentação do Adro da Igreja de Rebordainhos, intervenção na Igreja de Pereiros e também algumas pavimentações. Em Serapicos iniciou-se também uma empreitada que envolve trabalhos na Freguesia toda, Serapicos, Vila Boa e Carçãozinho.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

OBRAS EM EXECUÇÃO

FREGUESIAS

- **Pinela** – ampliação dos cemitérios de Pinela e Valverde e pavimentação diversas
- **Rebordainhos** – requalificação do cemitério e adro da Igreja de Rebordainhos e intervenção na Igreja dos Pereiros
- **Serapicos** - pavimentações

ASSEMBLEIA MUNICIPAL * FEVEREIRO 2009



Em Castro de Avelãs, quisemos destacar este apoio, a antiga Casa Paroquial, ou casa do Padre, estava em ruína, a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal com a Comissão Fabriqueira e o acompanhamento do IPPAR, acompanhamento, saliento, não financiamento, decidiram proceder à recuperação da casa, portanto está aqui uma excelente recuperação, foi telhado e exterior, passaremos à recuperação do interior, apoiar a recuperação do interior para fazer ali um espaço, um pequeno Museu, provavelmente em articulação com o IPPAR, vamos ver onde isso vai dar.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

OBRA EXECUTADA

OUTROS APOIOS



Casa Paroquial de Castro de Avelãs

Valor do apoio - 15.000,00€

ASS EMBLEIA MUNICIPAL * FEVEREIRO 2009



----- Temos outros apoios, em Izeda, o arranjo da entrada da Igreja. Em Milhão também algum apoio para arranjo da Igreja. Também a APADI, repavimentou-se o acesso à instituição, mais uns pequenos trabalhos.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

OBRAS EM EXECUÇÃO

OUTROS APOIOS



Igreja Matriz de Izeda – Muros e envolvente

Igreja Matriz de Milhão – Paredes e Telhado

Valor do apoio - 14.000,00€

Valor do apoio - 5.500,00€

ASS EMBLEIA MUNICIPAL * FEVEREIRO 2009





MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

OBRA EXECUTADA

OUTROS APOIOS



APADI – Acessos

Valor do apoio - 9.445,01€

DELEGAÇÃO DE CVP – Envolvente

Valor do apoio - 1.500,00€

ASS EMBLEIA MUNICIPAL ^ FEVEREIRO 2009



----- Uma informação relacionada com a evolução de colocação de contadores de água, neste período em causa, a colocação de quatrocentos e cinquenta e dois contadores.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

DMSÃO DE SANEAMENTO BÁSICO

COLOCAÇÃO DE CONTADORES NAS FREGUESIAS RURAIS

ALDEIA	QUANTIDADE
BABE	40
RÉFEGA	73
QUINTANILHA	136
S. C. ROSSAS	115
SENDAS	50
VEIGAS	38
TOTAL	452



ASS EMBLEIA MUNICIPAL ^ FEVEREIRO 2009



----- Queria destacar o apoio a melhorias, tenho de perder aqui algum tempo também, melhoria de condições de habitação para famílias carenciadas

----- **Presidente da Mesa** – Deixe-me só dizer-lhe que gastou quinze minutos dos vinte e cinco minutos de que dispõe.

----- **Presidente da Câmara** – Muito obrigado, Senhor Presidente, tenho mais dez, o que é bom. Temos aqui uma colaboração com onze freguesias, com vinte e nove agregados familiares apoiados e que com investimento total de duzentos e vinte e um mil euros, aos pouquinhos, portanto não se trata de investimentos muito elevados por intervenção, mas digamos, está bem evidente o esforço que neste caso concreto ao nível da beneficiação das condições de habitação, de agregados carenciados que têm sido feito e reafirmo, exclusivamente em parceria com a Juntas de Freguesia, a Câmara Municipal não dá dinheiro directamente a nenhum agregado familiar, nem faz obras directas, recorre à parceria com as Juntas de Freguesia, por nos parecer ser a forma eficaz de acompanhar a aplicação de recursos e de ajudar as famílias, e mais eficaz para ajudar as famílias.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

DEPARTAMENTO SÓCIO-CULTURAL - SECTOR DE HABITAÇÃO E ACÇÃO SOCIAL

APOIO A MELHORIAS HABITACIONAIS - 2007/2008



▪ FREGUESIAS – 11

• AGREGADOS FAMILIARES BENEFICIÁRIOS – 29

• VALOR TOTAL DAS INTERVENÇÕES – 251.658,32€

ASSEMBLEIA MUNICIPAL * FEVEREIRO 2009



----- Também uma informação relacionada com a intervenção durante este período mais difícil, houve uma melhoria significativa dos meios do Município, uma mobilização, cento e cinquenta toneladas de sal aplicadas, uma mobilização constante de quarenta homens e de

doze viaturas. Temos previsto reforçar os meios através de candidatura que elaboramos a apoios comunitários.....



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

DIVISÃO DE DEFESA DO AMBIENTE

NEVE - LIMPEZA DE ESTRADAS, PASSEIOS E RUAS



ESTRADA NACIONAL 15

PRAÇA DA SÉ

ARTÉRIAS DA CIDADE

DADOS RELEVANTES

. SAL - 150 Ton. . HOMENS - 40 . VIATURAS - 12

ASS EMBLEIA MUNICIPAL ^ FEVEREIRO 2005



----- Na área urbana, ao nível de defesa do ambiente, uma informação relacionada com alguns trabalhos que estão em curso. E também salientar que na semana passada, em nome do Conselho de Administração da “Resíduos do Nordeste” tive a oportunidade de assinar um contrato de comparticipação com fundos comunitários para construção de uma unidade de tratamento mecânico biológico, a construir no local do aterro sanitário, com valor de investimento aproximado de vinte e quatro milhões de euros com uma comparticipação comunitária de dezasseis vírgula cinco milhões de euros, portanto mais um avanço que será dado no âmbito dos resíduos sólidos e também aqui mais uma vez, o Nordeste Transmontano não ficará atrás relativamente a outras regiões do País no que diz respeito à evolução ao nível da triagem e valorização dos resíduos sólidos urbanos, sendo que actualmente valorizam-se seis por cento dos resíduos sólidos urbanos através da triagem, e a perspectiva com esta unidade industrial será a de valorizar mais de cinquenta por cento dos resíduos sólidos urbanos, vai criar trinta postos de trabalho directos.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

DIMSÃO DE DEFESA DO AMBIENTE

ACTIVIDADE NA ÁREA URBANA



RUA ALEXANDRE HERCULANO



RUA PROF. MOTA PINTO



PARQUE DA BRAGINHA



TEATRO MUNICIPAL

ASS EMBLEIA MUNICIPAL * FEVEREIRO 2009



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

RESÍDUOS DO NORDESTE E. I. M.

UNIDADE DE TRATAMENTO MECÂNICO E BIOLÓGICO POR DIGESTÃO ANAERÓBIA DO NORDESTE



CUSTO DA OPERAÇÃO – 24.000.000,00€ (aprox.)

COMPARTICIPAÇÃO FEDER – 16.500.000,00€

ASS EMBLEIA MUNICIPAL * FEVEREIRO 2009





MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

RESÍDUOS DO NORDESTE E. I. M.

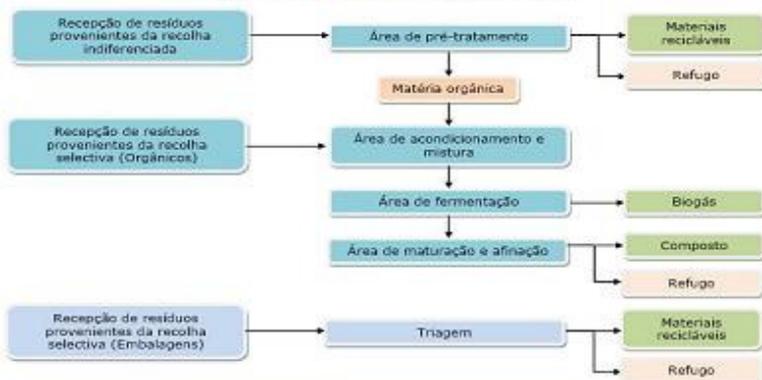


DIAGRAMA DE FLUXOS INDUSTRIAIS

ASS EMBLEIA MUNICIPAL * FEVEREIRO 2009



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

RESÍDUOS DO NORDESTE E. I. M.

Cerimónia de Assinatura do Contrato de Financiamento entre a Resíduos do Nordeste, EIM, e o Programa Operacional Temático da Valorização do Território



ASS EMBLEIA MUNICIPAL * FEVEREIRO 2009



----- Passo a outro assunto, tenho ainda dois assuntos, sobre Estado e Vida do Município, o segundo assunto tem a ver com a qualidade da água, ficámos, na última Assembleia, o Executivo comprometeu-se a trazer uma informação detalhada sobre esta matéria.

----- O Município tem três sistemas distintos de abastecimento de água, tem um sistema em alta, proveniente do Alto Sabor, complementado com outros sistemas, digamos, de Cova de Lua, Baceiro e Sabariz que todos os anos funcionam, este ano mantivemos estes sistemas alternativos em funcionamento até cerca do meio do mês de Dezembro, o sistema abastece a Cidade, Vale de Lamas, Rabal, Gimonde, Samil e Cabeça Boa, temos o sistema de Izeda que corresponde a uma aquisição de água ao sistema Multimunicipal de Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro para abastecer a Vila de Izeda e temos mais cento e dois sistemas independentes constituídos por duzentos e oitenta captações. As intervenções que fizemos nalgumas delas passaram na projecção anterior.....



Qualidade da Água no Concelho de Bragança

O abastecimento de água, em alta, ao Concelho de Bragança assenta em três sistemas distintos, os quais garantem o fornecimento de água à totalidade das suas localidades. Os sistemas em causa são, designadamente:

- i) O que tem por base o fornecimento de água, proveniente do Alto Sabor (albufeira de Serra Serrada) e nas captações complementares de Cova de Lua, Baceiro e Sabariz, as quais, no conjunto, abastecem de água a cidade de Bragança, Vale de Lamas, Rabal, Gimonde, Samil e Cabeça Boa;
- ii) O sistema de Izeda, cujo fornecimento é garantido a partir da água comprada à empresa multimunicipal Águas de Trás os Montes e Alto Douro, proveniente da albufeira do Azibo, e ainda em duas nascentes gravíticas e um furo vertical;
- iii) Os sistemas designados independentes, 102, são constituídos por cerca de 280 captações de água, maioritariamente constituídos por furos verticais, nascentes gravíticas e poços, espalhados um pouco por toda a área rural do Concelho e que garantem o abastecimento de água às restantes localidades.

1

----- O Município fez, nos últimos anos, investimento que quisemos avaliar de forma detalhada, só no sistema de melhoria e beneficiação do abastecimento de água ao Concelho, fizemos em ampliação, renovação e remodelação de redes, seis vírgula cinco milhões de euros em investimento; execução de furos de água, cento e onze vírgula nove; fornecimento e colocação de depósitos de água, trezentos e dezoito vírgula três; colocação de contadores no exterior das habitações, duzentos e doze vírgula dois, total de investimento, 7,1 milhões de euros de investimento neste processo, tendo em vista, naturalmente, a melhoria da qualidade do abastecimento, melhoria e a fiabilidade do abastecimento de água à população. O que não tem de forma clara, digamos neste âmbito, não tem paralelo a não ser aquele se relaciona com

a construção da barragem da Serra Serrada e com a estação de tratamento e transporte de água. Fizemos com o Instituto Politécnico de Bragança no ano de dois mil e oito, um Protocolo tendo em vista aceder a um sistema de controlo automático, ou seja sem cabo de ligação entre o sistema de controle da distribuição e de armazenamento, um projecto de investigação apoiado pelo Município, envolve vinte e sete localidades, estão citadas, é um sistema eficaz, barato e que nos permite assegurar maior controle, quer no que diz respeito à reserva de água, que no que diz respeito à qualidade de água, particularmente no sistemas de acessibilidade mais difícil, era aí que tínhamos o problema, e o investimento também de vinte e três vírgula seis milhões de euros.



INVESTIMENTO EFECTUADO PELO MUNICÍPIO DESDE 2003

- Ampliação, renovação e remodelação de redes: **6.473.309,55€**
- Execução de furos de água: **111.851,10 €**
- Fornedimento e colocação de depósitos de água: **318.330,00 €**
- Colocação de contadores no exterior das habitações: **212.545,00 €**

- TOTAL DO INVESTIMENTO – **7.116.035,65 €**

- Ainda no mesmo âmbito foi assinado, no ano de 2008, um protocolo que estabeleceu as condições de colaboração entre o Município de Bragança e o Instituto Politécnico de Bragança (ESTIG), para desenvolvimento e implementação de uma solução tecnológica, que permite a automatização dos sistemas de captação, adução e armazenamento de água, evitando por esta via desperdícios ao nível energético, de água aduzida aos reservatórios, bem como menor eficiência nos sistemas de tratamento de água já instalados;



- A solução terá aplicação nos sistemas de abastecimento de água, existentes no Concelho de Bragança, cuja captação e adução de água se faz exclusivamente por via de elevação, com recurso a bombagem e, onde a distância entre captações e reservatório, seja condicionante física e financeira à colocação de cabo eléctrico enterrado;
- Estão nestas condições as infra-estruturas localizadas nas seguintes 27 localidades: Alfaião; Baçal; Caravela; Carocedo; Castro de Avelãs; Deilão; Donai; Formil; Freixeda; Freixedelo; Grijó de Parada; Maças; Macedo do Mato; Meixedo; Outeiro; Parada; Paradinha de Outeiro; Paradinha Nova; Pinela; Rio Frio; S. Julião de Paládios; S. Pedro dos Serracenos; Samil; Sanceriz; Santa Comba de Rossas; Sendas e Vila Boa;
- Os encargos totais do Município de Bragança com o presente protocolo terão um valor aproximado de **€ 23 649,00**

5

----- Como é que funciona o sistema de tratamento de água? Temos no primeiro sistema, o sistema do Alto Sabor, tem um sistema de decantação, de filtração da água, correcção prévia de agressividade, pré e pós cloragem da água. Os restantes sistemas, designadamente os da área rural, onde estão os cento e quatro sistemas autónomos, estão dotados de doseadores eléctricos e ou gravíticos, de hipoclorito, instalados nos reservatórios e ou captações.

----- Constituem-se, provisoriamente, como excepção, as localidades da Refega, Alimonde e Bragada, onde se estão a instalar reservatórios de água, tal como mostrei na projecção anterior e as localidades de Baçal, Carrazedo e Carragosa, cujos reservatórios, em fase final de remodelação, ficarão também dotados destes equipamentos.

----- Estávamos com este problema, digamos que em meia dúzia de freguesias, quer pela construção de novos reservatórios de abastecimento, novo sistema de transporte de água, do reservatório à aldeia ou de adução ao reservatório, teremos condições para instalar o sistema que garante o sistema de tratamento de água e também beneficiações em reservatórios já existentes, que não estavam dotados e tivemos de fazer obras de construção civil para garantir essa instalação.



1. O sistema de tratamento da água proveniente do Alto Sabor e do Azibo, assenta numa estação de tratamento de água, cujas fases são as seguintes:
 - decantação/floculação de sedimentos;
 - filtração da água;
 - correcção prévia da agressividade ;
 - pré e pós cloragem da água.
2. Os restantes sistemas, designadamente os da área rural, estão dotados de doseadores eléctricos e/ou gravíticos, de hipoclorito, instalados nos reservatórios e/ou captações.

Constituem-se, provisoriamente, como excepção as localidades da Réfega, Alimonde e Bragada, onde se estão a instalar reservatórios de água e as localidades de Baçal, Carrazedo e Carragosa, cujos reservatórios, em fase final de remodelação ficarão também dotados destes equipamentos.

4

----- Quero salientar aqui este ponto - o sistema de desinfecção da água na área rural do Concelho começou a ser instalados durante o segundo semestre do ano de 2000, data em que foram consignados tais trabalhos à empresa AGS através de um concurso público que a Câmara Municipal desenvolveu, porque até ali não havia nenhuma empresa nem havia sistemas instalados que garantissem a qualidade da água.....

----- A AGS é a actual prestadora de serviços da Câmara Municipal de Bragança, perfazendo em finais de dois mil e oito um total de cento e doze unidades instaladas, das quais trinta e duas são sistemas eléctricos e oitenta sistemas gravíticos, ou seja, a partir do ano de dois mil a Câmara Municipal através de contratação de serviços públicos a uma empresa certificada, garantiu que a qualidade de água abastecida aos cidadãos passasse a dispor da qualidade necessária, porque até ali não havia essa capacidade e essa operacionalidade.

----- A opção pela instalação desses doseadores prendeu-se com os imperativos legais existentes, com incumprimentos paramétricos ao nível do controlo analítico da qualidade da água, dizerem respeito, quase exclusivamente, a incumprimentos associados aos parâmetros microbiológicos, sistematicamente o sistema de recolha de amostras de água nos vários sistemas, nas muitas dezenas de sistemas e evidenciava problemas, então a opção que o Município fez, foi contratar externamente uma empresa para assegurar de forma exaustiva, digamos a garantia de tratamento de água, em todos os sistemas, a partir do ano de dois mil,

sendo que, como referi, o trabalho tem vindo a ser desenvolvido e com os últimos investimentos que referenciei perante os Senhores Deputados, ficarão cobertas e garantidas totalmente estas situações.

----- Este tipo de contaminação microbiológica é apenas passível de desinfecção e por essa via melhorar o índice da qualidade da água distribuída, daí a instalação dos sistemas de desinfecção nos depósitos.



Os sistemas de desinfecção da água na área rural do Concelho, começaram a ser instalados durante o segundo semestre do ano 2000, data em que foram consignados tais trabalhos à empresa AGS, actual prestadora de serviços da Câmara Municipal de Bragança, perfazendo em finais de 2008 um total de 112 unidades instaladas, das quais 32 são sistemas eléctricos e 80 são sistemas gravíticos.

A opção pela instalação destes doseadores, prende-se:

- Com os imperativos legais existentes;
- Com o facto dos incumprimentos paramétricos, ao nível do controlo analítico da qualidade da água, dizerem respeito, quase exclusivamente, a incumprimentos associados aos parâmetros microbiológicos.

Este tipo de contaminação é apenas passível de desinfecção e por essa via melhorar o índice da qualidade da água distribuída.

3

----- Temos ainda detectado nas análises da água alguns problemas relacionados com a presença de ferro e manganês nas análises, respectivamente nas localidades de Caravela, São Julião de Palácios, Vila Meã e Quintanilha, estamos para esse efeito neste momento, em fase de lançamento de um concurso público para a aquisição de equipamentos capazes de resolverem também esse problema, digamos na água.

----- A decisão de instalação destes equipamentos prende-se com a obrigatoriedade de controle de valores paramétricos de ferro e manganês dentro dos limites máximos admissíveis por lei. Tínhamos esta deficiência que será superada através da aquisição de equipamento próprios para o efeito.

----- **Presidente da Mesa** – Queira abreviar, Senhor Presidente, queira abreviar.

----- **Presidente da Câmara** – Aqui tem que ter alguma compreensão, porque tínhamos combinado manter este ponto na Ordem do Dia e já por isso, no período anterior simplifiquei muito.

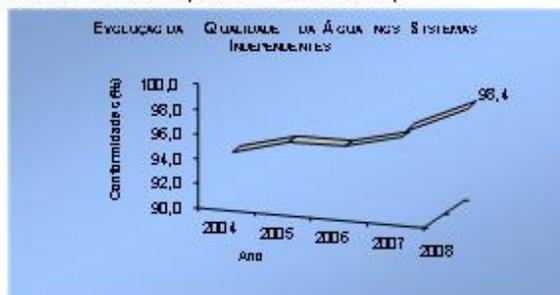
----- **Presidente da Mesa** – Eu disse-lhe, quando passou um quarto de hora, para abreviar. .

----- **Presidente da Câmara** – Eu não quero perder mais tempo, projectar qual tem sido a evolução da qualidade da água, nós estamos neste momento com uma evolução que em 2007 tínhamos 95,4% de conformidade total e pensamos ultrapassar os 98% este ano, sendo que a média nacional é de 98%. Nós vamos ultrapassar essa média nacional. Quem nos dá a informação do grau de conformidade, não somos nós, é a entidade reguladora certificada, que é o IRAR, são os dados únicos que nós podemos utilizar.



Desta forma, foi possível, de forma progressiva e sustentada, melhorar o valor percentual do índice de qualidade global da água, atribuído pela Entidade Reguladora do sector (IRAR), o qual evoluiu positivamente de 88,4%, verificado no ano de 2005, passando para 93% no ano de 2006, tendo no ano de 2007 o valor atribuído sido de 95,4%, sendo que para o ano de 2008 o mesmo índice, ainda não atribuído pela Entidade Reguladora, deverá ultrapassar o valor de 98%.

Tal revela-se particularmente relevante, uma vez estar o mesmo valor médio nacional situado em 97,4% (fortemente influenciado pelos sistemas multimunicipais do litoral do País).

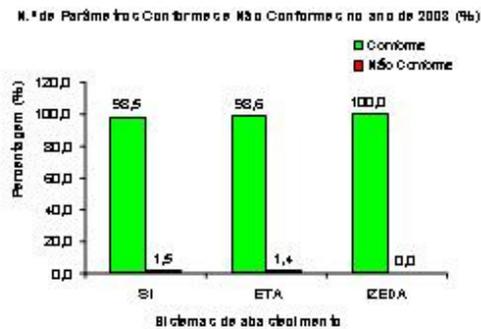


7

----- Evidentemente que a nível nacional de haver uma média de noventa e oito por cento e tendo em conta que há sistemas como é o sistema de Lisboa, onde a garantia é ou será próxima dos cem por cento, se não os cem por cento, ou sistema do Porto, significa que no interior haverá muitos sistemas em que os níveis de garantia de qualidade serão muito abaixo dos noventa e oito por cento, ou seja, nós estamos seguramente num bom caminho neste nível. -

----- Como é que estamos no conjunto de sistemas, sistemas independentes? Estamos com um vírgula cinco por cento de inconformidade, estes um vírgula cinco por cento pretendemos

tentar aproximá-lo do zero por cento, através das medidas que temos vindo a implementar, seja de empreitadas para construção de novos depósitos, novas captações, seja melhoria de sistemas de armazenamento existentes ou até aquisição de novos equipamentos.



- Dos 1,5% de não conformidades verificados nos sistemas independentes (SI), 50% dizem respeito a incumprimentos do parâmetro PH (influenciado pelas características da água bruta), 40% dizem respeito a incumprimentos microbiológicos e o restante a outro tipo de incumprimentos paramétricos.
- As não conformidades verificadas no sistema do Alto Sabor (ETA), dizem respeito a incumprimentos maioritariamente associados a água proveniente dos sistemas complementares do Sabor e do Baixo em funcionamento, para reforço do abastecimento, no período de Verão.

8



O índice global da qualidade da água varia anualmente:

- em função do número de análises prevista no Programa de Controlo da Qualidade e o número de análises realmente executadas;
- do número de parâmetros realizados no controlo analítico;
- do número daqueles que registaram incumprimentos.

E ainda dentro destes incumprimentos, a dimensão dos mesmos face ao valor paramétrico limite.

Para que melhor se entenda, o Programa de Controlo da Qualidade da Água, é anualmente elaborado pela Câmara Municipal de Bragança, enquanto Entidade Gestora no fornecimento de água, ficando sujeito, em cada ano, à aprovação da Entidade Reguladora, a qual é responsável por garantir o seu rigoroso cumprimento.

9



Os parâmetros analisados, encontram-se divididos em três grupos de rotina, a designar: Controlo de rotina R1, Controlo de rotina R2 e Controlo de Inspeção.

No controlo de **rotina R1**, é efectuado o controlo dos seguintes parâmetros: Escherichia coli, desinfectante residual, coliformes totais (Bactérias Coliformes);

No controlo de **rotina R2** é efectuado o controlo dos seguintes parâmetros: Alumínio, amónio, condutividade, dostridium perfringens, turvação, nitritos, número de colónias totais 22 °C, número de colónias 37 °C, cor, ferro, cheiro, sabor, oxidabilidade, nitratos, manganês e PH;

Finalmente, no **Controlo de Inspeção** os parâmetros realizados são: antimónio, arsénio, benzeno, benzeno(a) pireno, boro, bromatos, níquel, selénio, doretos, dibromodoroetano, bromofórmico, cádmio, cálcio, chumbo, danetos, cobre, crómio, benzeno(b) fluoranteno, benzeno(gdi) fluoranteno, benzeno(k) fluoranteno, indeno(1.2.3-cd) pireno, sódio, sulfatos, bromodiorometano, doroformico, trídoroetano, tetradoroetano, mercúrio, magnésio, fluoretos, enterococos fecais, dureza total, 1.2- Ddi doroetano.

10



Anualmente, são analisados e sujeitos a controlo, nos termos do plano de recolhas aprovado pelo IRAR, cerca de 13000 parâmetros relativos à qualidade da água, correspondentes a aproximadamente 690 recolhas, relativas aos seguintes tipos de controlo analítico:

- Sistema ETA: 60 R1, 29 R2 e 4 Controlo de Inspeção;

- Sistemas Independentes: 702 R1, 204 R2 e 102 Controlo de Inspeção.

- Sistema de Izeda: 12 R1, 4 R2 e 1 Controlo de Inspeção.

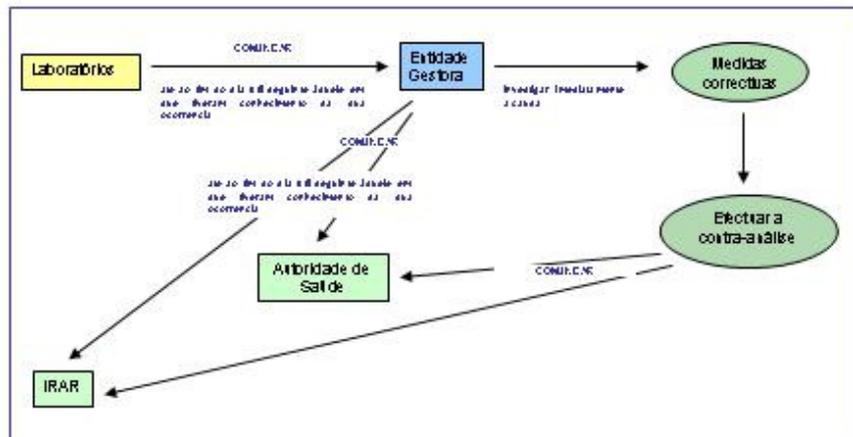
• O Plano de Recolhas acima descrito, garantido pelo LRTM, representa um encargo anual para o Município de 50 mil euros.

• Paralelamente, para serviços de operação e manutenção dos sistemas o Município paga à empresa AGS, um valor médio anual actualizado de 475.000 €.

11



PROCEDIMENTOS A TOMAR NO ÂMBITO DO PLANO DE CONTROLO DA QUALIDADE DA ÁGUA



12



INCUMPRIMENTO COMUNICADO PELA DELEGAÇÃO DE SAÚDE (exemplo)

The image shows two documents. On the left is a 'Relatório de Estado' (Status Report) from the 'Autoridade de Saúde' (Health Authority), detailing water quality analysis results. On the right is a 'MUNICÍPIO DE BRAGANÇA' (Municipality of Bragança) document, a 'Relatório de Análise de Água' (Water Analysis Report) signed by the 'Presidente da Junta de Freguesia' (Freguesia Council President). A blue arrow points from the Health Authority report to the Municipality report, indicating the flow of information.

Deslocação ao terreno por parte da AGS, com a presença da Junta de Freguesia

Verificação dos níveis de desinfeção na rede de abastecimento

13

----- Como é que estamos de ETA? Estamos com um vírgula quatro por cento, que é o sistema autónomo, de inconformidades. Corresponde a que? Devo salientar que durante o verão e no período que não temos água suficiente armazenada na barragem, por escassez, estamos a recorrer a sistemas alternativos, respectivamente, Cova de Lua, Baceiro, Sabor, etc., além de que a qualidade na própria barragem, à medida que desce o nível, se vai

deteriorando, em situações em que nós, que já passamos por isso, tivemos que recorrer a um acompanhamento directo do Ministério do Ambiente para garantir que água que estava a ser fornecida continuava ainda a enquadrar-se em parâmetros de aceitabilidade, em termos de consumo público, sendo que, já nessa altura não cumpriam os níveis de exigência corrente, portanto estávamos perante uma situação excepcional.

----- **Presidente da Mesa** – Queira terminar, Senhor Presidente

----- **Presidente da Câmara** – Em Izeda estamos com cem por cento de conformidade. Vou terminar. Já não posso projectar o resto, paciência, mas eu acho que o essencial ficou dito.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado.

----- Bom, a Câmara Municipal esgotou o seu tempo, portanto de pouco valerá fazer inscrições para pedidos de esclarecimentos sobre a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, mas vamos fazê-las.

----- Inscrições para pedidos de esclarecimentos à Câmara?

----- Senhor Membro da Assembleia, Luís Filipe, Eduardo Malhão, Luís Costa, Carlos Cadavez, Luís Vale, Henrique Ferreira, Bruno Veloso E Vítor Pereira. O Senhor Membro da Assembleia, Luís Filipe, tem a palavra.

----- **Luís Filipe** – Senhor Presidente, posso? Eu fiz este interregno exactamente para chamara a sua atenção, porque, e o Senhor Presidente vai-me dar a razão, na aferição que teve agora a querer mandar parar de falar o Senhor Presidente da Câmara. E porque? Porque se ler a Acta da última reunião, na pagina quatrocentos e cinquenta e nove, pelo menos é a pagina que eu tinha no e-mail, não sei se em papel é igual, diz o seguinte: “muito obrigado, respeito integralmente, diria quase integralmente, em Fevereiro, o Executivo vai agendar um, ponto em termo de informação, só para debater esta questão da qualidade da água, na Assembleia, por parte das entidades certificadas que trabalham para o Município, para que não haja mais duvidas sobre este tema”, ou seja, o Senhor Presidente da Câmara, comprometeu-se, aqui, a agendar um ponto na agenda normal, só para debater esta questão, e era isso que nós estávamos à espera, era isso que o Partido Socialista estava à espera desse ponto, para aqui, com calma, debatermos tudo isto.

----- Ora, o Senhor Presidente da Câmara já nos habituou a estas mandingâncias a estas, eu ia-lhe chamar aldrabices, estas troca-tintas, que

----- **Presidente da Mesa** – Ó! Senhor Membro da Assembleia, Luís Filipe, o Senhor que é uma pessoa experiente

----- **Luís Filipe** – Sou experiente, sou, Senhor Presidente, mas vou-lhe dizer o seguinte

----- **Presidente da Mesa** – Ouça-me o que tenho para lhe dizer e depois continua. Eu peço-lhe, e o Sr. sabe muito bem dizer o que quer dizer sem ter de adoptar um certo tipo de linguagem

----- **Luís Filipe** – Certo

----- **Presidente da Mesa** – E como o Sr., eu sei que é muito capaz de dizer o que quer dizer sem ter que adoptar um certo tipo de linguagem, eu peço-lhe para o fazer. Muito obrigado.

----- **Luís Filipe** – Mas em relação a isto, então vou reportar-me à última reunião em que exactamente o Sr. Presidente da Câmara depois de confrontado com um conjunto de dados técnico/cientificamente irrefutáveis e “irrebatíveis”, entrou no confronto pessoal e pondo a minha pessoa em cheque e as minhas qualificações profissionais, aqui, e isso não lho perdoo, isso vai ter que me justificar pró futuro, porque é que o fez e porque é que pôs em causa as minhas qualificações profissionais aqui. Pode por em causa tudo o que diz respeito à política, porque aí estamos ao mesmo nível, agora em termos de qualificações profissionais vai ter que medir meças comigo, e isso não lho perdoo.....

----- Portanto o Sr. Presidente da Câmara mentiu, não trouxe aqui o debate sério, introduziu aqui, agora, e trouxe-nos aqui o relatório que não é relatório nenhum, sobre a qualidade da água, é um relatório feito e onde estão aqui expressos os resultados que mandou já ao Partido Socialista, na última reunião que eu aqui apresentei, não acrescenta nada em relação a isso e não justifica nada, porque a discussão está nisto, e é uma pergunta que vou fazer ao Sr. Presidente da Câmara, e que quero que me responda aqui se quiser e puder.

----- O que é que o Sr. Presidente da Câmara faz em relação aos boletins do Laboratório de Saúde Pública que recebe todos os meses na Câmara? O que é que faz a esses boletins? Porque para nós a discussão não morreu. Nós temos neste momento uma queixa no IRAR, Instituto Regulador, onde enviamos todo este processo e esperamos que o IRAR tome uma posição É o Laboratório de Saúde Pública de Bragança? Porque ao contrário do que o Sr. Presidente disse aqui no último dia, o Laboratório de Saúde Pública de Bragança não faz análises só aos fontanários e fontes de mergulho, o Laboratório de Análises de Saúde Pública de Bragança, cumpre integralmente o plano estabelecido pelo IRAR, para a Câmara de Bragança. Faz análises a todos os sistemas, 2duas vezes por ano a todos os sistemas de

abastecimento público, cumpre esse plano, fazendo análises em casas privadas, e eu posso demonstrar isso, de todos os sistemas de abastecimento público.

----- Portanto é esse, esse confronto e eu no último dia disse e continuo a dizer que não punha em causa ninguém, nem técnicos nem os laboratórios, até prova em contrário são pessoas sérias, agora, partimos de dados de noventa e oito vírgula cinco por cento, conforme legislação, para dados, e eu agora quero aqui acrescentar mais um pouco, na última exposição que eu aqui fiz apresentei dados só até Setembro, neste momento tenho os dados todos do ano de dois mil e oito, e quero-vos dizer que a situação não melhorou, a situação piorou em termos de análises de qualidade do Laboratório de Saúde Pública de Bragança.

----- Eu tenho informações que é o laboratório que trabalha com todos os parâmetros de qualidade impostos por lei, e é essa questão que tem de ser esgrimida, essa questão de sabermos quem tem razão. Não é com investimentos, que o Sr. Presidente da Câmara agora aqui nos trouxe, que apostou e investiu. Eu acredito e aceito que tenha investido, mas investimento não é sinónimo de qualidade, meus amigos, não quer dizer que todo este investimento tenha melhorado a qualidade da água do Concelho de Bragança. E eu na última reunião também frisei que os sistemas da Serra Serrada e de Izeda cumprem integralmente aquilo que está estipulado na lei, portanto as pessoas que bebem água desses dois sistemas, estão a beber água de qualidade. O problema está nas aldeias e é isso que nós vamos ter de discutir e discutir a sério e se o Sr. Presidente da Câmara não o quer fazer, possivelmente o Partido Socialista na próxima Assembleia terá que ser ele a agendar esse ponto para discussão desta questão, porque agora aqui, em cima do joelho, sem qualquer preparação, porque depois eu de ver a agenda abandonei um pouco esta questão, querer o Sr. Presidente da Câmara, com este relatório que nada diz, vir matar a discussão, é inadmissível e eu não fico por aí, porque não me parece correcto.

----- No entanto também vos quero dizer que esta questão que nós aqui levantamos, já deu frutos, e ainda bem que já deu frutos, porque neste momento sabemos que os serviços da Câmara ou AGS, a empresa que controla para a Câmara esta questão, já começou a fazer limpeza aos depósitos, já há depósitos neste momento que estão a ser limpos, não sei porquê, mas penso que suspeito.

----- E para já não queria dizer mais nada, fico-me por aqui.

----- **Presidente da Mesa** – Senhor Membro da Assembleia, Luís Costa, faça o favor.

----- **Luís Costa** – De novo muito bom dia, já quase boa tarde.

----- Queríamos, primeiro de tudo, dar as boas vindas ao Sr. Presidente os votos de rápidas melhoras.....

----- Eu tinha aqui uma série de perguntas a fazer ao Sr. Presidente da Câmara. Está ser comemorado o centenário do início de publicações das memórias históricas do Distrito de Bragança. A Câmara tem alguma iniciativa programada? É que em Vila Real, o Grémio Literário, já decidiu que iria comemorar em conjunto também com a Câmara. Acho que, sendo uma obra feita aqui na nossa região, não deveríamos deixar passar esta data. Portanto fica a pergunta.....

----- Outra questão é a Avenida 22 de Maio, portanto é a Avenida que fica ao lado da nova Catedral, que não existem passeios do lado esquerdo de quem sobe. Para quando, o arranjo dessa zona? Aliás como também dos espaços exteriores da Sé, que não estão terminados, e que servem de abrigo a uma fauna perigosa. Portanto o que é que pretende a Câmara fazer nesse sentido?

----- Retomamos uma pergunta que já fizemos noutra altura que é a questão dos trabalhadores do GAT. Que desenvolvimentos houve quanto a essa questão, visto ter sido aprovado por unanimidade, na última Assembleia, em quinze de Dezembro de dois mil e oito, uma Moção da CDU, aprovado por unanimidade, portanto, gostaríamos de saber quais foram os desenvolvimentos que tiveram quanto à utilização desses trabalhadores do GAT.

----- Queríamos perguntar também, quanto à Comunidade Intermunicipal, foram aprovados os Estatutos, pergunta-se se já está instalada, onde, se está a funcionar, e se sim ,para quando é que está agendada a eleição dos representantes, efectivos e 3 suplentes, relembramos, para esse organismo Intermunicipal?

----- Outra questão, recorrente, infelizmente, é o elevador do Parque da Praça Camões, que continua fechado, sujo e portanto sem funcionar.

----- Outra pergunta recorrente, é acerca do Parque de Campismo de Meixedo, do Sobre-Águas. Já lhe perguntei, numa Assembleia anterior, se já sabe alguma coisa sobre as causas do não funcionamento do mesmo, do bar, ect., portanto o Sr. Presidente ficou de dar uma resposta, depois de ir saber o que é que de facto se teria passado, com o não funcionamento do Parque.

----- Outra questão, era a Quinta do Arufe, em Rebordainhos, era para se fazer um empreendimento, mas nada foi feito, perguntamos qual o estatuto presente desses terrenos, portanto, na Quinta do Arufe.

----- Outra pergunta, recorrente também, será as contas do Matadouro e as contas das Águas de Portugal, portanto continuamos sem saber, como foi prometido pelo Sr. Presidente, também, e lamentavelmente sempre adiado, portanto a apresentação das contas do Matadouro e da empresa das Águas de Portugal.

----- E depois da sua apresentação, também ficou, que parece que haver uma certa desorientação quanto ao que fazer nas aldeias... ..

----- O Senhor, no que apresentou na exposição que acabou de apresentar, apresenta muitos arranjos nas igrejas, nas paróquias, etc. e depois nós vamos aqui à sua comunicação e vemos que no sector da educação, portanto devia ser um sector prioritário de investimento, pelo menos na nossa opinião, temos que a actividade foi: colaboração do júri de presépios, Escola de Transito e pouco mais. Na área cultural temos os Centros de Arte Contemporânea, etc., tudo bem, mas parece-nos haver um grande investimento na recuperação de coisas que se calhar que nem deviam pertencer propriamente ao Município, e desguarnecendo outros sectores como o caso da educação.

----- E uma pergunta também que deixamos, é na página 5/8 do Estado e Vida do Município, passo a ler: “no que diz respeito ao sistema de abastecimento de água à Vila de Izeda, foram comprados à ATMAD durante o ano de 2008, um total aproximado de 90.000m3 de água, proveniente da albufeira do Azibo, o que representou um encargo de cerca de 55.000€”. Daí a minha inocente pergunta. Quer dizer então, nós pertencemos à ATMAD? Não pertencemos à ATMD? Compramos água à ATMAD? Portanto parece-nos um pouco confuso, precisamente não tendo sido ainda apresentadas, isto vai pró débito da dívida que temos com à ATMAD ou vai para o débito da dívida que a ATMAD tem, no nosso ponto de vista, para connosco? Portanto não dá para entender muito bem, gostaria que este ponto também nos fosse esclarecido. Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Senhor Membro da Assembleia, Luís Vale, tem a palavra.

----- **Luís Vale** – Relativamente a este documento, apenas duas referências.

----- A primeira, na página 3 e 4, quando é referido o sector da habitação social, até aqui na sua apresentação fez referência ao esforço que tem sido feito para recuperar alguma habitação social, de qualquer forma, também faz referência no documento, à existência de um estudo técnico específico de casos prioritários, e a questão que colocaria era quem foi que fez esses estudos, se foram os serviços técnicos da Câmara ou se foram entidades exteriores, que

conclusões se podem tirar desse estudo e porque é que não nos foi dado a conhecer esse estudo.

----- Depois, relativamente à Divisão de Saneamento Básico, e tal como já foi aqui referido, e o Sr. Presidente também fez uma apresentação, também vou falar da água, porque de facto, parece-nos que, até por tudo que tem sido dito e discutido, é algo que em Bragança, definitivamente não está resolvido. Continua a ser um problema sério, para o qual este Executivo, que em doze anos de gestão autárquica não soube dar as respostas suficientes, é algo que em Bragança, continua a ser um desígnio dos Deuses, ora fazem chover, ora impedem que chova, ora abonam, ora penalizam o nosso Concelho. Esta situação leva obrigatoriamente a contingências como aquela que é descrita aqui neste texto apresentado, quando se refere à necessidade de compra de água à ATMAD para abastecer a Vila de Izeda. E a pergunta é, até quando, Sr. Presidente?

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

----- Senhor Membro da Assembleia, Eduardo Malhão, faça o favor.

----- **Eduardo Malhão** – Muito bom dia a todos.

----- Três questões muito breves, sem considerações prévias, uma delas tem a ver com freguesias rurais e duas com serviços públicos a instalar na nossa Cidade.....

----- Então a primeira é a seguinte: gostaria que me informassem em que situação é que está a substituição das fossas sépticas das aldeias, cujo sistema está a drenar directamente para as linhas de água. É um sistema de fossas já bastante antiquado, são muitas as freguesias que são afectadas por essa situação e gostaria de saber em que fase é que está a substituição por mini-etar's.

----- As outras duas questões relativamente com serviços públicos da Cidade, uma delas tem a ver com a Escola de Bombeiros. Gostaria de saber em que situação é que está a instalação definitiva da Escola de Bombeiros e outra delas tem a ver com a Loja do Cidadão, chamada segunda geração, que não se tem falado no projecto e que gostaria de saber em que fase é que está a sua instalação. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

----- Senhor Membro da Assembleia, Bruno Veloso, é a sua vez, faça o favor.

----- **Bruno Veloso** – Muito rápida e concisamente, Senhor Presidente.

----- Senhor Presidente da Câmara, na última Assembleia Municipal, fiz questão de lhe perguntar sobre a criação dos Conselhos Municipais de Juventude, aqui aprovados numa

Moção, por mim apresentada, em representação do Partido Socialista e aprovada quase por unanimidade, por esta Assembleia. Nessa mesma Assembleia o Senhor Presidente de Câmara, não respondeu, respondeu posteriormente, com uma resposta absolutamente descontextualizada perante os microfones da Comunicação Social.

----- Volta à mesma questão, para que o Sr. Presidente responda nesta Assembleia.

----- Sr. Presidente, desde há um ano que a Moção foi aprovada, o que é que a Câmara tem feito, o que é que a Câmara tenciona fazer relativamente aos Conselhos Municipais de Juventude?

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Membro da Assembleias, Carlos Cadavez, tem a palavra.

----- **Carlos Cadavez** – Bom dia a todos, a reestruturação e reorganização dos Ministérios, parece-me a mim, que é mais em relação ao interior. E eu refiro-me essencialmente ao Ministério da Agricultura, a agricultura e as florestas estão no Terreiro do Paço, aí não há que disponibilizar pessoal, mas no interior é isso que está a acontecer, não há agricultura e também é fraca, sem duvida alguma, os funcionários vão para casa. Isto está a acontecer com os funcionários da caça, e florestais, em Bragança, estão a extinguir. Preocupa-me de alguma maneira, aquilo que se está a passar em relação à caça e qual é a evolução que neste momento está haver, por a Zona de Caça Nacional da Lombada. É uma tradição já desde a década de setenta, penso que deve ser preservada, sei que os Presidentes de Junta têm uma palavra a dizer e a Câmara Municipal, e eu gostava de saber o ponto de situação que a Câmara tem negociado a nível superior. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

----- Senhor Membro das Assembleia, Vítor Pereira, tem a palavra.

----- **Vítor Pereira** – Bom dia, dispenso-me dos cumprimentos para não perder muito tempo.

----- Três perguntas muito rápidas. Quais são os meios, em termos de protecção civil, é evidente, que a Câmara pretende adquirir para o Concelho?

----- Segundo - saber se este número, 273304200 é o número da Câmara, se pertence à Câmara Municipal.

----- Saber se, aliás isso já foi aqui aflorado pelo Luís, em termos do antigo INTERREG, quantas candidaturas foram apresentadas pelo Município de Bragança e quantas foram aprovadas.

----- E depois, saber, em termos de competências do 1º Ciclo, como é que estão as negociações com a DREN em termos de transferência do pessoal.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

----- Senhor Membro da Assembleia, Henrique Ferreira, tem a palavra.

----- **Henrique Ferreira** – Senhor Presidente da Câmara, também três questões rápidas,

----- Primeira questão - Aqui há dois anos aprovámos um PIN, ou seja, ali para a Quinta da Arufe, havia um projecto de interesse Nacional, nós depois aqui aprovamos com uma única abstenção, que foi a minha, a definição do interesse público desse PIN, como é que está isso, se está ou se não está, em que estado está?

----- Segundo aspecto, Senhor Presidente - Os empreiteiros ou camionistas ou lá quem é, insiste em sujar as ruas de lama ao transportar os camiões dos aterros ou desaterros, nas suas viagens. Isso, nalguns países civilizados, os camiões são lavados antes de irem para as ruas públicas, aqui em Bragança, atenção para isto.

----- E chamo ainda a atenção para outra coisa. Há demasiadas passadeiras sem iluminação pública, uma delas pelo menos, em frente à Escola Superior de Educação, na Avenida Santa Apolónia, eu já tive lá problemas, pronto, mas eu não importo aqui para o caso, importa são os alunos mais jovens, porque de facto os carros não vêm as pessoas, eu próprio tive problemas porque eu ia a conduzir, e não vi as pessoas, não vi as pessoas, travei em cima, por sorte. Portanto, haveria que fazer um inventário dessas situações e iluminar bem as passadeiras para evitar problemas futuros.

----- E agora, finalmente, uma questão estratégica, afinal já são quatro, uma questão estratégica. Numa altura de crise, a Câmara constitui um gabinete de crise para apoio às famílias mais carenciadas? E além disso a Câmara constitui um gabinete para estudo de situações económicas, capazes de mobilizarem a sociedade civil para novos investimentos? Portanto a Câmara dinamizou-se neste sentido?

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado,.....

----- Senhor Membro da Assembleia, Luís Pires, tem a palavra.

----- **Luís Pires** – Muito bom dia a todos, apenas uma pergunta muito rápida. Eu tenho assistido pela comunicação social, alguma apresentação sobre o projecto de alteração da Avenida General Humberto Delgado; tanto quanto me lembro, aqui à Assembleia, o Sr. Presidente da Câmara trouxe um esboço de uma possibilidade de projecto em que ficaram um conjunto de possibilidades em aberto. Eu deparo-me agora com essa apresentação, digamos assim, à comunicação social, o que eu quero perguntar é se já existe mais alguma coisa de concreto, se realmente a passagem desnivelada como é que vai ser; aquelas vias de acesso, que na altura, causaram alguma polémica para desviar o trânsito para Vale D'Álvaro, etc. como é que isso iria ser feito, e até porque por aquilo que eu também li na comunicação social fazia referência à questão do espaço da feira, também, para já era só essa questão.

----- **Presidente da Mesa** – Bom, Senhores Membros da Assembleia, estamos aqui com uma dificuldade, a Câmara tem o seu tempo esgotado, foram feitas múltiplas perguntas, eu sugeria e propunha que por similitude de quando os Grupos Municipais não têm tempo e há Moções, e querem fazer um pedido de esclarecimento, dispõem de três minutos para o fazerem.

----- Eu confiava na capacidade do Senhor Presidente da Câmara para escolher, para escolher os pontos principais a que queira responder. Estão-me ali a fazer um sinal, com uma mão com cinco dedos, eu levo a diferença à tolerância, à tolerância da exposição. E o Senhor Presidente da Câmara faria isso, e os Senhores Membros da Assembleia que não vejam as suas perguntas respondidas, porque ele vai ter de fazer uma selecção, têm naturalmente à sua disposição, a disposição Regimental da alínea p) do art.º 65º que permite pôr perguntas à Câmara. Seleccionarão também, os Senhores Membros da Assembleia, que não virem as suas perguntas respondidas, aquelas que acham mais importantes, e encaminhá-las-ão através da Mesa, que as fará chegar à Câmara. E é esta a solução que me parece equilibrada para este momento.

----- Senhor Presidente da Câmara, faça o favor, três minutos, com uma pequena tolerância.

..... **Presidente da Câmara** - Muito obrigado, senhor Presidente.

..... Eu, acho que das coisas mais importantes a que tenho que responder obrigatoriamente é continuar com a matéria anterior. E tenho que apresentar aos Senhores Deputados:

..... Primeiro - A média nacional, está nos vossos papeis, onde eu tinha 98 é 97,4 % a média nacional. Nós estamos acima da média nacional em termos da qualidade da água. Quero

explicitar, porque isto é importante explicitar, duas situações no que diz respeito a esta matéria.

.....Primeiro – Nos vossos papéis também estão quais são as análises que são feitas, R1,R2,R3, quais são os parâmetros que cada uma envolve.....

.....E quero salientar o seguinte, os laboratórios que actuam a nível da qualidade de água são: A AGS para a Câmara e o Laboratório Regional de Trás-os-Montes e Alto Douro, que enviam a informação para a Câmara Municipal que é a Entidade Gestora, por sua vez a Entidade Gestora remete imediatamente para a base de dados do IRAR, dá informação à autoridade de Saúde. Se houver medidas correctoras a fazer, a entidade Gestora, que é a Câmara, introduz as medidas correctoras, faz a contra análise e volta, onlin, a dar a informação ao IRAR.

..... Tal como isto tudo, a Câmara deu uma senha ao Centro de Saúde, autoridade de Saúde Local, para aceder também online a toda a informação do Município.

..... E quero reafirmar, peço desculpa, vou faze-lo, o Senhor deputado pode... eu faço-o com plena convicção, e não vou insultá-lo conforme me insultou, que acho falta de educação, peço desculpa e vou dizer o seguinte: O Senhor Deputado não tem mais competências nesta matéria, e reafirmo, em circunstância nenhuma, do que aquelas que estão associadas da parte dos técnicos que preparam esta informação, não tem, há aqui gente muito qualificada que seguramente domina melhor esta matéria do que o Senhor Deputado, e quero salientar que os nossos funcionários do Município, o Chefe de Divisão e o Sector que ele chefia têm a capacidade plena e têm tido para trabalhar correctamente, com empenho e saber actuar rapidamente onde há problemas. Não é razoável, da sua parte, essa situação. E reafirmo, o Senhor não tem as competências que eles têm nesta matéria.

..... Procurámos, com toda a verdade, pôr tudo que era necessário, na mão dos senhores deputados para conforme entenderem, questionarem, fazerem o que quiserem.

.....É verdade e é certo que a única entidade que tem legitimidade para falar sobre os valores da qualidade da água é o IRAR e é o IRAR que de facto dará essa resposta e não a vou dar eu que não tenho competências nesse âmbito, nem o Senhor Deputado seguramente iria imaginar.

..... Quando acontece alguma desconformidade, e quero falar sobre isso, e é preciso que as

pessoas também tenham essa consciência, se acontece uma desconformidade a Entidade gestora manda proceder a medidas correctivas, se recebe uma informação da autoridade de saúde, de qualquer desconformidade, manda fazer a contra análise.
 Vou dar-lhes um exemplo.
 Recentemente em Paradinha Nova surgiu uma análise da autoridade de saúde local em que dá a informação de desconformidade. O que nós fizemos, imediatamente, foi pedir ao Laboratório AGS LRTM que é a entidade certificada, para fazer a contra análise. Acto imediato. E a contra análise informa por escrito, e dá conta, da conformidade, dos valores de água recolhida nos mesmos sítios, ou seja, não podemos brincar com esta matéria porque há oito anos atrás ou cerca de doze anos, o senhor já era deputado e eu não conheço essa grande preocupação e qual era o estado da qualidade de água no Município, investimentos que foram feitos. Se há uma área em que o investimento deve orgulhar-se, do meu ponto de vista, é do esforço enorme do investimento da renovação de redes e de garantir qualidade de água à população, e ainda mais, sentimos mais orgulho nisso quando nós superamos a média nacional a esse nível, sabendo que há sistemas importantíssimos, como é o sistema do grande Porto e grande Lisboa, onde a qualidade é a cem por cento e ela conta para a média e nós, mesmo assim, superamos a média.
 Eu, quero, desta tribuna, valorizar os técnicos que estão neste trabalho, sejam municipais, sejam restantes, pela sua atitude consciente de grande empenho para garantir qualidade de água em condições aos nossos munícipes.
 As restantes perguntas, eu, ou por escrito ou pessoalmente, tenho condições para responder a todas, sem excepção.
 **Presidente da Mesa** – Muito obrigado.
 Eu peço desculpa, ó! senhor membro da Assembleia Luís Pires e senhor membro da Assembleia Paulo Hermenegildo eu peço para terminarem o diálogo na sala.

 **Presidente da Mesa** – Eu sei, eu sei, mas mesmo conhecendo, ou então se o quiserem ter então juntem-se nas cadeirinhas lado a lado para não estarem a atravessar a sala de um lado ao outro.
 Portanto, repito, os Senhores membros da Assembleia têm à disposição os mecanismos regimentais para formular as perguntas por escrito.

.....
.....**Presidente da Mesa** – Ponto de Ordem à Mesa? Faça o favor senhor membro da Assembleia.

.....**José Castro** – Eu queria aqui manifestar o nosso total desacordo relativamente à forma como o Senhor Presidente da Câmara tem vindo a tratar todas as questões que lhe são postas aqui nesta Assembleia. As questões são postas, ficam em acta, e ao contrário do que o Senhor Presidente da Mesa disse, o Senhor Presidente não pode ter a liberdade de escolher as repostas a que responde, de facto. E, de facto, se por acaso tivesse poupado o seu tempo, a mostrar largos e igrejas que foram arranjados, muros e muretes, provavelmente fosse ao que realmente interessa e que está próximo da vida das populações. É só isso que eu tenho a dizer.

..... Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** – Está feita a sua interpelação à Mesa, que tem que discordar da afirmação que fez, que o Senhor Presidente da Câmara não pode seleccionar a maneira como responde. Isso pode, agora o que pode é não haver acordo, ou os visados ou a quem são destinadas as respostas, ou os que estariam à espera delas, manifestar o seu desacordo e que foi o que o senhor fez com esta interpelação à Mesa.

.....A Mesa vai registar inscrições para intervenções neste período do Estado e Vida do Município. O Senhor membro da Assembleia, Luís Pires, tem, desde já, a palavra.....

..... **Luís Pires** – Mais uma vez, muito bom dia.

..... Vou ser muito breve, e a minha intervenção tem apenas a ver com o facto e a forma de funcionamento desta Assembleia. Vamos lá ver uma coisa. Nós temos que fazer perceber que a atitude e o papel desta Assembleia é precisamente levantar críticas, pôr questões e serem respondidas. O Executivo só tem que as aceitar de uma forma democrática e responde-las de uma forma também democrática. O Senhor Presidente da Câmara não pode também... eu compreendo que tenha o direito a alguma indignação e exaltação, mas também temos que ter memória e perceber que isto não veio desta Assembleia. Aliás a primeira vez que este tema foi trazido aqui, eu, acho, que a primeira indignação, digamos assim, ou a primeira forma menos convencional de abordar o tema foi do Senhor Presidente da Câmara que obrigou o meu camarada Luís Filipe a reagir.

..... Portanto, há que ter alguma ponderação, algum sentido democrático e há que aceitar as críticas, porque o nosso papel, enquanto oposição, é fiscalizar também a actividade da Câmara e quando a Câmara faz bem nós também reconhecemos e dizemos que faz bem. Agora,

quando faz mal, estamos no nosso direito, aliás é o nosso dever, dizer-lhe que as coisas não estão bem feitas.

.....Aquele tema que eu levantei, há bocadinho, por causa da Feira, eu digo isto porque realmente a Câmara tem feito passar, há muitos anos, um papel de rigor, de seriedade, mas nós também somos sérios, e há coisas que falham. Eu, há bocado, falei naquela questão da Avenida porque, por exemplo, no programa de mil novecentos e noventa e nove, eu andei a ver umas coisas na Net e estava lá, como proposta desta Câmara, a conclusão definitiva do espaço da feira, por exemplo. Estamos em dois mil e nove, são dez anos, e ainda não está concluído, não é? Portanto vamos lá ver uma coisa, toda a gente falha e não vamos aqui indignar-nos, há coisas que falham por culpas próprias, há coisas que falham porque há coisas que nos transcendem, que não deixam concluir essas coisas. Agora, vamos ter aqui algum espírito mais democrático, aceitar as críticas e responde-las para que os cidadãos possam ser esclarecidos.

.....E para terminar, relativamente à água, Senhor Presidente, eu acho que a postura adequada era, há dúvidas? Tirem-se todas as dúvidas, o que interessa é que os cidadãos de Bragança tenham água em qualidade, em quantidade e nos momentos devidos, o resto não interessa, não vamos andar aqui com questões políticas, o problema são as pessoas de Bragança, vamos-lhe dar água em condições, vamos ver se ela está, se está, muito bem, se não está, vamos melhorar. Só isso.

..... **Presidente da Mesa** – Presidente da Junta de Freguesia da Sé, tem a palavra.

..... **Paulo Xavier** - Em primeiro lugar, os meus cumprimentos. Cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhora secretária, senhor secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, senhores Vereadores, cumprimentar também todos os membros da Assembleia, cumprimentar os senhores Presidentes de Junta e meus companheiros, a Comunicação Social, a todos muito bom dia.

..... Não há dúvida nenhuma que muitas vezes, aqui nesta Assembleia, reina a demagogia, fala-se, muitas vezes, por falar e dá-se valor a coisas que não têm importância. Eu, da minha parte, tentei sempre ser o máximo honesto comigo e para com os outros, não só na atitude mas também no pensamento. E tenho que dar-lhe os parabéns e uma nota de parabéns à Câmara Municipal de Bragança, neste ponto que é importante. Sou daqueles que posso e muitas vezes reivindico, critico, mas quando tenho que lhe dar os parabéns, tenho que lhe dar os parabéns.

..... E diria o seguinte, uma nota extremamente positiva: a requalificação da Mãe de Água do Loreto; os Centros Escolares, notas positivas e de grande valorização; a duplicação da Avenida Humberto Delgado; uma maior mobilidade, ao nível até do conforto, na aquisição de novos autocarros.....

..... E duas questões que eu queria que os Senhores Vereadores tomassem nota e se possível me respondessem. O nosso membro da Assembleia, Henrique Ferreira, e bem, e oportuno, a questão da lavagem do rodados. Este fim de semana, por exemplo, a Avenida Abade de Baçal estava toda cheia de lama, algo está pouco cuidado e é essa atenção, que eu, por acaso, tinha aqui a nota, ainda bem que o nosso membro da Assembleia teve essa atitude, porque de facto isso não é prestígio.....

.....Depois perguntar-lhe que... não há dúvida nenhuma que dois mil e oito foi um ano extraordinário em termos de repavimentações, fizeram-se dezenas e dezenas de repavimentações nas ruas, mas perguntar-lhe qual a intenção, ao Município, das seguintes intervenções, se são para este ano ou não. E passava, por exemplo, a perguntar-lhe, os passeios do Campo Redondo, do Bairro de Santa Isabel, das repavimentações do Campo Redondo, propriamente dito Emídio Esteves, aquilo está um caos. Senhor Vereador, eu estou a olhar para si, o Senhor mora lá, é co-responsável, e eu pergunto-lhe qual tem sido a sua força, como também Vereador, para que as coisas acontecessem de maneira diferente.

..... O Bairro de Santa Isabel, que está mau; a Misericórdia, idem aspas; o Sapato também, e quatro vias em Vale de Álvaro. Eu pergunto e repito, o que é que pensam fazer?

..... O Campelo foi repavimentado agora, está muito bom, muito bom. Pedir aquilo que é importante. Há coisas que são urgentes e outras menos urgentes. E o dinheiro não estica, é preciso sabe-lo reencaminhar.

..... Depois também, e vem na questão da demagogia, quando se vem aqui, vias de comunicação em Bragança e a requalificação da Avenida é indiscutivelmente uma mais valia para a Cidade e para a Freguesia. Ao contrário, que eu vi aqui de manhã, nas vias de comunicação propriamente a A4 e quando alguém do Partido Socialista chegou aqui e diz que vem aí a caminho. No programa eleitoral do Partido Socialista, a sua conclusão era para dois mil e nove! Ainda nem os tractores estão no caminho.

..... Reformas do PS que eu também ouvi aqui, nenhuma teve efeito. A Saúde - um desastre;; na Educação - ridículo, e a teimosia fazem bandeira; o fiscal, por acaso, sim, a reforma que está

hoje em vigor foi do tempo do Partido Social Democrata, para bem ou mal dos nossos pecados, mas a verdade é essa.

.....Depois falou-se aqui também na Segurança Social - sustentável, eu faço recordar aos membros da Assembleia, no tempo do António Guterres, ele já dizia que dava para cinquenta anos! Onde é que estão esses cinquenta? São os quatro do Partido Socialista? São notas que é preciso não esquecer, de forma honesta e clara.....

..... Depois ao nível do Poder Local, também é preciso acentuar isso, o maior ataque ao Poder Local veio da mão do Partido Socialista, claramente, não só ao nível municipal como completamente estrangular as freguesias. Estão aqui quarenta e nove Presidentes de Freguesia, sabem daquilo que estamos a falar.

.....A regionalização que aqui se falou, inicialmente, e até com uma Moção, eu pergunto, onde é que estava o José Castro e o Partido Comunista, na altura do referendo, a bater às portas, a favor da regionalização? Não os vimos! São coisas que não nos podemos esquecer, mas sabemos que o Partido Socialista fez aquele referendo mas foi encapotado, a regionalização foi encapotada, sempre, para o Partido Socialista, mas os autarcas do PSD a nível Distrital, eles foram claramente a favor, todos eles, eu próprio andei de mão dada com o Partido Socialista a bater às portas, alguns, outros ficaram na retaguarda.

.....Mas é preciso também lembrarmo-nos, por exemplo, da tal crise que falaram aqui - Portugal, a crise vem agora dos Estados Unidos, etc. etc. – Mas nós já tínhamos uma crise antes da crise! E o Partido Socialista faz, em Abril, quatro anos! Então agora saímos disto? Eles é que são os maiores? É que os portugueses e as portuguesas estão mais pobres! Claramente indiscutível!

.....Depois, em termos de compromisso, digam uma obra, para o Distrito de Bragança, que o Partido Socialista tenha feito, obras de referência, já nem falo no todo nacional, no Distrito de Bragança, são quatro anos meus Senhores! é preciso dizer-vos.

.....Mais ainda, economicamente, Bragança cidade do interior como as outras todas do interior, está a passar momentos difíceis, é obvio, ao contrário dos espanhóis e de Zapatero que conseguiu e está a conseguir ir para a frente a reformar a própria crise com a ajuda dos autarcas, chamou-os. Ainda há bem pouco tempo, veio com um pacote de descentralização para os Municípios em Espanha, fenomenal, que é o poder da proximidade! O que é que o nosso Primeiro Ministro fez? O tal descentralizador, ao contrario, nada! Não faz, é centralizador.....

..... Incentivos fiscais? Ninguém os viu! O reforço de competências? Muito menos!.....

..... E depois, em tom, para acabar. Eu sei que a história da água é extremamente complicada. Eu, há duas coisas aqui, não estou a falar, não sou técnico, se isto está bem se aquilo está mal, alguém tem que fazer, o Senhor Presidente da Câmara terá que o demonstrar, tem essa competência, essa responsabilidade e o membro da Assembleia Luís Filipe terá que repor ou não. Mas há uma coisa que vou dizer, o vocabulário, muitas vezes tem-se feito aqui, acho que é impróprio, a tocar o limite do reles e sem elevação nenhuma. E para quem... Eu não estou a pôr aqui em causa qualificações, quem sou eu para pôr as qualificações em causa, não, agora, elevação sim. E há outra coisa que é importante, a vida dos nossos concidadãos é indiscutível aquilo que nós temos que defender, isso é claro. A minha pergunta aqui é que, se o bem precioso que é a água, e se a preocupação, não só do Partido Socialista, como membro, o Luís Filipe, é tão grande, eu pergunto porque é que razão esperou pela Assembleia, porque uma causa dessas é uma causa urgente! E os valores que nos apresentou aqui, que era o caos, eu pergunto, isso merecia atempadamente até, uma referência, uma comunicação para que nós estivéssemos, quer dizer, atentos, é que com a água não se brinca, com um bem precioso!

..... Há atitudes, aqui, que não correspondem à verdade, muito menos, como é óbvio, como disse, e bem, o Luís Filipe, que hoje não estava preparado porque abandonou um pouco esta questão da água, que é importantíssima. Então aquilo só foi retórica, saiu-lhe, foi folclore.

..... Tenho dito.

..... **Presidente da Mesa** – Muito obrigado.

..... Senhor membro da Assembleia Eduarda Malhão, tem a palavra.

..... **Eduardo Malhão** – Renovo os meus cumprimentos, bom dia a todos.

..... De facto fala-se aqui muito em crise e ela existe e temos que ser realistas, a crise existe. Mas de facto, neste período, era necessário haver mais convergência entre todos e temos assistido às diversas intervenções aqui neste local sem que de facto as pessoas se preocupem em convergir em matérias que são essenciais e toda a gente quer um pouco de protagonismo nesta matéria. Eu entendo que temos que adoptar uma politica diferente. Os cidadãos precisam de auto estima para continuar a construir o futuro, precisam essencialmente de confiança porque de facto a crise é uma crise económica mas também é uma crise de falta de confiança, e é também uma crise de valores e uma crise politica. É bom, de facto, termos essa preocupação bem presente e algumas das intervenções que aqui se produzem devem direccionar-se nesse sentido.

..... Não é tempo para discutirmos aqui questões laterais, questões secundárias mas antes, tempo para construirmos projectos mais solidários, projectos mais virados para as pessoas, mais humanistas. E dizia eu que, de facto, é preciso também, puxar um pouco para cima a auto estima dos cidadãos.

..... E a nossa região sendo uma região com algumas fragilidades, uma região débil, como também aqui já foi dito anteriormente, e bem, também é uma região que tem muitas potencialidades e que tem alguns indicadores económicos, se calhar, mais positivos e mais favoráveis do que outras regiões.

..... Eu recordo, por exemplo, que o valor do desemprego em Bragança, com dados relativos a Dezembro passado, se situa em mil duzentos e setenta e três pessoas, cerca de cinquenta por cento inferior ao desemprego registado no nosso Distrito vizinho, mais concretamente no Concelho de Vila Real, que é, como disse, o dobro do nosso desemprego.

..... Mas também é preciso referir que a região de Bragança apresenta o número de beneficiários mais baixo, ao nível do rendimento social de inserção, de todo o País.

..... É também a região do País que tem menos beneficiários do complemento solidário de idosos, e se isso acontece é porque naturalmente existem menos pessoas carenciadas e existem menos pessoas a viver abaixo do limiar da pobreza. Eu recordo que em Portugal, neste momento, já são cerca de dois milhões de portugueses a beneficiar do rendimento social de inserção, precisamente para combater a pobreza e este indicador de limiar da pobreza que se situa em cerca de quatrocentos euros.

..... Portanto são dados positivos que nós também devemos puxar para cima e que devemos ter presentes também no nosso dia a dia, para continuarmos a construir, de facto, este futuro colectivo.

..... Depois também relativamente ao número de falências no nosso Distrito. O Distrito de Bragança é também um dos distritos do País que tem o menor número de falências. Em dois mil e seis houve dois processos de falências (empresas), em dois mil e sete foram quatro processos e em dois mil e oito cerca de sete processos, portanto muito abaixo também do número de falências de Vila Real. Comparo com Vila Real porque é uma capital distrital como nós e é uma região do interior como nós e serve de certa forma também de modelo de comparação.

..... E dizer que, também, por exemplo, o número de desempregados em Bragança também não são desempregos de longa duração, novecentos e trinta desempregados são

desempregados há menos de um ano, também mais de metade dos desempregados são empregados com qualificação, duzentos e setenta e oito são desempregados com licenciatura, cerca de seiscentos têm o ensino secundário, portanto não há aqui um problema de desemprego estrutural, que é aquele desemprego com pouca qualificação, desemprego com pessoas de poucas habilitações e desemprego com a idade superior aos cinquenta e cinco anos que é o desemprego mais preocupante.

.....Depois, também gostaria de chamar aqui à atenção, alguns exemplos que conseguem remediar a crise e conseguem, mesmo situando-se no interior, situações de pleno emprego e situações de sucesso.

.....Toda a gente ouviu falar, recentemente, no caso de uma freguesia próxima que é Palaçoulo, onde não existe desemprego, onde existe uma fábrica que é a “JM Gonçalves” que consegue exportar noventa por cento da sua produção, consegue inovar numa área que é difícil, que não tem matéria prima, adquire a matéria prima nos Estados Unidos, que é o Carvalho Americano, e na França o Carvalho Francês e consegue exportar, depois, noventa por cento dessa produção para esses mercados onde é que vai precisamente adquirir a matéria prima. Existe esse caso de sucesso nessa aldeia, onde há pleno emprego, onde é que não há desertificação, onde é que a população tem aumentado, porque existe de facto uma tradição em matéria de indústria da tanoaria. Existe acima de tudo, um saber fazer, existem recursos humanos, não existem matérias primas lá mas não é necessário, não existem também portos para exportar as barricas para os Estados Unidos, como sabem estamos muito longe dos portos de embarque dos contentores das matérias primas e isso não é um factor que iniba esta comunidade que nós conhecemos, de ser uma comunidade de sucesso de emprego e que consegue através dum conjunto de empresas fixar a população e resolver os problemas de crise social que outras regiões, ditas industrializadas e ditas desenvolvidas, têm.

..... Mas não precisamos de ir tão longe, temos aqui uma freguesia bem próxima, que é Gimonde, todos conhecem também, que é uma freguesia também que é um paradigma em matéria de dinamismo económico. Tem cerca de dez estabelecimentos de Restauração e bebidas, tem uma Padaria, tem três unidades de Turismo Rural, Quinta das Covas, a Casa do Lúpulo, tem uma Serralharia de mármore; tem uma exploração de Xisto e de aplicação de pedra, e não tem, de facto, esses problemas que nós discutimos. De facto, só com empreendedorismo e dinamismo é que se consegue torner a questão do desemprego e a questão da economia. Nós sabemos que o Estado não tem capacidade para criar emprego,

quando assistimos no ano de dois mil e dois, a um crescimento de emprego público de cerca de trinta por cento, hoje não é possível combatermos o desemprego, por essa via, só o conseguiremos combater com iniciativa e com empreendedorismo.

.....E gostaria de chamar aqui, uma vez mais, a atenção, porque estamos no período da discussão do Estado e Vida do Município, pelo grande trabalho que tem sido desenvolvido pela nossa autarquia e pelas Juntas de Freguesia do Concelho precisamente em matéria de investimento e em matéria de criação de emprego. Ao longo da última década, contrariamos um pouco esta inércia de investimento local, a nossa Câmara investiu mais de dois virgula cinco milhões de euros, que é muito dinheiro, fizeram-se mais de mil pequenas, médias e grandes intervenções.

.....Como sabem, só na cidade foram mais de oitenta ruas que estavam em terra batida, há dez anos atrás, que foram repavimentadas. Investiu em todas as áreas: desde a cultura; à Educação; ao Desporto; aos Transportes; à Economia, criou emprego através do estímulo a uma empresa multinacional, para instalação, a Faurécia, como conhecem; através da construção de um Matadouro, que era um projecto que se arrastava há imenso tempo; através de um equipamento moderno, do melhor que existe no País, como o Mercado Municipal e de um conjunto de grandes obras de referência, interagindo e cooperando com as Juntas de Freguesia e com todas as instituições do Concelho, que é assim que nós devemos fazer.

.....Portanto, isto deve servir para todos, no nosso dia a dia, porque de facto, a crise, se já havia pobreza, combate-se, de uma forma individual e depois colectiva. Se cada freguesia resolver os problemas no seu interior com certeza que será mais fácil resolver o conjunto de todos os problemas. Não podemos estar à espera que o Estado resolva tudo, que as Câmaras resolvam tudo, nós próprios temos essa responsabilidade social de contribuir para a resolução dos problemas do nosso vizinho e do nosso familiar, que passa por dificuldades e não podemos estar sempre a queixar-nos dos outros, a pedir aos outros, nós também temos, de facto, essa responsabilidade. Assim, temos que ter também alguma confiança no futuro. Em noventa e dois passamos uma crise muito similar com esta, ela foi vencida, e é preciso continuarmos a apostar em reformas estruturais, continuar a reformar a economia porque é aí que jaz e preside o grande problema do desemprego, portanto é a falta de inovação, a falta de apostas em recursos humanos e temos que aproveitar este período como oportunidade para valorizar os nossos recursos naturais.....

.....Hoje, sabemos, cada vez mais, que a agricultura familiar pode representar um papel importante na sustentabilidade de algumas famílias de recursos menores. Aquele período em que as pessoas abandonavam a agricultura e o sector primário para trabalhar na construção civil e emigrar, hoje é um ciclo novo, é um modelo de desenvolvimento novo, porque como sabem, o emprego na nossa vizinha Espanha, também não existe, a Espanha debate-se com um problema muito mais preocupante que o nosso ao nível do desemprego, tem neste momento três vírgula três milhões de desempregados, prevê-se que possa atingir uma taxa de desemprego cerca de dezanove por cento e aquela ideia de que se não tivermos emprego aqui, temos ao lado, hoje está um pouco ultrapassada.

..... Há que ter essas iniciativas, temos que rentabilizar o património das nossas freguesias, que é um património muito valioso não só ao nível de recursos florestais como do turismo. Há imensos projectos na área do turismo que podem ser desenvolvidos. A Câmara apresentou uma candidatura no âmbito do PRODER que ultrapassa os vinte milhões de euros e grande parte desses projectos situam-se nas nossas freguesias, serão projectos que poderão criar essa situação de emprego, como essas duas freguesias que eu citei há pouco. É bom termos presente esses exemplos positivos de empreendedorismo e dinamismo local que resolvem, de facto, este problema que nos aflige que é o desemprego.....

.....E depois, olharmos de outra forma para a iniciativa privada, não estarmos sempre a criticar as pessoas que lutam no dia a dia para manter os empregos, para pagar os impostos.....

.....Nós em Bragança temos alguns exemplos de sucesso na área empresarial que é preciso valorizar, que é preciso acarinhar. Temos o exemplo, por exemplo, da Caixa Agrícola de Bragança que começou há cerca de quinze anos com dois funcionários, numa instalação rudimentares. Hoje tem mais de cem funcionários, precisamente cento e dois funcionários. Tem vinte e dois balcões e é uma empresa com sede em Bragança, que tem um âmbito regional, tem já balcões e absorveu as Caixas Agrícolas de Macedo, Mirandela, Murça, Sabrosa, Alijo, Valpaços. Conseguiu a partir de Bragança absorver outras Caixas Agrícolas doutras regiões ditas até, se calhar, com mais potencialidades. E é possível a partir desta postura e deste optimismo construirmos um Concelho melhor, um Concelho mais desenvolvido e um Concelho, não diria de pleno emprego, é óbvio que isso seria o sonho de todos nós, mas com mais justiça social e mais solidariedade.....

..... Tenho dito.

..... **Presidente da Mesa** – Muito obrigado.

..... Senhor membro da Assembleia, José Castro, faça o favor.

..... **José Castro** – Senhor Presidente, muito rapidamente, quem ouviu a intervenção inicial, hoje de manhã, do Dr. Júlio de Carvalho, de facto esperava uma prestação diferente do grupo do PPD/PSD porque de facto, desde o Executivo que mete água benta para não responder às perguntas que lhe fazem até às intervenções do grupo Parlamentar, valha-me “Deus”! Até esta última, que devia saber que não se comparam números brutos entre distritos de Bragança e Vila Real, porque as populações são diferentes, completamente diferentes. E deixe-me que lhe diga uma coisa, mesmo que sejam só, só, como diz, mais de mil e quinhentos empregados, é gravíssimo, contam todos! E merecem toda a consideração de nós, deviam merecer. Porque realmente o que fica para a história são factos. Agora, para responder aqui directamente ao meu amigo Paulo Xavier, e dizer que o que fica para a história não é se ele andou com os sacos ou eu andei com os sacos pelas portas a pedir o voto que depois se faz ao contrário, porque o que fica de facto para a história

..... É que quem elegeu para estar aqui o Paulo Xavier, pôs uma cruzinha à frente do quadrado que dizia PPD/PSD, e quem me elegeu a mim para estar aqui pôs uma cruzinha à frente do quadrado que dizia CDU/PCP/PV, está a perceber? E foram as pessoas que foram eleitas com a cruzinha no quadrado da CDU/PCP/PV que na Assembleia da Republica viabilizaram a maioria de esquerda para aprovar a Região Administrativa de Trás-os-Montes e Alto Douro. Quem pôs a cruzinha no mesmo quadrado do seu, votou contra e manipulou por trás e fez com que o Primeiro Ministro, passado dois dias, virasse o bico ao prego e viesse falar do referendo. E fez-se o referendo. E sabe qual foi a única região do País em que o sim venceu? Não foi no Algarve, foi no Alentejo, nem no Algarve venceu, foi no Alentejo, está a entender? Que por coincidência foi onde oportunamente José Sócrates, Secretário Geral do PS e Primeiro Ministro de Portugal foi dizer – que é para a próxima, agora é que vai ser a regionalização e vem aí a região do Alentejo – E agora diga-me o que é que quer dizer com isso, que não sabe se o José Castro ou se o Paulo Xavier andou por aí! Isto é o que fica para a história e sobre tudo vai ficar para a história do município de Bragança que hoje aqui quem votou contra a Região Administrativa de Trás-os-Montes e Alto Douro foi o PSD com algum voto do PS, e que a abstenção do PS ajudou.

..... É verdade ou não é? Não é verdade? Então vocês votaram... é preciso contar os votos, outra vez. Senhor Presidente, vamos contar os votos, outra vez. Estão aqui a dizer que não foi assim. Então em que é que ficamos?

..... Não brinquemos, sejamos verdadeiros, a história é feita de factos e quem traiu a Região de Trás-os-Montes e Alto Douro e vem traída há não sei quantos anos é quem vota contra a Região de Trás-os-Montes e Alto Douro, esteja ou não no seu programa, andem de saco plástico a pedir o voto, ou não, é realmente os partidos da direita associados ou não ao PS, que têm vindo a chumbar e a fazer a nossa região definhar como a gente conhece.....

..... **Presidente da Mesa** – Senhores membros da Assembleia, eu estou a aguardar que o Senhor Membro da Assembleia José Castro se sente para prosseguir os trabalhos. E nem vamos, espero eu, recontar os votos nem vamos prosseguir com este tipo de discussão e vamos prosseguir.

..... Eu lembraria aos inscritos que estamos num ponto da Ordem de Trabalhos que se chama “ Estado e Vida do Município”, e ao lembrar isso dou a palavra ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria.....

..... **Jorge Novo – Apresentou, por escrito, o seguinte:**.....

“Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Exma. Sra. Ex.mo Sr. Secretários da Assembleia

Exmo. Sr. Presidente da Câmara

Exmos. Senhores Vereadores

Exmos. Senhores Presidentes de Junta

Exmos. Senhores Deputados Municipais

Exmo. Público e Comunicação Social,

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Permitam-me, antes de outras considerações, que vos saúde e que nesta minha intervenção traga assuntos mais tangíveis e que tem a ver com a minha qualidade, também, de representante da população da freguesia de Santa Maria e que fale no enquadramento da sinalização da importância de alguns dos acontecimentos, eventos e realizações já efectivadas ou ainda por concretizar, pela sua relevância para a nossa vida em sociedade, porque aos Presidentes de Junta, além de outras atribuições, compete também apresentar anseios, reclamar intervenções, ajudar a resolver problemas, apontar soluções, bem como, *neste caso,*

iria começar por isso, expressar reconhecimento de intervenções e tomadas de decisão que contribuem para a melhoria das condições de vida das pessoas, da nossa cidade e do nosso concelho principalmente.....

Relativamente a esta última ideia, neste contexto e neste âmbito, enquanto Presidente de Junta da Freguesia de Santa Maria, não pretendo desvalorizar outras intervenções, tenho de testemunhar o contentamento dos meus concidadãos *não só das Comunidades Educativas que fazem parte das escolas pertencentes à área geográfica da freguesia, nomeadamente do 1.º Ciclo mas também, penso eu, todos os cidadãos que fazem e que têm relacionamento à Educação, uma perspectiva optimista, construtiva, e este contentamento pelo inicio das obras de construção do Centro Escolar.....*

Somos de parecer que tal irá aumentar a *nossa* auto-estima, garantindo uma escola de proximidade e uma promoção de igualdade de oportunidades no acesso à escola. Estou convicto de que este projecto corresponderá ao seu verdadeiro desígnio: a melhoria das condições de ensino-aprendizagem e a criação de condições que garantam o sucesso escolar, *aliás como vem apontado e muito bem, na carta educativa que também foi aprovada pelo grupo Parlamentar do PS.*

Sr. Presidente Senhores Deputados

Gostaria de falar também da candidatura que qualifico de esperançosa, designada de "Bragança Activa - Requalificação e Dinamização do Centro Histórico" no âmbito do Programa "Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana", correspondendo a uma das primeiras preocupações sentidas por todos nós, que vai muito para além das palavras *ocas e demagógicas* e das boas intenções e que poderá ser decisiva para a continuação da regeneração urbana, correspondendo ao objectivo a que tem presidido a muitas das concretizações *especialmente* da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia que é a de conseguir atrair pessoas, comércio e serviços para esta zona nobre da cidade.....

De facto, pese embora a zona histórica ser uma área de excelência urbana e de forte identidade histórica e de o seu espaço público ter sido praticamente todo intervencionado nos últimos sete anos, fosse pelo URBCOM, pelo PROCOM ou pelo POUS *e sobretudo no âmbito do POLIS* em intervenções de elevada qualidade, que foram além das infra-estruturas (de água, saneamento, comunicações, gás e electricidade) chegando ao piso das ruas e dos passeios, à iluminação pública, aos espaços verdes, ao corredor verde do Fervença, ao mobiliário urbano, às obras de arte, e à construção de equipamentos como parques de estacionamento, o Centro

de Ciência Viva, o Centro de Arte Contemporânea ou a recuperação de telhados e fachadas na Cidadela, etc., apresenta ainda alguns fenómenos de degradação física e de vulnerabilidade social que dificultam a inversão das tendências instaladas de alguma desertificação, ao longo de muitos anos, aliás como aconteceu nas zonas mais antigas das cidades de Portugal e dessa Europa fora.....

Assim, dou os parabéns à *Câmara Municipal*, por revelar esta sensibilidade e por revelar, sobretudo, a inteligência de uma estratégia e de um sentido nesta candidatura, por atender aos objectivos e por ter um quadro... *é preciso dizê-lo aqui, muitas vezes eu sou crítico, muitas vezes eu sou uma voz dissonante de algumas ideias mas também com a liberdade que assiste a todos e a cada um de nós aqui presentes, também dizer, e as pessoas não estranhem quando temos que dizer os parabéns e apontar como aspecto relevante e positivo as soluções adoptadas. Porque com esta candidatura revela-se, ao contrário daquilo que muitos pensam, que existe um plano, que existe uma ideia, que existe uma visão estratégica para a Zona Histórica da Cidade. E isto é preciso reafirmá-lo, sublinhá-lo e reforçar esta ideia para que as pessoas também não entrem em demagogias e conhecendo, que digam doutra forma, e que vem alinhada com a própria visão que se pretende para a Cidade, não é uma visão específica e própria para a zona histórica, mas a visão para a zona histórica enquadrada na visão de cidade. E qual é essa visão? Digamos que é a recuperação de imóveis para instalação de serviços, a criação da ciclovia do Polis, criação de um programa de actividades por uma Agenda Activa e ainda a gestão e animação do espaço histórico.....*

----- *“Como ainda se trata de uma candidatura, esperemos, aguardamos ansiosamente o melhor acolhimento da mesma.....*

----- *Agora, porque também me compete, como eu disse há pouco, apresentar anseios, reclamar intervenções, ajudar a resolver problemas, apontar soluções e porque ainda estamos praticamente no início do ano, portanto a tempo de dar devido deferimento, sou a falar em primeiro lugar sobre a repavimentação, até parece que eu e o meu colega Paulo Xavier, combinamos a nossa intervenção, mas basicamente vou falar novamente também de três assuntos de que o Paulo Xavier trouxe aqui à colação e não poderia deixar de falar justamente sobre a repavimentação.....*

----- *Tem sido feito um esforço enormíssimo, um esforço de repavimentar as rua, sobretudo pela forte dinâmica das obras que têm, enfim, feito sofrer alguns efeitos negativos nalgumas ruas onde os camiões mais transitara. E não queria deixar de falar então sobre dois ou três*

sítios, na parte da freguesia, nas de Rua S. Sebastião, o próprio Bairro Rubacar, a Rua Monsenhor José de Castro, e especialmente, permita-me Senhor Presidente, derivado à transferência da lixeira das Quintas da Seara, pelos camiões, pelos vários camiões que ali transitaram, a Estrada Municipal 521 que liga a Cidade às Quintas da Seara e Alfaião, e o colega de Alfaião também poderá referir isso, a Estrada encontra-se de facto com muitos buracos e a necessitar uma intervenção de repavimentação ou mesmo colocação de novo piso de asfalto e além disso também pelos próprios inertes que saíram daqui da Praça Camões, etc. .

----- Quería também falar, porque a isso não é alheio a minha condição de pai e também de alguém que aprecia o fenómeno desportivo, na vertente mais popular que é o futebol, que são os acessos ao CEE, ao relvado sintético do CEE. É uma autentica aventura nós podermos-nos desviar dos buracos, quem sabe do que estou a falar tem conhecimento daquilo que ali se passa, inclusive as pessoas ao tentar desviar-se dos buracos tem tendência, muitas vezes, a fugir da sua linha de condução e ir para outro sitio e provocar acidentes.

----- E depois gostava de falar ainda, enfim, já que o Plano de Actividades e Orçamento de 2009, da Câmara Municipal, contempla verbas, gostava de falar sobre a construção de passeios. Registo com muito agrado a construção de passeios decorrentes da Avenida Cidade de Leon até à sinalização da paragem do autocarro na Avenida do Sabor, mas Senhor Presidente deixava-lhe esta nota, para continuar, porque os residentes e também para as pessoas que demandam a nossa Cidade em autocarros até ao Hotel de São Lázaro, param o autocarro no hotel e depois vêm até ao centro histórico, vêm a pé e às vezes faz um pouco de confusão vê-los pela estrada a vir visitar a rotunda e terem de vir pela estrada e não irem pelos passeios.

----- Referir também uma outra nota. Falámos aqui, e muito bem, do Plano de Urbanismo, na Sessão Extraordinária. Uma das preocupações fundamentais que as pessoas nos têm comunicado é os passeios na Quinta das Carvas, muitas vezes aquilo que está mais à porta, à entrada das próprias habitações são aquilo que mais as preocupa e eu como representante também dessa comunidade eu não deixaria nem ficaria de bem com a minha consciência, se não trouxesse aqui à colação este assunto, bem como já reiteradamente o tenho referido, a questão do arranjo do abrigo do autocarro junto à Escola de S. Sebastião. Podem pensar, mas isto é tão pequenino porque é que não se resolve em termos de comunicação de diálogo entre a Junta de Freguesia e a Câmara? Pois por algum motivo, não sei, tem havido aqui e acolá, se

calhar falta de tempo para atender estas questões, são questões de facto fáceis de resolver e deixava à inteligência e à capacidade do nosso Executivo Camarário para a resolver.

----- Uma outra nota que eu queria deixar era relativamente à sinalização das Sedes de Freguesia, da Sé e de Santa Maria, o meu colega Paulo Xavier já trouxe este assunto aqui, é fácil de resolver.....

----- Uma outra nota é a construção do Parque de Auto-Caravanas na encosta do Castelo, assunto que foi aqui também referido na penúltima Assembleia do ano de 2008, portanto em Setembro de 2008.....

----- Para terminar, eu fazia o convite, o desafio à Câmara para proceder a estas últimas acções relativamente aos passeios principalmente e que se não, enfim, não o pretende-se fazer por si próprio, que o fizessem em conjunto com as juntas de freguesia. Eu sei que a Sé também está disponível para isso, para fazerem em conjunto e levarmos a cabo estas concretizações, dependendo naturalmente, da delegação de competências da Câmara Municipal, nos Executivos das Juntas. Estamos em Fevereiro, o bom tempo que aí virá ajudará a fazer estas concretizações. Muito obrigada, bom dia.

*----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria.*

----- Senhor Membro da Assembleia, Luís Filipe, disse-me que só precisava de dois minutos e que tem um compromisso no Tribunal, às duas da tarde, tem a palavra e vamos de seguida interromper os trabalhos, porque estou já com várias reclamações sobre o metabolismo, o relógio metabólico de vários dos Membros, faça o favor.

*----- **Luís Filipe** – Efectivamente às duas e meia, quase me é impossível estar aqui e vou ser rápido então. Para responder aqui ao meu amigo, Paulo Xavier,.....*

----- Questão de linguagem - Meu amigo, aprendi de pequenino, quem não se sente, não é filho de boa gente. Pronto.

----- Em relação à questão, nada fizemos? Então nós não denunciámos isto à instituição reguladora de águas e resíduos? Nós não alertámos a Câmara? Nós não alertámos o Centro de Saúde? O que é que querias que fizéssemos? Que viéssemos para a comunicação social criar um alarido sobre esta questão e por todo o Concelho em polvorosa? Era isso que querias? Não, não vamos por aí.

----- Ó! Senhor Presidente da Câmara, não me queira por agora em confronto com os técnicos da Câmara e dos laboratórios, se houve coisa que eu fiz aqui sempre, do principio, foi, que não punha em causa os trabalhos dos técnicos. Ponto número um.

----- Em relação a este gráfico, Senhor Presidente, este gráfico não pode estar correcto, a autoridade de saúde só tem entradas, não tem saídas? Então a autoridade de saúde só recebe informação e fica caladinha? Não! E a prova está aqui, ainda bem que falou na Paradinha Nova, porque eu nunca quis falar em freguesias, agora falou na Paradinha Nova porque efectivamente nos últimos dias têm-se desdobrado em trabalhos, para pôr dentro dos parâmetros a qualidade da Paradinha Nova.

----- E eu tenho a informação que o Presidente da Junta, há pouco tempo, levou uma garrafa de água aos serviços da Câmara, da semana passada, de Municípes desta terra, que pagam a água todos os meses, e a água que foi levada lá era barro. Desminta-me se for mentira. Portanto diga-me como é que podemos continuar a trabalhar nisto. Podia, podia, mas não, mas não, e a prova de que este gráfico está errado é que o Senhor distribui-nos agora, não sei porquê, a Paradinha Nova anda tanto em moda, a prova cabal daquilo que ando dizendo desde o primeiro dia e os senhores têm aí. Vejam o anexo j) em cumprimento com o comunicado da Delegação de Saúde. A delegação detecta o erro, informa a Câmara, a Câmara vai lá com a empresa e faz uma análise, e diz que não há problema nenhum. Eu continuo a dizer, em quem é que eu acredito? Acredito na Delegação de Saúde ou acredito nos técnicos da Câmara? Não ponho em causa um nem ponho em causa outro, o que me preocupa, preocupa e tenho motivos para estar preocupado, o senhor Presidente da Câmara parece não estar, porque tem tudo certificado.

----- No último dia acusou-me de que não tinha feito o trabalho de casa, porque, ainda não tinha acontecido nenhuma catástrofe neste Concelho, meus senhores, então vamos esperar pela catástrofe, para depois tomar medidas? É isso que eu ponho em questão e uma vez mais lhe digo, não tente pôr-me em confronto com ninguém, que não é esse o meu objectivo, quero é que a Câmara assuma as suas responsabilidades, e que esclareça esta Assembleia, de uma vez por todas, de quem tem razão, de qual dos laboratórios tem razão, porque este boletim, este fax que está aqui, leiam interpretem e tirem as vossas conclusões.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

----- Senhores Membros da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, vamos interromper aqui os nossos trabalhos, eu lembrava que, penso que é a

primeira vez que não chegamos ao fim de Estado e Vida do Município, na parte da manhã, dá-me a ideia, e retomávamos os trabalhos e peço a vossa comparência pontualmente à duas e meia. -

..... **INTERVALO PARA ALMOÇO-** NESTE PONTO DA AGENDA DE TRABALHOS FOI INTERROMPIDA A SESSÃO, TENDO-SE REINICIADO NOVAMENTE, DEPOIS DE VERIFICADA A EXISTÊNCIA DE QUÓRUM, CERCA DAS CATORZE HORAS E TRINTA MINUTOS.....

----- Bom, Senhores Membros da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, estamos em condições de retomar os trabalhos. Senhor Membro da Assembleia, Luís Filipe, que afinal de contas, podia cá estar... ..

----- **Luís Filipe** – foi adiado.....

----- **Presidente da Mesa** - Registo, registo, muito bem. Vamos então recomeçar os nossos trabalhos, tem a palavra o Senhor Membro da Assembleia, Júlio de Carvalho.

----- **Júlio de Carvalho** – Senhor Presidente, e caros Membros desta Assembleia, eu queria começar e tenho pena que o Senhor representante do Partido Comunista não esteja presente, mas está o meu amigo, Senhor Eng.º Luís, que transmitirá as minhas impressões sobre esta matéria.....

----- Eu queria dizer em relação, e o Senhor Eng.º Castro fez aqui comentários, enfim, oportunos, mas descabidos, sem qualquer fundamento, pelo seguinte: eu não ando na política desde há dias, eu estou aqui desde mil novecentos e setenta e quatro, já passei por muitas vicissitudes e por muitas turbulências, é que já estou habituado, e não gostava de andar de avião, mas hoje, já andei tanto, já me habituei às turbulências normais de um avião, e queria dizer o seguinte: desde mil novecentos e setenta e quatro que ando aqui e fui sempre defensor na linha do meu partido, do meu partido, da regionalização, e entendi sempre que a regionalização é fundamental.

----- Acompanhei a regionalização em França, quando era estudante, verifiquei, e foi dito aqui com curiosidade, a vossa Moção, eu tenho impressão até que a copiaram das minhas intervenções de outros tempos, que entendo que a regionalização deve ser feita em função de vários valores culturais, sociais, políticos, tradicionais, de uma cultura própria dum povo e só há regionalização séria quando há alguma identidade das pessoas participativas desta região. ..

----- Se forem a ver o livro branco sobre a regionalização, em que eu participei activamente, há lá uma expressão que diz, que eu afirmei neste Auditório, que não é possível misturar

transmontanos com minhotos, são duas coisas totalmente diferentes. E alguém respondeu aqui nesta Assembleia, que, enfim, não é possível, mas também é possível misturar água com azeite, embora uma fugindo sempre da outra, mas moendo-a ou mexendo-a ela consegue sobreviver

----- E lembro-me perfeitamente de uma coisa que marcou nesta celebre, com Membros da Assembleia, com Membros, o Dr. Fernando Amaral, a quem presto homenagem, que foi um grande militante e um grande dirigente e um grande Presidente da Assembleia da República e que faleceu há dias e merece de facto a nossa admiração, a nossa estima, que partiu há poucos dias, esteve aqui, vindo de Lamego, dizendo - vocês Transmontanos não se esqueçam que nós de Lamego queremos pertencer à região de Trás-os-Montes - portanto foi muito discutido, e nós defendemos sempre a região de Trás-os-Montes, sempre, nem entendemos uma regionalização noutra sentido.....

----- E nessa altura, recorro perfeitamente que o Partido Comunista aqui nas suas intervenções, atacou-nos a nós PSD, violentamente, porque era uma regionalização que não tinha sentido, só havia uma regionalização possível que era a que está definida no Código Administrativo, que era a Distrital e o Sr. Eng.º Castro, que muito estimo e até gosto do posicionamento dele, sempre com uma postura com muita dignidade, esquece esse passado. ..

----- Eu conheço esse passado em que o vosso partido estava contra nós PSDs, que defendia a região de Trás-os-Montes e eles defendiam uma região distrital, com base nos distritos e na divisão administrativa existente. Portanto é por essas razões, que eu entendo sempre e não gosto muito de plagiar, plagiar, de copiar, que nós PSD, votou contra a vossa Moção, não ao contrário do que disse o Eng.º Castro, porque estejamos contra a região de Trás-os-Montes, não tem nada a ver uma coisa com a outra, simplesmente porque entendemos que esta Moção é extemporânea e é uma cópia daquilo que nós sempre defendemos. Portanto, eu não gosto de andar a reboque do Partido Comunista, o Partido Comunista é que tem de se convencer que tem de andar a reboque de nós, não tenham dúvidas.....

----- O Partido Comunista tem coisas maravilhosas, eu hoje não o referi intencionalmente, mas vou referir. Quando eu lhe disse que havia dois economistas que falavam para o povo sobre matéria de economia, falei do Dr. Álvaro Santos Pereira, que é professor em York, um grande economista e o Dr. César das Neves, que é professor da Católica, eu estive para referir, mas não vos quis ..., mas agora vou dizer, há livrinhos de economia e de outras coisas, que são

publicações do Partido Comunista, que eu leio, porque realmente eles têm uma estratégia que nós não temos, nós não temos, eu tive-o porque tive a vossa escola, mas o meu partido não tem, anda a reboque de tudo e de todos, anda perdido muitas vezes, mas eu leio muitas vezes os vossos auscultosinhos do Partido Comunista, porque falam para o povo, não dizem a verdade toda, mas sabem transmitir a sua mensagem, e eu gosto de ler isso, assim como gosto de ler do Louça, também diz mentiras, ou melhor, diz meias verdades, e é preciso que seja lido com muito rigor, com muita cautela e com muita prudência.....

----- Portanto, Sr. Eng.º, nós votamos contra, não porque sejamos contra a regionalização de Trás-os-Montes, mas porque o vosso formalismo, é que vocês querem amanhã fazer uma festa, quando não tinham razão, porque o autor dessa estratégia, somos nós e muitos elementos do Partido Socialista que defendem a região de Trás-os-Montes e honra lhes seja feita, e esperamos que eles amanhã tenham influencia suficiente para dizer ao Eng.º Sócrates e Partido Socialista - não, região norte, não, Trás-os-Montes, sim - há identidade cultural entre os seus membros.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. Ainda não acabou, nós estamos no Estado e Vida do Município, queria lembrar, queria lembra-lhe isso.

----- **Júlio de Carvalho** – Segundo ponto - Eu tenho uma mensagem para o Senhor Presidente da Câmara. Há dias fui, casualmente, a tratar de um assunto de ordem profissional ali a Lanção, e os homens de Lanção disseram - o Sr. Dr., o Sr. que é Membro lá da Assembleia, diga lá ao Senhor Presidente que temos já aqui uma vitelinha preparada para inaugurar a Estrada de Sortes a Lanção. E aparece-me o Presidente de Junta de Freguesia, e eu dizia - olhe Sr. Presidente, estou aqui a falar com esta gente que me falou nisto, o Sr. Presidente diz que este ano inaugurávamos a Estrada de Sortes a Lanção. E diz assim o Sr. Presidente - Sr. Dr. estou à espera que se inaugure, já temos aqui uma vitela preparadinha para a inauguração.

----- Senhor Presidente, veja lá se faz essa estradinha para comermos lá a vitela.

----- Terceiro ponto, e para terminar - obviamente que todos nós aqui discutimos com interesse... eu só queria dizer o seguinte: quando eu falei aqui no Parque Natural de Montesinho, e com aquela Moção que foi aprovada, ao contrário do que muita gente pensa, eu não sou um homem anti-lei, eu sou um homem da lei, e que gosto de seguir escrupulosamente a lei, é claro, com umas falhazinhas de vez em quando, mas isso todos nós cometemos. Mas eu queria dizer o seguinte: num momento de crise, num momento de crise tudo é possível.....

----- Vejam o Eng.º Sócrates, o Senhor Primeiro Ministro, e eu acho que nós somos muito ingratos, somos muito mal educados, quando nós nos dirigimos ao Senhor Primeiro Ministro em termos de pouca educação. O nosso Primeiro Ministro como todos aqueles que são eleitos democraticamente merecem a nossa veneração e o nosso respeito e eu ... por isto, não gosto, não gosto de meus companheiros de partido, quando falam - o Sr. Sócrates ou Sr. Cavaco, ou o Sr. não sei quê - não gosto disso, sou contra, não sou dessa geração, aprendi, pobre, pobre mas deram-me educação, portanto eu respeito aqueles que são eleitos democraticamente pela admiração, pela estima que devem merecer todos os Portugueses.

----- Agora o Sr., as coisas no momento de crise tem as suas regras, as suas

----- Veja, o Senhor Primeiro Ministro diz assim: neste momento são adjudicados por convite, obras até cinco milhões. Porque é que ele fez isso? É uma excepção à lei, porquê? Porque no momento de crise, há que impor, há que acelerar processos, há que acelerar processos. No momento de crise nós suspendemos toda a nossa vida até a profissional e pessoal, nós alteramo-la, nós quebramo-la para que possamos enfrentar a crise, nós fazemos excepções, nas férias, na nossa vida, no consumo, etc. Portanto sempre que haja alguém que está em crise e precisa de emprego, e que se soubermos que havia em Montesinho, ainda, há dias, vi um estudo sobre o mais antigo parque do mundo, está nos Estados Unidos. Vocês sabem quantos parques de golf têm lá nesse parque dos Estados Unidos, que é o mais antigo, mais célebre? Têm lá cinco parques de golf; sabem quantas unidades hoteleiras têm lá? Têm sete unidades hoteleiras. Aqui, os senhores do parque não autorizem sequer que nós, num grupo de dez, passeemos juntos pelo Parque Natural de Montesinho. Nós temos riqueza no Parque Natural de Montesinho, porque é que não devemos explorá-la, porque é que não há uma intervenção racional no sentido de aproveitarmos essa riqueza em prol das nossas populações? Então nós queremos deixar morrer as populações de fome, quando têm meios para produzir? Mais, os meus amigos que têm uma associação de cavalos, se quiserem fazer um passeio a cavalo, essa gente não os deixa meus amigos! Então essa gente é digna de gerir um parque naquilo que é meu! Onde tenho os meus bens! Onde tenho propriedade! Agora proibiram-me, essa gente, sem qualquer fundamento, não obstante haver uma concessão de caçar ao tordo, ao tordo, durante os meses de Janeiro e Fevereiro!.....

----- Eu tenho três amigos que são sócios, no Porto, que queriam comprar casas em Oleirinhos e Meixedo, para recuperarem, para virem aqui caçar. Essa gente não quer! Porque é que vocês admitem aqui essa gente fundamentalista que não conhece a nossa realidade? Não

é, ó! senhor engenheiro, desculpe lá, eu conheço vida, são três indivíduos que querem comprar, já desistiram, porque o parque proibiu, agora, em vinte e quatro de Novembro, que não caçássemos ao tordo em Janeiro e Fevereiro, está no acordo, na concessão, que podemos caçar durante doze anos.

----- Sem qualquer critério, sem qualquer fundamento, proibiram a caça ao javali ao sábado, eles não querem, só querem ao domingo agora, porque? Porque não trabalham, e quem vem do Porto aqui para fazer uma montaria quer ir no sábado, descansado, não vai no domingo à noite, depois de uma festa. Essa gente não é digna de gerir nada, essa gente tem de ser afastada, essa gente está a contribuir para a nossa desertificação, para a nossa pobreza. É por isso.

----- E queria terminar só com um aspecto que eu creio também de alguma relevância. Naturalmente que eu não estou aqui para apoiar incondicionalmente o Senhor Presidente da Câmara, ou o projecto da Câmara. Sei o que ele vale, sei o que é que se tem feito, sei qual é o seu projecto em relação ao futuro, mas nós também temos algumas razões. Eu digo-lhe assim ao Senhor Presidente, ainda há dias lhe dizia assim - olhe lá Senhor Presidente, esta terra aqui é uma terra rica em gado e só tem futuro no gado e pouco mais, já que os outros não deixam fazer mais nada, já que estamos impedidos de tudo. Senhor Presidente, caramba, eu até gosto, de vez em quando, de tocar a flauta atrás das minhas ovelhas, isto é uma zona de ovelhas de gado bovino, bem, temos de fazer o mercado, tem de completar isso - E ele dizia-me assim - não, realmente o mercado do gado é importante e nós temos que efectivamente faze-lo, só que como qualquer politico, enfim, há prioridades, há prioridades e há que assisti-las, mas nunca foi nosso objectivo esquecer e olvidar esse projecto.

----- Meus amigos, quando se fala aqui não se apela à luta contra o direito, fala-se sim pelo direito, o direito é a expressão da vontade de um povo, não é a expressão caprichosa daqueles que nos dirigem, o direito tem de estar ao serviço das populações, e pode ser em qualquer momento alterado se nós o quisermos e assim o entendermos, para bem das nossas populações, a crise empobrece, a crise tudo exige de nós, a crise impõe que nós façamos tudo por ela, porque estamos dependentes do poder público.

----- Olhe, recordo isto, eu há dias vim de Padronelo para Bragança, de noite. Cheguei, vim de Padronelo, em Espanha, por Ermesinde, até ao alto de Montesinho eu verifiquei que as estradas estavam limpas, tinha andado um limpa neves da Espanha, cheguei ao alto, separação de Espanha, e eu sei que a Câmara investiu muito naquela estrada, desde o alto de

Montesinho, da separação da fronteira até Maças, demorei uma hora e vinte e pensei que não chegava cá porque era só gelo. Porque é que nós nesta fase, não juntamos esforços, não damos às juntas de Freguesia os meios possíveis? Porque é que não há um entendimento entre a Câmara, Junta de Freguesia e Protecção Civil? As Juntas de Freguesia fazem melhor que ninguém, eles limpam as estradas em dois tempos, e a Câmara não pode ir a todos os sítios, nem a Protecção Civil a todos os sítios. É uma questão de planeamento, é uma questão de nós queremos que tudo funcione harmoniosamente. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

----- Senhor Membro da Assembleia, Vítor Prada.

-----

----- **Presidente da Mesa** - Vem no lugar dele? Faça o favor, está a exercer os direitos de precedência.

----- **Luís Pires** – Muito boa tarde a todos. Há duas ou três coisas que eu gostava aqui de esclarecer, até face alguma coisa que já aconteceu de manhã, em relação à intervenção do José Castro, é que parece que nós não falamos a mesma linguagem. Nós de manhã deixamos bem claro e de uma forma vincada que aquilo que nós não aceitávamos era a ferramenta que a CDU aqui apresentou, relativamente à regionalização.....

----- O José Castro veio a seguir a mim, dizer que nós éramos contra a regionalização. Não somos contra a regionalização, quando chegar a altura estaremos na linha da frente, como já fizemos no passado, para debater esse assunto, e depois se verá, isto porque o português tem de ser claro.

----- Já relativamente à intervenção do Dr. Júlio, também o português tem de ser claro, o que nós dissemos foi, não passar a gestão do Parque Natural de Montesinho para a Câmara. Muitas das coisas que o Sr. disse aqui, nós estamos de acordo, já o demonstramos, o meu camarada, Vítor, foi dos primeiros a dizer que a gente vinha para a rua a demitir o Director do Parque Natural de Montesinho, muitas das coisas que disse, tem toda razão, agora a gestão para a Câmara, não! O Plano Orgânico do Parque está bem? Consideramos que não, tem que haver alterações.

----- Mas melhor do que eu para lhe dizer isso, o S. Dr. Júlio tem aqui na sua bancada o representante do Parque Natural de Montesinho, em Bragança, ele poder-lhe-á esclarecer melhor estas coisas do que eu, poder-lhe-á dizer porque as coisas funcionam assim, nós sempre estivemos contra esta forma, manifestamos e reiteramos mais uma vez essa nossa

posição e estamos disponíveis para alterar as coisas. Agora passar para a Câmara, não! Isto é português claro e simples, sem inflamações. Boa tarde.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

----- Senhor Membro da Assembleia, Luís Costa, tinha pedido a palavra.

----- **Luís Costa** – Só, muito sucintamente, duas ou três palavras, para responder um pouco à intervenção inflamada do Dr. Júlio de Carvalho.

----- Primeiro - Se vamos puxar de galões, é assim: eu desde setenta e três que ando nestas lides, não em Bragança, felizmente, foi em outros sítios e de âmbito mais Nacional, se quer saber.

----- Segundo - Nunca se falou, a CDU nunca defendeu, nem encontra em documento nenhum, nosso, que a regionalização seja feita por distritos, é incongruente, isso nem sequer tem cabimento, portanto nem vou estar a comentar isso.

----- Terceiro - Se essa questão que levanta, se foram cópias de palavras suas e de posicionamentos do PSD, então eu que não tenho os dotes oratórios para estar a negar aquilo que faço e a mostrar duas caras. Menos entendo, digo eu, como é que sendo posições que de facto defendidas há tão longo tempo pelo PSD, porque é que votaram contra, quer dizer, acho que tem é que prestar contas a quem vos elegeu e de facto esclarecerem essa situação, se vocês estão de facto a favor da regionalização, já vimos que não, que votaram contra, a Moção simplesmente tinha como intenção comprometer as forças vivas desta Assembleia com um determinado tipo de regionalização ou com a própria regionalização, e vocês, pura e simplesmente, o PSD, votou contra. O PS e pelas palavras recentemente ditas ali pelo Luís Pires, vão esperar para ver, e que na altura então, possivelmente quando já estiver feita, quando já estiverem gizadas as regiões, então nessa altura irão tomar posição, porque até agora, pelos vistos, não têm posição definida quanto ao tipo de regionalização ou se quer a regionalização, como temos exemplos da imprensa, falada e escrita, portanto que de facto o PS estará à espera de qualquer coisa, se calhar um iluminado qualquer que lhes diga por onde irem. --

----- Portanto, ficamos assim assentes, depois da votação da Moção que o PSD sabemos que está contra a regionalização, o PS não tem opinião formada, e de facto o que prevalece é quem tem vindo a pôr essas posições a público e reiteradamente e portanto que a CDU que sabe para onde vai e o que quer.

----- Quanto ao Parque de Montesinho, dizia e muito bem, que há a lei e essas coisas todas, mas depois para as coisas da Lei foi criado uma classe que se chama dos advogados, de facto, que conseguem subverter, a maior parte das vezes, a lei, e dar o dito por não dito. Porque a Câmara Municipal, não sei se sabe, a Câmara Municipal sempre teve representação na Direcção do Parque. A Direcção do Parque é e deve ser colectiva, agora, se querem modificar as coisas, fica-me a sensação também, de que estará profundamente é contra a existência do próprio parque.

----- **Presidente da Mesa** – Senhor Membro da Assembleia, o tempo da CDU terminou. Estou a ver que também termina. Muito obrigado.

----- Senhor membro da Assembleia, Eduardo Malhão. Prescinda.

----- Senhor Membro da Assembleia, Bruno Veloso, faça o favor.

----- **Bruno Veloso** – Muito boas tarde a todos.

----- Em relação a esta temática da regionalização, acho que, de facto, as leituras das intenções ficam para quem as pratica, a leitura da verdade é que o PS é e sempre foi um partido regionalista, e defende a regionalização. E como eu aqui disse, eu pessoalmente e a bancada do Partido Socialista, também defendemos a região de Trás-os-Montes e isto que fique claro e assente. Agora, nós não fazemos tábua rasa de Moções extemporâneas, de Moções que vêm a reboque, porque o tema da regionalização, honra lhe seja feita, da forma que a CDU goste ou não goste, foi trazida à baila por uma Moção que vai ser apresentada a um congresso partidário, do Partido Socialista, e portanto, que veio trazer a temática da regionalização.

----- Também sobre esta matéria, já há um ano e tal que a Juventude Socialista de Trás-os-Montes e eu próprio, abordamos esta questão nos moldes em que a abordamos e continuaremos a abordar. Mas para que nunca restem duvidas e para que a questão seja feita... -

----- **Presidente da Mesa** – Eu pedia-lhe para terminar.

----- **Bruno Veloso** – Para que não restem duvidas sobre as intenções regionalista do Partido Socialista, eu proponha, à semelhança daquilo que já tem sido feito por outras Câmaras, e se esta Assembleia estivesse de acordo, que a própria Assembleia Municipal se encarregasse de promover um ciclo de conferências com base na regionalização.

----- Mas permita-me Senhor Presidente e agradecia que colocasse esta proposta à votação e se for necessário produzi-la-ei por escrito. Pediria também ao Senhor Presidente, uma pequena tolerância.

----- A resposta da minha pergunta ao Senhor Presidente da Câmara, da parte da manhã, que devido ao tempo, julgo eu, não tive resposta, mas como no passado o Senhor Presidente disse que a Moção aqui aprovada não produziria efeitos deduzo que manterá a mesma resposta, e como tal eu pediria através do Senhor Presidente da Mesa que entregasse ao Senhor Presidente de Câmara um Decreto aprovado na Assembleia da República, no passado nove de Janeiro, que cria o regime jurídico dos Conselhos Municipais de Juventude e que logo que entre em vigor, quer o Senhor Presidente queira, por acção directa da Moção que apresentei aqui há um ano, quer por obrigatoriedade da lei, a partir do momento que ela seja publicada, o Senhor Presidente vai ter meio ano para, de facto, criar um Conselho Municipal da Juventude.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, eu peço-lhe para entregar directamente, porque tenho a certeza que o Senhor Presidente lhe dá tanta atenção como se for eu a entregar-lha. Muito obrigado.....

----- Bom, Senhoras e Senhores Membros da Assembleia, esgotámos o tempo, largamente, do Estado e Vida do Município e fica-me alguma sensação de que se falou muito coisa que tem pouco a ver com o Estado e Vida do Município e que este tempo todo, apesar de ser muito, não permitiu que o Senhor Presidente da Câmara, de facto pudesse de facto ter utilizado uma tolerância e uma parte do seu tempo para deixar elucidada esta Câmara.

----- Vamos passar o próximo ponto da Ordem de Trabalhos, que é o lote das discussões e deliberação sobre propostas da Câmara.

PONTO 4.2 – DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE AS SEGUINTE PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA:.....

PONTO 4.2.1 – CONTRACÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO, NO VALOR DE 1 500 000,00 EUROS.

.....Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

I - CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do

Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Acta da Reunião Extraordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia trinta de Janeiro do ano de dois mil e nove, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs. Presidente, Eng.º António Jorge Nunes; e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristóvão, Dr.ª Maria de Fátima Gomes Fernandes, Prof. António José Cepeda e Dr.ª Maria Idalina Alves de Brito, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“CONTRACÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO (VINTE ANOS), NO VALOR DE 1 500 000,00 EUROS, PARA FINANCIAMENTO DA COMPONENTE DE INVESTIMENTO AUTÁRQUICO REFERENTE À EXECUÇÃO DOS PROJECTOS DE CONSTRUÇÃO DOS CENTROS ESCOLARES DE SANTA MARIA E DA SÉ, BEM COMO A REQUALIFICAÇÃO DAS EB1 DE REBORDÃOS E DE QUINTANILHA

Pela Divisão Financeira foi presente o Relatório Final relativo ao concurso em epígrafe, em cumprimento do despacho exarado pelo Exmo. Sr. Presidente:

Nos termos do disposto no art. 35.º, do n.º 2 do art. 36.º, do n.º 6 do art. 38.º e do n.º 2 do art. 39.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, bem como nos termos do preceituado na Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as devidas alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a contracção do empréstimo acima referido teve por base a consulta a 12 instituições de crédito, a saber Banco Popular, BANIF, Barclays, BPI, Caja Duero, Montepio, Banco Espírito Santo, Caixa de Crédito Agrícola, BBVA, Millennium BCP, Santander Totta e Caixa Geral de Depósitos.

Dentro do prazo estabelecido apresentaram propostas as instituições de crédito BANIF, BBVA, Caixa Geral de Depósitos, BPI, Santander Totta, e Caixa de Crédito Agrícola.

O Júri procedeu à sua análise apresentando, em anexo, o quadro resumo dos elementos propostos, tendo como referência os seguintes parâmetros: Taxa de juro contratual – Euribor a 3 e 6 meses; TAE (à data de 15 de Janeiro de 2009); Spread; Pagamento de juros; Reembolsos de capital; Garantias; Comissão e outros encargos.

Tendo em conta a instabilidade nos Mercados Financeiros, optou-se pela Euribor a 6 meses em detrimento da Euribor a 3 meses.

Face às condições apresentadas pelas já referidas instituições de crédito o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A., apresenta uma taxa de juro mais vantajosa para o Município de Bragança, ou seja, Euribor a 6 meses acrescida de um spread de 1,09%, até à data da utilização integral dos fundos. Após a plena utilização dos mesmos o spread passará a ser de 0,75%, não cobrando qualquer tipo de comissões ou encargos decorrentes do processo.

De acordo com o Relatório Final elaborado e tendo em atenção que, em função da aplicação dos critérios que haviam sido previamente fixados, o Júri havia elaborado um relatório fundamentado sobre o mérito das mesmas, donde resultou a seguinte ordenação para efeitos de adjudicação:

1.º BBVA; 2.º Caixa de Crédito Agrícola; 3.º Santander Totta; 4.º Caixa Geral de Depósitos; 5.º BPI e 6.º BANIF.

O Júri notificou todos os concorrentes sobre o projecto de decisão final, tendo beneficiado do prazo de cinco dias úteis, para se pronunciarem.

O resultado deste procedimento foi o seguinte:

- Compareceu o concorrente Caixa de Crédito Agrícola para obter esclarecimentos sobre o processo;

- E apresentou, com data de 30/01/2009, nosso registo de entrada n.º 2308, reclamação escrita quanto ao teor do Relatório Preliminar elaborado pelo Júri.

Sequencialmente, o Júri elaborou o Relatório Final fundamentado, no qual ponderou as observações do concorrente Caixa de Crédito Agrícola - efectuado ao abrigo do direito de audiência prévia – mantendo o teor das conclusões do Relatório Preliminar.

Assim, em consequência e em virtude do concorrente Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal) S.A. ter apresentado a melhor proposta, o Júri deliberou propor que lhe seja adjudicada a contracção do empréstimo de longo prazo (20 anos), no valor de 1 500 000,00 € (um milhão e quinhentos mil euros).

Em face do que antecede solicita-se à Exma. Câmara que, aprove o Relatório Final elaborado pelo Júri e que delibere no sentido de remeter à digníssima Assembleia Municipal para que esta aprove a contracção do supra referido empréstimo nos termos da alínea d) do n.º 2 do art. 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Despacho de 30 de Janeiro de 2009: “Agendar para Reunião de Câmara”.

Após análise e discussão, foi aprovado, por unanimidade dos membros presentes, autorizar a adjudicação da contracção do empréstimo de longo prazo (20 anos) no valor de 1 500 000,00 euros, ao Banco Bilbao Viscaya Argentaria (Portugal) SA, de acordo com o Relatório Final elaborado pelo Júri do Concurso Público.

Mais foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, submeter à aprovação da digníssima Assembleia Municipal, segundo o preceituado na alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º e para efeitos da alínea d) do n.º 2 do art. 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a contracção do referido empréstimo.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 2 de Fevereiro de 2009.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

II – ANEXOS : - Relatório de Apreciação das propostas

- Mapa Comparativo, Opção I
- Mapa Comparativo, Opção II
- Demonstração do cálculo dos Limites de Endividamento Municipal para 2008

----- **Presidente da Mesa** - A primeira diz respeito à contratação de empréstimo de médio e longo prazo, no valor de um milhão e quinhentos mil euros. O Senhor Presidente da Câmara quer apresentar esta proposta ou considera suficientes os elementos que constam?

----- Considera suficiente. Então vamos registar inscrições para pedidos... ..

-----

----- **Presidente da Mesa** - Qual é o tema? Eu acabei de o dizer, acabei de o dizer, mas se tenho que repetir, assim temos mais ainda dificuldade, trata-se da contratação de um empréstimo de longo prazo, no valor de um milhão e quinhentos mil euros, para financiamento da componente de investimento Autárquico, referente à execução dos projectos de construção dos Centros Escolares de Santa Maria e da Sé, bem como da requalificação da Escola Básica 1 de Rebordãos e de Quintanilha.

----- Vamos registar inscrições para pedidos de esclarecimentos sobre esta proposta da Câmara. Não há inscrições.

----- Vamos registar inscrições para intervenções sobre esta proposta da Câmara.

----- Senhor Membro da Assembleia, Luís Costa, tem desde já a palavra, faça o favor.

----- **Luís Costa** – Eu não era bem intervenção, deixei passar, quando perguntou se havia pedidos de esclarecimento, mas fica de qualquer das formas, posso juntar as duas coisas para já. ----

----- A questão que nós pomos, não percebemos bem, quais são os critérios que são apostos aqui, para fazer o pedido de empréstimo, porque não percebemos bem qual é o critério que regula quando é que se tem de pedir um empréstimo externo ou é quando à custa de receitas próprias do Município. Portanto o Município já saber à partida que ia precisar deste dinheiro, nós aprovamos há pouco tempo o Orçamento Plurianual, porque é que esta verba aparece agora, ou a necessidade desta verba, aparece assim como que uma despesa extraordinária e uma despesa, portanto que não estaria prevista.

----- Segundo - Parece-nos que as despesas para esta questão deveriam ser cobertas, possivelmente, pelo Governo Central, portanto são para a educação, para superior coisas referentes à educação, e é aquilo que nós temos vindo a dizer e isso assim pode encontrar bem nos nossos documentos e nas nossas intervenções, nas Actas desta Assembleia, portanto a tal transmissão de poderes, entre aspas, para as Autarquias, sem o devido reforço orçamental.

----- Terceiro - É-nos muito difícil de decidir da oportunidade deste empréstimo e do cabimento deste empréstimo, porque não temos ideia de qual o nível de endividamento da Câmara, de quais os empréstimos ainda que estão por pagar, ou se deixam de estar por pagar, resumidamente, quanto é que eu devo, como Município de Bragança, quanto é que eu devo já aos bancos e ao erário público, além da oportunidade de contrair empréstimos deste montante, numa altura como nós estamos a viver que foi aqui amplamente também falado, uma altura de crise, portanto de vacas magras, que perspectiva uma, passe o silogismo, uma grande falta de perspectiva quanto às possibilidades de pagamento dos mesmos, ou será que estamos a fazer, à espera que de facto se faça justiça, e estamos à espera, agora pedir-mos os empréstimos todos e à espera que os bancos depois vão à falência, e que depois nós não tenhamos de pagar nada.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Membro da Assembleia, deixe-me só dar-lhe uma indicação de memória. No Orçamento e Plano está amplamente detalhada a situação de indevidamente da Câmara e da capacidade de endividamento, de memória, de memória.

----- Senhor Membro da Assembleia, Manuel Pires, faça o favor.

----- **Manuel Pires** – Senhor Presidente da Assembleia, Excelentíssima Mesa, Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, caros Depurados.

----- Como me pediram para fazer alguma intervenção sobre este tema, eu vim aqui, e de certa forma lembra-vos como estrategicamente chegamos a este ponto em que numa Assembleia como esta e nas diferentes Assembleia no País, se estão a discutir exactamente temas iguais a este, que têm a ver exactamente com o sair de um miserabilismo que nós todos conhecemos, relativamente às escolas do 1º Ciclo e que se passa de uma assentada e num período de 4 anos, que é o período em que este Governo está em funções, para a construção e a renovação de todo o parque escolar, a nível Nacional.

----- Mas como nós temos que falar do nosso Município, e como tenho que falar de Bragança, eu vou primeiro dizer aqui algumas coisas que têm a ver com a história, com aquilo que se passou antes de chegarmos a isto e com aquilo que naturalmente será o futuro da educação dos nossos jovens, das nossas crianças a nível local.

----- Então queria-vos dizer o seguinte: Se têm memória devem-se recordar que logo que este Governo tomou posse, definiu que deveríamos encerrar as Escolas do 1º Ciclo, que já há muito tempo aguardavam que se fizesse a dita concentração, e essa concentração fez-se, fez-

se a nível de Bragança, com vantagens enormes para as famílias, com vantagens enormes para os alunos e com vantagens enormes para o País. E eu posso vos dizer que relativamente a Bragança, nós começamos esta fase, discutindo naturalmente estas situações com os responsáveis Municipais e que passámos de 43 escolas para 20. Ma não foi assim uma concentração tão grande quanto até houve noutros Municípios, mas foi aquilo que conseguimos fazer à época.

----- É verdade que alguns Municípios decidiram, logo, que iriam aprovar Cartas Educativas e que nessas Cartas Educativas, que a concentração iria ser ainda maior. Também o Concelho de Bragança, e através da Carta Educativa, foi aí isso espelhado, daí o renascerem, o estarem neste momento a ser executados os dois Centros Escolares. Relativamente a outras reformas que têm a ver com isto e a necessidade de exactamente isso, tem a ver com a escola a tempo inteiro, com aquilo que eu já falei numa Assembleia, em que vos dizia que a escola a tempo inteiro era uma prioridade deste Governo e que este Governo conseguiu colocar na prática, no terreno, em que tínhamos escolas em regime de desdobramento aqui em Bragança, o que quer dizer que só funcionavam ou de manha ou de tarde, e passaram de um momento para o outro, com as vicissitudes que todos naturalmente conhecemos, aí pelo meio, de um momento para o outro, a funcionar desde as nove da manha ou mais propriamente oito e meia, pelo menos da cidade, até às cinco e meia da tarde, e isto foi feito, foi feito neste período tão curto de tempo e com naturalmente custos que têm a ver com o erário público, mas que têm a ver com benefício social enorme para as crianças e para as famílias.....

----- È evidente que isto levou que todas as Cartas Educativas, fossem aprovadas, daí a evolução estarmos neste momento aqui a discutir este assunto, mas houve mais, não houve só isso a nível do 1º. Ciclo, houve também a necessidade de a nível das Escolas Secundárias, incrementar o Plano Tecnológico e o Plano de Recuperação das Escolas Secundárias da responsabilidade do Governo até neste momento e relativamente a Bragança temos já consignada a obra que vai ser executada na primeira Escola Secundária que é a Escola Abade de Baçal.....

----- Mas fez-se mais! O 1º. Ciclo que era o parente pobre disto tudo, e que não havia refeições no 1º. Ciclo, generalizaram-se as refeições em todos os Municípios do País, incluindo o Município de Bragança, contratualizando naturalmente isto com as Autarquias. E hoje as escolas onde estão concentrados os nossos alunos a nível do Concelho, todas, todas sem excepção têm as refeições para os alunos, ao meio dia.

----- E depois generalizou-se também outra coisa que foi o Programa de Novas Oportunidades. Nós quisemos que o povo português fosse mais qualificado e há muita gente que há muito tempo tinha saído das escolas e que neste momento está, está nas escolas a adquirir novas e melhores qualificações. E isto permitiu-nos o quê? Permitiu-nos com isto tudo e estão aí os dados que são irrefutáveis, desde os relatórios até às avaliações externas que com aquilo que se está a desenvolver no terreno tivéssemos mais sucesso, que tivéssemos menos abandono escolar. E isto é obra, meus senhores, isto é obra e nós vemos isso e é fácil, é comparar os resultados dos exames do que se faz actualmente com o que se fez no passado e depois é perguntar aos senhores professores se trabalham mais hoje ou se trabalhavam mais no passado, pronto, e isso é esforço e obra de todos os profissionais que estão ligados ao ensino e muito especialmente também aos senhores professores.

----- Logo, eu queria-vos dizer, é bom de facto investir em infra-estruturas e mais infra-estruturas levou a mais e melhores escolas, levou a que a escola funcionasse a tempo inteiro, mais recursos também deram mais resultados....

----- **Presidente da Mesa** – Senhor membro da Assembleia, Manuel Pires, só um segundo, porque está uma barulheira enorme na sala, e eu pedia ao registo do som, para baixar um bocadinho, ou em benefício do seu esforço, para baixar um bocadinho o seu tom de voz, porque está-se de facto aqui a criar uma dificuldade auditiva.

----- **Manuel Pires** – Senhor Presidente, estamos na Assembleia, temos que nos fazer ouvir, não é?

----- **Presidente da Mesa** – Faz com certeza, eu estou a pedir lá atrás para reduzir o registo..

----- **Manuel Pires** – Ah! É lá atrás, pensei que era aqui.

----- **Presidente da Mesa** – Lá atrás, não, não, lá atrás, estava a pedir lá atrás para reduzir o registo.

----- **Manuel Pires** – Por via deste governo, nunca se discutiu tanto a educação. E não duvidem, isto vai fazer história e vai ser um marco histórico a nível deste Município e a nível do País. Este governo prometeu de facto a mudança e uma mudança enorme a nível local, daí o aparecerem estes Centros Escolares, que é um investimento enorme e um esforço enorme da Autarquia, mas também temos que dizer que aqui o governo colocou à disposição da educação sem qualquer excepção a nível do País, formas de todos os Município se candidatarem depois de terem as suas Cartas Educativas aprovadas, poderem candidatar-se a fundos estruturais no sentido de poderem prosseguir esta obra que é a contratualização de contratos programa para

a execução dos Centros Escolares. E isto, naturalmente, o Partido Socialista fá-lo com enorme satisfação porque o futuro, o futuro está exactamente nas nossas crianças e nos nossos jovens, e é aí, é aí que nós devemos investir e parece-me que aí devê-lo-íamos ter feito, ter feito já há muitos anos, de maneira a permitir que os nossos jovens e as nossas crianças tivessem melhores condições, para poderem aprender e estarem a desenvolver-se nos respectivos estabelecimentos de ensino. Mas que não se esqueçam que isto só aconteceu, porque este governo olhou para a educação com obstinação e com uma vontade transformadora enorme. Tenho dito.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado.

----- Senhor Membro da Assembleia, Luís Vale, faça o favor.....

----- Eu pedia, uma vez mais, silêncio na sala.....

----- **Luís Vale** – Boa tarde a todos.....

----- Ora aqui está uma matéria que nos deixa numa situação algo desconfortável, pois por um lado concordamos com o investimento na construção e requalificação do Parque Escolar Municipal, consideramos imprescindível e necessário, por outro lado e tal como já referimos aqui mais do que uma vez, não concordamos com esta teimosia incessante de compra de dinheiro a prazo sempre muito dilatados no tempo, e assim vamos entender esta medida pelo seu benefício social maior. É isso que tenho a dizer em relação a isto.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

----- Não havendo mais inscrições para intervenções, Senhor Membro da Assembleia, José Castro, faça o favor.

----- **José Castro** – Bom, para aqueles que não entenderam, há bocado, a posição da CDU, clarificar, o que é que aqui está em causa, é se se recorre ao banco, ou não, para fazer os Centro Escolares... ..

----- **Presidente da Mesa** – Senhor Membro da Assembleia, José Castro, só um segundo, só um segundo.....

----- Ó! Senhores Membros da Assembleia, provavelmente alguns de Vossas Excelências não se darão conta de que está um nosso colega a usar da palavra e peço o favor, peço o favor de quando está alguém a usar da palavra ouvirem como se estivessem os próprios a falar, de facto estamos com um nível de ruído enorme e com certeza que é muito desagradável para quem quer ouvir e muito desagradável para quem está a falar e a Mesa tem a obrigação, na medida das suas possibilidades, preservar de que isso não aconteça, faça o favor de continuar.

----- **José Castro** – Muito obrigado, Senhor Presidente, o que está aqui em causa é se se recorre ou não a empréstimo para se fazer os Centros Escolares e a pergunta da CDU, há bocado, foi muito clara, foi, quais são os critérios com que o Município, o Executivo, dos seus 46 milhões que tem de orçamento, não é? O que é que faz com esse orçamento e o que é que pede emprestado precisamente para fazer a sua obra.

----- E em segundo lugar, em termos de capacidade de endividamento, mais uma vez, esclarecer que uma coisa é o que realmente está escrito no Plano e Orçamento, que do nosso ponto de vista é virtual e outra coisa é o que este Executivo deve e ainda não respondeu cabalmente a essa questão, o que é que deve, por exemplo às Águas de Trás-os-Montes, que tem uma dívida que continua nos segredos dos Deuses, qual é o buraco financeiro que tem no Matadouro Municipal e portanto, enquanto não houver essas questões respondidas, ninguém, ninguém, com certeza pode sancionar o empréstimo, de que é isso que se trata, seja para escolas seja para o que quer que seja.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Presidente da Câmara, pergunto-lhe se quer usar da faculdade de encerrar este debate, faça o favor.

----- **Presidente da Câmara** – Obrigado, Senhor Presidente.

----- No Orçamento para 2009, da página 24 à página 27, estão devidamente explicitados quais são os limites de endividamento do Município, em que se percebe que estamos, felizmente, numa situação bastante aceitável, folgada, numa altura destas, depois de termos passado por um período de investimento extremamente forte, continuando a fazer muito investimento e simultaneamente tendo aumentado imenso o activo do Município, o património do Município.

----- E a nossa dívida global, do Município, será a 31 de Dezembro de 2008, em termos absolutos, inferior à dívida do ano de 1997, 11 anos atrás, em termos percentuais, relativamente ao próprio orçamento, ou seja, nesse âmbito o Município tem gerido com eficácia e com equilíbrio.

----- A previsão de contracção de empréstimo está prevista no Orçamento de 2009, que a Assembleia aprovou, para nós não tem mais explicação adicional, os limites de endividamento estão também definidos, o Município não necessitou de decorrer a financiamentos extraordinários conforme o Governo permitiu aos Municípios, para pagar dívidas a fornecedores, não recorremos sequer a esse instrumento, não tenho mais nada a acrescentar nesse âmbito.

----- **Presidente da Mesa** – Senhores Membros da Assembleia, vamos votar a proposta da Câmara. O Executivo Municipal submeteu à Assembleia um pedido, ou submetendo à provação da Assembleia, a contracção de um empréstimo de um milhão e quinhentos mil euros, Junto do Banco Bilbao e Vizcaya, de acordo com o relatório de selecção de propostas que está anexo a esta Certidão, e nas condições que, dos documentos dizem respeito, ou que aos documentos dizem respeito, Senhores Membros da Assembleia.

..... **Após análise e discussão foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com dois votos contra, dez abstenções e sessenta e oito votos a favor, estando momentaneamente oitenta membros presentes.**

----- **Presidente da Mesa** - Inscrições para declarações de voto?.....

----- Henrique Ferreira, e Luís Pires. Senhor membro da Assembleia, Henrique Ferreira, faça o favor.

----- **Henrique Ferreira** – Submeti-me à disciplina de voto, no entanto congratulo-me com que a obra, que no fundo também tem a minha autoria técnica e moral, se vá realizar. Ela será certamente um passo certo na direcção do futuro, na direcção do bem estar, na direcção de melhor educação para as crianças sobretudo aquelas que estavam mais longe dos bens da civilização. No entanto, se bem entendi a posição da abstenção do Grupo Parlamentar do PS, entendo-a como uma pergunta à Câmara, no sentido de que, então num orçamento de quarenta e seis milhões de euros é necessário contrairmos um empréstimo de trezentos mil contos ou seja um milhão e quinhentos mil euros para participar-mos a construção dos Centros Escolares? Foi assim que entendi o voto de abstenção do PS.

----- E também me formulo essa questão, apesar de estar dividido ente a politica e os valores, porque é óbvio que se eu tivesse de optar, optava apesar de tudo, pelo empréstimo e pela construção e não pela politica, optava portanto pelos valores substantivos da realização da obra, é no entanto esta pergunta que perpassa o meu espírito, será que é mesmo necessário, contrair o empréstimo de trezentos mil contos, um milhão e meio de euros para fazer esta obra? será que nove milhões de contos num aumento constante e sistemático, felizmente, até parece que o Município de Bragança não está em crise, e de facto parece não estar, parece que a crise social e económica não chegou a Bragança, não só pelos dados que aqui invocou de manha o Senhor Deputado, o Senhor Presidente da Junta, Eduardo Malhão, mas também porque afinal tivemos aqui um período de discussão do Estado e Vida do

Município, em que ninguém pôs em causa a Câmara, e também estranhei, também estranhei, afinal Bragança não está em crise e se não está em crise mais uma interrogação acerca da necessidade deste empréstimo.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

----- Senhor Membro da Assembleia, Luís Pires, é a sua vez de fazer a sua declaração de voto. --

----- **Luís Pires** – Bom, mais uma vez muito boa tarde.

----- Apenas para que não fiquem duvidas, por uma questão lexical o Partido Socialista não está contra a política, achamos que todos os são bem vindo e bons para chamar a atenção para uma gestão mais rigorosa, não havia necessidade de fazer um empréstimo deste montante e pior ainda, a um prazo tão alongado. Portanto que fique bem vincado que concordamos, aliás, apesar de haver muitos órgãos, vou-lhe chamar assim, falarem na paternidade dos Centros Escolares, não nos esquecemos que é uma obra com um dedo muito forte do Governo, portanto concordamos com este tipo de reorganização, agora, a engenharia financeira, é que não concordamos com ela, portanto que fique aqui bem esclarecido qual é a nossa posição.

----- **Presidente da Mesa** – O Senhor Membro da Assembleia, Luís Afonso, quer fazer uma declaração de voto, tem todo o direito, faça o favor.

----- **Luís Afonso** – Muito obrigado, Senhor Presidente, muito boa tarde a todos, cumprimento a Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores e Senhoras vereadoras.....

----- Há anos atrás o Partido Socialista e hoje surpreendeu-me a votação do Partido Socialista nesta matéria, com a abstenção, há uns anos atrás e por forma sistemática, ao longo de 8 anos o Partido Socialista quando teve a gestão da Câmara Municipal de Bragança, vinha sistematicamente no Plano e Orçamento e eu vou lembrar esta matéria, vinha sistematicamente colocando no Plano e Orçamento como vontade política da Câmara de então, da gestão da Câmara de então, proceder à aquisição do antigo Banco de Portugal para fazer obras e ... não sabia bem para o quê, mas tinha essa intenção. O Partido Socialista aprovou diversas vezes, o Partido Social Democrata votou contra, aprovou, por diversas vezes, essa iniciativa da gestão Socialista da Câmara, aprovou inclusivamente o empréstimo de duzentos mil contos para a aquisição daquele espaço, e nada se fez, eu tenho que lembrar isto, porque isto faz parte da história, nada se fez. Deviam ter dado, hoje, o benefício da

duvida à Câmara e até porque estão habituados ao longo da história de exercício desta Câmara de que, quando se compromete este Executivo a fazer obra, faz, e se pede aqui autorização para contracção de um empréstimo para construir os Centros Escolares, é porque os vai fazer.

----- Podiam ter dado aqui o beneficio da duvida ao Senhor Presidente da Câmara, deviam ter, na minha opinião, manifestado um voto positivo na construção de equipamentos escolares que são sobejamente e penso que cumpridos por todos, como de utilidade pública, e no entanto não foram capazes hoje de contrariar aquela vossa atitude no passado, aprovavam empréstimos para aquisição de nada, e hoje admitem apenas com a abstenção a possibilidade, não, não permitem com o vosso voto positivo, enfim, colaborar, colaborar no engrandecimento dos equipamentos desta cidade. É negativo, é negativo, negativa é também a posição do Partido Comunista, quando sistematicamente parece querer barrar o investimento, o investimento do Município, eu acho que não me recordo, que nas grandes medidas de investimento da Câmara, ao longo destes anos, a CDU alguma vez tenha tido aqui uma posição positiva, no sentido de apoiar, sempre se levantam reservas, sempre se levantam duvidas, sempre se levantam entraves, nunca se faz de uma forma construtiva e positiva, o apoio às iniciativas da Câmara Municipal de Bragança, tendo elas passado por uma diversa e já sobejamente elencados ao longo dos anos, das actividades e investimento que esta Câmara tem feito.

----- Investimento nas rodovias, no acesso dos cidadãos ao centro da cidade e ao espaço rural, na colocação de novas pavimentações nas aldeias, apoio à construção de Sedes de Juntas, construção de equipamentos culturais, nos equipamentos desportivos, etc., etc., etc., é uma politica de obstaculização permanente

----- **Presidente da Mesa** – Queira terminar a sua declaração, por favor

----- **Luís Afonso** – Muito obrigado, Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, e eu devo dizer que me parece, enfim, que também se ele queria rematar com esta matéria, o Partido Socialista vem aqui a afirmar que o seu governo, do seu partido, vem ajudar esta matéria, não é verdade, os fundos do QREN não são do governo que lidera o País, são das iniciativas que cada um, sejam empresas particulares, sejam Municípios, fazem Parabéns Senhor Presidente da Câmara e sucesso

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

-----

----- **Presidente da Mesa** - Não há pedidos de esclarecimentos às declarações de voto, peço desculpa, essa figura regimental por mais que vasculhe no Regimento não encontro. Defesa de quê? Senhor Membro da Assembleia, identifique-me, por favor, em que é que a sua honra foi ofendida. E o referido no anterior Executivo é uma ofensa da honra? Peço-lhe desculpa, com toda a simpatia, mas não lhe dou a palavra.....

----- Vamos passar ao próximo ponto da nossa Agenda, que diz respeito, discutir e deliberar, sobre o Regulamento da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais.

PONTO 4.2.2 – REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS.

..... Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

I - CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia doze do mês de Janeiro do ano de dois mil e nove, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Vice-Presidente, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, que presidiu, em virtude do Sr., Presidente se encontrar de férias; e Vereadores, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristovão, Dr.ª Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dr.ª Isabel Maria Lopes, Prof. António José Cepeda e Dr.ª Maria Idalina Alves de Brito, se encontra uma deliberação, do seguinte teor:

“REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS

Pela Divisão Financeira foi presente, para aprovação, o Novo Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais do Município de Bragança, bem como Relatório de suporte à fundamentação económico-financeira da matriz de taxas, cujo projecto foi aprovado em reunião Ordinária desta Câmara Municipal, de 08 de Setembro de 2008, sujeito a discussão pública, por publicação no Diário da Republica, 2.ª Série – N.º 205 de 22 de Outubro de 2008 (Edital n.º 1030/2008), afixação nos lugares de estilo pelo nosso Edital n.º 75/2008 de 22 de Setembro e publicitação na webpage da Câmara Municipal de Bragança, em www.cm-braganca.pt; tendo terminado o prazo em 4 de Dezembro de 2008.

Na fase de discussão pública, não foram recepcionadas quaisquer sugestões nem reclamações.

Estes documentos foram previamente distribuídos aos Senhores Vereadores.

Pela Divisão de Urbanismo foi presente a seguinte informação: “O Projecto do “Novo Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais”, cuja apreciação pública foi efectuada pelo edital n.º 1030/2008 no Diário da República, 2.ª Série n.º 205, de 22 de Outubro de 2008, terminou a 4 de Dezembro de 2008 não havendo lugar à apresentação de sugestões por parte dos munícipes.

Analisado o referido documento pela Divisão de Urbanismo, verifica-se, ser necessário proceder a alguns “reajustamentos” nos valores da tabela a aplicar, em consonância com os valores da tabela anteriormente aprovada e actualmente em vigor.

Nestes termos, propõem-se as seguintes alterações:

CAPÍTULO XIV – URBANISMO E EDIFICAÇÃO

Quadro VI – Taxa devida pela emissão de licença, autorização ou de admissão de comunicação prévia para obras de edificação.

Ponto 5.1 – Encargos decorrentes da construção de novos edifícios, o aumento de volume nas reconstruções e as ampliações, fora dos loteamentos titulados por alvarás envolvendo ou não reforço ou redimensionamento das infra-estruturas urbanas - Construção em geral – Por cada metro quadrado de área construída (a aplicar de acordo com o artigo 41.º do presente regulamento).

O valor da taxa prevista no Novo Regulamento foi de 36,93 € (trinta e seis euros e noventa e três cêntimos). É entendimento desta divisão que o valor a aplicar deverá ser de 16,25 € (dezasseis euros e vinte e cinco cêntimos), considerando a taxa aplicada nas operações de loteamento pela não execução de obras de urbanização, conforme ponto 1.1 do Quadro IV – Valor das Compensações.

Ponto 5.2 – Pisos destinados a estacionamento de viaturas e 5.3 – Caves e sótãos destinados a arrumos dependentes de fracções habitacionais.

O valor da taxa prevista no Novo Regulamento, em ambos os casos, foi de 1,46 € (um euro e quarenta e seis cêntimos), devendo o seu valor ser alterado para 0,91 € (noventa e um cêntimos), por decorrência da taxa aplicada no ponto 3.1 – Obras de construção nova, de ampliação, de reconstrução ou de alteração – por metro quadrado ou fracção e relativamente a cada piso.

Ponto 5.4 – Indústria e agricultura

O valor da taxa prevista no Novo Regulamento, em ambos os casos, foi de 14,02 € (catorze euros e dois cêntimos), propondo-se que o valor seja alterado para 8,13 € (oito euros e treze cêntimos) como incentivo para a instalação de indústria na região.

Quadro VI-A – Taxas devidas em casos especiais de licença, autorização ou admissão de comunicação prévia

Ponto 2.1 – Outras construções, reconstruções, ampliações, alterações, edificações ligeiras tais como muros, anexos, garagens, tanques, piscinas, depósitos ou outros, não considerados de escassa relevância urbanística – por metro linear ou fracção no caso de muros.

O valor da taxa prevista no Novo Regulamento foi de 5,00 € (cinco euros).

É nosso entendimento que o valor seja alterado para 1,02 € (um euro e dois cêntimos), aplicado na tabela de taxas em vigor, por se considerar mais ajustado atendendo à tipologia das operações urbanísticas em apreço, nomeadamente na área rural.”

Da natureza dos reajustamentos acima, não resulta para os interessados a imposição de deveres sujeições ou encargos mais gravosos, pelo que se entende dispensar novo período de discussão pública.

Após análise e discussão foi deliberado, por unanimidade dos membros presentes, aprovar a proposta agora apresentada pela Divisão de Urbanismo, considerando que a mesma se encontra suficientemente fundamentada e integra-la no Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Bragança, ficando um exemplar arquivado em pasta anexa ao livro de actas e cujo teor se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais.

Mais foi deliberado por unanimidade dos membros presentes, submeter à aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º e para os efeitos das alíneas a), e) e h) do n.º 2 do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, e em cumprimento do estabelecido no n.º 1 do artigo 8.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, o referido Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Bragança.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 19 de Janeiro de 2009.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

II – REGULAMENTO DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS

..... **Presidente da Mesa** - Eu pergunto à Câmara se quer apresentar este assunto, faça o favor, tem a palavra o Senhor Presidente.

----- **Presidente da Câmara** – Muito obrigado, Senhor Presidente.....

----- Não salientei que o empréstimo estava excepcionado, está na documentação dos Senhores Vereadores, em termos de limites de endividamento. Relativamente ao ponto em discussão, Regulamento de Taxas Outras Receitas Municipais, trata-se de uma documentação extensa, foi distribuída aos Senhores Deputados, aprovada por unanimidade no Município, e vou fazer uma breve introdução, que é a seguinte: a Lei 53/2006, de 29 de Dezembro, estabelece o Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, consagra no seu artº4º, o princípio da equivalência jurídica. De acordo com este princípio, o valor das Taxas das Autarquias Locais é fixado tendo em conta o princípio da proporcionalidade, não devendo ultrapassar o custo da actividade pública local, ou benefício auferido pelo particular. O nº2 do mesmo artigo admite que as taxas respeitando a necessária proporcionalidade podem ser fixadas com base em critérios de desincentivo, ou seja, prática de taxas inferiores ao custo real do serviço ao Município, à prática de certos actos ou operações.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

FUNDAMENTAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA DAS TAXAS DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA (Lei n.º 53-E/2006 de 29 de Dezembro)

- Exemplo ilustrativo -

ASSEMBLEIA MUNICIPAL ^ FEVEREIRO 2009



----- Este Regulamento confere a indicação da base objectiva e subjectiva das taxas, o seu valor ou a fórmula de cálculo do valor das taxas a cobrar, a fundação económica/financeira, as

isenções e a fundamentação, o modo de pagamento e outras formas de extinção da prestação tributária, admitidas, e a admissibilidade do pagamento em prestações. Quero salientar, não tive oportunidade de manha de responder, mas esta é uma matéria em que o Município está atento através dos Serviços Sociais, está autorizar com maior frequência o pagamento de taxas ou rendas em prestações, a famílias carenciadas e tem um serviço próprio, o Município, para tratar dessa área de trabalho.

----- O presente documento visa pois cumprir com o estipulado no artº 8º da Lei nº. 53/2006, de 29 de Dezembro, quanto à fundamentação económica/financeiro, no valor das taxas do Município de Bragança. Não vou perder tempo com o Regulamento que é extenso. Quero salientar o seguinte: de um total de 308 taxas, que constam do respectivo Regulamento, e face ao cálculo que foi aprovado, só foi agravada uma, foram mantidas 167 e foram reduzidas 210, ou seja, foram incentivadas 210, portanto num processo de bastante equilíbrio.

----- Não conseguimos neste momento fazer uma comparação entre o que é esta Tabela de Taxas e Licenças com a Tabela de Taxas e Licenças anterior, numa forma absolutamente rigorosa. Por estimativa e partindo do princípio que todas as taxas tinham uma utilização uniforme, a aplicação do Regulamento anterior, com este Regulamento, daria uma quebra de receitas de cerca de 27,5%. Não é a realidade, será certamente inferior, mas portanto, globalmente estamos em condições de afirmar, portanto, que o exercício que foi feito, vai nesse sentido, foi nesse sentido, tendo em conta também o período que as famílias estão a passar.

----- Queria mostrar aos Senhores Deputados como é que este cálculo, fazer um exercício, há um trabalho complexo, por trás, um trabalho dos técnicos do Município, e citar-lhes um exemplo, um exemplo que se aplicou às tais 378 taxas, ou seja, há 378 exercícios idênticos àquele que lhes vou mostrar, uns de maior complexidade, outros de maior simplicidade, mas em traços gerais, será isto: por exemplo, a emissão de um alvará é uma taxa que tem como custo total directo e indirecto de 75,58, tem um custo social suportado pelo Município de 36%, portanto o valor a aplicar é de 50%, portanto aqui há um desincentivo, ou seja, não se aplica o valor real do custo ao Município, relacionado com este serviço.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

QUADRO III

Taxas de taxa para emissão de alvará, ou licenças ou autorizações em municípios primários de acordo com o Regulamento

DESCRIÇÃO DA TAXA	Custo Total (Indirectos e Directos)	Valor a ser Apurado pelo particular	Custo Social Suportado pelo Município	Descontos	Valor da Taxa a Aplicar
Mão-de-obra	78,58 €	1	36%	0%	50,00 €
2. - Taxa geral a aplicar em todas as licenças, em função do prazo:					
2.1 - Cada período de 30 dias ou fração	11,28 €	1	45%	0%	6,11 €
2.2 - Obras de construção nova, de ampliação, de reconstrução ou de alteração:					
2.2.1 - Por metro quadrado de superfície construída ou a construir	5,52 €	1	34%	0%	0,91 €
2.2.2 - Corpos aéreos de construção, na parte projectada sobre via pública, logradouro ou outro espaço público, sob administração municipal:					
2.2.3 - Taxas a acumular com as das n.ºs 2 e 3, por aplicação ao primeiro quadro ou fração:					
2.2.3.1 - Ventania, alpendres integrados na construção, janelas de sacada e semelhantes	2,81 €	1	0%	0%	2,81 €
2.2.3.2 - Cubo e corpo e saliências de toldado e a aumentar a superfície útil de a edificação.	2,81 €	1	0%	0%	2,81 €
2.3 - Em cargas decorrentes de construção de novo edifício, o aumento de volume ou reconstrução e a ampliação, fora das licenças de habitação e de habitação ou não habitável em zonas de habitação urbana:					
2.3.1 - Construção em geral	36,93 €	1	55%	0%	16,25 €
2.3.2 - Obras de edificação e obras decorrentes de alterações - valor de C.	1,46 €	1	36%	0%	0,91 €
2.3.3 - Obras de edificação e obras decorrentes de alterações	1,46 €	1	36%	0%	0,91 €
2.3.4 - Obras de edificação e obras decorrentes de alterações de fruição habitacional	1,46 €	1	36%	0%	0,91 €
2.3.5 - Indústria e agricultura	14,02 €	1	42%	0%	8,13 €

ASSEMBLEIA MUNICIPAL - FEVEREIRO 2009



----- Como é que este valor é apurado? Passamos então ao quadro seguinte e está na primeira linha. Temos o cálculo de mão-de-obra; materiais consumíveis; amortizações; custo de utilização de máquinas e viaturas; outros custos indirectos, que não têm, anteriormente também não era aplicado; mão de obra indirecta, também não está incluída; outros custos indirectos; futuros investimentos, não há inclusões nestas matéria; custo total da taxa, 78,58; valor da taxa a aplicar, 50%;custo social suportado pelo Município, 36%.

----- Agora vamos ver como é que se apurou todo este processo, e esta é o conjunto, digamos, do exercício que foi feito para chegar ao valor dos 75,58 euros, para a emissão do alvará.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

Custos do Processo Administrativo e Operacional

QUADRO 4

Tem a ver com o funcionamento da Câmara Municipal e com o custo do processo administrativo para obras de edifício público

DESCRIÇÃO DA TAREFA	Custos Materiais				Custos Indirectos			Custos de Pessoal	Custos de Energia	Custos de Água	Custos de Outros Recursos			
	Material	Equipamento	Outros Materiais	Outros Materiais	Outros Recursos	Outros Recursos	Outros Recursos							
1. Trabalho da Câmara														
2. Trabalho da Câmara														
3. Trabalho da Câmara														
4. Trabalho da Câmara														
5. Trabalho da Câmara														
6. Trabalho da Câmara														
7. Trabalho da Câmara														
8. Trabalho da Câmara														
9. Trabalho da Câmara														
10. Trabalho da Câmara														
11. Trabalho da Câmara														
12. Trabalho da Câmara														
13. Trabalho da Câmara														
14. Trabalho da Câmara														
15. Trabalho da Câmara														
16. Trabalho da Câmara														
17. Trabalho da Câmara														
18. Trabalho da Câmara														
19. Trabalho da Câmara														
20. Trabalho da Câmara														

ASS EMBLEIA MUNICIPAL - FEVEREIRO 2009



----- Tem respectivamente, eu queria explicar esta parte, são 378 exercícios, vezes aquilo que vos mostrei, só estou a mostrar um. Tem a entrada do requerimento; tem a entrada do processo; tem a gestão do processo; tem a gestão técnica do processo; tem o trabalho do Chefe da Divisão; tem o trabalho do parecer; tem do arquivo, de entrada de processos; da gestão técnica do processo; da validação da apreciação por parte do Chefe de Divisão; tem a validação do Director de Departamento; tem o despacho do Vereador; tem a deliberação de Câmara, quando há intervenção do Executivo; tem a entrada de requerimento; a entrega de especialidades, é uma fase subsequente; a gestão do próprio processo, gestão documental, a gestão técnica do processo; a intervenção do Chefe de Divisão, nesta validação; novamente Director de Departamento, aqui tem as medições para efeitos de emissão da licença; tem entrada do requerimento; a gestão do processo.

----- E para cada uma destas tarefas está avaliado o tempo em minutos, nós temos essa avaliação nos serviços, trabalhamos nos serviços, sabemos em média quanto leva cada serviço, em minutos, sabemos quanto nos custa cada operação, qual é o custo unitário por minuto, seja do Chefe de Divisão, Director de Departamento ou do Assistente Administrativo que ao balcão informatiza de imediato o processo, estão os recursos humanos afectos a cada uma desta operações, estão os meios técnicos afectos, do município, estão as amortizações correspondentes, estão os custos totais e estão os custos indirectos.

----- Portanto, este conjunto de operações permitiu-nos apurar qual seria o custo do Município a emitir um alvará de licença, conhecemos o percurso de forma exaustiva e os tempos associados e a qualificação e o custo por unidade de mão-de-obra afecta a este processo.

----- Portanto, em traços gerais, era isto que eu tinha a dizer aos Senhores Deputados. Foi um processo que obrigou, durante muitas semanas, alguns dos técnicos para satisfazer aquilo que a Lei determina, que era fazer este trabalho de fundamentação económica/financeira das taxas, tendo por base uma aproximação entre o custo do serviço e o custo a suportar pelos Municípios, ou o cálculo do respectivo incentivo no caso de se optar por uma taxa inferior à do custo real.

----- Sabemos que este processo acabou por ser adiado, designadamente por a maior Câmara do País não ter, digamos, feito este trabalho no tempo previsto na Lei. O nosso trabalho está feito, está feito, houve esforço dos técnicos, já tem servido para outros Municípios se apoiarem, digamos, na elaboração dos seus próprios regulamentos, estão neste momento a fazê-lo, é do documento que está para apreciação dos Senhores Deputados, sendo certo que houve esta preocupação unânime do Executivo de que com este processo de ajustamento do Regulamento e das Taxas e com a fundamentação económica/financeira, não aproveitaríamos este processo para fazer um agravamento global das taxas, mas sim ter a preocupação na medida do possível, de as baixar, e é aquilo que de facto acontece.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

----- Vamos fazer inscrições para pedidos de esclarecimentos. Senhor Membro da Assembleia, José Castro, faça o favor, tem desde já a palavra

----- **José Castro** – Esta Lei, este procedimento, tem por base um princípio que desde logo a CDU recusa liminarmente, que é o princípio do utilizador /pagador. Achamos que sempre que se aplica este princípio, estaremos sempre a beneficiar aqueles que podem pagar, e a prejudicar aqueles que não podem pagar. Ora, do nosso ponto de vista, o serviço público prestado numa Autarquia não pode ser assim. De facto quando diz que pela Lei o custo, a taxa não pode ser superior ao custo que custa para o Município, nem inferior ao benefício que tem para o Município, é exactamente essa ligação. De qualquer maneira, a crer nos dados que o Presidente do Executivo aqui apresentou, estamos em crer que haverá uma redução generalizada das taxas, gostava de ser esclarecido relativamente a isso, como gostava de ser esclarecido, saber qual é então a taxa ou licença que é aumentada.....

----- **Presidente da Mesa** – Eu peço silêncio na sala outra vez, desculpe interrompe-lo outra vez, mas eu não sei se é melhor pedir silêncio se é fazer aí uma gravação, agora com as novas tecnologias, de em tantos em tantos minutos passar, mas de facto eu hoje não sei o que se está a passar na sala, o nível de ruído e de conversas ultrapassa tudo que é habitual, e eu peço um esforço para avançarmos mais depressa, faça o favor de continuar.

----- **José Castro** – Portanto eu não vou pedir que elenque as duzentas e tal taxas e licenças que diz que vão ter o seu valor reduzido, mas já que é só uma única taxa ou licença que é incrementada, saber qual é, e sobretudo qual é o peso na receita própria do Município, precisamente dessa taxa ou licença.

----- **Presidente da Mesa** – Está nos documentos.....

----- Senhor Membro da Assembleia, Henrique Ferreira, faça o favor.

----- **Henrique Ferreira** – Eu venho constatando com alguma preocupação, que o gestor vem substituindo o político, ou seja, a figura do gestor profissional, vem substituindo o político, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, e ao contrário do que seria normal na gestão de uma empresa, e eu registo isto com alguma preocupação, e registo porquê? Porque Bragança precisa dos dois, precisa de um bom político e precisa de um bom gestor. E hoje tivemos aqui uma boa simulação de um bom gestor, de acordo com os princípios da qualidade total, ou seja, o processo de licenciamento está aqui monitorizado ao pormenor, desde o primeiro momento até ao último e eu contei 18 momentos, este é um processo extremamente burocratizado, ao qual no entanto, ainda falta saber qual é o custo de cada licenciamento, o custo em termos de funcionamento, organização, já agora se pomos o problema em termos de performance gestonária da organização, então qual é o custo de cada licenciamento.

----- E neste sentido portanto, verifico, por um lado, o ganho de um gestor e a perda do político, e eu acho que devo apelar à conciliação de ambos, mas por outro lado, nesta engenharia gestonária, não fiquei esclarecido sobre duas coisas:.....

----- Primeira - Em quanto é que o Município de Bragança vai baixar então as taxas, para beneficiar os utentes;

----- Segundo - quanto é que o Município de Bragança prevê perder, em consequência da crise económica, porque outra vez, tivemos o discurso da crise, pelas intervenções da Assembleia Municipal não havia discurso de crise, mas agora pela parte da Câmara, há discurso

de crise, eu quero confrontar aqui o contraditório, quero saber quanto é que a Câmara pensa perder com a crise, e quanto é que pensa devolver aos utentes para minorizar neles a crise.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

----- O Senhor Presidente da Câmara quer responder agora? Faça o favor.

----- **Presidente da Câmara** - Muito obrigado Senhor Presidente.....

----- Sabemos exactamente quanto é que nos custa a emissão de um alvará, que é de 78,58 euros e a Câmara faz a cobrança de 50 euros, portanto faz um incentivo de 36%, ou seja, não vai cobrar o custo real, faz uma cobrança inferior. A única taxa que ficou sem incentivo, ou seja, um desincentivo, ou seja uma penalização, está na página, são de facto muitas, ... eu próprio tenho alguma dificuldade, mas na página 16, no quadro 20, diz, um – “autorização para instalação de infra-estruturas de suportes de estações de rádio e comunicações”, tem um valor de cálculo. Quanto é que nos custa emitir uma licença dessas? 108,18 euros; qual é o desincentivo? 131%; qual é o custo da emissão? 250 euros. É esta a taxa que está em causa, página 12. Valor que se mantém relativamente, já estava assim anteriormente, na página 16, do anterior Regulamento, também no quadro 10, mantinha o mesmo valor, portanto é esta. ...

..... **Presidente da Mesa** – São essas as respostas que têm para dar.....

..... Vamos fazer inscrições para intervenções sobre este tema. Não havendo inscrições para intervenções, vamos fazer a votação. Senhores Membros da Assembleia, o que é submetido à Assembleia é que aprove o Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Bragança, que foram fornecidas a todos os Membros da Assembleia.

..... **Após análise e discussão foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com zero votos contra, onze abstenções e sessenta e nove votos a favor, estando momentaneamente oitenta membros presentes.....**

, ----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto? Não há declarações de voto.

----- Passamos ao próximo ponto da Ordem de Trabalhos, que respeita ao Mapa de Pessoal para o ano de 2009, criação de 2 postos de trabalho, na carreira geral de assistência técnico, segundo a Certidão que eu tenho em meu poder, um dos assistentes técnicos, para a Divisão de Transportes e Energia e outro para o sector de Desporto.

PONTO 4.2.3 – ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2009 – CRIAÇÃO DE DOIS POSTOS DE TRABALHO NA CARREIRA GERAL DE ASSISTENTE TÉCNICO.....

.....Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

I - CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e seis do mês de Janeiro do ano de dois mil e nove, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Vice-Presidente, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, que presidiu, em virtude do Sr. Presidente se encontrar de férias; e Vereadores, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristovão, Dr.ª Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dr.ª Isabel Maria Lopes, Prof. António José Cepeda e Dr.ª Maria Idalina Alves de Brito, se encontra uma deliberação, do seguinte teor:

“1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2009.

Pelo Sr. Vice-Presidente foi presente a seguinte proposta:

Considerando que pela Directora do Departamento Sócio-Cultural, foi presente uma informação justificativa, da necessidade de dotar o Mapa de Pessoal para o ano de 2009, com o recrutamento de um Assistente Técnico, para o Sector de Desporto, com a seguinte descrição funcional:

Funções de natureza executiva de aplicação técnica, exigindo conhecimentos teóricos e práticos obtidos através de curso adequado, designadamente:

Organização e ensino de técnicas de aprendizagem de natação, baseadas na adopção ou adaptação de métodos e processos técnicos, com recurso a conhecimentos teóricos e práticos obtidos com o curso profissional de ensino de natação;

Estudo e organização de jogos e exercícios aquáticos de acordo com os princípios de motricidade humana, tendo por objectivo o desenvolvimento físico global de crianças, jovens e adultos;

Organização e coordenação de equipas de desporto ou recreio aquáticos;

Monitorização de todos os aprendizes de forma a corrigir eventuais erros de execução dos exercícios;

Considerando que o Chefe da Divisão de Transportes e Energia apresentou informação justificativa da necessidade de dotar o Mapa de Pessoal para o ano de 2009, com o

recrutamento de um Assistente Técnico, para o Aeródromo Municipal, com a seguinte descrição funcional:

Operar a estação de comunicações do Aeródromo;

Prestar aos utilizadores toda a informação de Aeródromo solicitada, nomeadamente pista em uso, condições de vento, meteorologia local, tráfego conhecido, e posicionamento, facilidade de reabastecimento de combustível, informação para despacho, estacionamento de aeronaves, informações gerais de transportes em terra, refeições e alojamento;

Participar ao Instituto Nacional de Aviação Civil de todas as infracções às Regras do Ar de que tenha conhecimento;

Organizar as estatísticas, mapas de movimento e todos os registos do Aeródromo;

Colaborar com os serviços de socorros externos nos casos de acidentes ou incidentes que possam ocorrer na sua zona e prestar todo o apoio às comissões de inquérito oficiais;

Fiscalização de serviço de reabastecimento de combustível e lubrificantes.

Considerando que a presente Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2009 não tem incidência no acréscimo da despesa com pessoal, uma vez que esta situação será gerida face às aposentações que vierem a ocorrer durante o ano;

Assim, propõe-se a 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2009, ficando um exemplar arquivado em pasta anexa ao livro de actas e cujo teor se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais.

Após análise e discussão, foi deliberado por unanimidade dos membros presentes, aprovar a 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2009.

Mais foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, submeter a proposta à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 3 do art.º 5.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e ainda de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º e para os efeitos da alínea o) do n.º 2 do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 26 de Janeiro de 2009.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

II – MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2009 – 1.ª ALTERAÇÃO

----- **Presidente da Mesa** - Senhor Presidente da Câmara, quer fazer alguma apresentação desta matéria? Acha suficientes as informações que constam da Certidão e dos elementos distribuídos?.....

----- Inscrição para pedidos de esclarecimentos. O Senhor Membro da Assembleia, Amílcar Pires, tem desde já a palavra. Luís Costa inscreve-se.....

----- **Amílcar Pires** – Excelentíssima Mesa da Assembleia, Excelentíssimo Executivo Municipal, minhas senhoras e meus senhores, boa tarde a todos.

----- Senhor Presidente da Câmara, duas ou três questões. A primeira é que a Directora do Departamento Sócio/Cultural faz sentir de a necessidade de um assistente técnico para as piscinas, o Senhor Chefe da Divisão de Transportes e Energia faz sentir a necessidade de um assistente técnico para o aeródromo, a primeira questão que lhe coloco é, é para regularizar a situação de alguém que já lá está? E exercer as funções em situação precária? No sentido de o introduzir no quadro com vínculo por tempo indeterminado?, é para admitir alguém de novo, acrescer àqueles que já lá estão? Ou é alguém que se vai reformar e precisa de ser substituído? Essa é a primeira questão.

----- A segunda questão, é que embora o Senhor Presidente da Câmara diga aqui na Certidão que não há acréscimos ao orçamento, era conveniente para todos, ficávamos todos mais esclarecidos, se dissesse, a pesar de tudo, quais são os encargos financeiros com cada um destes dois assistentes técnicos que a Câmara vai admitir. Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Senhor Membro da Assembleia, Luís Costa, tem a palavra.....

----- **Luís Costa** – A minha pergunta também vem na sequência da pergunta feita antes, tanto mais que achamos estranho, que foi aprovado também por nós, há pouco tempo, o Quadro de Pessoal da Câmara, aonde atempadamente, tanto quanto sabemos, foi devidamente planeada, foi dado a seu tempo aos Chefes de Divisão para dizerem qual era o pessoal que precisavam, portanto foram feitas as deslocações e discutimos aqui no Quadro da Câmara Municipal, custa-nos a acreditar que não seria já de prever, portanto há três meses atrás, que estes cargos seriam necessários, a ocupação destes quadros, portanto, porque é que isto aparece agora assim, esta necessidade, nesta altura e neste momento, e não foi enquadrado na remodelação que se fez, portanto nos Quadros da Câmara no Quadro que nós aprovamos há pouco tempo.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

----- Senhor Presidente da Câmara, tem a tribuna à sua disposição se quiser responder, faça o favor.

----- **Presidente da Câmara** – Um dos assistentes técnicos que é necessário para a Divisão de Transportes e Energia resulta de um lapso na preparação do Quadro de Pessoal, uma vez que temos um Auxiliar de Serviços Gerais no Aeródromo, que mandamos requalificar profissionalmente ou seja habilitar profissionalmente para Agente de Tráfego de informação Aeronáutica e já na perspectiva de uma reforma, reforma de um dos funcionários habilitados, tínhamos dois, a reforma de um deixou-nos só com um funcionário com habilitação para poder operar na torre, nós sabíamos que potencialmente que a reforma poderia vir a acontecer, com tempo mandamos preparar um funcionário, aqui não se trata sequer de contratar ninguém, trata-se reclassificar um dos funcionários existentes, o único que está habilitado e preparado profissionalmente, por iniciativa da Câmara, para esse efeito e trata-se de um lapso.....

----- Na parte do Departamento Sócio/Cultural trata-se de facto de contratar, contratar pessoal qualificado na área de monitores de natação, nós precisamos de essa área para acompanhar as actividades nas piscinas, o nosso compromisso é de conforme está escrito, é de não aumentar a despesa, como é que podemos fazer-lo? Na Conta de Gerência há-de verificar se esse objectivo foi cumprido ou não, se tiver em atenção, e tem de certeza, na Conta de Gerência de 2008, a contenção com pessoal tem sido muito grande.....

----- O anterior Quadro de Pessoal da Câmara era muito mais amplo, tínhamos tipo assim, previsão para quinhentos e tal funcionários, actualmente, porque a facilidade de alteração é muito grande, o Quadro de Pessoal que veio a acompanhar o Orçamento, é muito mais restritivo, muito mais ajustado digamos ao momento de trabalho do Município, uma vez que em qualquer momento é possível por uma simples deliberação da Assembleia, fazer reajustamentos, anteriormente também, mas obrigava-nos a um procedimento muito mais complexo. Portanto, não me parece que seja uma situação que não deva sequer acontecer. Imaginemos que há um processo de ocorrência de transferência de competências no quadro de negociações que está a correr com a DREN, evidentemente temos mais uma alteração ao Quadro de Pessoal, isso não trás, desde que a alteração seja positiva e vá ao encontro das necessidades do Município, para efeitos de concretização dos objectivos de trabalho, parece-me bem.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

----- Inscrições para intervenções sobre este ponto? Não os havendo, vamos passar à votação desta proposta de alteração do mapa de pessoal para o ano 2009.....

..... **Após análise e discussão foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com zero votos contra, nove abstenções e setenta e um votos a favor, estando momentaneamente oitenta membros presentes.....**

..... **Declarações de voto?** Não há declarações de voto.....

..... Passamos ao ponto seguinte

PONTO 4.2.4 – ADESÃO À ASSOCIAÇÃO DO PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PORTO (PORTUSPARK).

..... Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia doze do mês de Janeiro do ano de dois mil e nove, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Vice-Presidente, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, que presidiu, em virtude do Sr., Presidente se encontrar de férias; e Vereadores, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristovão, Dr.ª Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dr.ª Isabel Maria Lopes, Prof. António José Cepeda e Dr.ª Maria Idalina Alves de Brito, se encontra uma deliberação, do seguinte teor:

“ADESÃO À ASSOCIAÇÃO DO PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PORTO (PortusPark):

Pelo Sr. Presidente foi presente o seguinte processo:

A Câmara Municipal de Bragança aprovou, na sua Reunião Ordinária de 10 de Março de 2008, o Protocolo para a implementação da Rede de Parques de Ciência e Tecnologia em Trás-os-Montes e Alto Douro, pelo qual a Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto, Rede de Parques de C&T e Incubadoras PortusPark, o Município de Vila Real, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, o Município de Bragança e o Instituto Politécnico de Bragança, é decidido dar início aos trabalhos de implementação de dois pólos da rede de Parques de Ciência e Tecnologia da Região do Norte de Portugal.

Em 28 de Abril de 2008, é assinado o supra mencionado protocolo pelo qual, no seu ponto dois, cláusula primeira, os associados fundadores; Universidade do Porto e Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, propõem a adesão da Câmara Municipal de Bragança, da Câmara Municipal de Vila Real e do Instituto Politécnico de Bragança, à Rede PortusPark.

Em 21 de Maio de 2008, na Assembleia-Geral da Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto (PortusPark), é aprovada, por unanimidade, a admissão da Câmara Municipal de Bragança, à referida Associação.

Assim nestes termos, proponho a adesão à Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto (PortusPark) e a aprovação dos Estatutos que a seguir se transcrevem, submetendo a decisão a aprovação da Assembleia Municipal, para efeitos do estabelecido na alínea m) do n.º 2 do art.º 53 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

ESTATUTOS

CAPÍTULO I

Artigo Primeiro

(Denominação)

A ASSOCIAÇÃO DO PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PORTO, abreviadamente designada por APCT-P, é uma pessoa colectiva sem fins lucrativos, que se rege pelos presentes Estatutos e pelas disposições legais aplicáveis.

Artigo Segundo

(Duração e Sede)

1. A Associação durará por tempo indeterminado e tem a sua sede na Maia, na Rua Eng. Frederico Ulrich, 2 650, freguesia de Moreira da Maia, concelho da Maia.

2. Por deliberação da Assembleia Geral, a Associação poderá criar delegações ou outras formas de representação local em território português.

Artigo Terceiro

(Fins)

1. A Associação tem por fim a promoção, instalação e lançamento de um Parque de Ciência e Tecnologia, através de vários pólos situados, nomeadamente, nas regiões do Porto, Santa Maria da Feira e Vale do Ave (designado abreviadamente como Parque), que contribua para a investigação científica e desenvolvimento tecnológico do País, especialmente das regiões em que se insere.

2. O Parque é uma organização espacial multipolar destinada a acolher empresas de alta intensidade tecnológica, unidades de investigação de empresas, incubadoras de empresas, organismos de investigação e desenvolvimento e instituições de ensino superior e formação avançada, promovendo um ambiente favorável à inovação e à concretização das medidas de política científica e tecnológica, industrial, educativa e de formação profissional.

3. A Associação pode adquirir participações em sociedades de responsabilidade limitada com objecto igual ao que vem exercendo.

4. A Associação pode ainda adquirir participações em sociedades com objecto diferente ao que vem exercendo, em sociedades reguladas por leis especiais e em agrupamentos complementares de empresas.

5. A Associação não tem fins lucrativos, não podendo ser distribuídos pelos seus associados quaisquer excedentes gerados pela sua actividade.

Artigo Quarto

(Sociedades Gestoras do Parque)

1. A gestão e exploração do Parque serão realizadas por sociedades comerciais, adiante designadas por Sociedades Gestoras.

2. Poderá haver uma Sociedade Gestora distinta para a gestão e exploração de cada pólo do Parque e, assim, uma sociedade gestora por cada pólo.

Artigo Quinto

(Actividades)

1. Para realização dos seus fins, caberá à Associação:

a) Criar, organizar e desenvolver um espaço ou espaços físicos destinados a acolher os institutos, centros e unidades previstos no Número Dois do Artigo Terceiro;

b) Adquirir imóveis, designadamente terrenos ou parcelas de terrenos, quer em propriedade plena, quer em direito de superfície, destinados à implantação e constituição dos institutos, centros e unidades, celebrando, para tanto, contratos de compra e venda ou quaisquer outros contratos, seja a título oneroso, seja a título gratuito, pelos quais ingressem no património da Associação a propriedade plena ou só o direito de fruição de imóveis ou de construção em imóveis;

c) Celebrar com as Sociedades Gestoras contratos de sociedade e de cedência de propriedade dos terrenos património da Associação e integrados nos respectivos Pólos;

d) Aprovar o Regulamento do Parque, e dos respectivos pólos sob proposta das respectivas Sociedades Gestoras;

e) Contrair os financiamentos ou obrigações financeiras e receber os subsídios necessários à concretização dos investimentos nas infraestruturas do Parque.

2. Compete à Associação o acompanhamento das Sociedades Gestoras, consideradas as finalidades a que o Parque se encontra subordinado e as obrigações para aquela resultantes do presente diploma, do contrato de sociedade e dos regulamentos do Parque e dos respectivos pólos.

CAPÍTULO II

Artigo Sexto

(Admissão)

1. Podem ser associados da Associação as pessoas colectivas interessadas na promoção e nas actividades do Parque.

2. Serão considerados Fundadores os associados que subscreveram a escritura de constituição da Associação ou que a ela tenham aderido dentro do prazo de sessenta dias a contar da data da referida escritura.

3. A admissão provisória de novos associados é da competência da Direcção, sob proposta de dois Fundadores, passando a definitiva se aprovada na Assembleia Geral subsequente por maioria de três quartos do número de votos representados.

Artigo Sétimo

(Perda da qualidade de associado)

Perdem a qualidade de associado:

a) Os associados que se extinguirem;

b) Os que manifestarem essa intenção, por escrito, à Direcção;

c) Os que não realizarem integralmente as entradas iniciais ou adicionais fixadas, dentro dos prazos estabelecidos;

d) Os que forem excluídos em Assembleia Geral, por violação ou desrespeito dos fins e interesses estatutários ou promoção consciente e deliberada do descrédito da Associação, depois de especialmente convocados e ouvidos, se quiserem pronunciar-se;

Artigo Oitavo

(Jóias e prestações adicionais)

1. Os associados ficam obrigados a uma entrada inicial no valor de dez mil euros, em numerário ou espécie. Este valor poderá ser corrigido, em termos monetários, em função da inflação entretanto verificada.

2. Os associados poderão ainda ser chamados a realizar prestações adicionais, a definir pela Assembleia Geral, sob proposta da Direcção.

CAPÍTULO III

Da Gestão do Parque

Artigo Nono

(Exploração do Parque)

1. As Sociedades Gestoras promoverão a instalação e a exploração do Parque e respectivos pólos, de harmonia com os princípios consignados nestes Estatutos e com observância das regras do Regulamento do Parque e respectivos pólos e das normas de direito privado aplicáveis.

2. Incumbirá sempre às Sociedades Gestoras o mandato para desenvolver as seguintes actividades:

a) Preparar toda a documentação e praticar todos os actos necessários ao licenciamento do Parque;

b) Promover as obras de construção de infraestruturas e instalações comuns;

c) Assegurar a administração das infraestruturas e instalações comuns do Parque.

Artigo Décimo

(Utentes e exploração do Parque)

1. São Utentes do Parque as pessoas, singulares e colectivas, públicas e privadas que, independentemente de serem ou não sócios das Sociedades Gestoras, venham a instalar e a desenvolver no Parque os institutos, centros e unidades de investigação e desenvolvimento, de formação avançada de recursos humanos, de projecto ou produção industrial, de promoção da inovação tecnológica das empresas e de prestação de serviços especializados de engenharia e gestão.

2. Qualquer que seja a entidade que directamente explore o Parque, essa exploração deve subordinar-se aos seguintes princípios:

a) Cumprimentos dos fins do Parque enunciados no Artigo Terceiro Número Dois;

b) Liberdade de acesso ao Parque por parte de quaisquer possíveis Utentes;

c) Igualdade de tratamento dos Utentes e candidatos a Utentes do Parque;

d) Condicionamento dos projectos dos Utentes e dos candidatos a Utentes do Parque às finalidades que justificam a sua criação;

e) Ausência de qualquer discriminação entre os Utentes e candidatos a Utentes, nomeadamente pelo facto de pertencerem ou não à Associação;

f) Repercussão nas condições de aquisição dos direitos de superfície por parte dos Utentes, nomeadamente no que se refere ao preço, das participações relativas à aquisição de terrenos e sua infraestruturização.

3. As condições de acesso e exclusão dos Utentes, a implantação, a organização, as actividades e a gestão do Parque e seus pólos deverão realizar-se de acordo com o Regulamento aprovado pela Associação, sob proposta das Sociedades Gestoras, no respeito pelos princípios estabelecidos nos presentes Estatutos.

4. A Associação, as Sociedades Gestoras e os Utentes estarão obrigados ao cumprimento integral das disposições desse Regulamento.

CAPÍTULO IV

Regime patrimonial e financeiro

Artigo Décimo Primeiro

(Património)

1. O património inicial da Associação é constituído:

a) Pelas contribuições dos associados;

b) Pelos prédios cuja aquisição ou construção tenha sido contratada pela Associação para o Parque, por conta e ordem do Estado, nos termos dos Protocolos celebrados com a JNICT (actual Fundação para a Ciência e a Tecnologia) em dezassete de Janeiro de mil novecentos e noventa e dois e em vinte e sete de Julho de mil novecentos e noventa e dois e respectivos adicionais;

c) Pelos fundos atribuídos à Associação pela JNICT e pela actual Fundação para a Ciência e a Tecnologia, com vista à aquisição de terrenos e ao investimento em infraestruturas destinadas à implantação do Parque.

2. O património da Associação é ainda integrado pelos seguintes valores:

a) Dotações que lhe forem atribuídas pela JNICT e pela actual Fundação para a Ciência e a Tecnologia, designadamente no quadro de apoios e programas comunitários;

b) Participações e subsídios de quaisquer outras entidades públicas ou privadas;

c) Quaisquer outros rendimentos que lhe sejam atribuídos por lei, contrato ou outro título;

d) Por todos os bens móveis ou imóveis que a Associação adquirir por compra, doação, herança, legado ou por qualquer outro título;

e) Pelo produto da alienação de bens imóveis ou de direitos de superfície de que seja titular e possa alienar nos termos destes Estatutos.

f) Por quaisquer receitas que lhe caibam nos termos do Regulamento do Parque;

g) Pelas receitas provenientes de aplicações financeiras;

h) Pelo produto de subscrições públicas;

i) Por contrapartidas financeiras no âmbito de protocolos ou qualquer outro tipo de contratos com instituições nacionais ou estrangeiras.

Artigo Décimo Segundo

(Fundo Permanente de Investimento)

1. A Associação poderá ter um fundo permanente de investimento, constituído pelos rendimentos e bens que para esse fim forem em cada momento afectados pela Direcção.

2. O fundo permanente de investimento não poderá ser aplicável em despesas de funcionamento ou em programas de actividades da Associação.

Artigo Décimo Terceiro

(Regime especial de afectação do património)

1. Salvaguardadas as limitações impostas pelos presentes Estatutos ou decorrentes da lei, a Associação gere com total autonomia o seu património.

2. A Associação poderá fazer investimentos, quer em Portugal, quer no estrangeiro, negociar e contrair empréstimos, conceder garantias, bem como participar no capital de sociedades comerciais ou criar sociedade comerciais que sejam instrumento útil para a prossecução do objectivo de optimização da gestão do património.

CAPÍTULO V

Dos órgãos da Associação

Artigo Décimo Quarto

(Órgãos)

São órgãos da Associação:

a) A Assembleia Geral;

b) A Direcção;

c) O Conselho Fiscal.

Artigo Décimo Quinto

(Designação)

1. Sem prejuízo do disposto, quanto à Direcção, no Artigo Vigésimo Primeiro, os corpos sociais são eleitos em Assembleia Geral por períodos de três anos, podendo ser reeleitos:

2. O mandato dos membros dos órgãos da Associação cessa na data da tomada de posse dos seus sucessores.

Artigo Décimo Sexto

(Composição e reuniões da Assembleia Geral)

1. A Assembleia Geral é constituída por todos os associados no pleno gozo dos seus direitos.

2. Os associados podem fazer-se representar por outros associados com direito de voto, mediante apresentação de carta dirigida ao Presidente da Mesa, mas nenhum poderá representar mais que três associados.

3. A Assembleia Geral reunirá ordinariamente no primeiro trimestre de cada ano, para apreciação e aprovação dos Relatórios de Gestão, Balanço e Contas da Direcção, os quais deverão ser acompanhados pelo Parecer do Conselho Fiscal.

4. Extraordinariamente a Assembleia Geral reúne sempre que para tal for convocada pelo Presidente da Mesa a requerimento de, pelo menos, um terço dos associados, ou por iniciativa da Direcção ou do Conselho Fiscal.

5. As convocações deverão ser feitas mediante aviso postal onde se indiquem expressamente o local, dia, hora e finalidade da reunião, expedidas para todos os associados com a antecedência mínima de quinze dias.

Artigo Décimo Sétimo

(Quórum)

1. A Assembleia Geral só poderá deliberar em primeira convocação desde que esteja presente ou representada, pelos menos, metade do número total de associados.

2. A Assembleia Geral funcionará em segunda convocatória, trinta minutos depois da hora marcada, seja qual for o número dos associados presentes.

Artigo Décimo Oitavo

(Mesa)

1. A Mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente e dois Secretários, eleitos pela Assembleia.

2. Na falta do Presidente, a Assembleia Geral designará um dos associados presentes para presidir à reunião.

3. Compete ao Presidente da Mesa convocar a Assembleia Geral, presidir às reuniões e dirigir os trabalhos.

4. Compete aos Secretários coadjuvar o Presidente na orientação dos trabalhos e elaborar as actas das reuniões.

Artigo Décimo Nono

(Competência e atribuições)

Compete à Assembleia Geral:

a) Eleger e destituir a respectiva Mesa e os Titulares dos Órgãos da Associação;

b) Apreciar os Relatórios sobre a Gestão da Associação;

c) Aprovar as Contas do Exercício;

d) Votar os Orçamentos;

e) Deliberar sobre a Admissão e Exclusão de Associados;

f) Discutir e aprovar as alterações aos Estatutos.

g) Deliberar sobre a extinção da Associação;

h) Nomear uma comissão para atribuição de compensações remuneratórias a Membros de Órgãos Sociais;

i) Exercer todas as demais competências que legal ou estatutariamente lhe sejam atribuídas.

Artigo Vigésimo

(Deliberações)

1. As deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria absoluta dos votos apurados, salvo os casos exceptuados na lei ou nestes Estatutos.

2. As deliberações que tenham por conteúdo a alteração dos Estatutos só serão eficazes desde que tomadas com o voto favorável de pelo menos três quartos do número de associados presentes.

3. A deliberação sobre a dissolução da Associação deverá obter sempre o voto favorável de três quartos do número de associados.

4. Dependem do voto favorável de todos os associados presentes as deliberações de exclusão de associados, nas quais os Associados que forem objecto das deliberações não poderão votar.

Artigo Vigésimo Primeiro

(Composição)

1. A administração e representação da Associação cabe a uma Direcção composta por cinco membros, sendo um Presidente e outros vogais; o Presidente será designado em reunião de Direcção de entre os seus membros.

2. A Fundação para a Ciência e a Tecnologia terá o direito de designar um membro da Direcção, para o que deverá notificar o Presidente da Mesa da Assembleia Geral até ao momento da realização da Assembleia Eleitoral;

3. Os restantes membros da Direcção serão eleitos pelos associados, devendo ser assegurada uma representação equitativa entre o sector do ensino e investigação e o sector empresarial.

Artigo Vigésimo Segundo

(Competência)

1. Compete à Direcção, para além das outras funções que lhe incumbem nos termos legais e estatutários:

a) Representar a Associação perante quaisquer pessoas ou entidades, em juízo ou fora dele;

b) Participar nas Sociedades Gestoras dos pólos do Parque, zelando nas mesmas pelo cumprimento dos fins previstos nestes Estatutos.

2. Compete ainda à Direcção deliberar sobre a contracção de empréstimos, prestação de garantias, tomadas de participações sociais, constituição de direitos de superfície por mais de quarenta anos e alienação, ou oneração dos imóveis referidos na alínea b) do Número Um do Artigo Décimo Primeiro ou de outros imóveis que venham a ser adquiridos nos mesmos termos, bem como sobre quaisquer negócios por que a Associação se compromete a alienar ou onerar tais imóveis.

3. As deliberações previstas no número anterior só serão, porém, válidas e eficazes se tomadas com o voto favorável de todos os membros da Direcção.

Artigo Vigésimo Terceiro

(Reuniões e deliberações da Direcção da Associação)

1. A Direcção será convocada nos termos da lei aplicável, sempre que se mostrar necessário e deverá reunir, ordinariamente, pelo menos uma vez de dois em dois meses, sendo indispensável, para que possa deliberar, a presença da maioria dos seus membros.

2. Sem prejuízo do disposto no Número Três do Artigo Vigésimo Segundo, as deliberações da Direcção são tomadas por maioria de votos dos presentes, cabendo ao Presidente, além do seu voto, direito a voto de desempate.

3. Das reuniões será obrigatoriamente lavrada acta, assinada pelos membros da Direcção presentes.

4. A Direcção poderá aprovar um regulamento do seu funcionamento que nomeadamente preveja a distribuição de pelouros e competências entre os respectivos membros.

Artigo Vigésimo Quarto

(Vinculação da Associação)

1. A Associação obriga-se, em quaisquer actos ou contratos, mediante a intervenção de dois dos membros da sua Direcção.

2. A Direcção poderá nomear procuradores da Associação para a prática de certos e determinados actos e de certas categorias de actos.

Artigo Vigésimo Quinto

(Composição)

1. O Conselho Fiscal é composto por três membros, sendo um Presidente e dois Vogais; um dos dois Vogais será Revisor Oficial de Contas.

2. Os membros do Conselho Fiscal são eleitos em Assembleia Geral.

Artigo Vigésimo Sexto

(Competência e poderes)

1. Compete ao Conselho Fiscal a fiscalização da actividade da Direcção.

2. Os membros do Conselho Fiscal devem proceder, conjunta ou separadamente e em qualquer época do ano, aos actos de inspecção e verificação que tiverem por convenientes para cabal exercício das suas funções.

3. O Conselho Fiscal deverá dar parecer, até quinze de Março de cada ano, sobre o Relatório e Contas da Direcção relativos ao ano anterior.

4. O Conselho Fiscal será convocado, reunirá e deliberará nos termos da lei aplicável.

CAPÍTULO VI

Disposição transitória

Artigo Vigésimo Sétimo

(Período transitório)

Enquanto não forem constituídas as respectivas Sociedades Gestoras, competirá à Associação a gestão do Parque e dos seus pólos.

Membros efectivos e em processo de adesão da Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto (PortusPark)

Agência de Inovação, S.A.

Associação Empresarial de Portugal

Associação Industrial do Minho

Associação de Municípios do Vale do Ave

BCP-Millennium BCP

Câmara Municipal de Bragança

Câmara Municipal de Guimarães

Câmara Municipal da Maia

Câmara Municipal de Santo Tirso

Câmara Municipal de Vila Real

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

Edinfor-Sistemas Informáticos, S.A.

Europarque, Centro Económico e Cultural

Fábrica de Vidros Barbosa & Almeida, S.A.

Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Instituto Politécnico de Bragança

Instituto Politécnico do Porto

Instituto de Apoio às PME's e Inovação

Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores

PT Comunicações, S.A.

Quintas & Quintas, S.A.

RAR -Sociedade de Controle (Holding), S.A.

Sogrape -Vinhos de Portugal, S.A.

Universidade de Aveiro

Universidade Católica Portuguesa

Universidade do Minho

Universidade do Porto

Universidade de Trás-os-Montes e Alto-Douro

Vicaima Madeiras, S.A.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade dos membros presentes, aprovar a proposta de Estatutos e deles dar conhecimento à Assembleia Municipal.

Mais foi deliberado, por unanimidade dos membros presentes, aprovar a adesão deste Município à referida Associação, bem como solicitar à Assembleia Municipal nos termos da alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º e para efeitos da alínea m) do n.º 2 do art.º 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, autorização para a integração deste Município na Associação.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 19 de Janeiro de 2009.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

..... **Presidente da Mesa** – Senhor Presidente da Câmara pergunto-lhe se não acha necessário fazer qualquer apresentação.

..... Considera que chegam os elementos que constam nas certidões.

..... Inscrições para pedidos de esclarecimentos?

..... Não há inscrições para pedidos de esclarecimentos.

..... Inscrições para intervenções?

..... Não havendo inscrições para intervenções vamos por à votação. O que é solicitado à Assembleia e que é, autorização para integração deste Município na Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto.

..... **Não tendo havido discussão foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com dois votos contra, onze abstenções e sessenta e sete votos a favor, estando momentaneamente oitenta membros presentes**.....

..... **Declarações de voto?**

..... Senhor membro da Assembleia, José Castro, faça o favor.

..... **José Castro** - Senhor Presidente, simplesmente para que fique registado que esta corresponde àquela troca e baldroca daquela reunião extraordinária que fizemos em Setembro quando se criou o Régia Parque de Vila Real, com participação de Bragança e do EcoParK do Brigantia... ..

.....**Presidente da Mesa** – Eu peço silêncio. Só um minuto senhor José Castro, só um segundo. Peço silêncio porque estão-me a pedir que registre umas trocas e baldrocas, e eu preciso de perceber que trocas e baldrocas é que tenho que registar. Deixem-me ouvir, por favor e ouçam, por favor.....

..... Faça o favor de continuar.....

..... **José Castro** – Segundo depreende estas são as trocas e baldrocas que se fazem entre os diversos Parques, o RégiaParK de Vila real, o Ecopark Brigantia e mais o PortusPark, há uma ????? deste processo e que a gente discutiu aqui, longamente, na sessão extraordinária que tivemos em Setembro.

.....O que eu pedia era que ficasse registado que as nossas posições relativamente a esta matéria ficaram nessa altura bem explicitas e portanto são exactamente as mesmas, escusamos de estar aqui a repeti-las.....

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado. Agora percebi completamente.....

..... Terminadas as declarações de voto sobre esta matéria, o próximo ponto diz respeito a um Convénio de Geminação do Município de Bragança com o de Bragança do Pará, no Brasil, e é solicitado autorização à Assembleia Municipal para esse fim.....

PONTO 4.2.5 – CONVÉNIO DE GEMINAÇÃO COM O MUNICÍPIO DE BRAGANÇA DO PARÁ – BRASIL.....

..... Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.....

CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e seis do mês de Janeiro do ano de dois mil e nove, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Vice-Presidente, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, que presidiu, em virtude

do Sr., Presidente se encontrar de férias; e Vereadores, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristovão, Dr.ª Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dr.ª Isabel Maria Lopes, Prof. António José Cepeda e Dr.ª Maria Idalina Alves de Brito, se encontra uma deliberação, do seguinte teor:

“CONVÉNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUO - GEMINAÇÃO COM O MUNICÍPIO BRAGANÇA DO PARÁ – BRASIL.

Pelo Sr. Presidente foi presente o seguinte convénio:

“1-PREÂMBULO

A cooperação entre cidades caracteriza-se por um empenho especial por parte das instituições e dos cidadãos, no sentido de conferir um impulso importante ao desenvolvimento e promoção da cidadania em cada uma das cidades envolvidas na cooperação.

O presente Convénio de Cooperação Mútua, tem como objectivo fundamental o intercâmbio de experiências, alargando os conhecimentos ao funcionamento das instituições, à economia local, aos serviços locais, à saúde, à educação, às condições de vida, ao respeito e à consideração mútuos, bem como ao reforço da identidade e da história que aproxima as nossas cidades e os vários países que juntos fizeram história durante séculos.

A cooperação tem subjacente o papel crescente das cidades no plano da economia e da cidadania, como espaços urbanos onde tendem a concentrar-se a população e as actividades económicas. Tem subjacente a necessidade de as cidades se fortalecerem em termos de competitividade global, aprendizagem, que melhor as habilite à resolução dos desafios presentes e futuros.

BRAGANÇA – As suas origens perdem-se na escala do tempo. O seu vasto património histórico arqueológico é testemunho da significativa presença humana, vários séculos antes de Cristo.

A tradição atribui a fundação da Cidade a um lendário rei Brigos, em 1906 a. C., daí lhe advindo o primitivo nome de Brigância. Mais tarde, foi dominada e reedificada pelos romanos, no tempo do imperador Augusto César que lhe terá dado o nome de Juliobriga.

No final do séc. X e início do séc. XI, emerge nas terras de Bragança, uma significativa autonomia de organização civil e religiosa, à qual são referenciados o Conde Pelágio de Bragança e, mais tarde, D. Mendo Alam, casado com uma princesa da Arménia.

Durante os Séc. XI e XIII, a poderosa família dos Braganços adquiriu relevância sócio-política. Foi um dos esteios da ascensão política de D. Afonso Henriques e da consolidação do Reino de Portugal.

Destruída na altura da guerra com os mouros, foi mandada reconstruir em 1130 por D. Fernando Mendes, cunhado de D. Afonso Henriques, no lugar de Benquerença, tendo adoptado este nome. Esta nova povoação travou novas lutas com os árabes que a destruíram. D. Sancho I repovoou-a e concedeu-lhe o primeiro foral, e título de Vila em 1187. Em 1199, em lutas com o rei de Leão, o monarca português restituiu-lhe o nome de Bragança.

Cidade fronteiriça, D. Dinis mandou fortificá-la, cercando-a de uma muralha e erigindo um poderoso castelo que, em 1390, D. João I mandou ampliar.

Em 20 de Fevereiro de 1464, pelo rei D. Afonso V, foi concedido à Vila de Bragança, o título de Cidade, a pedido de D. Fernando, 2.º Duque de Bragança, considerado um dos mais poderosos do reinado de D. Afonso V.

A cidadela dotada de um sistema defensivo de muralhas encerra autênticos tesouros arquitectónicos a Domus Municipalis, a Torre de Menagem, o Pelourinho e a Igreja de Santa Maria.

Pólo fronteiriço, agregador de um vasto território de grande importância na protecção política do reino, os Senhores de Bragança ganharam posição na diplomacia e nos negócios do reino. À Casa de Bragança foram criadas condições de poder territorial e patrimonial, não alienável nem divisível de forma a garantir a criação de uma família forte que, em qualquer momento, pudesse substituir a família real, o que veio a acontecer no ano de 1640, iniciando-se a 4ª Dinastia-Dinastia de Bragança, que reinou em Portugal até à implantação da República e que levou o nome de Bragança a longínquas paragens.

Nos séculos XVII e XVIII, Bragança, apesar de sujeita a frequentes e extensos períodos de guerra, devastações, fome e peste, cresceu, transformando-se, de forma destacada, no maior centro populacional, comercial e industrial de Trás-os-Montes e um dos mais destacados do interior de Portugal. Esta cidade sofreu com a expulsão dos Jesuítas, com a perseguição dos homens de negócios sob o pretexto do judaísmo.

Na segunda metade do séc. XIX, muitas famílias emigraram, inicialmente para o Brasil, acentuando-se o fluxo migratório com a chegada do comboio no ano de 1906 e, mais tarde, na década de sessenta, para França e Alemanha.

Com a adesão de Portugal à Comunidade Europeia, Bragança readquiriu centralidade, venceu os efeitos do isolamento imposto pela fronteira, ergue-se em termos urbanísticos, sociais e económicos.

Na transição do século XX para o século XXI, Bragança escreveu novas e importantes páginas da sua história, e pretende, no actual contexto, cimentar a cooperação entre povos com vivências e interesses comuns, reforçando a sua rede internacional de cooperação e competitividade.

Bragança, Município com 1173,3 Km² de superfície, 49 freguesias, e cerca 40.000 habitantes, é capital de distrito, com doze municípios, com área de 6.608 Km² e 148.808 habitantes. É sede de diocese com a mesma representação territorial.

BRAGANÇA - PARÁ

Bragança do Pará é um Município Brasileiro do Estado do Pará, localizado a 210 quilómetros de Belém, capital do Pará.

Com uma área de 2.090,234 Km² tem uma densidade populacional de 49,6 hab/Km² e uma população estimada em 2006, de 103 751 habitantes. É sede da Diocese de Bragança, que engloba uma extensa área territorial de 69 084,8 Km², vinte Municípios e 685 448 habitantes.

Faz fronteira a Norte com o Oceano Atlântico, ao Sul com o Município de Santa Luzia do Pará, a Leste com o Municípios de Augusto Corrêa e Vizeu e a Oeste com Tracuateua. Bragança do Pará está localizada na margem esquerda do rio Caeté, razão pela qual é chamada de “Pérola do Caeté”. É uma das cidades mais antigas do Estado, com quase 380 anos de história. Já foi chamada de Vila Ceuta e, em 1753, quando ainda era freguesia, chamou-se de Nossa Senhora do Rosário, e em seguida foi baptizada como Vila Nossa Senhora do Rosário de Bragança.

A região, inicialmente habitada pelos índios apotiungas da nação dos tupinambás, recebeu o seu primeiro visitante em 1613, com a entrada dos franceses da expedição de Lavardiere no Amazonas. O Município bragantino entre Tury-açu e Caeté, pertencia à capitania do Gurupi, doada por Filipe II, de Espanha, em 1622, a Gaspar de Souza, Governador-geral do Brasil.

Em 1634, Álvaro de Souza, filho do Governador-geral, fundou na margem direita do rio Caeté o que seria o primeiro povoado de Bragança. Contudo, devido às dificuldades de comunicação com Belém, o núcleo habitacional foi transferido para o lado esquerdo do rio, onde, está localizada a sede municipal de Bragança.

Em 1753, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador do Grão Pará, decidiu transferi-la para o local onde hoje se encontra a sede do Município, dando à vila criada o nome

de Bragança. Fundada assim em 1753, como vila, Bragança passou à condição de cidade a 2 de Outubro de 1854, através da Lei Provincial número 252, por Decreto do então Presidente da Província, tenente-coronel Sebastião de Rego Barros.

Pelas ruas da cidade é possível conhecer um pouco da sua história, marcada pela colonização portuguesa e retratada nos prédios históricos do município. Um dos mais importantes é o da igreja de S. Benedito, do séc. XVIII, construído provavelmente entre os anos de 1750 e 1760, de estilo barroco e herança jesuíta e indígena.

A catedral de Nossa Senhora do Rosário, que começou a ser construída na segunda metade do séc. XIX, a partir do ano de 1854. O Instituto de Santa Teresinha, construído na década de 1940, a partir de um projecto arquitectónico italiano, com profundas influências do estilo neoclássico. Além de funcionar como uma das mais tradicionais escolas de Ensino Fundamental, Médio e Educação Infantil de Bragança, é uma das residências das Irmãs Missionárias de Santa Teresinha. Outro mais recente, é o edifício da Prefeitura Municipal denominado Palacete Augusto Corrêa, um prédio em alvenaria, cuja escadaria principal é em madeira de acapú, localizado à frente da Praça António Pereira. Podemos encontrar ainda outros edifícios, como o Palácio Episcopal da Diocese de Bragança, a Casa da Cultura, o Hospital Santo António Maria Zacaria, a Casa dos Medeiros, a Escola Mâncio Ribeiro entre outros.

A riqueza cultural desta cidade é um forte atractivo para os turistas. Católicos por tradição, realizam ao longo dos anos as suas festas religiosas sendo a mais forte expressão cultural e religiosa de Bragança do Pará a Festividade de S. Benedito, tradição bicentenária realizada anualmente entre os dias 18 e 26 de Dezembro. Esta foi introduzida pelos escravos em 1798, sendo também conhecida como festa da Marujada.

Não menos importante que a sua história e a sua cultura, a beleza natural é outro elemento forte deste Município. A salientar a Ilha do Canela, um santuário ecológico que possui o maior ninhal de guarás do mundo, a praia de arujuteua, localizada na ilha com o mesmo nome, os rios, igarapés entre outros.

Para que no futuro um caminho de progresso, fraternidade e cooperação entre ambas as cidades possa alargar-se, a fim de nele englobar todas as inteligências, energias e vontades orientadas ao bem comum, de modo a tornar melhor o amanhã dos nossos jovens, propõe-se às respectivas entidades de Bragança – Portugal e Bragança do Pará - Brasil, pôr em

prática o presente Convénio de Cooperação Mútuo, que, num abraço fraterno, irmanará as duas cidades e os seus cidadãos.

2. JURAMENTO DE COOPERAÇÃO

De acordo com as deliberações tomadas pela Câmara Municipal de Bragança a 26 de Janeiro de 2009 e pela Assembleia Municipal a ___ de Fevereiro de 2009 e pelo Prefeito de Bragança do Pará, o Presidente da Câmara Municipal de Bragança, Eng.º António Jorge Nunes e o Prefeito de Bragança do Pará, Eng.º Técnico Agrónomo Edson Oliveira, conscientes das suas responsabilidades sociais e políticas, para que no futuro um caminho de progresso, fraternidade e cooperação entre ambas as cidades possa alargar-se, a fim de nele englobar todas as competências, energias e vontades orientadas para o bem comum, de modo a tornar melhor o amanhã dos jovens, comprometem-se a pôr em prática o presente Convénio de Cooperação Mútuo.

ARTIGO PRIMEIRO

A Câmara Municipal de Bragança - Portugal e a Prefeitura de Bragança do Pará – Brasil, comprometem-se a promover, entre as duas cidades, acções que fomentem o intercâmbio de toda a informação e cooperação nos Planos Cultural, Científico, Social e Económico e muito especialmente das publicações de qualquer género que em cada uma delas se efectuem.

ARTIGO SEGUNDO

Para fomentar a convivência entre os cidadãos e instituições de ambos os municípios, de comum acordo celebrar-se-á o anualmente, um dos dias festivos de cada uma das cidades, o dia da cooperação mútua, celebração que terá um carácter eminente e principalmente popular, sem prejuízo dos correspondentes actos protocolares e institucionais.

A Câmara Municipal de Bragança e a Prefeitura de Bragança do Pará, comprometem-se a realizar as actividades necessárias para promover ao máximo nível possível, nos meses dos seus aniversários institucionais, os princípios e objectivos do presente Convénio de Cooperação Mútuo, momentos em que serão hasteadas as bandeiras de ambos os municípios, que durante o ano serão mantidas hasteadas em local nobre do município.

ARTIGO TERCEIRO

Para concretizar os intercâmbios de âmbito cultural e científico, ambos os Municípios se empenharão no envolvimento das suas instituições designadamente de Ensino

Superior, o Instituto Politécnico de Bragança, com as suas quatro Escolas Superiores e o Centro de Estudos Luso Amazónicos da Universidade do Estado do Pará; promovendo oportunidades na Comunidade Lusófona.

ARTIGO QUARTO

Nos Municípios, através dos seus órgãos executivos, será promovido o conhecimento da vida das duas comunidades e das suas instituições envolvendo em particular os jovens, precursores da cultura e da identidade que desde há séculos universalmente une uma grande comunidade que se expressa na língua portuguesa.

ARTIGO QUINTO

O presente Convénio de Cooperação Mútuo entrará em vigor após a sua assinatura solene em ambas as cidades, tendo duração indefinida e só ocorrerá a sua rescisão, por denúncia do Município interessado, após decisão tomada pelo órgão competente.

ARTIGO SEXTO

Os acordos que venham a ser subscritos como consequência do presente Convénio de Cooperação, e que envolvam Instituições dos dois Municípios deverão contar com a colaboração destes, na medida do seu enquadramento no presente documento e desde que satisfaçam os requisitos legais da tomada de decisão”.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade dos membros presentes, aprovar a Carta de Geminação entre as duas Cidades.

Mais foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, solicitar a competente autorização à Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º e para os efeitos da alínea d) do n.º 4 do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 26 de Janeiro de 2009.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

..... **Presidente da Mesa** – O Senhor Presidente da Câmara quer fazer alguma apresentação desta matéria?

.....

..... **Presidente da Mesa** – Se for necessário responder a pedidos de esclarecimento.....

..... Inscrições para pedidos de esclarecimento?

..... Senhor membro da Assembleia, Luís Costa, faça o favor.

..... Deixem-me só fazer aqui uma interrupção em benefício da rapidez dos trabalhos. Como o ponto seguinte também é um convénio de geminação com outro Município de São Tomé, eu sugeria, com autorização da Câmara, naturalmente, que os pedidos de esclarecimentos se reportassem aos dois convénios, para os votarmos, as intervenções se reportassem aos dois convénios, e a votação obviamente faremos em separado. Estamos de acordo, para sermos mais rápidos.

..... Se quiser, já, e abranger também o convénio de geminação com o Município de Água Grande de São Tomé, agradeço.

PONTO 4.2.6 – CONVÉNIO DE GEMINAÇÃO COM O MUNICÍPIO DE ÁGUA GRANDE – S. TOMÉ E PRÍNCIPE.....

..... Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e seis do mês de Janeiro do ano de dois mil e nove, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Vice-Presidente, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, que presidiu, em virtude do Sr., Presidente se encontrar de férias; e Vereadores, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristovão, Dr.ª Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dr.ª Isabel Maria Lopes, Prof. António José Cepeda e Dr.ª Maria Idalina Alves de Brito, se encontra uma deliberação, do seguinte teor:

“GEMINAÇÃO COM O MUNICÍPIO ÁGUA GRANDE - S. TOMÉ E PRÍNCIPE - CONVÉNIO DE GEMINAÇÃO

1- PREÂMBULO

Os responsáveis institucionais do Município de Bragança, em Portugal, e do Distrito de Água Grande, em São Tomé e Príncipe, assinaram, no dia 17 de Novembro 2008, em Estrasburgo, uma Declaração de Intenções – Geminação para o Desenvolvimento,

respondendo de forma positiva, a um convite que o Comissário Europeu responsável pelo Desenvolvimento e Ajuda Humanitária, Louis Michel, dirigiu às autoridades locais e regionais com vista ao reforço das relações Norte-Sul, no âmbito das Jornadas Europeias do Desenvolvimento, que tiveram como objectivo a dinamização do relacionamento e da cooperação descentralizada.

O Município de Bragança e o Distrito de Água Grande, pretendem, desta forma, trabalhar em conjunto, no sentido de reforçar a cooperação Norte/Sul, reforçando a troca de experiências e a constituição de parcerias para o desenvolvimento a longo prazo, no espírito da Carta da EU para as autoridades locais, alcançando os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, cumprindo um dos compromissos firmados em 2000 durante a Cúpula do Millennium, na qual os líderes mundiais acordaram em tornar a luta contra a pobreza uma prioridade nos países em desenvolvimento.

BRAGANÇA – As suas origens perdem-se na escala do tempo. O seu vasto património histórico arqueológico é testemunho da significativa presença humana, vários séculos antes de Cristo.

A tradição atribui a fundação da Cidade a um lendário rei Brigos, em 1906 a. C., daí lhe advindo o primitivo nome de Brigância. Mais tarde, foi dominada e reedificada pelos romanos, no tempo do imperador Augusto César que lhe terá dado o nome de Juliobriga.

No final do séc. X e início do séc. XI, emerge nas terras de Bragança, uma significativa autonomia de organização civil e religiosa, à qual são referenciados o Conde Pelágio de Bragança e, mais tarde, D. Mendo Alam, casado com uma princesa da Arménia.

Durante os Séc. XI e XIII, a poderosa família dos Bragançons adquiriu relevância sócio-política. Foi um dos esteios da ascensão política de D. Afonso Henriques e da consolidação do Reino de Portugal.

Destruída na altura da guerra com os mouros, foi mandada reconstruir em 1130 por D. Fernando Mendes, cunhado de D. Afonso Henriques, no lugar de Benquerença, tendo adoptado este nome. Esta nova povoação travou novas lutas com os árabes que a destruíram. D. Sancho I repovoou-a e concedeu-lhe o primeiro foral, e título de Vila em 1187. Em 1199, em lutas com o rei de Leão, o monarca português restituiu-lhe o nome de Bragança.

Cidade fronteiriça, D. Dinis mandou fortificá-la, cercado-a de uma muralha e erigindo um poderoso castelo que, em 1390, D. João I mandou ampliar.

Em 20 de Fevereiro de 1464, pelo rei D. Afonso V, foi concedido à Vila de Bragança, o título de Cidade, a pedido de D. Fernando, 2.º Duque de Bragança, considerado um dos mais poderosos do reinado de D. Afonso V.

A cidadela dotada de um sistema defensivo de muralhas encerra autênticos tesouros arquitectónicos a Domus Municipalis, a Torre de Menagem, o Pelourinho e a Igreja de Santa Maria.

Pólo fronteiriço, agregador de um vasto território de grande importância na protecção política do reino, os Senhores de Bragança ganharam posição na diplomacia e nos negócios do reino. À Casa de Bragança foram criadas condições de poder territorial e patrimonial, não alienável nem divisível de forma a garantir a criação de uma família forte que, em qualquer momento, pudesse substituir a família real, o que veio a acontecer no ano de 1640, iniciando-se a 4ª Dinastia-Dinastia de Bragança, que reinou em Portugal até à implantação da República e que levou o nome de Bragança a longínquas paragens.

Nos séculos XVII e XVIII, Bragança, apesar de sujeita a frequentes e extensos períodos de guerra, devastações, fome e peste, cresceu, transformando-se, de forma destacada, no maior centro populacional, comercial e industrial de Trás-os-Montes e um dos mais destacados do interior de Portugal. Esta martirizada cidade sofreu com a expulsão dos Jesuítas, com a perseguição dos homens de negócios sob o pretexto do judaísmo.

Na segunda metade do séc. XIX, muitas famílias emigraram, inicialmente para o Brasil, acentuando-se o fluxo migratório com a chegada do comboio no ano de 1906 e, mais tarde, na década de sessenta, para França e Alemanha.

Com a adesão de Portugal à Comunidade Europeia, Bragança readquiriu centralidade, venceu os efeitos do isolamento imposto pela fronteira, cresceu, reergue-se em termos urbanísticos, sociais e económicos.

Na transição do século XX para o século XXI, Bragança escreveu novas e importantes páginas da sua história, e pretende, no actual contexto, cimentar a cooperação entre povos com vivências e interesses comuns, reforçando a sua rede internacional de cooperação e competitividade.

Bragança Município com 1173,3 Km² de superfície, 49 freguesias, e cerca 40.000 habitantes, é capital de distrito, com doze municípios, com área de 6.608 Km² e 148.808 habitantes. É sede de diocese com a mesma representação territorial.

DISTRITO DE ÁGUA GRANDE – É um dos sete Distritos em que se divide o Estado Insular de São Tomé e Príncipe localizado no Golfo da Guiné, composto por duas ilhas principais (São Tomé e Príncipe) e vários ilhéus menores, num total de 964 km², com cerca de 160 mil habitantes.

As ilhas de São Tomé e Príncipe estiveram supostamente (tese maioritária) desabitadas até 1470, quando os navegadores portugueses João de Santarém e Pedro Escobar, as descobriram. Foi uma colónia de Portugal, desde o Séc. XV até à sua independência em 1975. É um dos membros da Comunidades dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

A cana-de-açúcar foi introduzida nas ilhas, no século XV, mas a concorrência brasileira e as constantes rebeliões locais levaram a cultura agrícola ao declínio no século XVI. Assim sendo, a decadência açucareira tornou as ilhas entrepostos de escravos. A agricultura só foi estimulada no arquipélago no século XIX, com o cultivo de cacau e café.

Em 1960, surge um grupo nacionalista opositor ao domínio português. Em 1972, o grupo dá origem ao Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP). Assim, em 1975, após cerca de 500 anos de controlo de Portugal, o arquipélago é descolonizado.

Dez anos após a independência, inicia-se a abertura da economia do país. Em 1990 foi adoptada uma nova Constituição que instituiu o pluripartidarismo.

A grande maioria do povo são-tomense fala português (95%), mas também fala três crioulos de base portuguesa diferentes. A população urbana representa cerca de 40% da população do país, (a cidade de São Tomé, com cerca de 51 mil habitantes, é o único centro urbano do país).

São Tomé e Príncipe tem apostado no turismo para o seu desenvolvimento, mas a recente descoberta de jazidas de petróleo nas suas águas abriu novas perspectivas para o futuro. A actividade pesqueira continua a ser uma das principais actividades económicas do país. O país continua também a manter estreitas relações bilaterais com Portugal.

São Tomé, capital do Estado de São Tomé e Príncipe, é cidade há mais de quatro séculos. Cruzada pelo Equador, foi porto de escala obrigatória do comércio das Índias. Possuidora de muito, diversificado e bem conservado espólio arquitectónico, do tempo colonial mantém o traço antigo principalmente na marginal que abraça a Baía de Ana Chaves. A cidade tem uma população estimada em 133.600 habitantes (2004) numa área de 859 km².

O Distrito de Água Grande tem uma área de 17 Km² é a menor das 7 províncias de São Tomé e Príncipe, mas aquela que tem maior densidade populacional, 3.194 hab/Km², resultado dos cerca de 54.300 habitantes, conferindo-lhe cerca de 38% da população do país.

A sede e capital do Distrito de Água Grande é São Tomé sendo, também, a capital nacional.

Como principal núcleo urbano do país, forte concentração de população e sede do poder político nacional, apresentam-se-lhe importantes desafios, na área da requalificação e ordenamento urbano, de infra-estruturas de saneamento básico, de integração social.

As autoridades locais do Distrito de Água Grande pretendem estreitar a rede de cooperação com outras autoridades locais, de modo a assegurar mais oportunidade para os seus povos.

2. JURAMENTO DE GEMINAÇÃO

Tendo como base, a “Declaração de Intenções / Geminação para o Desenvolvimento”, Assinada em Estrasburgo, a 17 de Novembro de 2008, e as deliberações tomadas pela Câmara Municipal de Bragança a 26 de Janeiro de 2009 e pela Assembleia Municipal a ___ de Fevereiro de 2009 e pelo Presidente da Câmara Distrital de Água Grande, o Presidente da Câmara Municipal de Bragança, Eng.º António Jorge Nunes e o Presidente da Câmara Distrital de Água Grande, Eng.º João Viegas da Costa Cravid, conscientes das suas responsabilidades sociais e políticas, para que no futuro um caminho de progresso, fraternidade e cooperação entre ambas os Municípios possa alargar-se, assegurando através do desenvolvimento local, os princípios para a cooperação e desenvolvimento Norte-Sul, englobando as competências, energias e vontades orientadas para o bem comum, comprometem-se a pôr em prática o presente Convénio de Geminação.

ARTIGO PRIMEIRO

A Câmara Municipal de Bragança em Portugal e a Câmara Distrital de Água Grande em São Tomé e Príncipe, comprometem-se a dar o necessário apoio institucional tendo em vista fortalecer a cooperação existente nas áreas das Ciências Agrárias, entre a Escola Superior Agrária de Bragança (ESAB), do Instituto Politécnico de Bragança (IPB) e o Instituto Politécnico de S. Tomé e Príncipe (ISPSTP).

ARTIGO SEGUNDO

Os dois signatários deste Convénio de Geminação, comprometem-se ainda, a cooperar na área do Planeamento Urbanístico e Informação Geográfica Municipal, através da troca de

experiências nas áreas da gestão, ambiente e planeamento, assegurando o Município de Bragança os necessários estágios e respectivas despesas, a quadros superiores do Município da Câmara Distrital de Água Grande.

ARTIGO TERCEIRO

Para fomentar a convivência entre os cidadãos e instituições de ambos os Municípios, de comum acordo, celebrar-se-á anualmente, um dos dias festivos de cada um dos Municípios, o dia da cooperação mútua, celebração que terá um carácter eminente e principalmente popular, sem prejuízo dos correspondentes actos protocolares e institucionais, momentos em que serão hasteadas as bandeiras de ambos os municípios, que durante o ano serão mantidas hasteadas em local nobre do município.

ARTIGO QUARTO

A Câmara Municipal de Bragança e a Câmara Distrital de Água Grande, comprometem-se a diligenciar no sentido de obter Ajudas e Financiamentos previstos no Acordo de Lomé, entre a União Europeia e os Países ACP, no sentido de, por esta via aumentar, as ajudas ao desenvolvimento das infra-estruturas no Município de Água Grande, dando expressão à cooperação Norte-Sul.

ARTIGO QUINTO

Nos Municípios, através dos seus órgãos executivos, será promovido o conhecimento da vida das duas comunidades e das suas instituições envolvendo em particular os jovens, precursores da cultura e da identidade que desde há séculos universalmente une uma grande comunidade que tem na língua Portuguesa, a sua união passada, presente e futura.

ARTIGO SEXTO

O presente Convénio de Cooperação Mútuo entrará em vigor após a sua assinatura solene em ambas as cidades, tendo duração indefinida e só ocorrerá a sua rescisão, por denúncia do município interessado, após decisão tomada pelo órgão competente.

ARTIGO SÉTIMO

Os acordos que venham a ser subscritos como consequência do presente Convénio de Cooperação, e que envolvam Instituições dos dois Municípios deverão contar com a colaboração destes, na medida do seu enquadramento no presente documento e desde que satisfaçam os requisitos legais da tomada de decisão.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade dos membros presentes, aprovar a Carta de Geminação entre as duas Cidades.

Mais foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, solicitar a competente autorização à Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º e para os efeitos da alínea d) do n.º 4 do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 26 de Janeiro de 2009.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

..... **Luís Costa** – A questão que nós costumamos aqui pôr quando são destes... já aqui votámos destes convénios, o que é que isso, na prática, trará de benefício ou de prejuízo para a nossa região, porque de facto são dois convénios de geminação, o que difere é, de facto, a língua, brasileiro e português, de maneira que era mais essa questão, que fundamentasse o que é que isso nos trará de bom.

..... **Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

..... Senhor membro da Assembleia Luís Pires, tem a palavra

..... Noto que o convénio com São Tomé o motivou. Faça o favor.

..... **Luís Pires** – Mais uma vez boa tarde. Eu tinha dito a laia de brincadeira, na Comissão permanente, que só votávamos favoravelmente se houvesse um lugarzinho para uma deslocação, mas pronto.

..... Um pouco mais a sério, agora, Senhor Presidente, nós temos aqui duas propostas de geminação, temos algumas que já foram feitas e aquilo que eu lhe perguntava claramente é se tem existido alguma monitorização que permita claramente saber quais são os benefícios deste tipo de convénios feitos com outras cidades de outras capitais, e se há alguma que se saliente de forma claramente positiva, para lá daquele intercâmbio cultural que todos sabemos que existe inerente a este tipo de acordos. Era só.

..... **Presidente da Mesa** – Muito obrigado.

..... Senhor Presidente da Câmara, aproveitando a sua preferência e disponibilidade para responder a pedidos de esclarecimentos, tem a palavra, se faz favor.

..... **Presidente da Câmara** – Muito obrigado Senhor Presidente.

.....Vou começar talvez pelo fim. Evidentemente que os Senhores Deputados sabem que temos no Plano de Geminações temos geminações mais activas, mais próximas e temos outras geminações menos activas, e também é sabido que as geminações têm que ter um princípio de realização.

..... Ninguém questiona que a geminação com Zamora não tenha efeitos activos muito significativos. O Centro de Arte Contemporânea foi construído tendo por base uma candidatura conjunta entre os dois Municípios e a sensibilização e a captação de recurso financeiros comunitários para garantir a construção do Centro de Arte Contemporânea de Bragança e o Museu Baltazar Lobo em Zamora, teve como um dos fundamentos fundamentais de suporte a cooperação e a geminação. Processo no qual a Fundação Rei Afonso Henriques foi parceira, foi uma parceira institucional mas sem ter que aplicar recursos financeiros no projecto, esse é um exemplo, mas podia citar vários outros exemplos.

.....Eu não questiono a geminação que existe com Pavillons-Sous-Bois, por exemplo. Tem lá uma comunidade portuguesa, importante, foi feita, foi deliberada pela Assembleia Municipal e bem, do meu ponto de vista. Ou seja, temos uma geminação feita com León, uma cidade próxima, uma cidade muito competitiva, muito forte, na área universitária, na área económica, na área cultural, portanto nós temos a ganhar em estar associados com uma cidade dessas que é a cidade, tal como Zamora, mais próxima aqui da cintura de Bragança. E as cidades, hoje, a tendência das populações, é sabido, é concentrarem-se, a nível mundial, nas cidades. Concentra-se a população, concentra-se a economia, o que quer dizer que as cidades têm que contar com uma rede própria, no meu ponto de vista, de cooperação para ganharem em termos de conhecimento e de capacidade competitiva, a todos os níveis, incluindo na economia, é minha a leitura, as cidades precisam de ter uma rede de cooperação e competitividade estruturada, não podem estar isoladas no mundo.

.....E além disso as geminações com o Brasil ninguém pode esperar com as geminações com o Brasil grande actividade ao nível da economia, pode-se esperar alguma actividade a nível cultural, a nível do intercâmbio na dimensão da Lusofonia. O País não pode, se não houvesse uma perspectiva de parceria e de valorização da actividade dos povos que utilizam a língua portuguesa na forma como se contactam entre si próprias e com outros povos, pois isso não nos diria nada certamente, uma geminação com Bragança Paulista e Bragança do Pará. No entanto são duas cidades homónimas. Não podemos esperar, de facto, um tipo de parceria de

geminção em termos de actividades, como com Zamora ou com a cidade de León, ou até mesmo com Pavillon-Sous-Bois, mas se nós não tivéssemos essa presente na constituição desta rede, as questões relacionadas com a identidade e com a cultura comum, eu diria assim: os países de lusofonia a CPLP existiria para quê? Nem sequer sentido faria que existisse. E isso era um erro de estratégia do País. Todos têm que contribuir, do meu ponto de vista, e pode dizer assim - é errado por parte do Município - do meu ponto de vista não é. Há uma história que nos une, há uma identidade extremamente forte, há uma cultura que tem que ser valorizada no processo da competitividade à escala global.

..... Com S.Tomé e Príncipe o princípio é o mesmo. Com S.Tomé e Príncipe o processo de geminação tem subjacente a este processo de escolha e adicionava-lhe aquele que já tinha falado aos senhores deputados, que foi o seguinte: a União Europeia fez um convite nas Jornadas Europeias para o Desenvolvimento, através do Comissário Europeu para o desenvolvimento e ajuda humanitária, convidando os Municípios dos Estados Europeus a cooperarem com Municípios de outros Estados menos desenvolvidos, no plano da política da estratégia de cooperação Norte/Sul, ou seja, os países mais ricos conseguirem cooperar de forma efectiva com os países mais pobres, para combater a pobreza, indo ao encontro de desígnios que a Comunidade Europeia assumiu.

..... O Município de Bragança decidiu aceitar esse desafio. Estivemos em Estrasburgo em dezassete de Novembro, onde se assinou, nessas Jornadas, uma carta de intenção de convénio de cooperação mútua.

..... E o que é que nós achamos que é importante? Alguma ajuda que nós podemos disponibilizar ao Estado de S. Tomé e Príncipe através do Distrito de Água Grande, que é o Distrito da capital, o que é que isso pode pesar no Orçamento do Município de Bragança? Pesa muito pouco ou quase nada. Eu vou citar dois exemplos. Eu acho que também temos essa obrigação.

..... Quem mais envolvido está tem a possibilidade de dar uma mão a quem está menos desenvolvido neste quadro de cooperação. E nós temos obrigações adicionais para com os países da Lusofonia, do meu ponto de vista, não devemos olhar para o lado e daí que nessas Jornadas, por exemplo, Londres estivesse a fazer um processo idêntico ao que nós fizemos com a ANOE, por exemplo, para a instalação do Metro nessa cidade.

.....S. Tomé tem problemas de saneamento básico, totais, um dos pedidos feitos pelo Presidente da Câmara do distrito de Água Grande foi que gostava de ter a cidade capital do País, limpa. Essa obrigação é da Câmara, está lá o Governo. Por exemplo, pediu-nos uma Varredora mecânica que nós temos, que não utilizamos, de vez em quando sai do Parque de Máquinas para ir fazer uma serviço absolutamente secundário, que qualquer outro equipamento pode fazer porque concessionámos o serviço de limpeza. Estamos a equipar devidamente esse equipamento, vamos enviá-lo, vamos dar formação a um ou dois trabalhadores desse Município, vamos ajudar nessa tarefa, é a tarefa prioritária. Um outro projecto em que estamos a colaborar, a Comunidade Europeia tem fundos próprios para a cooperação de Norte/Sul, nós nunca fomos porque também não estávamos envolvidos na cooperação Norte/Sul e para estarmos envolvidos nesta cooperação é preciso que existam acordos efectivamente escritos, concretizados.

.....Estamos a organizar uma candidatura sob a responsabilidade financeira da Câmara Municipal através duma empresa, tendo em vista um projecto social, portanto tem problemas complicados e criar tipo uma aldeia SOS, para servir o principal Distrito. Concentra a maioria da população, onde estará incluída uma unidade móvel de saúde, onde estará um posto de atendimento médico, onde estarão residências para jovens de idades diferentes. Está prevista a construção de uma escola com quatro salas de aulas, está previsto a construção de hortas para cursos agrícolas e aqui estamos a buscar parceiros. Estamos a buscar o Instituto Politécnico de Bragança, por exemplo, que está a preparar uma candidatura, digamos, esta empresa está a recorrer ao Instituto Politécnico de Bragança e fazer uma candidatura de parceria para ajudar o País, utilizando este quadro de parceria institucional. E é sabido que o Instituto Politécnico de Bragança também está a ajudar S. Tomé e Príncipe a instalar a Escola Superior Agrária.....

.....Teremos como parceira a Misericórdia de Bragança, por exemplo, para que a Misericórdia garanta a formação de mão de obra para conseguir pôr uma instituição social a funcionar. Coisas que para nós parecem tão simples e o voluntariado põe de pé, digamos, num Estado irmão é preciso este tipo de ajuda.

.....Eu sinto grande satisfação, diria, acho que sinto orgulho, do momento em que o Executivo, por unanimidade, entendeu e deu o aval a um projecto destes. Custa para nós dar orientação técnica e algum apoio técnico? Garantir a formação no próprio Município, de

quadros do Município de Água Grande na área de Gestão, na área de Economia, na área de Planeamento, na área do Ambiente? Quer dizer, valha-me “Deus”, se nós assim falamos, na cooperação Norte/Sul, falamos no aprofundamento das relações entre os Países de língua oficial Portuguesa, eu acho que nós, num processo destes olhar para o lado tinha sido mau. Eu acho que é um bom processo, é um processo que envolve positivamente as instituições e a nossa instituição, neste caso, eu acho que estamos bem envolvidos e se conseguirmos concretizar este segundo projecto e se conseguirmos obter apoio da Comunidade Europeia que é a noventa por cento para a concretização do projecto.

..... Essa situação obriga o Município de Água Grande a um esforço financeiro ínfimo e se o Município de Bragança tivesse de compartilhar cinco por cento dos dez por cento e parte deste apoio reverte-se em termos de apoio técnico, fosse contabilizado como isso, eu diria assim: estamos a falar de nada. Projecto este que se prevê, poder ser feio ao longo do tempo num terreno com dimensão para poder evoluir e ser um projecto para ajudar os mais desfavorecidos, os abandonados e aqueles que mais precisam de apoio institucional.

..... Eu acho que o Município de Bragança ao escolher um projecto de ajuda deste nível é uma situação algo inovadora, não precisa de ir lá o Presidente da Câmara, nem ninguém, e se for prioritário, se calhar ir lá um técnico por exemplo. Ou prioritário mais do que isso é virem eles aqui, provavelmente, seja a Misericórdia, seja o Município de Bragança, estarem cá. O que é que a Câmara suporta? Vai suportar a viagem e a estadia em território nacional. Isso não representa nada, para o meu ponto de vista, para o Município, pode representar uma ajuda muito grande no âmbito da cooperação Norte/Sul, que a União Europeia entendeu que se a cooperação Norte/Sul não envolver as autoridades locais a cooperação não é eficaz e não há trabalho ano terreno.

..... Portanto esse foi o desafio colocado pelo Comissário Europeu, que nós decidimos aceitar.

..... **Presidente da Mesa** – Muito obrigado.

..... Inscrições para pedidos de intervenções? Senhor membro da Assembleia Luís Pires, tem a palavra, desde já, faz favor.

..... **Luís Pires** – Mais uma vez muito boa tarde. Espero que não estejam cansados de me ouvir.

.....Está a ver Senhor Presidente! Teve aqui oportunidade de explicar aquilo que toda a gente, se calhar, queria ouvir e que não ouviam porque o Senhor Presidente não deu a nota introdutória e ninguém teve coragem de perguntar uma coisa dessas tão simples, é à laia um pouco de brincadeira.

..... Mas é assim, acho que ficou esclarecido mais ou menos como é que é embora eu não concorde com algumas coisas que disse. Pareceu-me que na entoação que deu aqui a uma parte do discurso que estava assim, perdoe-me a expressão, um bocado agreste, um bocado picado com a pergunta que eu lhe fiz. E a pergunta foi perfeitamente inocente sem qualquer tipo de segundas intenções.....

.....No entanto há uma coisa que também é importante já que se pegou nesse tema. Eu estou certo que Zamora, por exemplo, cooperaria com Bragança no INTERREG, noutra coisa qualquer, nem que não existisse qualquer tipo de geminação, estou certo, são cidades que se encontram frente a frente, na fronteira de dois países da Comunidade Europeia, portanto estou certo que haveria colaboração. Estou certo que com outras cidades haveria também colaboração de outros projectos pontuais.

.....A questão da designação – geminação – eu perguntei isso porque às vezes fala-se em geminação e acho que está a acontecer uma coisa muito interessante é que se está a depreciar um bocado o termo “geminação”. As pessoas quando ouvem falar em geminação, como não ouvem e como não sabem os resultados concreto muitas vezes olha-se para isso com algum desdém, digamos assim. E foi nesse sentido que eu lhe fiz a pergunta, para que ressaltasse quais os aspectos positivos.

.....Mas já agora também lançava aqui um desafio , este também já é um bocadinho mais de alfinete, que é, esta cooperação com cidades longínquas é interessante, acho que é fundamenta. No entanto eu li, há dias, uma frase, eu não sei se é exactamente isto mas é parecida com isto, Madre Teresa de Calcutá dizia que “é fácil amar quem está longe, mas é difícil amar quem está perto”. Portanto e esse amar de quem está perto eu acho que punha-o no pensamento de Bragança, relativamente ás nossas capitais de Concelho e acho que aí o amor não tem sido tão bom e acho que seria também importante reportar os laços da nossa capital de Distrito com as outras cidades concelhias. Era só. Obrigado.

..... **Presidente da Mesa** – Muito obrigado.

..... Senhor membro da Assembleia, Luís Filipe.....

..... **Luís Filipe** – Mais uma vez muito boa tarde. A minha intervenção aqui, agora, vai ser muito rápida e vai na sequência daquilo que o Senhor Presidente da Câmara disse em relação à geminação com o Município de S. Tomé.

..... E neste aspecto aqui eu queria dizer, discordo quando discordo mas também apoio quando devo apoiar

..... E falo de S. Tomé porque efectivamente é uma região que me diz algo, porque o Senhor Presidente da Câmara referiu que o Instituto Politécnico está empenhado no lançamento de uma Escola Agrária de S. Tomé.

..... Acontece que o Instituto Politécnico de S. Tomé teve como génese a Escola Superior de Educação de Bragança. A Escola Superior de Educação de Bragança teve desde há muitos anos, uma intervenção muito forte na instalação do Instituto Politécnico de Bragança. Tudo que foi curriculuns iniciais, tudo que foi formação de professores, a Escola Superior de Educação esteve lá. Eu estive lá em S. Tomé, e quero-vos dizer que aquilo que o Senhor Presidente da Câmara apresentou como geminação e alguns projectos que ele aqui referiu vai mais além que a própria germinação por geminação, vai numa ajuda àquela gente. E quero dizer, tudo aquilo que a gente possa fazer para ajudar pessoal de S. Tomé é sempre bem vindo para eles porque, digo-vos sinceramente, toda aquela população é de uma amabilidade! Quem tiver oportunidade de visitar fica com S. Tomé no coração. S. Tomé está com problemas muito sérios, a todos os níveis. Têm potencialidades únicas mas para já ainda não consegui dar o salto. E nesse aspecto penso que esta geminação e esta entreaajuda eles necessitam como o pão para a boca, em todos os sentidos.....

..... **Presidente da Mesa** – Muito obrigado.

..... Senhor membro da Assembleia Luís Afonso. tem a palavra.

..... **Luís Afonso** – Senhor Presidente da Mesa, muito obrigado.

..... Senhor Presidente da Câmara, pois eu pego nas palavras agora aqui do Luís Filipe, chamar a atenção que o povo de S. Tomé e Príncipe precisa de ajuda como de pão para a boca, eu gostava só de questionar, devia ter sido no período de algum esclarecimento mas talvez uma intervenção.

.....A colaboração entre o Município de Bragança e os municípios mais desfavorecidos, ou mais favorecidos, podia ser necessariamente um... nesta criação deste elo de ligação entre cidades, algo que seria importante a Câmara aproveitar como lançar oportunidades para o sector empresarial da nossa região.....

.....Percebi que o Senhor Presidente falou que há uma vontade da Comissão Europeia para fazer um diálogo Norte/Sul, percebi que há a colocação de Instituições que estão no terreno em que Portugal tem a saber que pode ajudar aquele País, mas quero-lhe falar de economia. ...

..... A economia em Portugal está com grandes dificuldades, a economia na velha Europa está com grandes dificuldades, todo o mundo olha, agora, para Angola, como uma janela de oportunidades de crescimento deste País e é verdade que há centenas de técnicos superiores portugueses, e desta terra também, que estão a localizar-se naquele espaço, Angola. Moçambique está um bocadinho mais distante deste País, mas acredito que em breve, mais ou menos em breve e há projectos de colaboração do Banco Mundial e dos outros países para o desenvolvimento daqueles países. Mas é verdade é que o desenvolvimento daqueles países, precisam de obra e de fornecimentos e de equipamentos. E não podemos sempre estar a olhar para lá na vertente, e bem, da ajuda, mas nós também precisamos de ajuda! Eu acho que era um exercício interessante, Senhor Presidente da Câmara, criar uma ligação entre a possibilidade de ajudar, provavelmente com as receitas que até vêm de fora, da Comunidade Europeia, ajudar quem precisa mas não tem ??? para o fazer, e do lado de cá, existe um país que é Portugal que tem possibilidade de deslocar ???, IPB e até empresas particulares que têm, empresas particulares de vários sectores, podiam ser aqui, não ser esquecidas pela Câmara, às vezes isto passa um bocado nas decisões políticas, há aquela preocupação do essencial, o económico é importante.....

..... Há empresas de construção civil em Bragança, não sei se tinham interesse em ser chamadas ao processo, há empresas de outra área ligadas à saúde que se calhar estavam interessadas em envolver-se no processo. Criar um elo de ligação entre estes países que pode não se limitar à relação institucional entre organismos municipais mas podem consolidar-se na colocação de empresas de cá , lá, para criar riqueza lá, podendo criar riqueza cá, criar postos de trabalho lá e ao mesmo tempo manter os postos de trabalho cá. Há grandes empresas nacionais na área da construção civil que estão hoje a sobreviver com a dinâmica empresarial que está a acontecer em Angola, por exemplo.

..... Portanto ficava aqui este repto, o Senhor Presidente não esquecer, se calhar era bom conversar com alguns empresários de Bragança, depois de olhar para o projecto que tem com esta colaboração, com este Estado, com este Município em S. Tomé e Príncipe porque podíamos fazer alguma coisa interessante e fortalecendo também a economia de Bragança, que bem precisa.

..... Obrigado.....

..... **Presidente da Mesa** – Muito obrigado.

..... Antes de dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara para encerrar este debate eu perguntava se mais alguém quer intervir.

..... Não sendo esse o caso o Senhor Presidente da Câmara tem a palavra.....

..... **Presidente da Câmara** – Muito obrigado Senhor Presidente. De forma muito breve.

..... Convidámos o Presidente do Distrito de Água Grande a visitar Bragança, no nosso Município e o programa da visita incidiu exclusivamente, diria quase exclusivamente, na visita a equipamentos do Município, prioritariamente na área do Ambiente, como funciona uma estação de tratamento de esgotos, como funciona um sistema de recolha de lixo e separação de lixos, como funciona um sistema controlado de abastecimento de água à população, como funciona um sistema de chão dum Armazém/Oficinas, foi nessa área.

..... A nossa perspectiva é de facto de ajuda neste projecto. Evidentemente que o projecto que falei se for financiado pela Comunidade Europeia a candidatura será entregue este mês, algumas componentes de custo da candidatura tem muito a ver com a parte técnica, e essa pode pagar a técnicos do IPB, pode pagar a técnicos de outras instituições. Prevê-mos nós, foi nossa vontade, que instalar um complexo deste nível as energias renováveis deviam estar presentes, até o Politécnico pode ter aqui um trabalho a fazer. Se essa componente de custo estiver incluída na candidatura evidentemente que o Politécnico pode receber, pode-se ir ao encontro dessa perspectiva.

..... A parte da construção civil imagino que num povo pobre que precisa de qualificar os seus recursos humanos, muito do trabalho que tem que ser feito à volta dum projecto destes tem que ser através de um processo de aprendizagem e ensinamento à própria população, para não ficarem sempre no mesmo. Isso não retira eventualmente a oportunidade de uma outra empresa estar presente. O essencial da cooperação com estes países faz-se pela intervenção do governo não se faz pelas autoridades locais, ora a União Europeia percebendo

que há estrangulamentos, que há dificuldade de concretizar políticas neste âmbito, decidiu fazer o apelo às autoridades locais porque no terreno têm outra capacidade de intervir.

..... Não será fácil pela via da Câmara Municipal desta cooperação levar empresas, mas quem sabe? Os empresários podem, num ambiente institucional mais favorável vir a espreitar oportunidades, em várias áreas, na área da construção civil, na área da saúde, no fundo é isso. O Município deve ajudar também a criar um ambiente favorável para essa aproximação das instituições, dos cidadãos e das empresas, que a parte da economia tem que estar permanentemente presente, estar subjacente e a candidatura em si mesmo é uma candidatura de investimento e de mobilização de recursos, financeiros, humanos e técnicos.

..... **Presidente da Mesa – Muito obrigado.**

..... Vamos então fazer as votações em separado e depois as declarações de voto, se as houver, em conjunto. Vamos primeiro votar o pedido de autorização feito à Assembleia Municipal para a Câmara poder estabelecer um convénio de cooperação mútuo e geminação com o Município Bragança do Pará-Brasil.....

..... **Após análise e discussão foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, estando momentaneamente oitenta membros presentes.....**

..... **Presidente da Mesa -** Vamos votar de seguida a autorização à Câmara para estabelecer um convénio de geminação com o Município de Água Grande de S. Tomé e Príncipe.

..... **Após análise e discussão foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, estando momentaneamente oitenta membros presentes.....**

..... **Presidente da Mesa –** Declarações de voto sobre esta matéria?

..... Não há declarações de voto. Podemos passar ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

PONTO 4.3 – A SOLICITAÇÃO DO GRUPO MUNICIPAL DA CDU, COM VISTA AO EXERCÍCIO DE COMPETÊNCIA PREVISTA NA alínea a) do n.º 1 do art.º 4.º do REGIMENTO, DISCUSSÃO SOBRE POLÍTICA MUNICIPAL PARA O AMBIENTE.....

..... Para introduzir o tema tem a palavra o proponente subscritor da Moção, julgo que é o senhor membro da Assembleia José Castro que subscreveu o pedido de agendamento.....

..... **José Castro** – Mais uma vez, meus senhores.

..... **Apresentou, por escrito, o seguinte:**

“Para a CDU, a política municipal para o ambiente assume uma significativa importância na qualidade de vida das populações e na construção de espaços urbanos equilibrados e saudáveis, reflectindo-se nas outras políticas como o saneamento básico, a qualidade do ambiente urbano, os espaços verdes, ou preservação do património natural.....

Neste sentido, o Grupo Municipal do CDU constata hoje que o Concelho de Bragança tem mais espaços verdes e canteiros, tem mais eco-pontos e recolha selectiva, tem mais estacionamentos para bicicletas, paragens de autocarros e dias sem carros, tem mais planos e ideias ambientais, embora quase todos concretizar, etc, etc, etc. Ao executivo parece que é quanto basta para fazer alarde da sua vocação ambiental, usando e abusando do prefixo eco, em conceitos tais como a eco-cidade, a eco-construção, tecnoparque eco-energético; desde há uns tempos para cá que é difícil não vermos a etiqueta eco em tudo o que o executivo propagandeia aos quatro ventos.....

A CDU entende que o deveria fazer, sim senhor, mas apenas se isso correspondesse a realidade, e a realidade *para nós* é bem diferente. Muitos destes anúncios, ou já não são para realizar, ou não tem qualquer garantia de realização, *ainda*, e o executivo mais não faz do que, *o que nós consideramos*, eco-demagogia.....

De facto, é disto mesmo que se trata, eco-demagogia. Este executivo municipal é *porventura* o executivo mais eco-demagógico que já alguma vez Bragança teve. E é nesse sentido que a CDU se propõe hoje apresentar um roteiro pela eco-demagogia do executivo municipal de Bragança, na esperança que um dia as políticas mudem e possa apresentar antes, a verdadeira Rota pela Ecologia.

Este roteiro, parte, como não poderia ser, de onde se decide a política de eco-demagogia em Bragança, nem mais nem menos, do edifício dos Paços do Concelho; é aqui que se decidem os recursos alocados à área do Ambiente. O executivo tem propagandeado o seu desempenho

ambiental pelo inquérito que a DECO publicou *já há algum tempo*, sobre a qualidade de vida em 76 cidades europeias; nesse ranking, Bragança apresenta um honroso 23º lugar, o 4º entre as cidades portuguesas. Para tal, muito contou o seu desempenho ambiental, *da cidade*, nomeadamente a qualidade do ar e o nível de ruído; mas poderemos nós atribuir ao executivo, a responsabilidade pela qualidade do ar e do ruído na Cidade? Qual será de facto o desempenho ambiental ao nível da acção real do executivo?

Para saber isso, consultamos os dados *reais, dados* do INE, estes dados sim, reais, e não baseados em impressões, e afinal o quadro não é tão risonho. Afinal, segundo os dados disponíveis no INE, o *nosso* "eco-município" na recolha selectiva de resíduos sólidos, é o pior e a grande distância dos seus pares capitais de distrito do interior; afinal o eco-município é o que mais água gasta (ou desperdiça) por habitante, *em muitas situações mais de 50% por habitante*, comparado com esse mesmo referencial; e de toda essa água, ainda por cima, trata apenas dois terços, o pior mais uma vez de entre os seus pares, bem longe dos 95% da segunda pior capital de distrito, ou dos 100% da maioria desses municípios. Esta realidade, por sua vez, não será alheia ao facto de mais de 20% da população, *segundo os dados do INE*, do município ainda não ser servida por estações de tratamento de águas residuais, aqui em terceiro lugar, mas *naturalmente* a contar do fim.

Damos o salto para a ETAR de Bragança.....

A ETAR de Bragança é seguramente o maior ícone da eco-demagogia deste executivo municipal. Projecto herdado do anterior executivo liderado pelo PS, o PSD não só o construiu insensível à contestação pública da sua localização errada, como ainda fez, *já*, juras públicas que tal gravíssimo erro não será corrigido enquanto este executivo tiver a mesma liderança. A escassos 200 metros da Muralha do secular Castelo de Bragança, quem nos visita e acorre ao monumento mais visitado da cidade, pode conviver de imediato, seguramente com nojo, com a realidade escatológica de Bragança. Mas a opção escatológica poderá ainda *vir a ser reforçada, ao contrário do que a gente poderia estar a pensar*, no futuro, tendo o executivo anunciado já substituição do que pretendia que tivesse sido um parque de merendas, imaginem só, por um sistema de descarga das cassetes sanitárias para os autocaravanistas que demandam Bragança; é caso para dizer que em termos "ecológicos" deste executivo nunca sabemos o que podemos esperar.

Daqui damos o salto até à Quinta da Trajinha.....

O Parque de Lazer e Recreio da Quinta da Trajinha comemora este ano o 10º aniversário da sua apresentação em reunião de executivo, o seu primeiro estudo espacial e económico. Triste efeméride esta que iremos celebrar com o terreno praticamente igual ao que estava, mas os brigantinos sem qualquer Parque da Cidade de Bragança. Entretanto ficaram as despesas com as viagens intercontinentais para inspiração da vereação, pois o referido Parque, projecto para cinco milhões de visitantes e com delfinário com ondas artificiais, *que foi profusamente anunciado pelos jornais*, isso mereceria. Sem dúvida este foi um dos momentos iniciáticos na história da eco-demagogia deste executivo municipal PSD, sobre tudo *com grandes resultados quando* aplicada em campanhas eleitorais. Desde aí, a Trajinha passou a Porta Norte dedicada ao Ambiente e Conservação da Natureza, e agora de inspiração espanhola e bem mais modesta, ainda que com espaço para 20 restaurantes e um Vale do Douro dos pequeninos, *a simular*. É bom lembrar que tudo isto, quase sempre com a *natural* anuência da vereação PS.....

Daqui damos um salto até à sede do Parque Natural de Montesinho, mesmo ao lado.....

O Parque Natural de Montesinho completará este ano 30 anos da sua institucionalização. Antes desta institucionalização, gerações seculares de agricultores, pastores, e restantes população tinham erigido uma verdadeira obra-prima como é a paisagem cultural da Terra Fria Transmontana que este Parque Natural consagra. Desde 1997, *com a nova legislação*, que o representante do município integra a respectiva Comissão Directiva. Primeiro, foi o executivo PS que se alheou completamente desta realidade, não integrando *sequer* essa Comissão; depois foi o executivo PSD que apenas de nome se dignou a integrá-la. Mais de uma década passou sem que as populações do PN Montesinho fossem defendidas pelos seus eleitos, na reivindicação dos seus direitos e legítimas aspirações enquanto habitantes de uma Área Protegida. Ao executivo não importou que as populações perdessem mais de milhão e meio de euros relativas às Medidas Agro-ambientais do Plano Zonal prometidas, candidatas, mas nunca pagas a 511 agricultores do PN Montesinho; ao executivo não importou as verbas irrisórias, prometidas e sumidas da Intervenção Territorial Integrada Montesinho-Nogueira; ao executivo nunca importou a forma abusiva como o PN Montesinho, *naturalmente o ICN* foi interpretando a legislação que o regia, apesar de ter assento na mesa

da Comissão Directiva; o executivo nunca reclamou do governo o plano de ordenamento e o de gestão que permitisse desenvolver com dignidade as comunidades do Parque Natural de Montesinho. O executivo só se lembrou do PNMontesinho quando uns irlandeses endinheirados lhe pediram que intercedesse junto das juntas de freguesia para que estas anúissem em trocar a paisagem do Parque Natural por um parque de torres eólicas, 200 torres com cem metros de altura e sapatas de 5 metros de diâmetro, distribuídas pelos 50 quilómetros de largura do PNM. Porque será que surgiu assim tão de súbito a vocação energética pseudo-limpa em Montesinho?

Seguimos para a Central de Camionagem, inaugurada há já 5 anos, obra com que este executivo PSD selou o roubo que outro governo PSD, o central, praticou há mais de 16 anos, mais precisamente na noite de 14 de Outubro de 1992: a *conhecida* noite do roubo. Até hoje, os comboios não voltaram a Bragança, optando o município desde aí pelo transporte rodoviário, tanto urbano como rural. A eco-cidade transformou-se assim na rodo-cidade, rodo-mobilizada em exclusivo, e que ainda hoje não possui estratégia de mobilidade sustentada, com corredores dedicados e planeados para material circulante eléctrico, não optou por um ordenamento urbano que permita disciplinar os movimentos quotidianos da população, forçada a ter de recorrer ao carro próprio. O município investe nas avenidas, *que fazem falta*, nas variantes rodoviárias, *que fazem falta*, e não promove o transporte público. Bragança será também a única cidade com uma central de camionagem que não vende bilhetes para transportes urbanos, que não os vende nem sequer nos quiosques, mas tão só nos deslocados serviços do município, nas horas de expediente, antes das 16:00, que depois já estão as contas feitas, e não esquecer do nº de contribuinte, se não, nada feito. Diríamos *nós*: menos ecológico? Impossível.....

Antes ainda de completar a volta, não esquecemos as múltiplas ameaças à segurança e à saúde pública que infelizmente continuamos a encontrar por todo o concelho. São lixeiras clandestinas ou desactivadas, na saída para Donai, *ainda a céu aberto*, na saída para Vila Verde, no Penacal, no Bairro dos Formarigos, um pouco por todo lado vão-se tolerando estas situações inaceitáveis, e que a tal eficiência privada da concessão para a recolha e tratamento de resíduos sólidos não tem afinal dado a resposta necessária. São as unidades industriais desactivadas ou desajustadas que ameaçam ruína em pleno centro da cidade, à mercê de um

incêndio que poria em risco quarteirões inteiros; ou as unidades industriais que continuam a laborar paredes meias com espaços de requalificação urbana, desvalorizando-os, e que impunemente *continuam a* operam em cima de passeios, destruindo-os e inviabilizando-os para os peões, sem que para estes casos haja multas, como acontece ao vulgar munícipe que está obrigado a utilizar seu carro no centro da cidade; são ainda os edifícios inteiros, que transformados em monstruosos pombais na Zona Histórica, representam hoje verdadeiras bombas com retardador para a segurança do munícipe que cruza essas ruas, ou que vive paredes meias com esta miséria terceiro-mundista.....

A CDU necessita respostas do Executivo para estas questões. Como pensa o Executivo rapidamente pôr-se ao nível dos outros municípios capitais de distrito do interior, na recolha de resíduos sólidos, no consumo de água, do qual só se fazem campanhas de poupança, quando não chove, quando chove já se pode gastar à ????? , ou inclusivamente no tratamento de subterrâneas? Queremos resposta se continua a apostar naquela localização da ETAR, se realmente a ETAR não vai sair de lá enquanto tivermos a mesma liderança do Executivo. Vamos querer saber se de facto o Parque de Laser e Recreio da Quinta da Trajinha algum dia vai ser uma realidade, e quando. Queremos saber se de facto vai haver interesse do Município por integrar o Conselho Estratégico das Áreas Protegidas da Região Norte. Queremos saber se de facto a opção rodoviária é para continuar ou se de facto vai haver uma alteração em relação a esta matéria, de acordo com a tal eco-cidade que quer fazer. Queremos saber se realmente está disposto a arranjar um plano de emergência para as lixeiras, para os edifícios abandonados e para as casas que neste momento estão infestadas por pombas e que ameaçam a saúde pública.

Este roteiro, com estas suas paragens e respectivas variantes, esgotam o tempo da intervenção sem conseguir ainda desmascarar por completo, a demagogia do discurso "eco" deste executivo. Muito mais havia para dizer, muito havia ainda para apreciar. Fazê-mo-lo na esperança de que esta Rota se pode transformar na Rota da Qualidade Ambiental do Município de Bragança, seguramente um dos factores *que a CDU considera como* mais competitivos do nosso Concelho bastando para isso mudar da política da propaganda para a política da realização. “

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, sendo o tema em discussão, Política Municipal de Ambiente, a Câmara Municipal se assim o desejar, tem prioridade na inscrição para intervir, a Mesa regista outras inscrições para intervenções sobre esta matéria. Faça o favor, Senhor Presidente.

----- **Presidente da Câmara** – Muito obrigado, Senhor Presidente. Porque estamos no tema do ambiente, não posso deixar de iniciar, porque é para recuperar alguma da discussão e das observações do Senhor Deputado da CDU, relacionada com as trocas e baldrocas, que tem a ver com a criação do Parque de Ciência e Tecnologia ou com a Associação para o Brigantia EcoPark. Eu e seguramente os Senhores Deputados, estamos com muita vontade de que este projecto se concretize, é um projecto de médio e longo prazo, um projecto que envolve boas parcerias, incluído a instituição onde o Senhor Deputado trabalho, o Instituto Politécnico de Bragança, que assume a Vice- Presidência da Associação, Associação onde está também, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, PortusPark e o Município de Vila Real, tal como Bragança está no Regidouropark, isso não se trata e baldrocas, trata-se de politica séria e de estratégia de desenvolvimento e qualificação da economia, chame-lhe o que quiser.

----- Quanto à cooperação Distrital, também uma situação anterior, o Município de Bragança não se tem furtado através do seu Presidente a assumir as responsabilidades onde deve, também não pode estar em tudo, eu ainda hoje tive a oportunidade, numa projecção feita, de mostrar a responsabilidades que assumo no que diz respeito à parte dos resíduos sólidos urbanos, estou em muitas outras coisas, não posso estar em tudo. Compreendo que houve algum sentimento, nos últimos anos, que foi criado no Distrito, que foi criado intencional e politicamente no sentido de estabelecer alguma divisão entre os Autarcas, porque às vezes é mais fácil dividir para reinar, e particularmente numa situação correspondente a um processo de desertificação e desqualificação da economia de todo o interior, sem excepção, incluindo para Bragança, e estando Bragança digamos de forma afirmativa, a resistir a esse processo, digamos, que castiga, de forma clara e esmaga o interior do País, a tendência tem sido Bragança, felizmente na última década, se assumir como um pólo aglutinador, para a fixação de pessoas e fixação de economia, se assim não fosse, esses Municípios, o Distrito perderia muito mais, perderia muito mais, mau era se falhássemos para traz, e Bragança não tivesse assumido essa sua obrigação, de assegurar-se como um pólo ancora de atracção para evitar que tudo o resto fosse o Litoral. Isso evidentemente, trouxe

alguma animosidade digamos, porque não foi Bragança que esteve a roubar a ninguém, Bragança também perdeu em várias áreas.

Bragança

Assembleia Municipal – 9 de Fevereiro

Espaços Verdes e Instalação de Sistemas Automáticos de Rega

O Município de Bragança tem procedido à instalação de sistemas automáticos de rega, incluindo programadores específicos para aumento da poupança de água, contribuindo decisivamente para a sustentabilidade dos recursos hídricos.

O Município tem apostado, de forma clara e inequívoca, na construção e requalificação de espaços verdes, melhorando significativamente o ambiente urbano e, complementarmente, tem instalado equipamentos lúdicos (parques infantis e parques de manutenção física) que contribuem para um aumento da utilização e qualidade de vida.

Evolução em m² do Espaço Verde Urbano

Ano	Área Verde Urbana (m ²)
1999	34.180
2000 a 2001	125.558
2002 a 2005	311.385
2006	336.298
2007 e 2008	366.431

Bragança

Assembleia Municipal – 9 de Fevereiro

Resíduos Sólidos Urbanos – Recolha Indiferenciada

RECOLHA INDIFERENCIADA

Ano	Resíduos Sólidos Urbanos (Ton)
2002	13.000,00
2003	14.774,40
2004	15.380,00
2005	15.094,84
2006	15.547,12
2007	16.048,08
2008	15.700,00

----- No que diz respeito à política de ambiente, eu vou naturalmente, interessa ao Executivo falar relativamente àquilo que tem acontecido nos espaços verdes, nos resíduos sólidos urbanos, parte de sensibilização, da mobilidade sustentável e de novos projectos. E se

observarmos para a parte de espaços verdes, percebemos perfeitamente, que num prazo relativamente curto, Bragança multiplicou por onze os espaços verdes, e deixou de andar a regar com cisternas, tem sistemas devidamente controlados, informatizados, em base de informação geográfica, para garantir, digamos, o uso eficiente da água, e fez mais neste âmbito, evitou ou garantiu, através de medidas alternativas que a água para consumo humano não seria utilizada nestes espaços, criando alternativas para esse efeito.



Assembleia Municipal – 9 de Fevereiro

Contributos para Política Municipal de Ambiente

Espaços Verdes

- Aumento da área de espaços verdes com sistema de rega automatizados
- Plantação de espécies adaptadas às condições climáticas locais
- Realização de espaços verdes com baixas necessidades hídricas e reduzidos custos de manutenção

Resíduos Sólidos Urbanos

- Regulamentação específica (Regulamento Municipal de RSU's)
- Redistribuição da rede de contêinerização, atendendo a eficiência e população abrangida
- Aumento do número de eco pontos e fomento das ações de sensibilização
- Novas metodologias na recolha de resíduos (horário do eco centro, frequência de recolha eco pontos)
- Elaboração de Manual Técnico sobre Gestão de RCD para técnicos municipais e privados

Sensibilização

- Realização da Semana Europeia da Mobilidade (desde 2007)
- Realização da Semana do Ambiente (seminários, exposições, recolha de resíduos em locais de deposição lixiviada)
- Realização de ações de sensibilização nas escolas (Dia da Água, Dia da Terra)
- Plano de Ação da Agenda 21 Local

Mobilidade Sustentável

- Autocarros eléctricos e frota de autocarros de passageiros moderna e económica
- Veículo híbrido do Município e equipamentos de mobilidade eléctricos
- Regulamentação específica para estacionamento de bicicletas

Novos Projectos

- Bragança EcoPark
- EcoCidade de Bragança
- Bragança Activa

Espaços Verdes e Instalação de Sistemas Automáticos de Rega

O Município de Bragança tem procedido à instalação de sistemas automáticos de rega, incluindo programadores específicos para aumento da poupança de água, contribuindo decisivamente para a sustentabilidade dos recursos hídricos.

O Município tem apostado, de forma clara e inequívoca, na construção e requalificação de espaços verdes, melhorando significativamente o ambiente urbano e, complementarmente, tem instalado equipamentos lúdicos (parques infantis e parques de manutenção física) que contribuem para um aumento da utilização e qualidade de vida.



----- Essa imagem de cidade verde, não é uma imagem de ficção, essa os cidadãos conseguem observá-la, ver a qualidade dos espaços, a evolução notável que Bragança teve, dizem os cidadãos de Bragança e dizem as pessoas que vêm de fora, essa imagem está claramente conquistada e assumida por Bragança.

----- Na parte da água, da qualidade da água, como referi de manha, a qualidade da água no nosso Município superará em 2008 os 98%, segundo as indicações que o IRAR irá fornecer-nos, a média é de 97,4. Seguramente que algumas das capitais que refere que eu não conheço, na altura oportuna traz os números e nós não ficamos atrás nesse âmbito, de certeza absoluta.

----- E depois relativamente à ETAR não adianta continuar a fazer demagogia, hoje qualquer pessoa convive com a ETAR, não num processo de nojo, num processo de afastamento, no sentido que existe ali alguma coisa que é contra natura. Houve problemas iniciais, é verdade que sim, foram corrigidos em termos de intervenção tecnológica, com investimentos, mas eu pergunto, já alguém, alguma vez apresentou uma alternativa de localização, em termos técnicos? É fácil fazer demagogia, mas mais difícil é apresentar as soluções, e essas, ainda não vi ninguém apresentá-las.

Espaços Verdes e Instalação de Sistemas Automáticos de Rega

O Município de Bragança tem procedido à instalação de sistemas automáticos de rega, incluindo programadores específicos para aumento da poupança de água, contribuindo decisivamente para a sustentabilidade dos recursos hídricos.

O Município tem apostado, de forma clara e inequívoca, na construção e requalificação de espaços verdes, melhorando significativamente o ambiente urbano e, complementarmente, tem instalado equipamentos lúdicos (parques infantis e parques de manutenção física) que contribuem para um aumento da utilização e qualidade de vida.

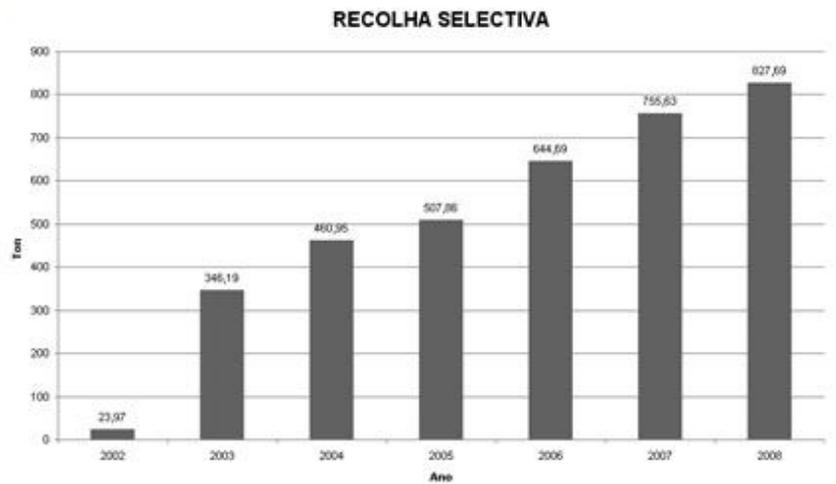


----- Quanto ao parque da Trajinha, eu depois irei, não vou perder, naturalmente no que diz respeito aos resíduos sólidos urbanos, nós não estamos atrasados, como disse de manhã, o PSD quando chegou à Câmara, iniciou um processo de eliminação de lixeiras, e fê-lo, trabalhou para uma solução de agregação a nível Distrital, nós tivemos um papel muito activo na criação da empresa Resíduos do Nordeste, não estivemos de fora, nem fomos por arrastamento, tivemos um papel muito activo, como pensamos, continuaremos a ter um papel muito activa na evolução que esta empresa necessita de ter no curto prazo, para garantir sustentabilidade e para garantir a concretização de novos projectos e assim passamos para a parte de selagem e eliminação de lixeiras, passamos pela construção do Ecocentro, a instalação de ecopontos, estação de transferência, aqui indicada naturalmente, agora vamos passar para um processo de evolução no sentido da valorização dos resíduos sólidos urbanos, como salientei, a nossa politica, alinha plenamente pela politica da estratégica Nacional. Neste âmbito, no período 2007 a 2016, e fazemo-lo, a prova disso é que já no inicio deste período, ou seja, no inicio deste quadro comunitário de apoio, nós asseguramos já um investimento significativo, muito significativo, para dar esse grande avanço e não o damos atrasados relativamente àquilo que outras cidades dão.

Resíduos Sólidos Urbanos – Recolha Indiferenciada

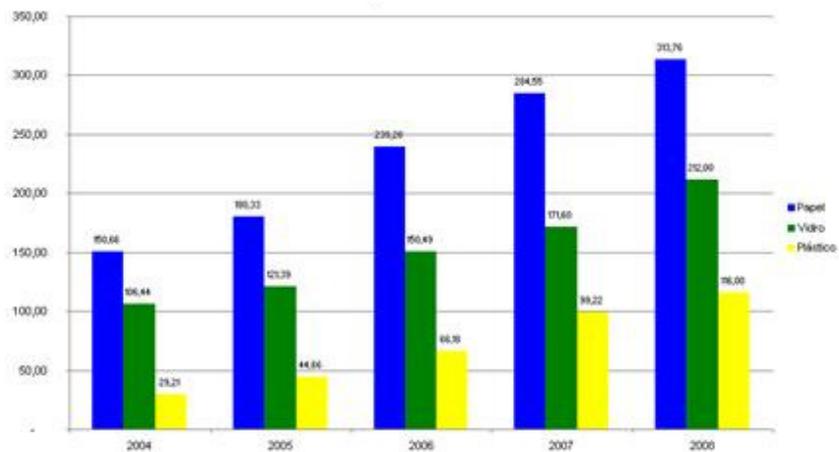


Resíduos Sólidos Urbanos – Recolha Selectiva



Resíduos Sólidos Urbanos – Caracterização Recolha Selectiva

CARACTERIZAÇÃO DA RECOLHA SELECTIVA



Resíduos Sólidos Urbanos – Equipamentos

O Município de Bragança tem contribuído para a execução de importantes equipamentos na área dos resíduos sólidos urbanos, nomeadamente:

- Selagem da lixeira municipal
- Construção do Eco Centro e Estação de Transferência
- Aproveitamento energético de Biogás
- Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico por Digestão Anaeróbia



----- Este faz parte do primeiro grupo de quatro projectos aprovados a nível Nacional. Se passarmos para outras áreas, falei nos resíduos sólidos. Na área dos esgotos, bom mas quem não se lembra, quem não se lembra o que era o Rio Fervença e o Rio Sabor, os esgotos caíam no rio, a cidade estava de costas voltadas para o Rio Fervença.

----- Não foi política ambiental ou a estratégia, digamos, a valorização do ambiente, requalificar as linhas de água que contornam e valorizam qualquer cidade? Bom, só não vê quem não quer, não é? Mas vamos dizer assim, digamos, o pior cego é aquele que não quer ver. Agora imagine o que era pessoas de fora ouvirem a intervenção do Senhor Deputado, bem, pela intervenção do Senhor Deputado, tudo está mal, tudo nesta cidade está mal, o que quer dizer, quem ouvir o Senhor Deputado, pessoas de fora e até cidadãos, eles perdem auto-estima, devem ficar deprimidos, digamos, sem vontade de valorizar aquilo que é seu e os que de fora, que nós precisamos que venham, para a nossa cidade, venham para a nossa região, dinamizar a economia, bom, com um discurso desses, tem de virar costas e têm que fugir, porque se assustam, não é? Esta atitude de demagogia plena, total, que não é aceitável, porque nunca vi o Senhor Deputado surgir com uma proposta concreta efectiva e alternativa neste âmbito. É fácil, sempre, é o bota abaixo.

----- É a Estação Rodoviária, não sei o que é que queria, provavelmente que a antiga Estação Ferroviária estaria hoje, seria, já estava completamente ao abandono, degradada, seria um antro de maus comportamentos que não são os melhores numa cidade e teríamos provavelmente a situação que tínhamos anteriormente, os autocarros a parar na Avenida João da Cruz. Lembram-se ainda dos muitos abrigos de passageiros, bilheteiras que ocupavam os passeios, que era uma anarquia plena! Bom seria isso uma imagem de cidade, digamos, equilibrada, adequada, fomentadora da mobilidade no espaço urbano? Não era seguramente! A recuperação para uma Estação Rodoviária ligada ao centro da cidade é uma mais valia em qualquer cidade do mundo, ter uma Estação Rodoviária, porque a alternativa era dizer assim, onde é que estaria a Estação Rodoviária, na periferia? Mas funcionaria na periferia uma Estação Rodoviária na nossa cidade? Não funciona em Lisboa sequer, esta solução, porque os operadores privados acabaram por preferencialmente investir e qualificar os seus próprios centros de logística, contra a perspectiva de uma Estação Rodoviária na periferia, porque não funciona nem com o interface assegurado!.....

----- E se falarmos da ligação ferroviária, evidentemente que nós queremos uma ligação ferroviária do Douro para a Puebla da Sanábria, é isso que se impõem, impõem-se num quadro digamos, de continuação da linha do Douro, para Salamanca, só assim é que faz sentido, mas alguém imagina que digamos, uma solução ferroviária que não tenha que ter estudos de corredores que apontem no sentido de interface com uma Estação Ferroviária em termo de

continuação que não fosse esta localização? Se isso acontecer, nós gostávamos que acontecesse.....

----- Portanto não chega brincar com as coisas. E do tipo, quando se fala, bom, os Stubs funcionam? Os Stubs funcionam bem, a parte da mobilidade relacionada com os transportes urbanos de Bragança funciona bem, a nossa cidade é das poucas cidades que tem sistema de transportes urbanos próprios, tem, inclusive, uma aposta feita no ambiente, temos veículos eléctricos a funcionar, 3 autocarros eléctricos.....

----- Os bilhetes? Nunca tivemos esta declaração e parece que há uma situação que é complexa, com a compra, os pré-comprados, chamados os bilhetes que o cidadão não compra no próprio autocarro, não tem expressão, praticamente todos os cidadãos compram o bilhete no próprio autocarro, e os autocarros do Município estão preparados e os motorista, para responder de forma ágil, e expedita a essa solicitação, provavelmente é isso que o cidadão quer, não tem que andar atrás dos serviços do Município, na sede, mas sim no espaço onde o próprio serviço é garantido, que é no autocarro, os pré comprados, não tem qualquer expressão.

Bragança

Assembleia Municipal – 9 de Fevereiro

Projecto Piloto Compostagem Doméstica

O Município de Bragança implementou o projecto piloto de Compostagem Doméstica no Bairro do Vale Chumido, tendo sido seleccionados 50 agregados familiares que receberam um compostor de 300L e um guia de métodos e procedimentos de compostagem.

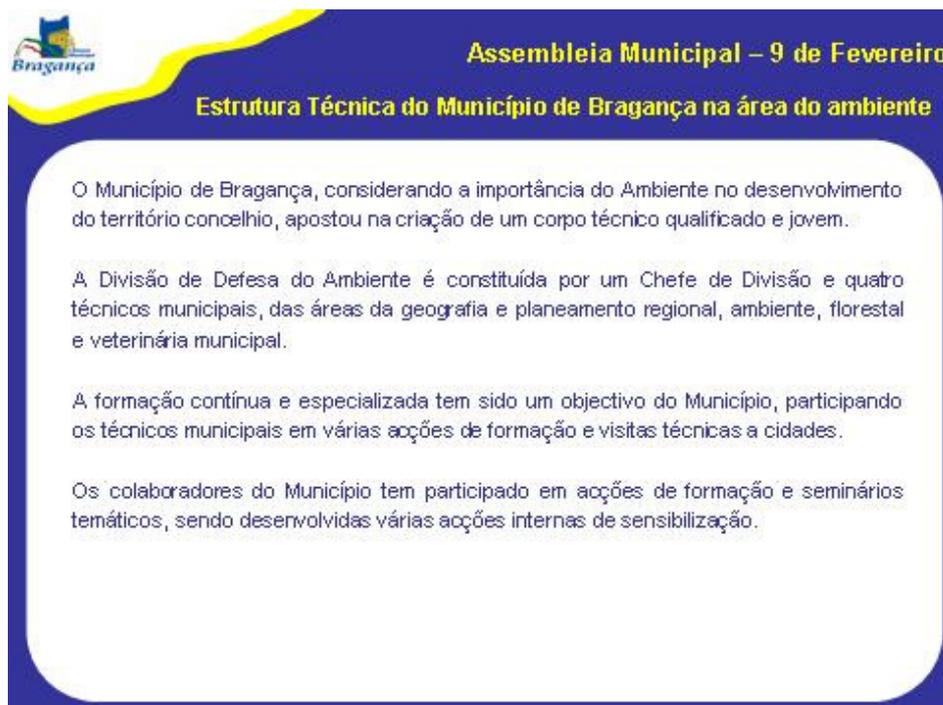
Este projecto resulta de uma parceria entre o Município de Bragança, a Resíduos do Nordeste e o Instituto Politécnico de Bragança

São efectuadas visitas periódicas de acompanhamento e recolha de amostras, por parte do Instituto Politécnico de Bragança, registando-se uma qualidade assinalável do composto já recolhido.



----- Quanto ao projecto, quanto ao Parque natural de Montesinho, pois evidentemente que a Câmara, juntamente com as freguesias, sente e percebe, o que são as dificuldades que tem sido as dificuldades associadas à gestão do Parque Natural de Montesinho. Demos a nossa

colaboração no âmbito do plano de ordenamento, temos a nossa perspectiva relativamente ao aproveitamento de recursos, mas se os Senhores Deputados ouvirem com atenção a intervenção que o Senhor Deputado faz relativamente ao Parque Natural de Montesinho, relativamente a oportunidades relacionadas com esse território, percebe que existem contradições totais.



Assembleia Municipal – 9 de Fevereiro

Estrutura Técnica do Município de Bragança na área do ambiente

O Município de Bragança, considerando a importância do Ambiente no desenvolvimento do território concelhio, apostou na criação de um corpo técnico qualificado e jovem.

A Divisão de Defesa do Ambiente é constituída por um Chefe de Divisão e quatro técnicos municipais, das áreas da geografia e planeamento regional, ambiente, florestal e veterinária municipal.

A formação contínua e especializada tem sido um objectivo do Município, participando os técnicos municipais em várias acções de formação e visitas técnicas a cidades.

Os colaboradores do Município tem participado em acções de formação e seminários temáticos, sendo desenvolvidas várias acções internas de sensibilização.

----- E portanto, é pegar nas intervenções sobre um determinado tema, pegar nesta e façam a comparação para perceber como isso está bem subjacente, acho que é preciso haver algum rigor, alguma orientação e estabilidade nesse âmbito.

----- Não descoramos as acções relacionadas com a sensibilização ambiental, com as escolas, há um conjunto de eventos que se comemoram: a Semana Europeia da Mobilidade, Bragança aderiu, tem aderido sempre, primeiro o Dia da Mobilidade a seguir a Semana do Ambiente; o Dia da Árvore; o Dia da Terra; Dia da Floresta; Dia do Animal; Dia da Água;; Encontro Nacional de Técnicos Municipais de Espaços Verdes, que se fez no ano anterior, exposições temáticas diversas. Há um trabalho intenso feito com as escolas, Bragança apoio o projecto Eco-Escolas, onde as nossa escolas já conseguiram prémios a nível, diversos prémios, e portanto se não estamos a olhar para o lado, nós estamos atentos, sabemos que é fundamental trabalhar com as escolas, temo-lo feito de forma activa e intensa.



Assembleia Municipal – 9 de Fevereiro

Acções de Sensibilização Ambiental

O Município de Bragança tem realizado várias acções de sensibilização ambiental, registando-se um incremento assinalável no número de acções e participantes:

- Semana Europeia da Mobilidade
- Semana do Ambiente
- Dia da Árvore
- Dia da Terra
- Dia da Floresta Autóctone
- Dia do Animal
- Dia da Água
- Encontro Nacional Técnicos Municipais de Espaços Verdes
- Exposições Temáticas



----- A bandeira Verde, Bragança conquistou, tem a Bandeira Verde exposta ao lado do Teatro, devo salientar que a Bandeira Verde é um indicador de promoção de boas práticas e políticas de sustentabilidade municipal e um incentivo à implementação de programas de educação ambiental.....

----- Em 2006 o Município de Bragança situou-se 12º lugar, num conjunto de 20 Municípios que foram galardoados com a Bandeira Verde, em 2007, conseguimos vir para a 11ª posição. Falei no projecto Eco-Escolas, que têm galardoado diversas escolas do Concelho, reconhecendo as suas boas práticas em prol da sustentabilidade e o desenvolvimento de actividades escolares de âmbito ambiental, sendo de destacar as Escolas Secundárias Miguel Torga e Emídio Garcia.....



Assembleia Municipal – 9 de Fevereiro

ECO XXI Bandeira Verde – Galardão de Bragança

A Bandeira Verde é um indicador de promoção de boas práticas e políticas de sustentabilidade municipal e um incentivo à implementação de programas de educação ambiental.

O Município de Bragança, no ano 2006, alcançou os objectivos mínimos definidos, situando-se em 12 lugar a nível nacional, sendo que, apenas 20 municípios foram galardoados com a Bandeira Verde, incluindo Bragança
No ano 2007, o Município alcançou os objectivos definidos, classificando-se em 11 lugar, sendo galardoado, pelo segundo ano consecutivo, com a Bandeira Verde.

Simultaneamente, o projecto Eco – Escolas têm galardoado diversas escolas do concelho, reconhecendo as suas práticas em prol da sustentabilidade e o desenvolvimento de actividades escolares de âmbito ambiental, sendo de destacar as Escolas Secundárias Miguel Torga e Emídeo Garcia.



----- Bom quem atribui a Bandeira Verde, vamos também, quero dar aos Senhores Vereadores, há um conjunto de indicadores que são avaliados, quer dizer, não é uma coisa assim feita de forma muito leve, enfim, estão os respectivos nomes das instituições e a avaliação feita.....

----- Sistemas de indicadores, é um conjunto vasto de indicadores, e também vamos ver as instituições que intervêm nesse processo.

ECO XXI Bandeira Verde – Sistema de Indicadores

Código	Sector	Nome	Fonte(s)	Tipo de Indicador			Pontuação Máxima Possível
				PER	IPAC	ICIMU	
1	Ed. Ambiental/EDS	Promoção da Educação Ambiental/EDS por iniciativa do município	APA, ME	R	IP	IU	10
2	Ed. Ambiental/EDS	Educação Ambiental- Programas FEE, Eco-Escolas+JRA	ABAE/Fee	R	IP	IU	5
3	Ed. Ambiental/EDS; Ambiente Marinho e Costeiro	Implementação da Campanha Bandeira Azul	ABAE/Fee	R	IC	IJU	3
4	Instituições	Participação e Agenda 21 Local	Município; CCDR's	R	IC	IU	6
5	Instituições	Informação disponível aos municípios	Município; Internet	R	IC	IU	5
6	Instituições	Emprego na Área de Ambiente	Município; IPQ	R	IC	IU	3
7	Instituições	Cooperação com a Sociedade Civil	Município; Organizações	R	IC	IU	3
8	Instituições	Certificação em Sistemas de Gestão de Qualidade	Município; IPQ	R	IC	IU	3
9	Conservação da Natureza e Biodiversidade	Áreas Classificadas (âmbito Conservação da Natureza)	Município; ICNE; SRAM Açores; DRAM Madeira	E, R	IC	IJU	1 (+3,5)
10	Conservação da Natureza e Biodiversidade	Conservação da Natureza, Biodiversidade e Paisagem	Município; ICNE; SRAM Açores; DRAM Madeira	E, R	IC	IU	3
11	Conservação da Natureza; Floresta	Gestão e Conservação da Floresta	Município; DGRF; INE	R	IC	IJU	3
12	Ordenamento do Território	Ordenamento do Território e Ambiente Urbano	DGOTDU; SRAM Açores; DRAM Madeira	E, R, P	IC	IU	13
13	AI	Qualidade do Ar e Informação ao Público	Município; APA; INE; CCDR's	E, R	IC	IJU	3

----- As instituições que intervêm, a Comissão Nacional que intervêm no processo, atribuição de Bandeira Verde, estão listadas, são várias, quer dizer assim, se Bragança é premiada num conjunto de 308 Municípios a nível Nacional, conseguiu da primeira vez que abrem a candidatura, o 12º lugar, consegue na segunda o 11º, significa que Bragança tem orientação, tem estratégia ambiental e essa é reconhecida e é reconhecida por quem tem competência para o fazer, neste caso concreto, nesse âmbito, por isso eu digo, os nosso concidadãos e a maioria, a esmagadora maioria das pessoas que nos visita, sentem orgulho e satisfação de entrar nesta cidade e ver que existem de facto, boas práticas associadas à gestão Municipal, os resultados são evidentes e são claros e portanto aquele tipo de intervenção do Senhor Deputado é de facto uma intervenção de bota abaixo, é uma intervenção que afasta as pessoas, é uma intervenção que não valoriza a auto-estima de si próprio nem dos restantes e isso não é uma forma de discutir a política ambiental do Município.

ECO XXI Bandeira Verde – Sistema de Indicadores

Código	Sector	Nome	Fonte(s)	Tipo de Indicador			Pontuação Máxima Possível
				PER	PIG	RI/RIU	
14	Água	Quantidade de Água para consumo Humano	Município; IRAR	E	IP	IU	4
15	Água	População Servida por Sistemas de Abastecimento de Água	Município; CCDR's; SVAQ; INE	E	IC	IU	4
16	Água	População servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais	Município; CCDR's; SVAQ; INE	R	IC	IU	4
17	Resíduos	Produção e Recolha Selectiva de Resíduos Sólidos Urbanos	Município; APA; CCDR's; ELGR; SPV	P	IC	IU	3
18	Resíduos	Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	Município; APA; CCDR's; ELGR; SPV	R	IP	IU	4
19	Energia	Valorização do Papel da Eficiência Energética na Gestão Municipal	Município; DGEG; ADENE	E, R	IC	IU	5
20	Transportes	Mobilidade Sustentável	Município; DGOTDU; APA	E	IC	IU	5
21	Ruído	Qualidade do Ambiente Sonoro	Município; APA; DGOTDU; CCDR's	E, R	IC	IU	3
22	Agricultura	Agricultura Sustentável + TER	INE; MADRP - DGADR; TP	E, P	IC	RIU	3
23	Turismo	Turismo Sustentável	INE; Município; TP; IP	E, R, P	IC	IU	3

ECO XXI Bandeira Verde – Comissão Nacional

Fazem actualmente parte da Comissão Nacional de avaliação das candidaturas ao ECOXXI as seguintes entidades:

- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
- Agência para a Energia (ADENE)
- Associação Brasileira de Azeite e Vinho (ABAEV)
- Autoridade Florestal Nacional (AFN)
- Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR): Norte; Centro; LVT; Alentejo; Algarve
- Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CNADS)
- Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR)
- Direção Geral de Inovação e Desenvolvimento Territorial - Ministério da Educação (DGIDC-ME)
- Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG)
- Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU)
- Direção Regional do Ambiente da Madeira (DRAmb)
- Instituto da Água (INAG)
- Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade (ICNB)
- Instituto das Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS)
- Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)
- Instituto Nacional de Estatística (INE)
- Instituto Português da Qualidade (IPQ)
- Instituto Regulador de Águas e Resíduos (IRAR)
- Instituto de Mobilidade e Transportes Terrestres (IMTT)
- Instituto de Tecnologia Comportamental (INTEC)
- Secretaria Regional do Ambiente e do Mar dos Açores (SRAM Açores)
- Sociedade Ponto Verde (SPV)
- Turismo de Portugal (TP)
- Universidade de Lisboa - Centro de Estudos Geográficos (CEG-UL)
- Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT-UNL)
- Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH-UNL), Instituto de Dinâmica do Espaço (IDE)
- Universidade do Algarve (UALG)

----- Evidentemente que temos outros projectos. Há um projecto onde nós estamos envolvidos, que é o projecto de Eco-Cidade, Eco-Cidade e Eco-Região. E esse não é um projecto imediato, é um projecto de estratégia, é um projecto de médio e longo prazo e é um projecto que deve ser assumido por todos, porque há muitos projectos que têm que ser enquadrados e valorizados dentro de uma estratégia. A estratégia Eco para a cidade, nós não abdicamos dela

enquanto tivermos responsabilidades municipais, porque essa é uma estratégia com futuro, é uma estratégia de oportunidade para o emprego, é uma estratégia de competitividade e é uma estratégia que valoriza os recursos naturais e valoriza a sustentabilidade e a oportunidade das gerações futuras.

----- Proximamente, quando tivermos oportunidade, tem sido difícil, trataremos para apresentação na Assembleia Municipal, ou numa sessão que se convoque efectivamente para isso, não sei informar, a apresentação da versão final do Plano Estratégico da Eco-Cidade.

----- O Município gastou dinheiro com esse documento, quisemos afinar a nossa estratégia, e queremos que os projectos do Município, estejam conformes essa orientação. E essa é seguramente uma orientação de diferenciação e também já com esse projecto, estamos a concorrer, digamos, num concurso de nível Nacional, no sentido de esse projecto poder ser avaliado e comparado com outras práticas e outros projectos de orientação estratégica dos Municípios.

----- Para terminar - área cultural é uma área em que o Município deu, escreveu, acho eu, páginas de ouro na história de Bragança. Mas na área ambiental, mas vamos lá, o que é que se fez nos saneamentos básicos no nosso Município? Como é que estávamos e como é que estamos? O que é que se fez no sistema de abastecimento e qualidade da água? O que é que se fez na área dos resíduos sólidos? O que é que se fez na área dos jardins? Um salto enorme! Um salto que seguramente da qual muitos de vós, diria de todos, sentem orgulho.

----- A discussão e confronto de ideias não é um aspecto negativo e nós não entendemos dessa maneira, é um estímulo é um incentivo, nós assim entendemos a intervenção do Senhor Deputado e esta questão de questionar a política do ambiental. Para nós, serve para reflectir, serve para ver onde é que estamos menos bem, para eventualmente impulsionar outros projectos que podemos estar a descuidar-nos.

----- E vou terminar com o projecto Porta Norte, referenciando o seguinte: a Câmara Municipal - para isso é preciso a estratégia, a visão a longo prazo, de médio e longo prazo, isso é que é a estratégia - o Município teve o cuidado de adquirir uma quinta, a Quinta da Trajinha, para salvaguardar oportunidade de bons projectos para o Município, mesmo que não se viessem a concretizar nos próximos dez anos.

----- Mas uma coisa é certa, a disponibilidade do terreno já lá está, e essa garantia para que algo de importante, sob o ponto de vista da área ambiental, que venha a ser feito, e do lazer, está assegurada em principio, através do Plano de Urbanização, ou seja, segundo passo

importante que foi dado, a não ser que seja alterado para outro fim mais relevante e importante. O acesso a esse espaço, tem que haver acesso, estamos a concretizar a Avenida, é um terceiro passo, sendo que este acesso dá acesso ao Parque de Ciência e Tecnologia e onde eu acho que nós temos que dar de facto um grande avanço, e oxalá tenhamos essa oportunidade, é ao nível do desenvolvimento do Parque de Ciências e Tecnologia, da inovação, da incubação, do acolhimento empresarial, é aí que nós temos que criar um verdadeiro interface de transferência e conhecimento para a actividade económica para ganhar a capacidade de competição dentro e fora do País, para através desse processo conseguirmos que, via inovação, se desenvolvam oportunidades empresariais capazes de produzir bens e serviços transaccionáveis de preferência no mercado global. Aí está de facto o meu ponto de vista, o essencial de uma estratégia de desenvolvimento, ao contrário daquilo que alguns dos Senhores Deputados referiram durante a manha.....

----- O Parque da Porta Norte, temos o projecto de execução concluído, teve evoluções e evolui no sentido de melhorar de corrigir aspectos que não nos pareceram bons, isso não é negativo, negativo era manter a cabeça dentro da areia e não perceber, digamos, algumas situações irrealizáveis. Hoje temos consolidado e feito o projecto de execução que tencionamos proximamente colocar no outdoor para que as pessoas tenham acesso, digamos à imagem global do que está previsto nesse projecto. No entanto o Executivo considerou que esse projecto não era um projecto prioritário em termo de investimento, sabendo-se que é preciso haver capacidade de decidir sobre o que é prioritário, e para nós foi considerado prioritário, é seguramente investir num Parque de Ciência e Tecnologia, prioritário é investir num aeroporto regional, prioritário é investir por exemplo nos Centros Escolares, foi essa a nossa opção.....

----- Podíamos dizer, por uma razão de compromisso eleitoral - tem que se fazer - mas tem que se fazer o quê? Tem é que se ajustar, em cada momento, aquilo que importa e que é mais importante e relevante para a vida dos cidadãos, para a economia de uma comunidade e foi isso que nós fizemos relativamente a esse projecto. De qualquer forma o projecto está feito, em traços gerais o projecto respeita as ideias que foram apresentadas nesta Assembleia Municipal, é um parque urbano orientado digamos para o ambiente, é um parque para os produtos tradicionais, para utilização de energias renováveis, não sai dessa orientação, no entanto não nos parece que seja um projecto prioritário em termos de investimento.

----- Tudo o que o Município consiga arranjar, do meu ponto de vista, há-de ser direccionado para projectos que são absolutamente prioritários, aqueles que eu citei, sem deixar de ter de vista, de que os projectos com as freguesias não são projectos de chafarica, aquilo que o Senhor Deputado dizia de manha, não são, são projectos necessários também para as nossas freguesias, para as nossas aldeias.

----- Arranjar muros, arranjar entradas, recuperar património, recuperou-se imenso património, em fontes de mergulho, em moinhos, em forjas comunitárias, na construção de pequenos museus rurais no embelezamento de espaços públicos, isso são chafaricas? Não são! É valorização da identidade do espaço urbano dessas localidades. Pior seria mantê-los abandonados, sem investimento, sem qualidade, sem imagem, e aí, eu rendo-me perante todos os Presidentes de Junta, sem excepção, pelo esforço e pelo empenho de parceria que têm feito sistematicamente com a Câmara Municipal para superar um conjunto de fragilidades nas freguesias, porque realmente as nossas freguesias deram um salto enorme, enorme em termos de qualidade em várias áreas, na área ambiental e noutras áreas, antes pudessem dá-lo também a nível de fixação de actividade económica e ao nível de fixação de população jovem, capaz de garantir o rejuvenescimento da população e combater por essa via o despovoamento e o abandono de muitas das nossas aldeias que têm hoje, no cidadão mais novo um cidadão acima dos 50 anos, daqui a 10 anos, a situação pode ser pior, e pode ser pior devido a uma politica de abandono do território, devido a uma politica de demissão, digamos, de forte centralismo digamos dos governos centrais, não é uma politica recente, é uma politica de décadas e que só olha e só vê aquilo que acontece em Lisboa, o que acontece fora de Lisboa, praticamente não existe no País, é uma visão errada, é uma visão distorcida, é uma visão que enfraquece o País, e uma visão que enfraquece o povo Português e é uma visão que leva a que quem governa se demita das suas responsabilidades de soberania perante parte do território Nacional.....

----- **Presidente da Mesa** – Tem a palavra o Senhor Membro da Assembleia, Júlio de Carvalho.

----- **Júlio de Carvalho** – Senhor Presidente, Senhores Deputados. Eu vou tentar ser breve, mas não podia deixar passar este assunto sem uma intervenção sobre alguns pontos que eu considero relevantes para esclarecimento total desta matéria. O Senhor Presidente já o fez e muito bem, com todo o saber que ele acumulou ao longo de muitos anos em prol do ambiente, mas há outros que nós, cidadão comum, também conhece e é preciso ser realçado. .

----- Eu, até serei suspeito nesta matéria, pelo seguinte, tenho uma quinta aqui mesmo, Além do Rio, que vai até à Ponte do Jorge, são cerca de trinta ou não sei quantos mil metros quadrados, não tenho ligado àquilo e há dias, depois de aprovado o Plano de Urbanização fui saber qual era a situação dela, e diz-me ali o Senhor Arquitecto Nuno - fui lá ver. Ó! pá como é que ficou aquilo? - eu não quero saber daquilo, mas também tenho preocupação em saber . Olhe, espaço verde - bonita ideia da Câmara, muito bem, espaço verde, pronto, uma coisa que me podia valer não sei quanto, passou a ser espaço verde e diz-me assim o Arquitecto Nuno - o que é que acha? - eu pessoalmente gosto muito daquilo, mas não há duvida que está vocacionada para isso, olhe, fiquem lá com ela, portanto até sou um individuo lesado seriamente nisto, e posso crer e jurar aqui publicamente que não me preocupei minimamente no período de discussão do Plano de Urbanização qual era o destino que ia dar àquilo, ponto sagrado, soube-o depois de estar aprovado, entraram-me nos bolsos, mas penso que a bem da comunidade e não são dois tostões, são muitos milhares de metros quadrados.

----- Bem, mas em relação a outros assuntos queria dizer o seguinte, logo de seguida encontrei outro nosso colega e amigo de bancada, Sr. Augusto, e fomos à Cidadela, resolvemos ver os seus investimentos, lá, que são realmente de primor, de apreciar, de louvar e disse assim, não haverá por aqui uma oportunidade de eu comprar, sempre ia gostar, aqui de uma casota velha para eu montar aqui a minha biblioteca, agora no fim da vida gosto de escrever, e tenho muitas coisas acumuladas na cabeça, mas só na cabeça, e é um lugar para eu montar aqui a minha biblioteca. E dizia ele - não há hipótese, está tudo preparada para ser recuperado – E de facto demos a volta por aquilo, é admirável, é admirável o trabalho que tem sido feito ali na Cidadela, no sentido de ser recuperada.....

----- Portanto não vejo como é que o meu amigo, Sr. Eng.º Castro, vem dizer que aquilo é um antro, aquilo não é um antro, aquilo está excepcionalmente numa recuperação extraordinária. Eu, pessoalmente, se quiser comprar lá uma casa, não posso, está tudo recuperado ou quase tudo recuperado, e o que não está, vai estar, em, função dum planeamento que a Câmara impôs para a zona antiga da Cidade.

----- Terceiro ponto - Queria em relação aos resíduos sólidos, é um assunto que também conheço de pormenor, até porque tenho acompanhado muita coisa que tem sido feita, até pessoalmente, eu se quiser, hoje, colocar um objecto sólido em qualquer sitio, não tenho efectivamente o contentor como existem noutras cidades, mas tenho o Ecocentro, onde nós

todos nos podemos deslocar para colocar o que queremos. E temos uma politica em termos de recolha de lixo, como poucas que conheço.

----- A empresa Resíduos do Nordeste funciona bem, vai fazer um investimento muito grande, inclusivamente está a pensar, segundo me consta, em fazer recolha de produtos dos restaurantes para transformação e fazer matéria utilizável nas lareiras das cozinhas, etc..

----- E tenho visto, porque me chega a casa, e todos nós recebemos, e todos nós recebemos, a Câmara tem-nos mandado publicações, publicações, numa campanha invulgar de aconselhamento, de apoio à protecção do ambiente e da natureza, com publicações feitas inclusivamente pela Resíduos do Nordeste e pela própria Câmara, no sentido de todos nós termos o cuidado com o ambiente, antes que a natureza morra, porque quando a natureza morrer nós fatalmente seremos as maiores vítimas.

----- Portanto não vejo, falo por conhecimento de causa, porque recebo e leio e é um assunto que me interessa, e é um assunto que me interessa até em termos de literatura infantil, fui professor de literatura infantil e vi como as crianças são sensibilizadas com estes assuntos.

----- Recordo concretamente um livro maravilhoso “Valéria e a Vida” , que é uma obra primorosa da literatura portuguesa, em que todas as crianças são mobilizadas, e o Eco-Escola, o Eco-Escola eu sei que têm sido feitos programas em todas as escolas do Distrito no sentido de apoiar, de aconselhar, de estimular as crianças, por elas próprias e no ambiente familiar, a proteger o ambiente e a vida, enfim.

----- Conheço este projecto que está agora a ser construído, não fui convidado para estar lá, como todos nós, foi há dias assinado, que é uma obra prima, onde são investidos cerca de vinte e quatro milhões de euros de apoio a nós todos, os resíduos, as lixeiras aquilo que toda a gente ataca de uma forma inconsciente, sem saber o que diz, sem saber o que diz.....

----- E eu, como Vereador da Câmara Municipal, desloquei-me durante 15 dias, na altura, a mandato da Câmara, que já lá vão uns anos, a várias cidades da Alemanha e acompanhei o processo, aquilo que nós dizemos aqui não passa de uma série de disparates. Não há hipótese de uma lixeira afectar a nossa vida, mesmo próxima, como não há hipótese de haver infiltração no solo das águas, aquilo é feito rigorosamente, tecnicamente

----- A ETAR, a ETAR, quem não sabe que estude, a ETAR tem meios, há meios técnicos, hoje, é só um problema de consumo eléctrico, para que ela não tenha o mínimo de possibilidade de afectar o ambiente, mesmo aqueles que habitam próximo, a ETAR, a ETAR é

um elemento essencial para Bragança. Foi mal formalizado inicialmente? Foi! Mas como querem? Andamos nós agora aqui para destruir um património daqueles? Custou milhões de euros, mas como é que é isto? Isto faz-me lembrar aqueles novos-ricos, novos-ricos que chegam a casa, têm uma mobília, custou-lhe cinco mil contos, mas porque a mulher que é caprichosa e não sabe o que lhe custa ao marido, no dia seguinte muda, e à manha anda a pedir e anda a fazer empréstimos aí num banco, para comprar outra mobília. Isto não é de salvar, isto não é de agradar, estamos numa fase de poupança, há que aproveitar e melhorar aquilo que temos, por forma a que elas não apresentem qualquer ameaça para os Portugueses.

----- Vejam nos transportes públicos, não vejo muitas cidades no País, isto é uma questão de ver, não estou aqui a defender o Senhor Presidente, eu vejo, eu defendo aquilo que vejo, eu não vejo muitas cidades no País onde haja transportes eléctricos como aqui. Quais são as que têm? Estão aqui a funcionar em Bragança.

----- É a protecção do ambiente, é o não querer poluir e a preocupação em querer proteger os cidadãos, é isso que nós vemos.

----- O Polis - o que representa o Polis? Foi uma obra em que o Estado, o Governo Socialista investiu muito, mas com o apoio da Câmara, onde gastou também muitos milhões, para que estivesse ali um elemento de protecção e de favorecimento dos habitantes de Bragança.

----- Vejo outro aspecto que me interessa, falou-se aqui nas eólicas, meus amigos, esta gente não quer que o povo progrida, esta não quer que os Bragançanos, que as Juntas de Freguesia recebam, para já, ou dentro de pouco tempo, cerca de cinco milhões de euros, só para transformarem as populações, para apoiarem as suas populações, fora os muitos milhões de euros que virão para nós todos e para a Câmara poder administrar, os muitos milhões, estão previstos cinco milhões de euros anuais para as Juntas de Freguesia, onde se implantem Parques Eólicos.

----- E sabem o que é que essa gente defende, apenas invocam um argumento, é que destroem os morcegos. Aqui as eólicas destroem os morcegos! Mas esquecem-se de uma coisa que foi objecto já, pelo menos da minha parte, é que as próprias perdizes gostam das eólicas. Coitadas! E eu gosto tanto de perdizes! Sabem porquê? É que as perdizes nidificam debaixo das eólicas, sabem porquê? Porque não são perseguidas pelas aves de rapina, ali sentem-se protegidas, isso eles não vêm, eles não vêm, nem querem ver, o vento que passa por

Bragança, porque ele não sopra só de norte, também sopra de sul para norte, só pode ser útil para Espanha, é poluição visual, já está poluído, está lá, estão lá, nós vemo-las daqui.

----- Enfim, eu não queria alongar mais, queria só dizer isto, eu gosto muito da poesia e da musica, e agora vou falar-vos de um poema de um socialista, mas é um socialista assim como eu, um bocado rebelde, é o Sr. Manuel Alegre, essa gente sabe o que é que quer, o Manuel Alegre tem um dos poemas mais belos que eu conheço, que é:

“Pergunto ao vento que passa

Notícias do meu País

O vento cala a desgraça

O vento nada diz”

----- O vento que passa aqui em Bragança e que vai alimentar as eólicas vê a desgraça de alguns indivíduos de Bragança que não querem o progresso, vêem as pessoas Ihe dizem, porque querem que nós continuemos na cauda da Europa. O ambiente está bom. Não está perfeito, como disse o Presidente, há coisas a fazer, mas muita coisa está a ser feita.

----- Eu recordo e para terminar, era Presidente desta Assembleia Municipal e competia ao Presidente da Assembleia fomentar a criação de um Plano Director. Chamei, na altura, os vários Grupos Municipais, pedimos uma audiência ao Presidente da Câmara para que promovesse a criação do Plano Director. Sabem o que é que ele me disse, disse assim - tira daí o Plano Director – ó! Senhor Presidente é preciso criar zonas verdes, é preciso criar espaços - subam ali ao Castelo, porque vêem muitas zonas verdes - neste momento vemos essas zonas verdes, mas vemos outras que estão feitas, construídas pela acção humana, pela acção da Câmara, no sentido de nos proporcionar melhor ambiente, melhor qualidade de vida para nós e para os nossos. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Senhor Membro da Assembleia, Henrique Ferreira, tem a palavra.....

----- Senhor Presidente da Junta de Freguesia de França, quer-se inscrever?

----- **Amândio Costa** – É uma conversa à parte.....

----- **Presidente da Mesa** - Não é não, essa conversa, nesse tom, não pode ser aqui dentro, faça o favor de usar da palavra

----- **Henrique Ferreira** – Quanto tempo tem o Grupo Parlamentar do PS?.....

----- **Presidente da Mesa** – Tem 19 minutos.

----- **Henrique Ferreira** – Então posso gastar dois ou três. Começo por dizer que não gostei do registo utilizado pela CDU. Acho que num tema tão importante e tão fracturante, porque como estão a ver, há pessoas na sala que começaram a discutir umas com as outras, é sinal que o tema é importante e também fracturante, acho que devemos ser mais pedagógicos e sinceramente eu não percebi, não percebi qual a finalidade da sua intervenção, e pior que isso, eu acho que a sua intervenção não foi aos aspectos fundamentais da utilização dos recursos naturais, e da sua preservação.

----- Por exemplo, o Senhor não falou na criação de um programa de construção de cisternas para armazenar as águas pluviais! É uma coisa extremamente urgente hoje em Portugal, com as alterações climáticas isto é fundamental, o senhor esqueceu-a.....

----- Por outro lado, é preciso ver que a questão ambiental é sem duvida uma questão sensível, mas é uma questão que tem de ser enquadrada na cultura e nas tradições de cada região.

----- Hoje, permitam-me, já aqui foram utilizados registos intimistas, pois eu também utilizarei um, fui educado a fazer ecologia, com o meu pai, o meu pai era um pequeno agricultor, pois cada arvore que ele cortava, ele plantava uma em sua substituição, com isso, podíamos ter todos os anos, todos os invernos, lenha para o lume, porque ele cortava e substituía.....

----- Mas não foi necessário nem alterar o ecossistema nem necessário expulsar as populações para os ricos de Lisboa, virem cá usufruir as belezas do Parque Natural de Montesinho, e desse ponto de vista não podemos tolerar fundamentalismos em relação ao Parque Natural de Montesinho, porque realmente é possível consolidar o homem e a natureza, é possível rentabilizar aqueles recursos, explorá-los, mas mantê-los, é possível conciliar, digamos, o homem e os aspectos naturais.

----- E mais lhe digo, por exemplo, em relação às eólicas, as eólicas não têm só desvantagens, em relação ao programa de instalação de eólicas no Parque Natural de Montesinho, elas não têm só desvantagens, elas também têm algumas vantagens, não apenas as económicas, e que são as menos importantes, estamos a falar de ambiente, as vantagens económicas para as populações não serão as mais importantes, são as variáveis ambientais, mas mesmo em termos de variáveis ambientais, há alterações climáticas que nuns aspectos são prejudiciais e noutros aspectos são úteis.

----- Olhe, por exemplo, façam um estudo em relação às eólicas do Marão e verá como as temperaturas se alteram pela frente e por trás das eólicas, por exemplo.....

----- Mais, faça-se um estudo sobre o comportamento das aves, e até de alguma fauna, e ver-se-á que ele se altera.

----- Em relação a isso, há que fazer os estudos, mas há que ponderar o seguinte, se se destrói uma biodiversidade, aparece outra biodiversidade e o que há é que fazer estudos no sentido de potenciar essa simbiose entre a existente e a futura.

----- Portanto, aqui acho que temos de ser pedagógicos, de facto, com esta discussão temos que ser bastante pedagógicos, se não nós não vamos a lado nenhum e o tema é fracturante. ...

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Membro da Assembleia, Luís Vale, tem a palavra.....

----- **Luís Vale** – Obrigado, Senhor Presidente. Gostava de começar por questionar o Dr. Júlio de Carvalho no sentido de saber em que é que se fundamenta para dizer que serão cinco milhões de euros que permitirão às Autarquias Locais, com a implantação dos parques eólicos. Mas já lá vamos.

----- Gostaria também começar por felicitar o Grupo Municipal da CDU por em boa hora trazer esta questão à Assembleia. Isto, porque falar de ambiente municipal e das suas políticas, pressupõe:.....

----- Primeiro – ter a noção que será na prática falar acerca de tudo o que diz respeito ao Município, e segundo, ter consciência que é necessário haver uma reflexão um planeamento, uma prática à qual se possa dar então e depois o nome de política ambiental. Há que reflectir sobre esta questão, e tendo em conta o território em questão, e o limite do meu tempo, vou-me reportar apenas a 2 exemplos, daquilo que consideramos serem paradigmáticos de uma má política ambiental.

----- Primeiro exemplo, basilar, a questão do básico saneamento - Para quando a conclusão desta básica infra-estrutura? Quantos mais anos serão necessários para a concluir? Quantos mega projectos vão ser projectados, planeados, financiados, hipotecados e construídos antes dessa simples, mas fundamental e justa estrutura estar completa no Concelho de Bragança? É inadmissível que num Concelho como o de Bragança, que se orgulha de tamanho desenvolvimento e que se auto notabiliza pelos índices de qualidade de vida, mantém parte do seu território e das suas populações sem saneamento básico? Meus senhores e minhas

senhoras, é básico, ou seja, é sobre ele que assentam todas as outras qualificações e qualidades da nossa civilização do século vinte e um.

----- Segundo exemplo, superlativo, a questão da hipótese de implantação do Parque Eólico no Parque Natural de Montesinho, e na Serra de Nogueira - Começando por este caso da Serra de Nogueira, aquilo que sabemos, ou melhor, aquilo que nos foi dito, é que a empresa que tinha conseguido a licença para a exploração desse parque, se não estou em erro seria o ano 2009, o primeiro ano do arranque desse projecto, mas como estava a dizer, a empresa que tinha conseguido a licença para a exploração desse parque, por motivos internos de prioridades empresariais e de gestão, decidiu adiar o projecto, só que no entretanto essa licença caducou, e agora em novo concurso essa empresa não conseguiu renovar a licença, portanto, tão cedo não veremos essas torres na paisagem da Serra de Nogueira.

----- Depois a mesma questão associada ao Parque Natural de Montesinho que foi objecto de intensa discussão aqui e noutras sedes. Vejam bem, aqui a questão não é estar contra ou não, a implementação desse parque, até porque o Bloco de Esquerda sempre defendeu e defende a substituição das energias fósseis e finitas. A pertinência desta questão está no processo, que quanto a nós foi muito mal gerido e conduzido pela Câmara Municipal e pelas respectivas Juntas de Freguesia, naquilo que entendemos ser a defesa do interesse público e das respectivas populações, ou seja, as Autarquias Locais em causa, prestaram um mau serviço à causa pública, se não vejamos:.....

----- No período de discussão pública, a Câmara Municipal de Bragança não teve em atenção os impactos negativos relatados, designadamente o turismo de natureza rural, onde estão incluídos os animadores turísticos, a restauração e a hospedagem. A Câmara Municipal, não teve a mínima noção de que poderia estar a castrar o sucesso actual e futuro do turismo da natureza e o momento fundamental das próximas sociedades.....

----- A Câmara Municipal, não conhece o potencial eólico do Concelho. A forma como as Juntas de Freguesias celebraram acordos com empresas privadas, não garante a defesa dos interesses das suas populações.

----- Aqui estamos precisamente no ponto ao qual queremos dar ênfase, o da negociação realizada pelos Autarcas do Concelho e o interesse privado das empresas do sector.

----- Tendo em conta a informação que recolhemos junto de vários intervenientes, ficamos a saber que foi mais ou menos assim que tudo aconteceu.

----- Tudo terá começado com a visita de umas pequenas empresas ao território, disse pequenas, mas quero dizer também, espertas. Esses espertos andaram de aldeia em aldeia, a tenta negociar os direitos de exploração do potencial eólico. Mais tarde, subiu-se um degrau, e começaram a aparecer empresas de dimensão média, por exemplo a ENERBAÇA, directamente, ou comprando a essas pequenas empresas, espertas, terá conseguido 14 ou 15 acordos locais.

----- Mais tarde ainda, entrou em cena as poderosas empresas, como a AIRTRICITY. Empresa de uma holding da Grã Bretanha a SSE, onde participa também a IBERDROLA, que consegue fazer umas ??? com a ENERBAÇA, e esta passa a ter uma posição minoritária o ???, está de todo na AIRTRICITY. Aqui entra a Câmara Municipal, chama a si todo o processo e passa a negociar com a empresa.

----- Em nosso entender, começam aqui também os graves procedimentos deste Executivo, como entendemos como inadmissível que a Câmara Municipal não salvasse os interesses do Município e do erário público.

----- Primeiro - A Câmara Municipal deveria a seu tempo e já há muito tempo, ter solicitado um estudo ao Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia e Inovação o INTI, para se aprofundar os seus estudos de potencial eólico, para o Concelho de Bragança, quantificando a riqueza deste recurso para saber o que se poderá vir a negociar. Este procedimento seria útil para a Câmara Municipal, para as Juntas de Freguesia e até para a Comissão de Baldios, inclusive, serviria em caso de não instalação do parque eólico, para negociar com o Estado medidas compensatórias. Mas não! Não foi solicitado qualquer estudo.

----- Segundo - Consequentemente as Juntas de Freguesia negociaram e celebraram acordos com empresa privadas, vendendo um bem do qual não têm a mínima noção do seu real valor comercial.

----- Bem compreendemos a sede de dinheiro que os Autarcas Portugueses e em particular o Concelho de Bragança sentem, mas por favor, meus senhores e minhas senhoras, passamos a vida a dizer que somos uns desgraçados e que ninguém nos liga ou auxilia e depois quando temos um recurso próprio, comportamo-nos como os mais pobres dos pobres, trocando por meia dúzia de cobres esses recurso, entregando de bandeja aos ladrões, todo o ouro e riqueza.

----- Segundo sabemos, aquilo que sobrar em forma de recompensa para o Município, serão 2,5% da facturação dessa mesma exploração, uns míseros de 2,5% que segundo a empresa interessada, poderá representar a fartura de ou até 2,5 milhões de euros por ano.

----- O serviço público obriga à maior solenidade com a causa pública, não é compatível com estes interesses privados, é vergonhoso que a Câmara Municipal se tenha colado aos interesses desta empresa.

----- Agora que sabemos que a instalação de um parque eólico dependerá da admissão deste projecto a um estatuto de projecto de interesse público, os famosos PIN's, perguntamos se esta Câmara vai andar a exercer lobys junto do ICNB e da Secretaria de Estado, tal como andou o Presidente da Câmara de Alcochete, a anteceder junto da Administração Pública do Estado a favor do investimento FREEPORT.

----- Nunca se deveriam ter colado à AIRTRICITY, contribuindo para o desenvolvimento do seu marketing institucional e empresarial.

----- Senhor Presidente, não é de estranhar que esta empresa afirme publicamente que tem uma óptima relação com a Câmara Municipal de Bragança, enquanto que com a Câmara Municipal de Vinhais digam que não é boa nem é má, pura e simplesmente não há qualquer relação.

----- Percebemos muito bem a necessidade que esta empresa sente em tentar agradar a todos os intervenientes, exercendo o seu loby através de convites para grandes almoços, jantares, assim como através de reuniões realizadas fora da região.

----- Meus senhores e minhas senhoras, não fora estarmos a falar de um Parque Natural e isto já estava tudo entregue, pois em termos de ordenamento do território, mais difícil só mesmo em caso de Parque Nacional.

----- Senhor Presidente, há bons exemplos alternativos de exploração destes parques eólicos, por toda a Europa e o resto do mundo. Por exemplo, na Dinamarca, na Holanda e nos Estados Unidos, onde se constituem cooperativas de proprietários de terrenos para a produção da energia, e assim a totalidade do retorno é para eles próprios e suas populações. ..

----- Por exemplo, a Câmara Municipal poderia ter até 49% deste negócio em parceria e com certeza não teria qualquer dificuldade em financiar esse projecto, pois trata-se de um sector do mercado, relativamente bem subsidiado e também porque qualquer banco estaria na disponibilidade de o fazer.

----- Esta é, Senhor Presidente, uma atitude típica de um tempo já ido, o do pós colonialismo, no qual os espertos ocidentais aproveitaram as fragilidades de outras geografias que impunham autênticos saques, neste caso, nós seremos esses tristes e ignorantes indígenas.

----- Esta questão relembra-me também uma metáfora, algo de que todos, ou quase, se devem recordar - as vacas de meias - de ganhos e perdas ou só de ganhos, que era uma prática recorrente num passado mais ou menos recente na nossa região, mas que hoje já ninguém pratica.

----- Para finalizar, retorno ao Dr. Júlio de Carvalho, e a propósito do Parque Natural e da sua exploração, diz que não podemos estar sujeitos a esta casta de fundamentalistas que impõem a sua lei e impedem o desenvolvimento da região. Pois bem, não nos obriguem a ter que escolher por uma das duas vias normais de gestão do território, ou se exploram ao máximo os recursos, ou se protegem ao máximo, porque se tivermos que o fazer, estaremos com certeza do lado de quem protege.

----- **Presidente da Mesa** – Queira terminar.

----- **Luís Vale** – Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** - Senhor Membro da Assembleia, João Ortega. Luís Filipe. É troca ou prescinde? É troca.....

----- **Luís Filipe** – A questão ambiental diz respeito ao modo contraditório para o qual a espécie humana tem marcado a sua actuação sobre a superfície da terra. Ao mesmo tempo que busca satisfazer as suas necessidades básicas e melhorar as suas condições de vida, procurando promover o desenvolvimento, a comunidade urbana tem gerado alterações significativas nos processos e recursos naturais terrestres, cujas consequências ambientais e sócio económicas parecem ameaçar a sua própria existência e trazer incertezas em relação ao futuro do próximo, do planeta.

----- Compreender as mudanças locais, regionais e globais, na dinâmica destes processos e os limites e possibilidades no aproveitamento dos recursos naturais solicitados, materiais e energéticos, no sentido de prevenir a “honorabilidade” sobre os riscos, à saúde, à segurança e ao bem estar das populações, decorrendo da identificação e do agravamento dessas alterações, constitui requisito básico ao equacionar da questão e pressupõe a contribuição imprescindível desta nossa geração.

----- A Agenda 21, aprovada no Rio em 1992, incentiva as Autoridades Locais a adoptar iniciativas visando o desenvolvimento sustentável.....

----- O Município de Bragança decidiu em Julho de 2003, a elaboração da Agenda 21 Local e respectivo plano de acção, adoptando orientações de maior sustentabilidade a nível do governo local, de efeitos positivos na sustentabilidade global, tendo assumido publicamente

esse compromisso, ao assinar a Carta de Aalborg, em Janeiro de 2006, na Cidade de Santiago de Compostela. A Agenda 21 Local, converte-se numa das velhas máximas dos movimentos ambientalistas, pensar globalmente e actuar localmente. Lemos no Plano de Acção da Agenda 21 para Bragança, e passo a citar”Bragança quer fazer dos seus Municípios e do meio ambiente o seu principal valor”, ora para quem não conhece, já foi distribuído aqui na Assembleia, este documento, quero-vos dizer que é um documento muito bom, bem elaborado e que reflecte efectivamente aquilo que em termos de desenvolvimento sustentável se passa no nosso Concelho.....

----- De maneira nenhuma concordo, com a imagem que se quis fazer passar para o exterior, de que neste documento se diz que temos um dos melhores Concelhos, em termos de estruturação ambiental e de ordenamento do território, pelo contrário, e passo a demonstrar isso mesmo.....

----- Nesta mesma agenda, aponta-se um conjunto de eixos estratégicos que orientam o desenvolvimento de Bragança nos próximos anos, entre eles o tão badalado Eco-Cidade, Eco-Região.

----- Neste mesmo documento fala-se num modelo territorial mais sustentável. O que é que se diz? A ideia de sustentabilidade fundamenta-se no nível da pressão por acção do homem que exerce sobre os sistemas de suporte da terra. Os sistemas humanos que mais pressão exercem sobre o conjunto de sistemas terrestres são os sistemas urbanos, estes necessitam de grandes quantidades de materiais e energia, para manter a sua organização e também para aumentá-la se necessário.....

----- Aqui temos forçosamente que falar em minimização e reutilização de resíduos, para contribuirmos na redução da extracção de matérias-primas, quer contribuir para uma diminuição de impacto contaminante do modelo de gestão de resíduos.....

----- Neste domínio temos que admitir que a preocupação da Câmara Municipal, tem sido nula ou praticamente nula a julgar pelos dados fornecidos pelo próprio relatório.

----- E eu aqui gostava de fazer referência a um gráfico que o Senhor Presidente da Câmara não mostrou, não mostrou, que é este graficozinho. Depois gostava que cada um passasse os olhos por ele, que faz exactamente o diagnóstico da recolha de resíduos desde a casa do cidadão, portanto em toneladas, por ano, e todo o circuito que esses resíduos têm, ou seja, do total de cerca de 43 toneladas/dia de resíduos produzidos no Concelho, 42 toneladas vão directamente para a terra, ou seja, 97% daquilo recolhido, ou seja, somente uma tonelada,

ponto dois, são recolhidos selectivamente, isto dá 2,91%, mas desta tonelada, ponto dois, somente, 517 quilos são rejeitados pela estação de triagem e EcoCentro, ou seja, vão também directamente para aterro, aproveitando somente 742 quilos para reciclagem e tratamento, ou seja, de 33 toneladas só são aproveitados 746 quilos para reciclagem e tratamento. Admitamos que é manifestamente pouco, para quem quer ser reconhecido como região Eco...

----- Senhor Presidente, eu gostava de perguntar o que diz o Instituto Regulador de Águas e Resíduos em relação a estas médias, já que gosta tanto de falar das médias da água, da qualidade da água, que tem noventa e tal por cento, o que é que diz também este, que é o mesmo Instituto.

----- Aqui, Senhor Presidente, espero que não queira atribuir culpas aos nossos concidadãos, porque quem tem falhado tem sido o Município, porque já devia ter instalado na sua Divisão de Ambiente, o núcleo de educação ambiental, com pessoal devidamente especializado, não pode estar à espera que a empresa Resíduos do Nordeste faça tudo.

----- E eu aqui, gostava de mandar um repto ao meu amigo, Dr. Júlio de Carvalho, porque ele diz que todos os dias lhe chega a casa informação sobre esta questão. Eu percebo que ao Sr. Dr. lhe chegue a casa essa informação, porque tem informação, como sabe, privilegiada, em relação aos restantes dos Municípios. Eu perguntava àqueles que estão aqui, há quanto tempo não têm em casa um prospecto, qualquer documento, que os sensibilize para esta questão, há quanto tempo?

----- Cada vez mais e conforme as pressões sobre os sistemas de suporte vão aumentando, as pessoas têm que ser orientadas na reacção a essas pressões. Hoje a educação ambiental é fundamental, já se faz na escola com grande profundidade, mas as entidades com responsabilidade na exploração de sistemas não se pode alhearem. Há quanto tempo não vê o nosso Concelho uma campanha bem pensada, estruturada, sobre as vantagens separação e reciclagem de resíduos? Não chega colocar os Ecopontos à porta das pessoas e pensar que o trabalho se faz por acréscimo, as pessoas têm que perceber porquê e para quê, todos os dias! Se outros Municípios tem conseguido taxas de recolha selectiva, muito mais elevadas, porque é que Bragança não consegue?

----- Até 31 de Dezembro de 2011 a Resíduos do Nordeste pretende atingir os seguintes objectivos mínimos de reciclagem para materiais contidos nos resíduos de embalagens: 60% em peso do vidro; 60% em peso do papel e do cartão; 50% em peso para metais; 22,5% em peso para os plásticos; 15% em peso para a madeira.

----- Bem sabemos que recentemente foi aprovado uma candidatura para o sistema intermunicipal que vai permitir o aproveitamento energético dos resíduos orgânicos, pela produção de biogás assim como a nova estação de triagem de resíduos. Tudo isso é recomendável e benéfico para todo o sistema global, mas não retiram uma maior eficiência aos diversos sistemas integrados, bem pelo contrário.....

----- Neste caso Bragança, como maior contribuinte nesse sistema intermunicipal, terá dado o exemplo? E muito terá que fazer para se aproximar dos valores fixados pela empresa intermunicipal. Não chega ter na sua página bonita da internet este documento, sensibilização ambiental. Os munícipes têm que saber e têm que perceber que existe e que têm conhecimento dele, está lá na página da Internet. Quantas pessoas já o consultaram? Aqui fica a questão.

----- O mesmo se passa em relação à questão da água, Senhor Presidente, se por um lado há um conjunto de factores técnicos que se têm que equacionar e melhorar na gestão da água num determinado sistema, o comportamento do cidadão anónimo não pode ser descorado. ...

----- O Senhor Presidente tem exemplo bem recente, quando há dois anos o sistema de Bragança esteve à beira da ruptura, por um lado, devido à seca, por outro, devido à má gestão.

----- O Senhor veio para a rua a apelar dramaticamente à contenção do consumo da água. Todos sabemos que a água é um recurso que todos devemos preservar, compete aos exploradores dos sistemas incutir todos os dias essa mensagem para criar rotinas e hábitos. Não nos podemos lembrar só de Santa Barbara quando troveja.

----- Uma vez mais - educação ambiental. Os técnicos da Divisão de Ambiente da Câmara Municipal não podem servir só para plantar árvores, num Dia Mundial da Floresta e aparecerem em todos os jornais ao lado das nossas crianças da escola e outras iniciativas como o dia do quê, o dia do não sei quê, o dia têm que ser todos os dias, todos os dias esses técnicos têm que estar em contacto com os nossos concidadãos.....

----- A área do Concelho de Bragança tem potencialidades excepcionais para a produção florestal, quer nas áreas de Montesinho e Nogueira, quer em grande parte do restante Município. Na gestão sustentável dos espaços florestais do Concelho, muito pouca intervenção temos notado por parte do Município, para além de pontuais campanhas de limpeza de matas na Serra de Nogueira, outras iniciativa de vulto não conhecemos. Hoje a produção de energia pelo aproveitamento de biomassa é uma realidade e muitos Municípios têm ganho apostas nesta área.

----- Porque não apostar em centrais de pequena dimensão, estrategicamente colocadas em algumas freguesias? Por exemplo, alguém imagina as toneladas de ramos de oliveira que todos os anos são queimados a céu aberto, proveniente da poda de oliveira na zona sul do Concelho? E não podíamos aproveitar esta biomassa para muita, muita coisa? Quem diz as oliveiras, diz os castanheiros e outras espécies florestais, porque não apostar e aproveitar essa fonte energética, que segundo sabemos é fortemente apoiada e financiada? Atenção que não estamos a falar das grandes centrais que foram colocadas a concurso pelo governo, estamos a falar de coisas mais pequenas que teriam que ser devidamente dimensionadas e colocadas na nossa região.

----- Bragança propõe-se como produtor de energias limpas, assumindo-se junto dos outros territórios, como produtor inovador e exemplar, lê-se neste plano de acção. O que é que o Município de Bragança até hoje, fez para conseguir isto? Perguntamos, colocou painéis solares para aquecimento nas piscinas? Não conheço mais nenhuma iniciativa. É muito pouco uma vez mais Senhor Presidente, para quem quer ser Município ECO.

----- Porque não dar o exemplo aos munícipes e aproveitar a energia solar, por exemplo, para tornar mais eficientes todos os edifícios Municipais? Era uma boa questão, e todos percebíamos que tínhamos vantagens nisso.

----- Aproveitamento da energia eólica - Se durante a noite estivermos num local alto e olharmos em redor, vemos que nos Concelhos que nos rodeiam estão a mexer neste campo, pois vemos as luzes das torres experimentais a piscar em qualquer lado: Mogadouro, Macedo, Mirandela, Moncorvo e outros. Em Bragança? Nada!

----- O que é feito do Parque Eólico de Nogueira, há tanto tempo aqui falado e que o Luís Vale já aqui falou? Há quanto tempo não temos qualquer notícia desse plano? Já sei que me vão falar da questão de Montesinho, mas também aqui o Partido Socialista foi firme na luta contra o plano de ordenamento do Parque Natural de Montesinho e hoje é possível instalar energia eólica em Montesinho, mediante determinadas regras, é claro.

----- Porque não ser a própria Autarquia a promover a recolha dos óleos utilizados nas cozinhas dos edifícios públicos que servem refeições, caso IPB, escolas, Lares, Centro de Dia e outros, transformá-los em biocarburantes e utiliza-los, por exemplo, na frota de transportes públicos, todos tínhamos a ganhar e o ambiente também, já que estaríamos a contribuir para a redução do nível do CO2 atmosféricos.....

----- Já agora e porque falei neste tema, e para uma região que se diz ECO, porque não escolher uma área florestal e candidatá-la a um processo de captura de carbono? Há projectos muito ...

----- **Presidente da Mesa** – Restam-lhe três minutos.

----- **Luís Filipe** – ... e que estão a decorrer. Em diversos casos o documento refere incentivos fiscais a quem aderir a algumas destas questões, este documento refere isso, mas até hoje não vimos nada.

----- Ora bem, para terminar, eu penso que nos três minutos consigo fazer isso, vou ler uma página, mas tenho que fazer isto, vou ler uma página deste documento, que é imprescindível eu ler, que é uma página onde se faz o diagnóstico da situação actual da sustentabilidade deste Município. Ora, este documento faz o diagnóstico actual, ou seja, faz o diagnóstico de, do passado, incluindo os doze anos da Câmara à frente dos destinos últimos.

----- E o que é que diz este diagnóstico? “O território do Concelho de Bragança é constituído pela cidade e por pequenos aglomerados rurais, com o urbano compacto e consolidado, com dinâmicas construtivas que denunciam os processos de densificação e renovação da cidade tradicional, os processos de reabilitação têm alguma expressão, contudo o estado de degradação física do património construído, torna-se preocupante.

----- É uma área em perda populacional, mas ainda com grande expressão no sector terciário. Nos últimos anos a crise da cidade tradicional perde populacional diminuição e do emprego e degradação física tem vindo a associar-se à crise do sector comercial. Em torno deste núcleo central, desenvolve-se uma coroa ao longo dos eixos viários que exprime a exploração urbana, contudo, ainda de uma forma bastante compacta e sustentada. As centralidades comerciais e novas actividades e oportunidades de emprego, tendem a aumentar na periferia urbana. O dinamismo e a força residencial nas últimas décadas, identificaram-se e estenderam-se, o espaço construído proliferou e os territórios agrícolas retrocederam, evidenciando os processos imobiliários em curso, a cidade tende a espriar-se, as relações funcionais multiplicaram-se e as interacções entre a urbana e a rural tornaram-se mais complexas.

----- A realidade paisagística tem sido estruturada pelas alterações ao nível da mobilidade em consequência de fenómenos de “perdurabilidade” em contra ponto ao circuito e caracterização da rede viária como a estrutura da urbanização na qual se conflui a rede viária

de ruas e caminhos. Esses fenómenos levam a uma organização desde logo baseada numa rede arterial de vias rápidas, estruturantes que incutem debilidade no âmbito da ecologia.

----- Porém os mecanismos tendenciosos acima referidos, devem ser estancados e alterados, tornando-se o verde parte integrante da e o processo de requalificação do modo de vida, deve encarar o ambiente como ponto comum da reunião e comunhão em todos os agentes que participam e vivem o território.

----- Tem-se observado uma expansão com deficiente planeamento da área urbana, invadindo e fragmentando os espaços abertos, afectando a sua qualidade e potencial ecológico e paisagístico e poderá dificultar e encarecer o desenvolvimento das infra-estruturas e a prestação dos serviços colectivos. O despovoamento e a fragilização demográfica e socioeconómica das vastas áreas e insuficiente desenvolvimento e fraca integração dos sistemas rurais com o urbano, têm enfraquecido a competitividade e a coesão territorial do Concelho. Tem-se registado uma degradação

----- **Presidente da Mesa** – Queira terminar, queira terminar, queira terminar.

----- **Luís Filipe** – ... residencial, sobretudo no meio rural e no centro histórico da cidade. A presença massiva e abusiva do automóvel na cidade, produz uma forte ... a participação dos munícipes é feita com base no sentido da propriedade no direito à construção na “evitabilidade” da urbanização, fim de citação.

----- **Presidente da Mesa** – Tem que terminar.

----- **Luís Filipe** – Para terminar, gostaria de dizer que estas coisas da ecologia e do eco, foram moda na década de 80, agora parecem renascer, principalmente devido às questões de alterações climáticas, que preocupa grande parte da comunidade científica.

----- **Presidente da Mesa** – Terminou, terminou, muito obrigado.

----- **Luís Filipe** – Esta marca pode ser vendida, Senhor Presidente, não chega sonhar com um projecto megalómano da Porta Norte, da Quinta da Trajinha, é preciso muito mais e por vezes coisas bem simples.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, muito obrigado. Tenho que agradecer ao Senhor Membro da Assembleia, Luís Vale, a diligência com que aceitou a indicação que tinha terminado o seu tempo.

----- Temos como tempos disponíveis, vinte minutos do PSD, dois minutos da Câmara Municipal.

----- Senhor Presidente, seguindo a mesma ordem das intervenções anteriores, tem dois minutos. E peço-lhe para se cingir a eles para... ..

----- **Presidente da Câmara** – Peço a sua compreensão se me puder dar três, porque um era informação à Assembleia, não tem a ver com este ponto.

----- **Presidente da Mesa** – Se não tem a ver com isto, então isso é à parte, o Senhor faz por interpelação à Mesa, se é uma informação à Assembleia é outra coisa, faça o favor.

----- **Presidente da Câmara** – Tem a ver com a Resíduos do Nordeste e com o Parque Natural de Montesinho. São duas instituições importantes, uma é uma empresa intermunicipal a outra é uma instituição de organização desconcentrada da administração central. Evidentemente que a discussão que nós fazemos aqui tem que ter sempre presente, presente e subjacente, independentemente das questões políticas, o valor também das pessoas que trabalham nessas instituições, portanto, não misturar, enfim, naturalmente, nem é tudo igual, mas temos que destacar, quer o valor das instituições, quer o valor das pessoas, também se empenham, também fazem o melhor, e eu acho que isso não deve ser descorado, ponto número um.....

----- Ponto número dois - a questão da Airtricity e que colocou o Senhor Deputado - Ele vai-me desculpar, eu não tenho nenhum almoço, nem nenhum jantar, em nenhuma reunião feita com a Airtricity fora do Concelho, eu acho que o Senhor deve falar, tem essa obrigação perante os Senhores Deputados, falar com clareza, dizer o quê, quem, onde, algum Presidente de Junta? Sei lá quem! Não pode haver aqui associações com a Freeport com o que quer que seja, desculpe lá, não pode ser, tem a obrigação Senhor Deputado, de, aqui, perante todos, olhos nos olhos, clarificar essa matéria. Ponto número um.

----- Ponto número dois - O Município não tem acordo de princípios estruturado com a empresa, em termos de parceria, por existir divergência ainda, e de resto não está aprovada ainda nada no Executivo, a nossa preocupação inicial foi ajudar as Juntas de Freguesia, a segunda é avaliar, é o interesse do Município nesse processo, depois traze-lo à Assembleia Municipal. Há regras para as coisas, nós cumprimos com legitimidade e com a regularidade os procedimentos.....

----- Quanto à questão do Parque Eólico de Nogueira, a PENOG apresentou-se ao concurso aberto pelo governo, não atribuí digamos a oportunidade à PENOG, de começar a construir o Parque Eólico da Serra de Nogueira, caso contrário a PENOG concorreu e apresentou-se ao concurso, sendo a Câmara accionista dessa empresa, para construir uma linha até Macedo,

para transportar energia, saliento que há investimentos da Administração Central que têm de ser finalizados para viabilizar o aproveitamento ...

----- **Presidente da Mesa** – Queira terminar, Senhor Presidente

----- **Presidente da Câmara** - Muito obrigado, terminei exactamente agora.

----- Temos um programa, queria falar aos Senhores Deputados no programa para o dia 20, sobre Centrais Micro... ..

----- **Presidente da Mesa** - Senhor Presidente, importa-se de fazer essa comunicação no fim da sessão?

----- **Presidente da Câmara** – Está bem.

----- **Presidente da Mesa** - Encerramos este ponto e o senhor no fim da sessão, é programa sobre as Comemorações do dia 20, é mais ortodoxo fazer-lo nessa altura.....

----- O Senhor Membro da Assembleia, Júlio de Carvalho, quer voltar a usar da palavra, é isso? Faça o favor.

----- **Júlio de Carvalho** – Eu fui interpolado pelo Sr. Dr. Luís Vale e naturalmente que lhe queria responder, enfim, com alguma serenidade e com alguma objectividade sobre aquilo que me interpôs aqui. Eu acho que o Dr. Luís Vale, que é antropólogo de reconhecido mérito, e que é um antropólogo como eu tenho visto nas suas obras, que investiga, que estuda, que faz trabalho de campo, que questiona as pessoas, pensa que as Câmaras funcionam como os colcozes lá na Rússia! E não funcionam! É que o Sr. Dr. veio aqui a esta Assembleia dar-me um exemplo daquilo que está apagado da humanidade.....

----- Nós sabemos que funcionaram, como funcionaram os colcozes na Rússia, como sabemos como funcionaram as unidades colectivas de produção no Alentejo, todos faliram, não há nenhuma que sobrevive-se, sabe porque? Porque não estudavam, não geriam e só limpavam e só tiraram, só tiraram, limpavam, limpavam e eu falo porque sei, tenho lá interesses, porque limpavam tudo o que havia nas casas e deixaram-nas desertas e depois entregaram aos proprietários, com dividas, com dividas.

----- Portanto, o que é que aconteceu aqui? Esse modelo morreu, o que existe aqui em Portugal é uma sociedade livre e de iniciativa privada, onde os terrenos não são do Estado, e onde os proprietários os administram e dispõem deles a seu belo prazer, subordinados a um principio do Código Civil, que todo o proprietário tem o direito de “utende abutende e fruende” todo o proprietário tem o direito de usar e fruir e gozar, usar, abusar e fruir, portanto, aqui não há o Estado a dizer aos Senhores Presidentes de Junta e à Câmara - os

senhores vão formar unidades colectivas de produção, este património e nós é que vamos explorar as eólicas - portanto, é que isto já acabou, esse modelo não existe, nós vivemos numa sociedade democrática e subordinada a valores que respeitam a propriedade.

----- Segundo ponto - nesta sociedade democrática e sabemos que tem a preocupação de todos os governos e de todas as Autarquias, em fazer estudos, se o Sr. Dr. Vale, tivesse participado em algumas reuniões, que houve aqui sobre estas matérias, e dos planos de ordenamento do norte, tinha ouvido aqui, vários, mas eu vou ter o prazer, eu vou ter o prazer de lhe oferecer um volume, assim, elevado, onde estão feitos todos os estudos sobre energia eólica na região, em todo o norte, em todo o norte, com todos os cálculos feitos, e sabe que diz assim, e diz assim, olhe, aqui neste monte há possibilidade de instalar torres que produzem tantos mega watts, naquele sitio há tantos e se for lá neste momento, neste momento, vê lá torres de medição com 60 metros de altura, ainda para comprovar aquilo.

----- Há um grande investigador, daqui de Bragança, que é Professor da Faculdade de Engenharia do Porto, que é o Eng. Álvaro Rodrigues, que tem passado a vida como professor da faculdade, a fazer estudos, inclusivamente para a Comissão de Coordenação da Região Norte e Desenvolvimento, sobre esta matéria. Portanto tudo isto está feito ao pormenor.

----- Nós sabemos, as juntas de freguesia e a Câmara Municipal, ainda não acordou com a Airtricity quanto é que vai ter, qual é a sua participação neste processo. E os senhores Presidentes de Junta estão já neste momento a receber, e os senhores Presidente de Junta, não é fácil, se as unidades colectivas de produção, depois de nacionalizarem o País, depois de sacarem o País, depois de tirarem a mim, do meu bolso e dos outros, o pouco que tenho e os dos bolsos grandes, então, poderiam dispor de facto, de muitos biliões de euros para investir no parque eólico de Bragança. Senhor Doutor Vale sabe quanto é que vale, sabe quanto é que custo um aero-gerador, para produzir 2 mega watts, simplesmente? Custa 1,3 milhões de euros, os Senhores Presidentes não têm hipóteses, nem as Câmaras Municipais, só um Estado autoritário e que nacionalize e que se diga dono das terras. Mas uma vez mais lhe digo que de facto esse Estado, está caduco, morreu e o senhor é contra isso, eu sei o que o senhor é contra, como é que agora vem aqui defender uma coisa destas? Já nem o Louça, com a sua, com a sua sábia demagogia, consegue enfrentar isso, e ele não quer nada com o Partido Comunista, olhe o "Roy... " " ... " ainda antes da revolução ou no período já da revolução, e que foi um dos maiores críticos e um grande investigador e um grande escritor Russo, já dizia isto, nós não queremos, fugiu, fugiu, o ... como sabe, fugiram porque não queria esses modelos de

sociedade, ... mas caduco, caduco, só o nosso Partido Comunista é que não evoluiu, até o Espanhol evoluiu, já aceita a democracia burguesa, só o nosso é que ainda não evoluiu, enfim, estão agarrados ó Dr. Álvaro Cunhal, e não saem dali, e ele, eu gostava muito dele, mas não pode. Portanto esses modelos desapareceram, as pessoas, as pessoas são livres de facto de se associar, era possível e é natural que alguns se possam associar, mas isso representa, muito, muito, muito dinheiro e só grandes empresas, e por hoje, falhou aqui algumas coisas.....

----- Eu conheço, por acaso, a Enerbaça, não foi nenhum contrato assinado com a Enerbaça, todos os contratos foram assinados com a Airtricity, eu estive lá, fui convidado para ir lá, como Membro da Assembleia e almocei, ... não foi nenhum contrato assinado com a Enerbaça, a Enerbaça entrou agora para, enfim para trabalhar, para trabalhar, irá negociar, segundo me consta, segundo disse o Senhor Presidente, com a Câmara, os termos da participação, e que naturalmente que vão ser bons, porque o Senhor Presidente, sei que é um bom negociador, às vezes por excesso até, enfim.

----- Portanto o processo não é como o Senhor Doutor diz, é tudo transparente, é tudo claro, e é preciso vir aqui à discussão dessa matéria, para depois a gente não vir aqui com omissões. E eu estive aqui, e interpolei o Eng.º Álvaro Rodrigues, interpolei-o aqui várias vezes, com várias perguntas sobre esta matéria, mas estudei esses calhamaços esses volumes para saber alguma coisa, e sei pouco, sei pouco. Muito brigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

----- Senhor Presidente da Câmara, quer então fazer a sua informação à Assembleia?

-----

----- **Presidente da Mesa** - Acabaram os tempos, o tempo do debate está terminado, completamente. Desculpe, o Senhor Membro da Assembleia tinha conhecimento do tempo que tinha disponível, geriu como entendeu e tinha perfeita consciência, porque o disse naquele microfone, que sei que estou a acabar o meu tempo, disse, disse, e portanto terminados os tempos de intervenção, não há mais intervenções, portanto teria que ter gerido melhor o seu tempo.....

----- Faça o favor Senhor Presidente da Câmara.

----- **Presidente da Câmara** – Informar os senhores Deputados, do programa para o dia vinte, programa de comemoração dos 545 anos da Cidade, os convites foram já dirigidos aos Senhores Deputados, evidentemente que é um dia importante para a Cidade, para o Município, quem puder estar presente, em traços gerais o programa será o seguinte:

----- Durante a manhã será feita por parte do grupo CESPU, por volta das 11 horas aqui no Auditório Paulo Quintela, a apresentação do projecto de licenciamento do Hospital a construir, não é o projecto de execução, projecto licenciamento, por sua vez licenciado dará imediatamente origem ao projecto de execução;.....

----- A meio da tarde haverá a apresentação do livro - Bragança Marca a História a História Marca Bragança – na Sala de Actos do Município, um projecto de investigação com cerca de ano e meio, um bom projecto, digamos, uma boa publicação do Município, digamos, para melhor conhecer a identidade e a história de Bragança, feita por cerca de duas dezenas de autores. Esse livro deu origem a um pequeno livro, com a designação – Meu Nome é Bragança – portanto um livro para ser lido em meia hora, quarenta e cinco minutos no máximo, com a ideia de divulgá-lo pelas escolas, para que os nossos jovens conheçam melhor a história de Bragança, divulgar pelos taxistas, pelos hotéis, restaurantes, guias turísticos, etc., portanto esse livrinho tem essa missão;

----- De seguida na Sala de Actos teremos a cerimónia de Geminação com Bragança do Pará.---

----- À noite uma gala de homenagem, no Teatro, uma gala de homenagem a empresas do sector turismo, tal como no passado se fez ao sector industrial e comércio por grosso, este ano é dirigido ao sector turismo, uma vez que, orientamos as comemorações nesse sentido, e para isso se produziram um conjunto de publicações, entre elas também, também um balanço, digamos, a actividade autárquica na transição do milénio, um Boletim especial e um roteiro turístico, -Vive e Descobre Bragança - é esse o nome, um roteiro “evereste”, para poder ser utilizado de forma, digamos intensa, por parte dos agentes de viagens, por parte dos guias turísticos mais uma vez e pelos turistas, como acontece em qualquer cidade minimamente estruturada nessa área. Portanto, o turismo evolui nosso Concelho, há que ir procurando encontrar os instrumentos institucionais de apoio à iniciativa privada, é o caso, nessa noite homenagear as empresas do sector, estamos a valorizar o desenvolvimento desta área de actividade económica que tem tido um grande crescimento nos últimos anos e dela se espera naturalmente, mais crescimento, mais qualificação, mais capacidade de atracção, de fluxos turísticos para o desenvolvimento da economia do nosso Concelho.

----- Portanto, em traços gerais é este o programa, contamos na medida com a presença dos Senhores Deputados.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

----- Senhoras e Senhores Membros da Assembleia estamos a chegar ao fim dos nossos trabalhos: em principio a próxima Sessão Ordinária da Assembleia será no dia 6 de Abril, e digo em principio, porque naturalmente que a data ficará dependente da Câmara disponibilizar a tempo da Comissão Permanente que se realizaria quinze dias antes, a documentação para essa Assembleia, que inclui as contas do ano anterior, as Contas de Gerência; se ela não for disponibilizada, teremos que a adiar, sendo certo que o dia 13 é Segunda-Feira de Páscoa, que não é propriamente dia para se fazer Assembleia Municipal, temos que ir receber o Padre, entre outros hábitos que convém não perder, e portanto em principio se tiver que ser adiada será adiada por duas semanas.

----- Entretanto também, pode acontecer e estou à espera de informações definitivas da Câmara, que no fim do mês de Março, possa começar a decorrer, o período de discussão pública do Plano Director Municipal, se assim for, tomaremos as disposições para organizar, a Sessão de divulgação e discussão pública, pela Assembleia Municipal, a que estamos comprometidos, com uma obrigação assumida há três anos.....

----- Muito boa tarde a todos e muito obrigado.

PRESENÇAS: Seguem-se as presenças e faltas dos membros que constituem a

A – Assembleia:

I – PRESENÇAS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:

1 – Mesa:

Presidente – Luís Manuel Machado Rodrigues

Primeiro Secretário – Acúrcio Álvaro Pereira

Segunda Secretária – Maria Elisa Monteiro Pires Vilela

2 – Membros:

Adérito de Jesus Falcão Lhano

Amândio dos Anjos Costa

António Almeida Dionísio **a)**

António Eduardo Fernandes Malhão

António Manuel Afonso

Armando José Afonso Rodrigues
Augusto Acácio Morais
Cândido Vaz Alves
Carlos José Cadavez
Domingos Moura dos Santos
Francisco António Alves
Joaquim do Nascimento Pereira
José Alberto M. Moreno
José António Lourenço Rodrigues
José Luís Baltazar **a)**
Júlio da Costa Carvalho
Luís Manuel Ferro Azevedo
Luís Manuel Madureira Afonso
Manuel Ferreira Azevedo Maia
Maria Gonçalves Sampaio Correia da Veiga
Maria Madalena Morais Morgado
Maria Olinda Pereira
Nuno Alvares Pereira
Nuno Filipe Machado Reis **a)**
Pedro Nuno Gonçalves Nogueiro
Rui Fernando Rodrigues Correia
Vasco José Gonçalves Vaz

PARTIDO SOCIALISTA

Amílcar Anjos Pires
António Rodrigues Vieira
Bruno Viriato Gonçalves Costas Veloso
Fernando Carlos da Silva Paula
Henrique Costa Ferreira **a)**
João Baptista Ortega **a)**
Luís Carlos Magalhães Pires
Luís Filipe Fernandes
Luís Manuel Silvestre
Manuel António Pires
Orlando Augusto Matos Pontes
Victor Fernando Simões Alves
Vítor Prada Pereira

COLIGAÇÃO DEMOCRATA UNITÁRIA

José Manuel Correia dos Santos Ferreira de Castro
Luís Sousa Costa

BLOCO DE ESQUERDA

Luís Miguel Vale Fernandes Vale

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

ALFAIÃO	João Adriano Rodrigues
AVELEDA	Isidro Carlos Pereira Rodrigues
BABE	Manuel António Esteves
BAÇAL	João Francisco Alves
CALVELHE	Ernesto Augusto Morgado Gomes
CARRAGOSA	Carlos Manuel Diegues Teixeira do Vale
CARRAZEDO	Nuno António Baptista Pousa
CASTRELOS	Henrique Manuel Pires (Substituto)
CASTRO DE AVELÃS	José Vicente Fernandes
COELHO	Ernesto António Fernandes
DEILÃO	Manuel Benites Inácio
DONAI	Luís Aníbal Rodrigues Martins
ESPINHOSELA	Hélder Augusto Martins
FAÍLDE	Gualter Dinis Gonçalves Garcia
FRANÇA	Amândio dos Santos Costa
GIMONDE	João Victor Alves
GONDESENDE	Aníbal Gilberto Rodrigues Afonso
GOSTEI.	Carolina de Jesus Fernandes
GRIJÓ DE PARADA	Maria Helena Santos Branco
IZEDA	Maria Rosa Galhardo Pinto Pires
MACEDO DO MATO	João Nascimento Fernandes
MEIXEDO	Luís Urbano Gonçalves
MILHÃO	António Alcino Fernandes
MÓS	Anselmo Aníbal Martins
NOGUEIRA	José António Prada
OUTEIRO	João Augusto Paiva0
PARADA	António Manuel Afonso Pires
PARADINHA NOVA	Domingos António Seca
PARÂMIO	Manuel João Afonso Fernandes
PINELA	António Jorge Brás Pires
POMBARES	Afonso Augusto Pires Domingues
QUINTELA DE LAMPAÇAS	Victor Manuel Costa
RABAL	Paulo Hermenegildo de Castro João
REBORDÃOS	Adriano Augusto Correia Rodrigues
REBORDAINHOS	Albino Alves Rodrigo
RIO FRIO	Humberto Amândio Garcia
RIO DE ONOR	António José Preto

SALSAS	Filipe Osório Caldas
SAMIL	Eduardo Joaquim Portela
SANTA COMBA DE ROSSAS	Francisco José Pires Paula
SANTA MARIA – BRAGANÇA	Jorge Manuel Esteves de Oliveira Novo
SÃO JULIÃO DE PALÁCIOS	Elias dos Santos Vara
SÃO PEDRO DOS SERRACENOS	António Carlos de Sá
SÉ – BRAGANÇA	Paulo Jorge Almendra Xavier
SENDAS	Marco Paulo de Jesus Frei (Substituto)
SERAPICOS	Armando Augusto Venâncio Dias
SORTES	Juvêncio Alves de Carvalho
ZOIO	Manuel Diogo Afonso

a) Aplicação do disposto no n.º 9 do artigo 64.º do Regimento da AM.

II – FALTAS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

José Joaquim Meireles Salgueiro (**Justificada**)
 Martinho Eduardo Nascimento

PARTIDO SOCIALISTA

Armando Pinto Bento
 Lídia Gomes Valinho

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

QUINTANILHA	Sérgio Miguel Borges Romão
--------------------	----------------------------

B- CÂMARA

PRESENCAS:

Presidente - António Jorge Nunes
 Rui Afonso Cepeda Caseiro
 António José Cepeda
 Maria Fátima Gomes Fernandes
 Armando Nuno Gomes Cristóvão

Maria Idalina Alves de Brito
Isabel Maria Lopes

.....Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão cerca das dezoito horas e do que nela se passou se lavrou a presente acta que depois de achada conforme – vai ser aprovada na quarta sessão ordinária desta Assembleia Municipal a realizar em 06/04/2009 – vai ser assinada pelos membros que constituem a Mesa. -----

O Presidente, _____

O Primeiro Secretário, _____

A Segunda Secretária, _____

NOTAS:

I - Nas intervenções escritas apresentadas pelos membros, encontram-se escritas a itálico as informações adicionais que foram prestadas no decorrer da leitura das mesmas intervenções.

2 - As paginas 117 a 121; 134 a 204 e 214 a 218 dizem respeito a anexos, os quais se encontram na Acta original e que poderão ser consultados nos respectivos serviços.